

ISSN: 2318-9657

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.3, n.4, jan/jun 2015

nleP  marx

 Universidade
Federal
Fluminense

Editores

Paulo Gajanigo UFF | Brasil
André Guimarães Augusto UFF | Brasil
Kênia Miranda UFF | Brasil

Conselho Editorial

Alfredo Saad Filho University of London | Reino Unido
Álvaro Bianchi UNICAMP | Brasil
André Martins UFJF | Brasil
Aparecida Tiradentes Fiocruz | Brasil
Demian Bezerra de Melo UFF | UFRJ | Brasil
Dermeval Saviani UNICAMP | Brasil
Diego Guerrero Universidad Complutense de Madrid | Espanha
Edison Riuitiro Oyama UFRR | Brasil
Eduardo Cardoso Daflon UFF | Brasil
Eurelino Coelho UEFS | Brasil
Fábio Frizzo UFF | Brasil
Felipe Demier UERJ
Franklin Trein UFRJ | Brasil
Gabriel da Silva Melo UFF | Brasil
Hugo Figueira Corrêa UFES | Brasil
José Rodrigues UFF | Brasil
Lúcia Neves UFPE | Brasil
Luciana Requião UFF | Brasil
Maracajaro Mansor UFF | Brasil
Marcelo Badaró Mattos UFF | Brasil
Marcelo Carcanholo UFF | Brasil
Mario Jorge da Motta Bastos UFF | Brasil
Miguel Vedda Universidade de Buenos Aires | Argentina
Paulo Henrique Furtado de Araujo UFF | Brasil
Raquel Varela Universidade Nova de Lisboa | Portugal
Renake das Neves UFF | Brasil
Ricardo Muller UFSC | Brasil
Ronaldo Rosas Reis UFF | Brasil
Sara Granemann UFRJ | Brasil
Valdemar Sguissardi UFSCAR | Brasil
Virgínia Fontes UFF | Fiocruz | Brasil
Xabier Montoro Universidad Complutense de Madrid | Espanha

Comitê Científico

Alexis Saludjian UFRJ | Brasil
Bianca Imbiriba Bonente UFF | Brasil
Carla Luciana Silva UNIOESTE | Brasil
Eduardo Sá Barreto UFJF | Brasil
Eleuterio F S Prado USP | Brasil
Ellen Tristão UFVJM | Brasil
Ester Vaisman UFMG | Brasil
Eunice Trein UFF | Brasil
Flávio Miranda UFF | Brasil
Gelsom Rozentino de Almeida UERJ | Brasil
Gilberto Calil UNIOESTE | Brasil
João dos Reis da Silva Jr. UFSCAR | Brasil
João Leonardo Gomes Medeiros UFF | Brasil
José Ernesto Moura Knust UFF | Brasil
Juarez Duayer UFF | Brasil
Márcio Lupatini UFVJM | Brasil
Marcos Del Roio UNESP | Brasil
Mauricio Vieira Martins UFF | Brasil
Paula Nabuco UFF | Brasil
Paulo Alentejano UERJ | Brasil
Paulo Pachá UFF | Brasil
Ricardo Antunes Unicamp | Brasil
Roberto Leher UFRJ | Brasil
Rodrigo Delpupo Monfardini UFF | Brasil
Rômulo Lima UFF | Brasil
Sonia Maria Rummert UFF | Brasil
Vania Cardoso da Motta UFRJ | FE COLEMARX

Revisão de texto

Renake Bertholdo David das Neves

Fotografia

Henry Milléo

Projeto Gráfico

Carolina Noury

Diagramação

Eva M. Maschio

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.3, n.4, jan/jun 2015

Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.3, n.4, jan./jul. 2015. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015.

172 p.; il.

Semestral
Inclui bibliografia
Resumo em inglês e português

1. Marx, Karl. 2. Marxismo. 3. Materialismo histórico. 4. Teoria social crítica. 5. Periódicos. I. Universidade Federal Fluminense (UFF).

Política Editorial

Marx e o Marxismo —Revista do NIEP Marx— é uma publicação marxista, aberta para todos os campos do conhecimento social e para a reflexão teórica. Somos um grupo interdisciplinar e defendemos que o rigor necessário, teórico e analítico, envolve o debate franco entre pesquisadores. Entendemos que a tradição materialista crítica do marxismo, com seu teor ontologicamente subversivo e revolucionário, sempre esteve aberta à polêmica e ao debate, ao mesmo tempo em que exige seriedade teórica, coerência na análise empírica e pertinência no enfrentamento ao capitalismo.

De maneira intransigente assumimos a riqueza da herança de Marx e Engels. Nossa Revista, expressando a proposta constitutiva do NIEP Marx, defende uma **concepção materialista** da história, para a qual “o ser social determina a consciência social”: os homens fazem sua própria história, mas de acordo com condições que não são determinadas apenas por suas vontades, mas por situações objetivas, que envolvem dimensões materiais e sociais nas quais as ideias encontram seu pleno sentido.

Partilhamos uma concepção humanista em seu sentido mais pleno, aquele formulado por Marx em sua crítica ao humanismo burguês. Com efeito, desde 1845, em suas *Teses sobre Feuerbach*, Marx afirmava que “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na realidade ela é o conjunto das relações sociais.” Somente poderemos ser plenamente singulares se imersos na fantástica riqueza de uma sociedade emancipada, que não se mede apenas em bens e índices econômicos, mas na plena socialização do conjunto da existência.

Temos estreito compromisso com a **historicidade** e sua compreensão como um **processo contraditório** não linear, e sim conflitivo e complexo. Dentre as contradições que movem a transformação histórica, a principal é a oposição de interesses entre os grandes grupos de homens —as classes sociais— originada quando grupos minoritários se apropriam do excedente do trabalho produzido pela maioria, algo que ocorre pelo menos desde o surgimento da propriedade privada e do Estado. Por isso, nessa concepção, “toda a história da humanidade tem sido a **história da luta de classes**”, como afirmam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.

Nossa Revista está aberta para os que pretendem aprofundar o conhecimento teórico no âmbito do marxismo e, simultaneamente, enfrentar o duplo desafio da compreensão e da transformação do mundo contemporâneo.

Editorial

- 11 Editorial

Artigos

- 16 As Múltiplas Crises do Imperialismo
Alex Callinicos
- 37 El otoño mexicano
Carlos Illades
- 58 Neoliberalismo: Uma Análise marxista
Alfredo Saad Filho
- 73 Dinâmica capitalista e as crises econômicas: a teoria marxista como ponto de partida
Flávio Miranda
- 88 (Des)caminhos da Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: Contradições na Trajetória Histórica
José Rodrigues
Jailson dos Santos
- 113 10 anos do decreto N° 5.154/04 e o caso do Programa Dupla Escola
Marlon da Costa Guimarães

Notas críticas

- 128 Karel Kosik e a superação da pseudoconcreticidade
Everton Werneck

138 O distanciamento é uma ilusão: notas sobre a atualidade da questão agrária

Rafael Rossi

144 Política em Marx: notas de um debate contemporâneo entre marxistas brasileiros

Bruno G. Paixão

Luta e memória

155 Apresentação à entrevista de Edmundo Fernandes Dias

Gilberto Calil

Antonio de Pádua Bosi

158 Entrevista com Edmundo Dias

Gilberto Calil



HENRY MILLEO-2015 ©

Editorial

O ano 2015 marca a continuidade da crise, que se apresenta como global e persistente. A lenta recuperação da economia americana, a estagnação europeia e a desaceleração dos eufemisticamente chamados “países emergentes” – especialmente da China, onde há prenúncios de uma crise financeira – são os elementos mais visíveis desta continuidade.

Mas o capital avança em sua reprodução atingindo de forma ainda mais dura que o usual a classe trabalhadora. Nos últimos anos houve um acirramento da luta de classes, com o aumento da repressão econômica e política às reações dos trabalhadores aos ataques do capital. Uma evidência significativa desse ataque nesse primeiro semestre foi a capitulação do Syriza ao grande capital, em nome das políticas ditas de “austeridade”, termo utilizado para dar caráter virtuoso ao ataque as condições de vida dos trabalhadores.

O Brasil, cujo governo dizia em meio a crise de 2008 “surfar em uma marola”, não ficou de fora. Os trabalhadores agora são afogados na crise, por meio de políticas ditas de “ajuste fiscal”, para salvar a reprodução do capital. Ao lado da política econômica de elevação dos juros e de corte dos gastos em serviços públicos, a política do capital avança na retirada de direitos (como os trabalhistas e os previdenciários), na mercantilização de tudo e na tentativa de suprimir qualquer reação da classe trabalhadora. Os prenúncios desta última ação já se fizeram sentir desde o final do ano passado com os ataques às greves dos garis no Rio de Janeiro, à greve dos trabalhadores do metrô de São Paulo e as dos trabalhadores do Comperj (Complexo petroquímico do Rio de Janeiro).

A educação pública é um dos principais alvos dos ataques aos trabalhadores e do avanço do capital no Brasil. A anunciada “pátria educadora” revela-se como um *slogan* para “investidores”, em lugar de um verdadeiro compromisso com uma educação emancipatória. O governo promoveu um massivo corte de verbas para a educação pública, precarizando ainda mais as condições de trabalho dos profissionais da educação e as formas de contratação, das quais as terceirizações são uma realidade e a contratação mediante Organizações Sociais (OS) uma ameaça eminente. Além do corte conjuntural de verbas advindo do ajuste fiscal – que já foi anunciado não ser mais temporário, mas uma política para todo o mandato do governo –, avançam os projetos que aprofundam a entrega da edu-

cação pública para o capital juntamente com a difusão do modelo empresarial de “gestão” da educação.

Os professores, estudantes e técnicos administrativos reagiram iniciando greves que se espalharam pelo setor da educação em todo país. Em São Paulo os professores da rede pública fizeram uma greve de três meses em meio a violentos ataques ao direito de greve, com contratação de professores temporários para substituir os professores em greve e corte de ponto. Os professores da rede estadual do Paraná fizeram uma greve de 44 dias, sendo alvo de violenta repressão policial, em 29 de abril, pelo governo de Richa. O massacre do Paraná, para não ser esquecido, é tema da fotografia que abre nossa edição. Agradecemos a Henry Milléo pela fotografia.

Os trabalhadores e estudantes das Universidades não ficaram indiferentes ao ataque do governo à educação pública e a sua entrega ao capital. Professores, estudantes e técnicos administrativos das Universidades iniciaram uma greve em 28 de maio que se prolonga até o presente momento em meio ao ataque do governo à educação pública e à manobras antissindicaís por parte de grupos pró-capital.

Os artigos desse número incidem sobre essa conjuntura complexa, tratando-a com profundidade teórica em uma perspectiva de totalidade e na direção da construção da emancipação social. Reafirmamos os princípios editoriais de nossa revista com mais esse número.

Dois artigos tratam da conjuntura internacional. Em *A múltipla crise do Imperialismo*, Alex Callinicos analisa as diversas crises que se colocam para os EUA desde o ano passado, com a irrupção do ISIS, a guerra civil na Ucrânia e o crescente poderio da China no Leste Asiático. Resgatando a teoria clássica do imperialismo, o autor define essa conjuntura como uma retomada da rivalidade inter-imperialista, contrapondo-se às interpretações de alguns segmentos da esquerda que identificam o imperialismo com a dominação americana e se alinham com as potências imperialistas regionais. Nesse caso, afirma Callinicos, “nós perdemos o fio da meada da luta de classes. O antagonismo principal no mundo torna-se aquele entre estados e não entre classes.”

Carlos Illades, em *El otoño Mexicano* analisa o crescimento e a radicalização dos movimentos sociais no México a partir da volta do PRI ao poder em 2012. Traçando um histórico recente do crescimento dos movimentos no México, o autor aponta o protagonismo da juventude, que é a mais atingida pela crise e pela violência policial e do tráfico. Apontando para a aliança entre o capital, o narcotráfico e a classe política no México, o autor assinala a ausência de respostas do Estado às demandas dos movimentos sociais e a permanência de seu caráter autoritário.

Dois outros textos tratam da crise e do capitalismo atual em diferentes níveis de abstração. No artigo *Dinâmica capitalista e crises: a teoria marxiana como ponto de partida*, Flávio Miranda parte da análise marxiana do caráter cíclico da acumulação de capital para indicar os fundamentos das análises das crises. O

autor aponta a necessidade de mediações entre os elementos teóricos contidos na obra de Marx, que não formam uma teoria sistemática das crises, e as formas concretas de manifestação das crises.

No artigo “Neoliberalismo: uma análise marxista”, Alfredo Saad-Filho analisa as diferentes interpretações marxistas do neoliberalismo como um conjunto de ideias, um conjunto de políticas, práticas e instituições, como uma ofensiva de classe e como uma estrutura material de reprodução. O autor aponta a superioridade das análises marxistas do neoliberalismo por seu caráter sistêmico e de classe. Saad Filho também indica a contribuição das análises marxistas para a superação prática do neoliberalismo, indicando que esta deve partir de uma rearticulação política da classe trabalhadora frente à resiliência e às contradições do neoliberalismo.

Dois artigos desse número têm como tema a política educacional dos governos do PT. No artigo *10 anos do Decreto nº 5.154/04 e o programa Dupla Escola*, Marlon da Costa Guimarães analisa o referido decreto sobre a educação profissional no Brasil. O autor conclui que o Programa Dupla Escola, objeto empírico de sua análise, mantém a dualidade do ensino brasileiro entre a formação de intelectuais e trabalhadores manuais, não representando uma “*travessia* para a educação politécnica”, como alegavam seus formuladores.

Jailson Alves dos Santos e José Rodrigues fazem uma análise crítica da política de expansão territorial do ensino técnico e profissional no governo do PT em *(Des)caminhos da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Os autores assinalam que a política de expansão do ensino técnico procura ampliar o alcance da “conformação do cidadão produtivo”, isto é, “a conformação política, cultural e ideológica” e “a formação para o trabalho” produtor de mais-valia. Na conclusão, os autores apontam o esgotamento desse modelo de expansão.

Nesse número temos três notas críticas. Ewerton Wernek, em *Karel Kosik e a superação da pseudoconcreticidade*, procede uma apreciação crítica do conceito. Wernek insere o conceito na luta de classes e ressalta seu papel político-ideológico. A nota crítica levanta questão: “em termos da análise da realidade social, o estabelecimento do modo de produção comunista significaria também o fim das pseudoconcretidades?”

Na nota crítica *Política em Marx: notas de um debate contemporâneo entre marxistas brasileiros*, Bruno G. Paixão aborda a política na obra de Marx a partir das leituras de José Chasin, Ivo Tonet e Carlos Nelson Coutinho. Em seu balanço das leituras da política em Marx, o autor afirma que a política é “uma categoria negativa, pois sua função social é regular, ou normatizar a sociedade de classes.”, mas que esta é “um meio primário e negativo com vista à emancipação humana.”

Rafael Rossi, na nota crítica *O distanciamento é uma ilusão: notas sobre a atualidade da questão agrária*, ressalta o potencial analítico e de intervenção do

materialismo histórico na questão agrária. Rossi critica as perspectivas idealistas e a orientação reformista dos discursos dominantes. O autor assinala as “mudanças do espaço agrário” decorrentes do avanço do capitalismo e aponta a agroecologia como uma alternativa a esse avanço.

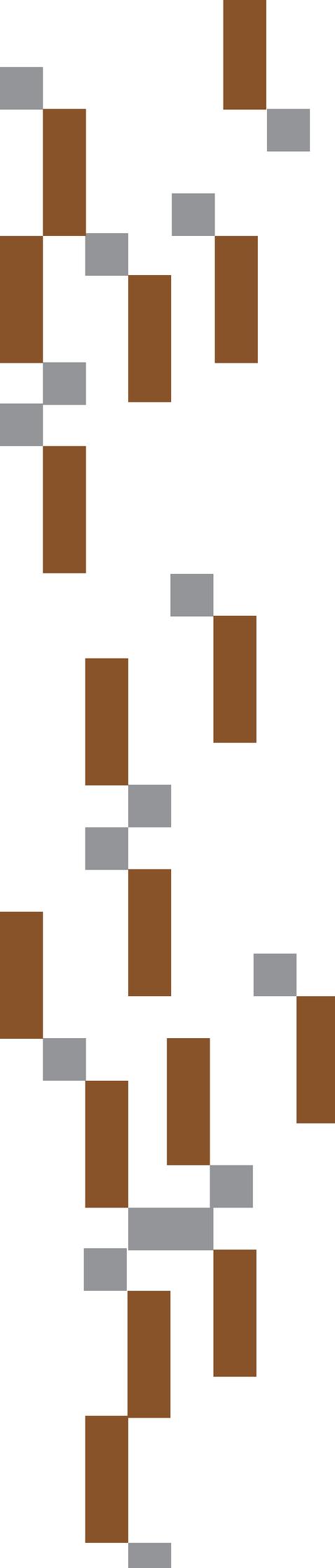
Na seção luta e memória, é publicada a entrevista de Edmundo Fernandes Dias concedida no dia 20 de maio de 1999 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. A entrevista de Edmundo, sociólogo e professor da Unicamp, militante e dirigente sindical no ANDES, apresenta questões sobre os rumos da Universidade e do Movimento Docente que ainda permanecem atuais, como ressalta a apresentação de Gilberto Calil e Antônio de Pádua Bossi. Sua publicação é uma forma de homenagem. Edmundo presente!

O NIEP-Marx agradece ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro para a preparação desta edição.

André Guimarães Augusto, Kênia Miranda e Paulo Gajanigo

Editores

Inverno de 2015



ARTIGOS

As múltiplas crises do imperialismo

The Multiple Crises of Imperialism

Alex Callinicos*

Resumo

Os EUA enfrentam várias crises geopolíticas, com a irrupção do ISIS, a guerra civil na Ucrânia e o crescente poderio da China no Leste Asiático. Essas crises levaram parte da esquerda a um diagnóstico de reafirmação do poder americano e um consequente apoio político aos Estados que se contrapõe geopoliticamente aos EUA. Tal diagnóstico se baseia em um erro teórico. Em uma perspectiva marxista, o imperialismo moderno é um sistema de competição e rivalidade intercapitalista. As atuais crises enfrentadas pelos EUA resultam de uma renovação das rivalidades interimperialistas decorrente da redistribuição global do poder econômico.

Palavras-chave: imperialismo, EUA, China, Rússia.

Abstract

United States faces many geopolitical crises: the rise of ISIS, Ukraine war and China's growing power. Many on the left diagnosis this crises as the assertion of American power to maintain and even expand Washington's global domination leading them to political support for states that resist the US geopolitically. This diagnosis is theoretical flawed. From a Marxist perspective, modern imperialism is a system of intercapitalist competition and rivalry. The global redistribution of economic power is leading to an intensification of geopolitical competition. The geopolitical crises that United States faces takes place against the background of a renewal of inter-imperialist rivalries on a scale not seen since the end of the Cold War

Key words: Imperialism, EUA, China, Russia.

* Professor do departamento de Estudos Europeus no King's College da Universidade de Londres. Editor do periódico *International Socialism*, publicado pelo partido Socialist Workers Party (SWP). O presente artigo foi publicado na edição 144 em 10 de outubro de 2014. O original está disponível em <http://isj.swp.org.uk/www.isj.org.uk/indexe41c.html?id=1002&issue=144#144callinicos_38>. Traduzido por Eduardo Sá Barreto e João Leonardo Medeiros.

Ainda que os Estados Unidos permaneçam no centro de comando do capitalismo global, uma multiplicidade de crises tem sido exibida em suas telas nos últimos meses. Consideremo-las em ordem crescente de importância segundo a perspectiva dos tomadores de decisão dos EUA. Primeiramente, houve a mais recente guerra de Israel à Gaza – menos uma crise para Washington que o tipo de explosão violenta por meio da qual um tipo de equilíbrio é reestabelecido, embora seja um ultraje e um crime para um número crescente de pessoas ao redor do mundo. Em segundo lugar, houve a guerra – agora suspensa por um frágil cessar-fogo – entre o governo pró-Occidente em Kiev e forças apoiadas pela Rússia no sudeste da Ucrânia. Em terceiro lugar, há a campanha de bombardeios dos EUA para bloquear o avanço do grupo jihadista que se autointitula Estado Islâmico, mas que continuaremos a chamar de EIIS, no Iraque e na Síria¹. E, finalmente – não ainda uma crise, mas potencialmente o mais sério conflito –, há a crescentemente intensa concorrência inter-Estados na Ásia Oriental, em resposta ao poder em expansão da China².

Uma coisa interessante sobre essa lista é que dois dos itens – a guerra na Ucrânia e a ascensão do EIIS – não teriam figurado nas previsões de ninguém para o início de 2014. Isso é um sinal da volatilidade da situação internacional, que é consequência de deslocamentos de poder entre os Estados capitalistas líderes. Mas é também bastante amedrontador. Christopher Clark, em seu influente novo livro sobre a eclosão da Primeira Guerra Mundial, sustenta que, apesar da polarização da Europa em dois blocos de poder rivais, no verão de 1914 “o perigo de um conflito entre os grandes blocos de alianças parecia estar retrocedendo, no mesmo momento em que a cadeia de eventos que finalmente arrastaria a Europa para a guerra foi posta em movimento” (Clark, 2012, p. 364). A guerra pode apanhar de surpresa até mesmo os maiores poderes, como podemos ver agora no relutante reenvio por Barack Obama de poderio militar dos EUA ao Iraque.

Para muitos da esquerda, internacionalmente, essa relutância é simulada. Para eles, o elemento unificador nessas diferentes crises é a afirmação do poder americano para manter, e até mesmo expandir, a dominação global de Washington, pulverizando no processo Estados como Iraque, Síria e Ucrânia. Esse diagnóstico, em geral, encaixa-se perfeitamente em uma reprise do que ficou conhecido como “campismo” durante a Guerra Fria – isto é, apoio político a Estados que, por resistirem aos EUA geopoliticamente, são tidos como algo progressistas.

A guerra na Ucrânia foi acompanhada, como discute Rob Ferguson em ou-

¹ [N.T.] A redação aparentemente truncada acima tem razão de ser: o autor rejeita o tratamento universal “Estado Islâmico”, preferindo a denominação e a sigla que apontam para os países em que o grupo concentra suas atividades.

² Obrigado a Anne Alexander, Joseph Choonara, Phil Marfleet, Judith Orr, John Rose e Camilla Royle por seus comentários na versão preliminar desse artigo.

tra parte dessa edição³, de uma explosão do campismo, com o altamente respeitável marxista russo Boris Kagarlitsky chegando ao ponto de dizer, a respeito das forças apoiadas pela Rússia no sudeste da Ucrânia: “O que está ocorrendo em Novorossiya é um movimento revolucionário, embora ainda não seja uma revolução em termos de transformação social” (Kagarlitsky, 2014)⁴. No Oriente Médio, o campismo toma a forma de apoio à aliança orquestrada pelo regime republicano islâmico no Irã, incluindo notadamente o regime de Bashar al-Assad na Síria e o Hizbollah, o movimento islâmico xiita que domina o Líbano. De modo mais abrangente, muitos da esquerda olham para Rússia e China como contrapesos aos EUA.

O problema com esse complexo de ideias é simultaneamente factual, teórico e político. Retornaremos à política. Factualmente: os EUA têm, com frequência, nutrido projetos expansionistas. Isso foi verdadeiro em sentido amplo após a Guerra Fria, quando sucessivos governos buscaram criar, ao exportar o neoliberalismo e expandir a OTAN, uma ordem global econômica e politicamente dominada pelos EUA (Gowan, 1999). E, mais especificamente, a administração de George W. Bush, no apogeu do neoconservadorismo [neocon] após 11/9, procurou capturar o Iraque de modo a encrustar a dominação dos EUA no Oriente Médio, derrubar regimes hostis na Síria e no Irã, e disseminar a democracia burguesa, ao estilo neoliberal, no mundo árabe (Callinicos, 2003).

Mas o Oriente Médio hoje é moldado acima de tudo pelo fracasso desse presunçoso projeto e pelas revoluções árabes e as tentativas reacionárias de esmagá-las. A administração Obama é profundamente consciente disso. Isso não significa que ela não infligirá males adicionais à região, nem tramará conspirações (por meio de seu apoio a Israel, por exemplo), mas, como veremos em maior detalhe abaixo, que seus objetivos atuais são primordialmente defensivos.

Entendendo o imperialismo hoje

O problema também é teórico. Para boa parte da esquerda, imperialismo é identificado com dominação dos EUA. Mas essa não é a forma como era entendido pelos teóricos clássicos do imperialismo – e não porque eles estavam escrevendo cem anos atrás, muito antes do início da hegemonia americana. Para eles, imperialismo possuía duas características cruciais. Antes de mais nada, envolvia

³ [N.T.] O autor refere-se à edição do periódico *International Socialism*, no qual o próprio artigo aqui traduzido foi originalmente publicado. Cf.: (Ferguson, 2014).

⁴ “Novorossiya” – o nome adotado pelos rebeldes pró-Rússia para os territórios sob seu controle – é sintoma do quanto seu movimento é permeado por ideologias imperiais. Foi o nome dado ao que hoje é a Ucrânia oriental depois que foi conquistada pela Rússia sob Catarina, a Grande, no final do século XVIII. O regime tsarista ocupou a área com colonos, muitos dos quais ucranianos, contribuindo não-intencionalmente, como resultado, para definir as fronteiras da Ucrânia moderna.

um sistema de rivalidades geopolíticas entre os Grandes Poderes. Como o liberal J. A. Hobson (uma grande influência em Lenin) aponta, “a novidade do imperialismo recente, tomado como uma política, consiste principalmente em sua adoção por diversas nações. A noção de um número de impérios concorrentes é essencialmente moderna” (Hobson, 1938, p. 6).

Em segundo lugar, a emergência dessas rivalidades era uma consequência de uma fase específica do desenvolvimento capitalista, como Lenin sublinha em seu panfleto *Imperialismo*. A concentração e centralização do capital que Marx identifica em *O Capital*, volume 1, como uma das principais tendências emergindo do processo de acumulação capitalista, conduziu, no início do século XX, à interseção entre concorrência econômica e geopolítica. Capitais, cada vez maiores em escala e operando internacionalmente, passaram a depender do auxílio de seus Estados-Nação para defender seus interesses; da mesma forma, para sustentarem-se contra seus rivais, Estados precisavam promover as economias industriais capitalistas que sozinhas poderiam fornecer sistemas complexos de armas modernas e a infraestrutura de guerra. A crescente interdependência de Estados e capitais engendrou a intensificação de rivalidades geopolíticas que eclodiram em guerra mundial em agosto de 1914 e que produziram uma segunda rodada de carnificina em 1939-45⁵.

Assim, de uma perspectiva marxista, o imperialismo moderno é um *sistema* de concorrência e rivalidade intercapitalista. A contribuição-chave de Lenin para a teoria foi o conceito de desenvolvimento desigual. O capitalismo não cresce de modo uniforme: alguns Estados e regiões saltam à frente; outros ficam para trás. Essa desigualdade define a hierarquia de poder no mundo. Mas, crucialmente, o desenvolvimento desigual do capitalismo redistribui poder entre os Estados líderes. Isso significa que o equilíbrio de poder encontra-se em constante deslocamento, criando as circunstâncias para novos conflitos. O desenvolvimento geopolítico crucial na primeira metade do século XX foi o deslocamento no poder relativo desde a Grã-Bretanha, até então o Estado capitalista dominante, para os EUA, e a Alemanha; hoje, outro deslocamento no poder relativo vem ocorrendo entre os EUA e a China. Mudanças dessa natureza, Lenin destacou, tornam impossível a pacífica integração transnacional dos capitais que Karl Kautsky denominou “ultraimperialismo” e que Michael Hardt e Toni Negri mais recentemente chamaram de “Império”: a redistribuição de poder entre os Estados mina os acordos que seriam necessários para fazer tal integração funcionar⁶.

⁵ A ideia de que o imperialismo capitalista é definido por uma interseção das concorrências econômica e geopolítica é um refinamento da teoria clássica, formulada simultaneamente por David Harvey e eu mesmo: Harvey, 2003 e Callinicos, 2003 e 2009.

⁶ Ver, sobre Lenin, ultraimperialismo e desenvolvimento desigual (e combinado), Callinicos (2009, pp. 62-66; 88-93).

Por que tantos na esquerda perderam de vista o caráter sistêmico do imperialismo? É possível que tenha algo a ver com duas ilusões de ótica. A primeira está relacionada à Guerra Fria. Esta revista⁷ foi incomum em avaliar a União Soviética como um Estado capitalista e, portanto, sua longa disputa com os EUA como uma forma de rivalidade interimperialista. Aqueles da esquerda que, ao invés disso, entendiam a URSS como uma sociedade socialista ou um Estado proletário degenerado ou, de modo mais vago, “pós-capitalista”, não poderiam ver a Guerra Fria como um conflito entre poderes imperialistas. Isaac Deutscher, por exemplo, elaborou uma interpretação muito influente que retratava a luta geopolítica e ideológica entre os blocos Ocidental e Oriental como uma “grande disputa” entre “sistemas sociais antagônicos”, capitalismo e socialismo respectivamente, na qual a União Soviética representava, ainda que imperfeitamente, o interesse revolucionário em escala mundial (Deutscher, 1961, pp. 99-100)⁸. Essa forma de pensar sobrevive em uma identificação residual da Rússia como um poder “anti-imperialista”, a despeito da brutalidade cínica com a qual esmagou o movimento de independência checheno e da crua fusão entre o alto comando do Estado e o capitalismo predatório irrefreado em Moscou.

A segunda ilusão de ótica emerge do assim chamado “momento unipolar” ao final da Guerra Fria, quando os EUA gozaram de extraordinária superioridade militar sobre os demais poderes combinados e, ao final dos anos 1990 e meados dos 2000, experimentaram *booms* econômicos significativos. Mas mesmo à época havia uma contradição entre a supremacia militar do Pentágono e o contínuo declínio econômico relativo dos EUA, camuflado por um *boom* que já vinha sendo impulsionado por uma bolha financeira – inicialmente no mercado de ações e então, em meados dos anos 2000, no imobiliário (Brenner, 2002). O estouro da última bolha, coincidindo com a derrota dos EUA no Iraque, tornou a fragilidade americana visível. Não apenas a crise econômica e financeira global teve início nos EUA, mas a China e outras economias “emergentes de mercado” recuperaram-se muito mais rapidamente. Entre 2007 e 2012, as economias avançadas cresceram 3%, os países emergentes e em desenvolvimento 31% e a China 56% (Wolf, 2014, p. 12). Foi precisamente durante a crise que a China emergiu como a segunda maior economia no mundo e também como a principal produtora, exportadora e consumidora de energia.

A divergência das taxas de crescimento está possibilitando um estreitamento do hiato em capacidade militar entre os EUA e o resto. Em 2013, o orçamento de defesa dos EUA era de imensos US\$ 600,4 bilhões, ainda eclipsando o de concorrentes próximos, China (US\$ 112,2 bilhões), Rússia (US\$ 68,2 bilhões),

⁷ [N. Ed.] Callinicos refere-se aqui à revista *International Socialism: A quartel review of socialist theory*, onde o artigo foi originalmente publicado.

⁸ Comparar Binns (1983) e Callinicos (2009, pp. 165-187).

Arábia Saudita (US\$ 59,6 bilhões) e Grã-Bretanha (US\$ 57 bilhões). Mas, desde o *crash*, o gasto com defesa elevou-se bruscamente em algumas das principais economias “emergentes de mercado”, ao mesmo tempo em que estagnou ou contraiu-se no ocidente. Em 2008-2013, o gasto real líquido com defesa cresceu 43,5% na China, 31,2% na Rússia, 10% no Brasil, 6,6% no Japão, 0,3% na França, 0,1% nos EUA, -4,3% na Alemanha, -9,1% na Grã-Bretanha e -21% na Itália. Entre 2001 e 2013, o orçamento oficial do Exército de Libertação Popular (que subestima consideravelmente o gasto chinês em defesa) aumentou em 700%⁹. O Instituto Internacional de Estudos Estratégicos [*International Institute of Strategic Studies*] estima que, dadas as tendências atuais, e dependendo das taxas de crescimento projetadas e das definições de gasto, os orçamentos de defesa dos EUA e da China convergirão em algum momento entre 2023 e 2028 (International Institute for Strategic Studies, 2013, p. 255).

Evidentemente, tais extrapolações devem ser tratadas com muito cuidado. A taxa de crescimento anual real dos gastos chineses em defesa contraiu-se de 10,4% em 2003-7 para 7,6% em 2009-13 (International Institute for Strategic Studies, 2014, p. 210). Essa tendência acompanha aproximadamente a desaceleração da taxa de crescimento geral da economia chinesa. Mesmo a taxa de crescimento menor dependeu de um *boom* de investimento baseado em endividamento, projetado pelo governo em resposta à Grande Recessão de 2008-9. Porém, agora analistas preveem que a China pode enfrentar uma “recessão de balancete”, na qual empresas fortemente endividadas concentram-se em cortar suas dívidas, reduzindo, como resultado, a demanda efetiva e a produção (Wildau, 2014).

Mas seja o que for que o futuro guarde para a economia chinesa, a distância que a separa da americana permanece, na verdade, expressiva. Mais cedo este ano, o Banco Mundial anunciou que o PIB chinês é agora maior que o dos EUA. Essa estimativa apoiou-se na controversa paridade do poder de compra (PPP) como medida da renda nacional, que ajusta diferenças em custos entre os países. Mas a China possui uma população de 1,356 bilhão, enquanto a dos EUA é de apenas 319 milhões. Mesmo utilizando a medida PPP, que pende a comparação a favor da China, em 2013 o PIB *per capita* dos EUA era US\$ 52.000, enquanto o da China era US\$ 9.800.¹⁰ O Estado americano ainda rege sobre uma economia muito mais rica que a da China. Economia que está, além disso, no centro do sistema financeiro global, emite a principal moeda de reserva e articula uma rede de alianças internacionais que enlaça os Estados capitalistas avançados em sua liderança política e militar (Callinicos, 2009, capítulo 5).

⁹ Todos os dados do International Institute for Strategic Studies (2014).

¹⁰ Cf.: <www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2004rank.html>. Para as armadilhas das medidas de renda via PPP, ver Wade, 2014, pp. 315-319.

No entanto, a redistribuição global do poder econômico está conduzindo a uma intensificação da concorrência geopolítica. A segunda das crises mencionadas acima, a intervenção da Rússia na Ucrânia, em desafio aos EUA, à OTAN e à União Europeia, é o exemplo mais visível desse desdobramento, mas a partir da perspectiva de mais longo prazo, o que vem acontecendo na Ásia oriental – o quarto daqueles conflitos – é muito mais significativo. Muita atenção está direcionada ao acúmulo de poder naval chinês no Pacífico ocidental e a um conjunto de disputas territoriais nos mares da China meridional e oriental. A mais grave delas coloca China e Japão, a segunda e terceira maiores economias do mundo, uma contra a outra quanto à posse das ilhas desabitadas Diaoyu/Senkaku.

Para além do simbolismo nacionalista e das reservas de energia dispersas pela região, encontra-se a significância estratégica do Mar da China meridional. De acordo com o geoestrategista David Kaplan:

O Mar da China meridional funciona como o gargalo dos oceanos Pacífico ocidental e Índico – a massa de tecido econômico conectivo onde rotas marítimas globais convergem. Aqui encontra-se o centro do entorno [*Rimland*] navegável da Eurásia, pontuado pelos estreitos de Malaca, Sunda, Lombok e Macáçar. Mais da metade da carga mercante anual do mundo passa por esses pontos de estrangulamento, e um terço de todo o tráfego marítimo global (Kaplan, 2014, localização Kindle 222)¹¹.

A globalização econômica, ao elevar a dependência dos Estados de fluxos transnacionais de bens, tornou vital a manutenção de acesso a rotas-chave. Diziam no século XV, época em que o sudeste asiático era valorizado pelos Estados europeus como uma fonte de especiarias raras e caras: “Quem quer que seja o senhor de Malaca terá suas mãos na garganta de Veneza” (Dyer, 2014a, p. 26). Mais recentemente, Hu Jintao, presidente chinês em 2002-2012, falou a respeito de um “dilema de Malaca”, já que muito das exportações da China de bens manufaturados e das importações de energia e matérias-primas tem de passar por esses estreitos conectando o Oceano Índico e o Pacífico. Isso incitou a China a investir em rotas terrestres alternativas para o Oceano Índico que evitam os estreitos através de Myanmar e do Paquistão (Kaplan, 2010).

Enquanto isso, as rotas marítimas das quais depende a posição da China como a maior economia industrial e exportadora do mundo são protegidas pela

¹¹ Kim (2013) oferece uma análise marxista de rivalidades interimperialistas na Ásia Oriental. Ver também Friedberg (2012), Luttwak (2012) e Dyer (2014). Embora esses livros e o de Kaplan tenham sido escritos a partir da perspectiva do imperialismo americano, isso não os impede de oferecer informação e *insights* valiosos.

marinha americana, que tem dominado o Pacífico desde a derrota do Japão em 1945. Tal situação não é aceitável para os governantes da China, como indicado pela expansão da marinha do Exército de Libertação Popular e pelos pesados investimentos em sistemas bélicos (por exemplo, uma frota de submarinos que, em 2020, equiparar-se-á à dos EUA e o míssil DF-21, que pode atingir alvos móveis no mar tal como porta-aviões) que podem negar aos navios de guerra americanos acesso aos mares ao longo da costa chinesa. Kaplan cita Paul Bracken, da Universidade de Yale, no sentido de que a “China não está constituindo uma marinha convencional tanto quanto uma ‘marinha antimarinha’ destinada a empurrar as forças marítimas e aéreas dos EUA para longe da linha costeira da Ásia Oriental” (Kaplan, 2014, localização Kindle 706).

Mas o que vem acontecendo na Ásia é muito mais do que um confronto binário entre EUA e China. Estados em geral expandem seus gastos militares à medida que afirmam seus interesses uns contra os outros. Particularmente, desde que o nacionalista de direita Shinzo Abe assumiu como primeiro-ministro em 2012, o Japão tem se posicionado como o líder de uma coalizão anti-China. China, Taiwan, Vietnã, Malásia e Filipinas, todos com reivindicações contestadas sobre as Spratly, ilhas ricas em energia, nelas foram construídas estruturas para uso de suas marinhas. Kaplan aponta que

não é apenas a China que está melhorando suas forças armadas, também os países do sudeste asiático em geral. Seus orçamentos de defesa cresceram por volta de um terço na década passada, enquanto orçamentos de defesa europeus declinaram. Importações de armas na Indonésia, Singapura e Malásia elevaram-se em 84%, 146% e 722%, respectivamente, desde 2000. O gasto dirige-se a plataformas marítimas e aéreas, navios de guerra de superfície, submarinos com sistemas avançados de mísseis e caças de longo alcance. Recentemente, o Vietnã gastou US\$ 2 bilhões em seis submarinos, topo de linha, Kilo-class russos e US\$ 1 bilhão em caças russos. A Malásia inaugurou recentemente uma base para submarinos na ilha de Bornéu, mesmo à medida que a China desenvolve uma base subterrânea para 20 submarinos nucleares na ilha de Hainan, do outro lado do Mar da China meridional. Enquanto os Estados Unidos estiveram distraídos por guerras terrestres na Grande Ásia oriental, o poder militar vem silenciosamente se deslocando da Europa para a Ásia, onde autênticos complexos industriais civis-militares estão sendo construídos, com ênfase em forças marítimas (Kaplan, 2014, localização Kindle 383).

As antigas divisões da Guerra Fria não mais se encaixam em uma região onde, por exemplo, o Vietnã se volta aos EUA por equilíbrio contra a China, e a

Coreia do Sul é impelida em direção à China como contrapeso ao seu velho poder colonial, o Japão. O próprio Japão tem estendido tentáculos à Coreia do Norte, cujos governantes, ocasionalmente, direcionam mísseis de teste em sua direção. Como sustenta Kaplan, “multipolaridade em nível mundial já é um aspecto da diplomacia e da economia, mas o Mar da China meridional está pronto para demonstrar a que de fato se assemelha a multipolaridade em um sentido militar” (Kaplan, 2014, localização Kindle 319).

O fardo do império global

Em si mesma, a entrada da Ásia Oriental em um período de concorrência interestatal mais intensa não é uma ameaça direta à hegemonia americana. Ao contrário, uma maior assertividade chinesa pode ter o efeito de empurrar mais Estados asiáticos, além do Vietnã, em direção aos EUA¹². O problema mais profundo origina-se no próprio traço que distingue os EUA de todos os demais Estados – a saber, o fato de ser o único poder genuinamente global, mantendo uma posição dominante em todas as regiões-chave da economia mundial (América do Norte, Europa Ocidental, Ásia Oriental e Oriente Médio). Dito cruamente, quanto mais alastradas as crises, mais difícil é para Washington dedicar a atenção e os recursos necessários para resolver qualquer uma delas.

Esse problema foi um determinante crucial do declínio do antecessor dos Estados Unidos como poder capitalista hegemônico – a Grã-Bretanha – entre o final do século XVIII e início do século XX. A capacidade da Grã-Bretanha em administrar o equilíbrio de poder europeu dependia decisivamente da combinação de sua força econômica (como a primeira economia capitalista industrial e como o centro dos sistemas financeiro e de comércio internacionais) e dos recursos fornecidos pelo império, principalmente todo o dinheiro e mão de obra que o Raj extraía da Índia. No início do século XX, a hegemonia britânica foi posta sob pressão graças à emergência dos EUA e da Alemanha como concorrentes industriais e navais. Contudo, o que quebrou a coluna do império, mais do que qualquer outra coisa, foi a ameaça de desafios geopolíticos surgindo simultaneamente em três regiões-chave – Europa continental, Mediterrâneo e Ásia Oriental. Ao fim dos anos 1930, essa ameaça tornou-se realidade na figura do Eixo formado pela Alemanha nazista, a Itália fascista e o Japão. Ambas as estratégias empregadas por sucessivos primeiros ministros – apaziguamento sob Neville Chamberlain e confrontação ao Eixo, em aliança com os EUA, sob Winston Churchill – falharam em salvar o Império Britânico¹³.

¹² Esse é o fardo de Luttwak (2012).

¹³ Ver Darwin (2009), especialmente capítulos 8 e 11.

O poder econômico e militar americano é ainda muito maior do que o da Grã-Bretanha algum dia foi. Mas os EUA começam a enfrentar o mesmo tipo de problema, já que devem lidar com a ascensão da China, uma Rússia novamente assertiva e uma tensão contínua no Oriente Médio. Os contornos do problema já eram claros quando Obama assumiu o governo (Callinicos, 2010, capítulo 2). Sua solução foi dúplice: primeiro, liquidar a guerra fracassada de Bush na Ásia Ocidental (retirando as tropas americanas do Iraque em 2011 e, após uma fútil expansão inicial, do Afeganistão no ano seguinte), e em segundo lugar, realizar o célebre “giro” para a Ásia, dando prioridade à região Ásia-Pacífico nos esforços diplomáticos e recursos militares de Washington (p. ex. 60% da marinha americana)¹⁴. Mas, além dessa reorientação em prioridades geográficas, Obama tirou do fracasso dos neoconservadores a lição de que os EUA devem ser muito mais cautelosos no uso do poder militar. Isso já era evidente em sua recusa (apesar da pressão da então secretária de Estado, Hillary Clinton) em intervir demasiadamente na guerra civil síria e na rapidez com que se aproveitou da oposição do Congresso para abandonar sua ameaça de utilizar ataques aéreos para punir o regime de Assad pelo uso de armas químicas.

Em um discurso na Academia Militar de West Point, em maio, buscou generalizar a partir de sua experiência, desenvolvendo o que foi divulgado como uma nova doutrina estratégica:

Eis a minha conclusão: os Estados Unidos devem sempre liderar no cenário mundial. Se não o fizermos, ninguém mais o fará. As Forças Armadas [...] são e sempre serão a espinha dorsal daquela liderança. Mas as Forças Armadas dos EUA não podem ser o único — ou mesmo o principal — componente de nossa liderança em todas as instâncias. O fato de termos o melhor martelo não quer dizer que todo problema seja um prego¹⁵.

Obama reafirmou a “doutrina” própria de George W. Bush: “os Estados Unidos usarão de força militar, unilateralmente se necessário, quando nossos interesses centrais o exigirem”. Mas foi além para frisar que “para o futuro próximo, a ameaça mais direta para os Estados Unidos, internamente e no exterior, continua sendo o terrorismo. Mas uma estratégia que envolva invadir todo país que abrigue redes terroristas é ingênua e insustentável”, particularmente porque “a principal ameaça de hoje não mais advém de uma liderança centralizada da Al Qae-

¹⁴ Para uma crítica dessa última política, por provocar uma resposta agressiva-defensiva de Pequim, ver Ross, 2012.

¹⁵ <www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/05/28/remarks-president-west-point-academy-commencement-ceremony>.

da. Em vez disso, advém de afiliados e extremistas descentralizados da Al Qaeda, muitos com agendas focadas em países onde operam”¹⁶.

Em duas semanas, as palavras de Obama voltaram para assombrá-lo: em 10 de junho, Mossul, segunda maior cidade do Iraque, caiu sob o EIIS. Longe de ser uma turba fragmentada, nas palavras de Patrick Cockburn:

Movimentos com características da Al Qaeda [...] hoje comandam uma vasta região no norte e oeste do Iraque e leste e norte da Síria. A área sob seu domínio é centenas de vezes maior que qualquer território já controlado por Osama bin Laden, cujo assassinato, em 2011, foi tido como um grande golpe no terrorismo mundial. Na verdade, é desde a morte de bin Laden que os afiliados da Al Qaeda tiveram seus maiores sucessos (Cockburn, 2014, localização Kindle 112).

Mas o EIIS está longe de ser o único desafio à tentativa de Obama de evitar novas confrontações. Francis Fukuyama criticou-o por afirmar que “a única ameaça direta que enfrentamos é o terrorismo. Ele disse virtualmente nada sobre respostas de longo prazo às outras duas grandes ameaças à ordem mundial: Rússia e China [...], aliados que os EUA juraram defender estão agora ameaçados por nações industrializadas com forças armadas sofisticadas” (Fukuyama, 2014). Fukuyama é um ótimo barômetro para deslocamentos na opinião da classe dominante norte-americana – anunciando o fim da história e o triunfo do capitalismo liberal em 1989, exortando à guerra ao Iraque no fim dos anos 1990 e saltando prontamente do comboio neoconservador quando ficou evidente que a aventura Bush-Blair havia fracassado (Anderson, 2006). Agora ele reconhece que o impulso para disseminar globalmente o neoliberalismo não impediu um renascimento de desafios geopolíticos para os EUA e seus aliados.

Desses desafios, o russo é muito menos grave. Isso se deve em parte porque, mesmo sob Putin, a Rússia é uma sombra da URSS, apesar de sua determinação em manter controle econômico e político sobre as antigas repúblicas soviéticas ao longo de suas fronteiras orientais e ocidentais. Mas é também porque a Ucrânia importa muito menos para os EUA do que para a Rússia. A iniciativa de precipitar ali a crise veio da Comissão Europeia, da ala pró-ocidente da oligarquia ucraniana e de alguns Estados-membros da UE na Europa central e oriental, que têm contas a acertar com Moscou. Susan Watkins captura adequadamente o oportunismo reativo que os EUA demonstraram:

¹⁶ <www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/05/28/remarks-president-west-point-academy-commencement-ceremony>.

Para Washington, enquanto isso, há apenas o automatismo imperial do *hegemon* global: se existe um vácuo de poder em um país de tamanho médio, o reflexo do Departamento de Estado é adentrar e assumir o comando. Na Ucrânia, os EUA têm muito menos a perder que a UE, embora também muito menos a ganhar que a Rússia. Mas a partir do momento que a crise eclodiu em Kiev, Washington não pôde resistir à oportunidade de construir um regime de acordo com seus interesses (Watkins, 2014, p. 11).

Como todos os governos dos EUA, o de Obama tem seus gaviões – mais notavelmente Victoria Nuland, secretária-assistente de Estado para Assuntos Europeus e Eurasianos e um resquício neoconservador da administração Bush. Ela foi grampeada, em fevereiro, discutindo como inserir o nacionalista ucraniano ocidental Arseniy Yatsenyuk no governo (ele foi devidamente nomeado primeiro-ministro após a deposição do presidente Viktor Yanukovich) e descartando Bruxelas com a frase infame: “Sabe, foda-se a UE”¹⁷. Mas a estratégia dominante do governo tem sido de forçar uma relutante e dividida UE a adotar planos de sanções cada vez mais duros para punir a Rússia por anexar a Crimeia e desestabilizar a Ucrânia, mas também de evitar uma confrontação mais aberta. Essa é uma abordagem de baixo custo: os EUA têm ligações econômicas muito mais limitadas com a Rússia do que a UE, então as sanções mais robustas que Washington impôs não causam muitos danos. Mas uma resposta militar (para além de medidas limitadas a fim de impulsionar a periferia oriental da OTAN) nunca esteve na agenda. Operações convencionais de larga escala tão próximas à Rússia estão provavelmente além dos recursos do Pentágono e podem, de qualquer forma, resultar em um apelo a armas nucleares por Moscou.

A política ocidental em relação à intervenção da Rússia na Ucrânia – suficiente para ferir, mas não suficiente para matar – favoreceu os interesses de Putin. A integração da Ucrânia no bloco ocidental ameaça trazer a OTAN às fronteiras da Rússia – um bônus para Washington, mas uma ameaça mortal para Moscou. Surfando uma onda de nacionalismo, Putin rapidamente tomou posse da Crimeia, mas em outras localidades da Ucrânia usou táticas mais sutis. Um artigo fascinante (mesmo que algo superestimado) no *Financial Times*, no fim de agosto, expressou as frustrações da OTAN em relação a como a Rússia vinha lhe superando na Ucrânia:

Em público, líderes da OTAN falam da mentalidade de século XX de Vladimir Putin. [...] Mas, privadamente, eles são mais francos – e preocupados – em relação às táticas de século XXI que o Sr. Putin vem

¹⁷ <www.bbc.co.uk/news/world-europe-26079957>. Ver também (Dyer, 2014b).

usando. As ações da Rússia na Ucrânia pulverizaram a ideia de que tecnologias de comunicação em expansão e interdependência econômica estavam promovendo uma espécie de grande negociação.

Ao invés disso, genocídio, irredentismo e agressão militar, que eram tidos como em declínio, estão vivos e bem, encontrando novos e poderosos meios para serem empregados na Ucrânia e além. [...] A OTAN refere-se a essa forma de conflito como “guerra híbrida”. O termo refere-se a uma ampla variedade de ações hostis, das quais a força militar é apenas uma parte pequena, que são invariavelmente executadas conjuntamente como parte de uma estratégia flexível e com objetivos de longo prazo.

Previsivelmente, a apresentação mais lúcida do conceito é russa. Em fevereiro de 2013, Valeri Gerasimov, o recém designado Comandante de Estado-Maior russo, escreveu um artigo no jornal da defesa russa *VPK*.

Guerra e paz, escreveu o Sr. Gerasimov, em termos que agora parecem proféticos, estão tornando-se mais tênues.

“Métodos de conflito”, ele escreveu, mudaram e agora envolvem “a utilização ampla de medidas políticas, econômicas, informacionais, humanitárias e outras medidas não-militares”. Tudo isso, diz ele, poderia ser complementado pelo atijamento da população local como uma quinta coluna e por forças armadas “ocultadas” (Jones, 2014b).

Então, precisamente o que Putin não fez, a despeito das denúncias intermináveis e carregadas de *cliché* de líderes do ocidente e seus ecos midiáticos, foi enviar tanques à Ucrânia, como a União Soviética na Hungria em 1956 e na Checoslováquia em 1968. Ao invés disso, Moscou forneceu comando e controle, inteligência, forças especiais e armamento pesado às milícias pró-Rússia no sudeste da Ucrânia. Somente quando a ofensiva do governo de Kiev, durante o verão, ameaçou sobrepujar seus oponentes foi que a Rússia despachou tropas regulares fortemente armadas em meados de agosto. Elas obrigaram as forças governamentais a um recuo desordenado e deram ao presidente ucraniano Petro Poroshenko pouca alternativa exceto negociar o cessar-fogo que Putin prontamente ofereceu. Dmitri Trenin, diretor do Centro Carnegie de Moscou, explicou a estratégia do presidente russo ao *Financial Times*:

Ao escalar o envolvimento da Rússia na Ucrânia oriental nas últimas semanas e despachar tropas russas regulares, o Sr. Putin enviou uma mensagem a Kiev de que não permitiria que forças ucranianas derrotassem os rebeldes pró-Rússia.

“Ele pôs seu dedo no equilíbrio da batalha, não seu punho inteiro. E isso foi suficiente para impedir a vitória das forças ucranianas”, disse o Sr. Trenin. O principal alvo do presidente russo, acrescentou, foi posicionar Moscou para ter “influência suficiente para afetar decisivamente o que acontece em Kiev”, e impedir que se junte a alianças ocidentais como a OTAN (Olearchyk, Farchy & Buckley, 2014)¹⁸.

Assim, mesmo uma enfraquecida Rússia foi capaz de superar a OTAN em seu “exterior próximo”. A China é uma questão muito mais difícil. Parcialmente por causa do tamanho e dinamismo de sua economia e do discurso com o qual, como vimos, está expandindo seus recursos militares. Mas também é porque, como a Rússia, seu foco é primariamente regional, e não global. Como Geoff Dyer afirma:

A China não tem intenção alguma em desafiar os EUA ao redor do globo nas próximas décadas. Não tem nenhum interesse em estabelecer uma presença naval significativa no Caribe, por exemplo, ou em colocar soldados na Europa continental. Ao invés disso, está focada na Ásia. [...] A China não precisa nivelar-se com os EUA dólar por dólar para atingir seus objetivos: precisa apenas gastar o suficiente para mudar o equilíbrio estratégico no Pacífico Oriental. Os estrategistas chineses falam de guerra, táticas e ferramentas “assimétricas” que podem habilitar um país mais fraco e menor a infligir grandes danos a um rival maior. A China não está se preparando para uma guerra com os EUA. Na verdade, a meta é alcançar os objetivos políticos de Pequim sem jamais disparar sob raiva. Ao contrário, sua expansão militar é elaborada para gradualmente modificar os cálculos de comandantes americanos, para dissuadi-los de considerar operações militares em qualquer área próxima da costa da China, e para empurrá-los lentamente para mais longe no Pacífico (Dyer, 2014b, pp. 44-45).

De volta ao atoleiro

Como já assinalado, não está para além do poder de Washington responder efetivamente a esse desafio, mediante uma combinação de reposicionamento de instalações militares e da exploração dos temores do expansionismo chinês entre os vizinhos de Pequim. Mas isso requer uma concentração de tanto atenção como recursos na Ásia oriental. O avanço do EIIS – a terceira das crises que listamos no início – está ameaçando bloquear efetivamente esse pivô. Como ar-

¹⁸ Ver também Olearchyk e Buckley (2014).

gumentado em nossa última edição¹⁹, a ascensão do EIIS é essencialmente o produto de dois fatores. Em primeiro lugar, o fracasso da ocupação anglo-americana do Iraque forçou os Estados Unidos a transferir o controle para um regime xiita crescentemente extremista e autoritário, comandado por Nouri al-Maliki, que segregou a minoria árabe sunita de tal forma, que o EIIS foi capaz de dominar primeiro Faluja e depois Mossul com relativa facilidade. Segundo, a guerra civil extremista principiada pelo regime de Assad em resposta à Revolução Síria de 2011 deu ao EIIS o espaço no qual ele poderia dominar grandes áreas da Síria oriental, a partir de onde ele poderia iniciar seus ataques contra o Iraque (Callinicos, 2014).

O EIIS é uma organização jihadista sunita extremista, cuja inspiração original provém da Al-Qaeda. Ele de fato desenvolveu-se a partir da Al-Qaeda na Mesopotâmia. Em meio ao caos promovido pela invasão de 2003, esse grupo, liderado por Abu Musab al-Zarqawi até que ele fosse morto pelos norte-americanos em 2006, especializou-se em ataques extremistas cruéis contra a maioria xiita no Iraque. Essa estratégia ajudou a impedir a consolidação de um movimento de resistência unificado à ocupação dos EUA (Napoleoni, 2005). Mas o EIIS evoluiu de formas que são significativamente diferentes com relação ao Al-Qaeda. Jason Burke argumenta que, no auge de seu poder, a Al-Qaeda funcionava não como um “grupo terrorista hierárquico coerente, com um único líder, uma ideologia claramente uniforme e uma habilidade para conceber e executar projetos globalmente”, mas muito mais como uma companhia capitalista de risco que contrata e financia projetos propostos a ela por diferentes grupos jihadistas mundo afora. Em seguida a sua expulsão do Afeganistão em 2001, “tudo o que resta é a ideia da ‘Al-Qaeda’” (Burke, 2004, pp. 231; 232; 290). A natureza amorfa da Al-Qaeda casava-se bem com o discurso da moda sobre o futuro da guerra residir em conflitos “assimétricos” entre Estados e atores “não-estatais” organizados em redes.

Mas, como seu nome sugere, a ambição do EIIS é de tornar-se um estado – de fato, ele já se proclamou um Califado. Isso reflete seu desejo por restaurar a política da era islâmica clássica como uma alternativa para os males da modernidade e a dominação do Ocidente. Isso é literalmente uma ideologia reacionária, mas sua visão utópica da comunidade política transnacional islâmica permitiu ao EIIS atrair seguidores em muitos países. Também legitimou a construção de um novo Estado nas áreas controladas pelo EIIS na Síria oriental e no Iraque ocidental, onde ele está desenvolvendo sistemas de contabilidade e controle burocrático muito modernos. O EIIS está evoluindo desde resgates de sequestros e pagamentos por proteção para fontes mais tradicionais de receita, exigindo uma taxa mensal de US\$ 2 de donos de loja, e introduzindo tarifas públicas.

¹⁹ [N.T.] Edição 143 do periódico *International Socialism*.

A tomada de Raqqa no último ano deu ao EIIS controle sobre o campo de petróleo da Síria oriental, e ele vem empregando a extensa rede clandestina estendida pelas fronteiras da Síria, Iraque e Turquia para vender estimados 80.000 barris por dia (Jones, 2014a; Daragahi & Solomon, 2014). Muitos pensadores burgueses encararam o Estado como uma organização extorsiva de proteção, na qual os donos de propriedade pagam em troca da segurança de suas pessoas e posses. O EIIS parece compreender esse *quid pro quo*. Os relatos iniciais de que ele teria roubado os cofres dos bancos de Mossul demonstraram-se falsos: os bancos permaneceram abertos durante o regime jihadista.

Agora, Obama comprometeu-se a “decompor e, finalmente, destruir” esse proto-Estado. Sua estratégia enfrenta duas contradições fundamentais. A primeira é preservar os restos de seu compromisso com o fim das guerras externas dos EUA. Obama prometeu que a contribuição dos EUA para derrotar o EIIS seria confinada puramente ao poder aéreo. Mas o EIIS possui uma força aérea altamente móvel e efetiva, de maneira que precisaria ser derrotada por tropas no solo. De fato, Obama já enviou aproximadamente 1.220 tropas norte-americanas para o Iraque e anunciou despachar outras 475 em 10 de setembro²⁰. Sua missão é “orientar” o exército do Iraque, mas todo mundo sabe que o envolvimento dos Estados Unidos com a guerra em terra no Vietnã iniciou com John F. Kennedy enviando números crescentes de “orientadores” no início dos anos 1960.

O general Martin Dempsey, chefe do Estado-Maior Conjunto dos EUA, recusou em mais de uma ocasião descartar o retorno das tropas terrestres norte-americanas ao Iraque. Em 25 de setembro, ele disse a um jornalista: “Se você está sugerindo que eu deveria, em algum momento, recomendar que nós tenhamos uma ampla força em solo para derrotar [o Estado Islâmico], a resposta é também com certeza”. Ele rapidamente emendou: “Mas não precisa ser de norte-americanos”. A “força ideal” seria uma “composta de iraquianos e curdos e da oposição moderada da Síria” (Rosen, 2014).

A solução para a primeira contradição – a nova “coalisão da boa-vontade” [*coalition of the willing*] de Obama – leva a uma segunda. Evidentemente, as tropas terrestres não virão da Grã-Bretanha ou de qualquer outro dos Estados da OTAN, seriamente ocupados com seus cortes de orçamentos de defesa. Eles terão de vir, portanto, da própria região. Mas aqui há um pântano de dificuldades políticas. Capital baseado no Golfo agora domina economicamente a Arábia oriental, provendo uma retaguarda crucial para as contrarrevoluções no Egito e na Síria (Hanieh, 2011). A Arábia Saudita e outros estados do Golfo desempenharam seu papel na transformação da Revolução Síria numa guerra civil extremista ao tomar o conflito como uma oportunidade de fortalecer o poder árabe sunita

²⁰ [N.T.] Provavelmente, Callinicos refere-se a setembro de 2014 mesmo, muito embora a publicação original do artigo tenha sido em outubro de 2014.

ne região contra seus oponentes xiitas (a base extremista alauíta de Assad é uma ramificação xiita, e seu regime é um aliado próximo do Irã). Grande parte do dinheiro e armas que eles despejaram na guerra síria acabaram nas mãos de grupos jihadistas como o EIIS ou Jabhat al-Nusra, afiliado oficial da Al-Qaeda. Ademais, a legitimidade da monarquia saudita deriva do wahhabismo, a interpretação ultrapurista do Islã que inspira a Al-Qaeda e suas ramificações.

Então – em que pese o envolvimento dos Estados do Golfo na campanha aérea contra o EIIS –, eles estão muito comprometidos com os jihadistas para serem confiáveis. A Turquia, supostamente o poder regional em ascensão, está numa posição complicada, que também a torna ambivalente com relação ao EIIS. A ideia de que o exército iraquiano poderia preencher essa lacuna é risível. O regime do Iraque tornou-se durante a ocupação aquilo que um ex-ministro iraquiano chamou de “uma cleptocracia institucionalizada” (Cockburn, 2014, localização Kindle 417)²¹. A corrupção permeia o exército: então não é uma surpresa que ele tenha abandonado primeiro Faluja e depois Mossul para combatentes do EIIS numericamente inferiores, mas altamente motivados, deixando à disposição dos vitoriosos novas armas e veículos fornecidos pelos EUA. Quanto ao “moderado” Exército Livre da Síria [ELS], uma deserção do EIIS demanda que “encontros do conselho militar do ELS fossem invariavelmente frequentados por representantes dos serviços de inteligência sauditas, dos Emirados Árabes Unidos, jordanianos e catariano, assim como por agentes da inteligência dos EUA, Grã-Bretanha e França” (Cockburn, 2014, localização Kindle 585). Os comitês locais que emergiram a partir da insurreição original representam forças populares mais autênticas, mas, em termos práticos, o ELS tem se alinhado militarmente com os jihadistas.

Resta o regime de Assad. Sua relação com o EIIS tem sido ambígua. Suas tropas tenderam à evitar a luta com os jihadistas, concentrando seus ataques no braço mais secular da revolução. Ademais, de acordo com o *Financial Times*, o EIIS “vende óleo para o regime de Assad, de acordo com diversas fontes independentes com grande conhecimento de causa. O regime ‘mantém as luzes acesas’ em algumas cidades controladas pelo EIIS em troca de barris, afirma um oficial da inteligência do Ocidente” (Jones, 2014a). Mas a crise criada pela queda de Mossul encaixou-se perfeitamente com as demandas de Assad por estar na linha de frente da “guerra ao terrorismo”. Alguns proeminentes intelectuais da diplomacia dos EUA – por exemplo, Richard Haass, diretor de planejamento diplomático do Departamento de Estado durante o governo do jovem Bush, e Philip Bobbitt, que possui conexões no Partido Democrata – agora advogam uma aliança tática com Assad contra o EIIS (Haass, 2014; Bobbitt, 2014). Isso tem uma lógica

²¹ (Cockburn, 2014, localização Kindle 417).

realista, assim como tem o passo seguinte de cooperação com os apoiadores de Assad em Teerã. Mas isso deixaria os sauditas e outros xeicados do Golfo furiosos, e confirmaria o argumento do EIIS para defender os sunitas contra um mundo opressivo e hostil.

Portanto, os EUA estão sendo arrastados de volta ao envolvimento militar no Oriente Médio, onde eles têm diante de si um conjunto de alternativas intragáveis. Com isso, eles estão tentando apoiar um *status quo* regional que está se esfacelando em virtude de tensões internas acumuladas. Esse *status quo* tem muitas vítimas, sendo os palestinos o caso mais óbvio. O último ataque de Israel a Gaza (o primeiro dos conflitos listados no início desse artigo) era, de fato, nada mais do que um episódio na guerra permanente que o Estado sionista deve promover para perpetuar a despossessão e subjugação dos palestinos. Embora os EUA tenham mantido seu apoio de praxe para Israel – reabastecendo-o com armas que as Forças de Defesa de Israel (FDI) estava usando indiscriminadamente para massacrar civis –, o preço dessas ofensivas é crescente. As FDI foram pegas de surpresa pelas inovações militares do Hamas desde seus últimos ataques a Gaza – em particular, o complexo de túneis subterrâneos e o treinamento de combate e o equipamento dos combatentes do Hamas – e as baixas de Israel foram maiores do que previamente. Mas, como a imensa vantagem militar de Israel erode lentamente, não há saída para esse impasse estrutural originado da dependência da segurança israelense com relação à opressão dos palestinos.

Numa escala regional, a figura é menos de entrave do que de fluidez. As mesmas causas por trás da ascensão do EIIS – a catastrófica invasão do Iraque e as revoluções árabes – desestabilizaram todos os regimes árabes. Obama, como seu predecessor, agora emprega o poder miliar norte-americanos para congelar esse fluxo. É improvável, como vimos, que ele venha a ser bem-sucedido. Ao longo do caminho, contudo, essa nova intervenção sem dúvida causará muito sofrimento humano e estrago político, com toda probabilidade de reforçar, em lugar de enfraquecer, o EIIS. O sucesso das forças contrarrevolucionárias na região – acima de tudo no Egito, o coração do mundo árabe – deu a iniciativa para a reação, qualquer que seja o formato que ela assuma – os EUA, Israel, Arábia Saudita, EIIS. No bombardeio de Gaza pelas FDI, nos massacres extremistas no Iraque e na Síria, na repressão contrarrevolucionária do Egito, na campanha aérea orquestrada pelos EUA vemos imagens concretas da barbárie que Rosa Luxemburgo predisse que tralaria a humanidade na ausência de uma revolução socialista. Todas as fichas estão numa nova onda revolucionária.

Para os revolucionários, opor-se à campanha aérea de Obama – e as demais ações militares que vierem a seguir – deveria ser óbvio. (Deveríamos também, claro, nos opor à expansão da OTAN na Europa central e oriental.) Mas essa oposição precisa ter claro o entendimento de que a última intervenção militar dos EUA no Oriente Médio possui como pano de fundo uma renovação das rivalidades

interimperialistas numa escala inédita desde o fim da Guerra Fria. O anti-imperialismo, durante aquela era, exigia não simplesmente opor nosso “próprio” imperialismo, mas também recusar o embelezamento das ações de seus rivais e o entender que eles também operam de acordo com uma lógica imperialista. A mesma posição é necessária hoje, com a complicação de que atualmente nós vemos uma competição interestatal multipolar. Isso é mais claro na Ásia oriental. Numa escala global, os EUA permanecem como o único poder mundial, mas enfrentam desafios regionais sérios impostos pela Rússia e pela China, e, no interior do bloco ocidental, a Alemanha e o Japão estão novamente assertivos.

Compreender essa complexidade não é apenas um exercício acadêmico. Se nós atribuímos um papel “progressista” aos rivais norte-americanos, nós perdemos o fio da meada da luta de classes. O antagonismo principal no mundo torna-se aquele entre Estados e não o entre classes. Mas, por detrás de seus conflitos de interesse reais, todos os Estados capitalistas de ponta estão unidos por sua dependência comum da exploração do trabalho assalariado. Como Lenin e Luxemburgo haviam entendido tão bem em 1914, a crítica do sistema imperialista é uma ferramenta política essencial para unir os trabalhadores contra o capital.

Referências

- ANDERSON, Perry. Inside Man *In: The Nation* (24 de abril), 2006. Disponível em: <www.thenation.com/article/inside-man>.
- BINNSi, Peter. Understanding the New Cold War *In: International Socialism*, 19 (spring), 1983.
- BOBBITT, Philip. Choose Enemies Carefully But Be Less Picky about Allies *In: Financial Times* (29 August), 2014. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/0/ad07797a-2ed9-11e4-afe4-00144feabdc0.html#axzz3ERM4pdQy>.
- BRENNER, Robert. *The Boom and the Bubble: The US in the World Economy*. London; New York: Verso, 2002.
- BURKE, Jason. *Al-Qaeda: The True Story of Radical Islam*. London: Penguin, 2004.
- CALLINICOS, Alex. *The New Mandarins of American Power: The Bush Administration's Plans for the World*. Cambridge; Malden: Polity, 2003.
- _____. *Imperialism and Global Political Economy*. Cambridge; Malden: Polity, 2009.
- _____. *Bonfire of Illusions: The Twin Crises of the Liberal World*. Cambridge; Malden: Polity, 2010.
- _____. Nemesis in Iraq *In: International Socialism* 143 (summer), 2014. Disponível em: <www.isj.org.uk/?id=981>.
- CLARK, Christopher. *The Sleepwalkers: How Europe Went to War in 1914*. London: Penguin, 2012.
- COCKBURN, Patrick. *The Jihadis Return: ISIS and the New Sunni Uprising*. New York; London: OR Books, 2014.

- DARAGHI, Borzou, & SOLOMON, Erika. Fuelling ISIS Inc *In: Financial Times* (21 September), 2014. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/2/34e874ac-3dad-11e4-b782-00144feabdc0.html#axzz3ERM4pdQy>.
- DARWIN, John. *The Empire Project: The Rise and Fall of the British World System, 1830-1970*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- DEUTSCHER, Isaac. *The Great Contest: Russia and the West*. New York: Ballantine Books, 1961.
- DYER, Geoff. *The Contest of the Century: The New Era of Competition with China - and How America Can Win*. London: Allen Lane, 2014a.
- _____. US Diplomat Victoria Nuland Faces Questions over Strategy *In: Financial Times* (31 de julho), 2014b. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/0/a4f13052-18ca-11e4-80da-00144feabdc0.html#axzz3ERM4pdQy>.
- FERGUSON, Rob. Ukraine: imperialism, war and the left *In: International Socialism* 144 (spring), 2014. Disponível em: <<http://isj.swp.org.uk/www.isj.org.uk/index177f.html?id=1019&issue=144>>.
- FRIEDBERG, Aaron. *A Contest for Supremacy: China, America, and the Struggle for Mastery in Asia*. New York: W. W. Norton & Co., 2012.
- FUKUYAMA, Francis. ISIS Risks Distracting US from More Menacing Foes *In: Financial Times* (25 de junho), 2014. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/0/68428a5a-f7c0-11e3-90fa-00144feabdc0.html?siteedition=uk#axzz35qWVRlx>.
- GOWAN, Peter. *The Global Gamble: Washington's Faustian Bid for World Dominance*. London: Verso, 1999.
- HAASS, Richard. Look to Syria to Halt the Deadly March of ISIS *In: Financial Times* (26 de agosto), 2014. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/0/8f5ff39a-2c39-11e4-8eda-00144feabdc0.html?siteedition=uk#axzz3ERM4pdQy>.
- HANIEH, Adam. *Capitalism and Class in the Gulf Arab States*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HOBSON, John A. [1902] *Imperialism: A Study*. London: Allen & Unwin, 1938.
- International Institute for Strategic Studies. *The Military Balance 2013*. London: Taylor & Francis, 2013.
- _____. *The Military Balance 2014*. London: Taylor & Francis, 2014.
- JONES, Sam. Diverse Funding and Strong Accounting Give ISIS Unparalleled Wealth *In: Financial Times* (22 de junho), 2014a. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/0/21e8c922-f95d-11e3-bb9d-00144feab7de.html#axzz3ERM4pdQy>.
- _____. Ukraine: Russia's New Art of War *In: Financial Times* (28 de agosto), 2014b. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/2/ea5e82fa-2e0c-11e4-b760-00144feabdc0.html#axzz3ERM4pdQy>.

- KAGARLITSKY, Boris. Ukraine's Uprising against Nato, Neoliberals and Oligarchs—an Interview with Boris Kagarlitsky *In: Counterfire* (8 de setembro), 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/pgnnpn64>>.
- KAPLAN, David. *Monsoon: The Indian Ocean and the Future of American Power*. New York: Random House, 2010.
- . *Asia's Cauldron: The South China Sea and the End of a Stable Pacific*. New York: Random House, 2014.
- HA-YOUNG, Kim. Imperialism and Instability in East Asia Today *In: International Socialism* 138 (spring), 2013. Disponível em: <www.isj.org.uk/?id=882>.
- LUTTWAK, Edward. *The Rise of China vs. the Logic of Strategy*. Cambridge (US): Harvard University Press, 2012.
- NAPOLEONI, Loretta. *Insurgent Iraq: Al Zarqawi and the New Generation*. London: Constable, 2005.
- OLEARCHYK, Roman, & BUCKLEY, Neil . How Russia Forced Ukraine into a Ceasefire with Rebels *In: Financial Times* (12 de setembro), 2014. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/0/3a243bb4-3a5f-11e4-bd08-00144feabdc0.html?siteedition=uk#axzz3ERM4pdQy>.
- OLEARCHYK, Roman; FARCHY, Jack & BUCKLEY, Neil . Putin and Poroshenko Weigh Ceasefire and Prospect of “Frozen Conflict” *In: Financial Times* (3 de setembro), 2014. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/0/828004a6-3389-11e4-ba62-00144feabdc0.html#axzz3ERM4pdQy>.
- ROSEN, James. US Combat Role in Iraq Not Off Table, Gen. Dempsey Says *In: The News & Observer* (26 de setembro), 2014. Disponível em: <www.newsobserver.com/2014/09/26/4184661_us-combat-role-in-iraq-not-off.html?rh=1>.
- ROSS, Robert. The Problem with the Pivot: Obama's New Asia Policy is Unnecessary and Unproductive *In: Foreign Affairs* (novembro-dezembro), 2012. Disponível em: <www.foreignaffairs.com/articles/138211/robert-s-ross/the-problem-with-the-pivot>.
- WADE, Robert H. Growth, Inequality, and Poverty: Evidence, Arguments, and Economists *In: RAVENHILL, John (ed.). Global Political Economy*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- WATKINS, Susan. Annexations. *In: New Left Review*, II/86, 2014. Disponível em: <newleftreview.org/II/86/susan-watkins-annexations>.
- WILDAU, Gabriel. China Risks ‘Balance-Sheet Recession’ as Stimulus Impact Wanes. *In: Financial Times* (21 de setembro), 2014. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/0/14404880-3fdb-11e4-a381-00144feabdc0.html?siteedition=uk#axzz3E1XCsvNj>.
- WOLF, Martin. *The Shifts and the Shocks: What We've Learned – and Have Still to Learn – from the Financial Crisis*. London: Penguin, 2014.

Recebido em 12 de junho de 2015
Aprovado em 19 de junho de 2015

El otoño mexicano

The Mexican Autumn

Carlos Illades*

Resumo

Com o retorno do Partido Revolucionário Institucional (PRI) à presidência da república em 2012, os movimentos sociais no México se reativaram. Primeiramente, o movimento #Yo soy 132, que protestava contra a aliança da televisão privada com o PRI; depois, a mobilização do magistério dissidente, contra a reforma educacional; mais adiante, a conformação de grupos de autodefesa comunitária (melhor conhecidos como “Policía Comunitária”) para enfrentar o crime organizado; e, por último, a mobilização social pelo desaparecimento de 43 estudantes da Normal Rural de Ayotzinapa. Esta última, à qual se agregou o efeito acumulado dos outros movimentos, configura o Outono mexicano, expressão de uma sociedade castigada pela violência criminal e insatisfeita com a incapacidade do Estado de cumprir suas funções básicas.

Palavras-chave: movimentos sociais; Ayotzinapa; violência

Abstract

Since the Institutional Revolutionary Party (PRI – Partido Revolucionario Institucional) returned to the Presidency of the Mexican Republic in 2012, social movements have reawakened. First, the #Yo soy 132 movement, that protested against the alliance between PRI and corporate media. ; then, the dissident teachers’ mobilization, against the educational reform; later on, the conformation of communitarian self-defense groups (best known as “Communitarian Police”) to stand up to organized crime; and last, the social mobilization for the disappearing of 43 students that belonged to the Normal Rural from Ayotzinapa. This one, considering the accumulated effect of the others previous movements, configures the Mexican Fall, expression of a society castigated by the criminal violence and discontent with the inability of the State to execute its basics functions.

Keywords: social movements; Ayotzinapa; violence

* Universidad Autónoma Metropolitana, México.

Las crisis económicas internacionales de 2008 y 2011 no sólo provocaron el empobrecimiento de millones de personas sino que dejaron maltrecha la reputación de la clase política. Y no era para menos: la asociación entre los negocios corruptos del gran capital y los políticos venales que los hizo posibles dejó claro que éstos no se debían precisamente a sus electores. Ya el conde de Saint-Simon consideraba a los políticos parte de las clases parasitarias y actualmente crece la certeza de que la economía acabó con la autonomía de la política¹.

Pese a su nutrida base social, el régimen de la Revolución mexicana no consolidó la fama pública de la clase política, antes bien alimentó la convicción de que la honradez no figuraba entre sus virtudes cívicas. Cabría pensar que la legitimidad democrática habría mejorado la opinión con respecto de los políticos pero, a juzgar con las encuestas sobre la confianza en las instituciones, los partidos políticos consistentemente se colocan en el último lugar en cuanto a confianza ciudadana se refiere. Y, en lo que debería de haberse leído con preocupación, la elección intermedia de 2009 – en la que se realizó una campaña tenaz en contra del *establishment* político – sumó casi dos millones de boletas en blanco, la cifra más alta de la que se tenga registro. Para 2013, la 1ª Encuesta Iberoamericana de Juventudes mostró que los jóvenes españoles y mexicanos eran quienes recelaban más de las instituciones y, a no dudar, de la clase política².

El desencanto juvenil no se explica por un *ethos* rebelde inherente a esa etapa de la vida (cuando convocaba Daniel Cohn-Bendit a desconfiar de los mayores de 30 años)³, sino que responde sobre todo a que los jóvenes se inscriben en la franja de edad más castigada por el paupérrimo crecimiento de la economía mexicana durante las tres últimas décadas, a que son ellos víctimas frecuentes de la extorsión policial y, actualmente, reserva de brazos del crimen organizado. No sorprende por tanto que en 1986, 1999, 2012 y 2014 la juventud universitaria adquiriera protagonismo. En los dos primeros, por conservar la *cuasi* gratuidad de la enseñanza pública; después, contra la alianza de la televisión privada con el PRI; ahora, en torno a la demanda de la presentación con vida de los 43 alumnos desaparecidos en Iguala la noche del 26 de septiembre de 2014.

Además, tenemos la reactivación del movimiento magisterial a causa de la reforma educativa la cual rebasó con mucho a las respuestas sociales contrarias a las demás reformas estructurales (la energética, por ejemplo), donde se anticipaba una resistencia mayor dado el poderoso referente del nacionalismo revolucionario en el imaginario colectivo. Sin embargo no ocurrió así: fue más intensa

¹ Cf. Touraine, 2013, p. 37; Jameson, 2013, p. 173; Agamben, 2012, p. 33; Žižek, 2013, p. 23; Castells, 2012 p. 21; Iglesias, 2014, p. 155.

² Cf. “Jóvenes mexicanos, los que menos confían en las instituciones”, *Milenio*, 22 de agosto de 2013.

³ “Mito marchito” lo llama Bartra, 2011, p. 106.

una reivindicación sectorial que otra con raigambre histórica – concibámosla o no como mito – y que concernía a un segmento mayor de la ciudadanía.

Pero la movilización social no se redujo a las ciudades. En algunas regiones con gran presencia del crimen organizado se formaron grupos de autodefensa para resguardar a la población. Si bien el fenómeno no es nuevo – basta recordar la resistencia armada a las guardias blancas de caciques y terratenientes – lo que destaca es la rapidez con que se extendieron las autodefensas comunitarias y su alcance geográfico. Incluso en lugares como Tepalcatepec, Michoacán, la movilización armada tuvo visos de insurrección popular. De allí la premura del gobierno federal por restablecer el control y concebir la fantasía de un Estado de derecho en la entidad.

Más allá del obvio carácter violento de las autodefensas, colocadas en el límite por la violencia criminal y un Estado omiso (una forma de violencia también, según los estudiosos), destaca que aquel repertorio sea utilizado frecuentemente en la acción colectiva. Posiblemente el fenómeno esté relacionado con que la sociedad mexicana haya naturalizado la violencia, además de que este recurso permite una economía de medios a los movimientos sociales produciendo efectos inmediatos (Tarrow, 2012, p. 180). Podríamos agregar también que el desprestigio de la clase política en su conjunto – por su cercanía con el mundo del dinero, lícito o ilícito, y en consecuencia con la corrupción – lleva a asumir que no hay diferencias sustantivas entre los partidos y, por tanto, la inexistencia de opciones para el cambio que no pasen por la acción directa. De ser así, no considero que este repertorio violento domine ya la movilización social pero, sin duda, incide en el imaginario colectivo superior a sus fuerzas (vía las imágenes de la televisión o de la prensa, y del rechazo que provoca en los sectores no movi- lizados) dándole la oportunidad de someter a los demás actores participantes.

¿Qué ha pasado en los últimos años que explique la reanimación y radicalización de los movimientos sociales? ¿Por qué otra vez los jóvenes están tomando las calles? ¿Cómo ha reaccionado la sociedad civil organizada ante el regreso del PRI? ¿Por qué crecen las formas violentas de acción colectiva? ¿Cuál es la respuesta estatal hacia la movilización social? ¿Qué consecuencias tiene ésta para la germinal democracia mexicana? Estas son algunas de las preguntas que orientan este texto que, más que ofrecer respuestas, intenta aportar algunos elementos al debate público.

#Yo soy 132

La matanza de la Plaza de las Tres Culturas marcó por generaciones la imagen que los jóvenes universitarios tendrían del régimen (autoritario, represor, corrupto e ineficaz) y permitió identificar el objetivo visible de la acción colectiva. El Leviatán mexicano era el responsable de los problemas y, al mismo tiempo,

el único capaz de resolverlos. Se dudaba tanto de su capacidad como de su buena disposición, lo que no impedía exigirle resultados puntuales. Tampoco se le permitió olvidar el 2 de octubre. Cercana la alternancia, el gobierno priísta tuvo que hacerse cargo de la huelga estudiantil que paralizó la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) cerca de un año. Por su parte, las administraciones del Partido Acción Nacional (PAN) no enfrentaron acciones estudiantiles de consideración, aunque sí importantes movilizaciones sociales (Atenco, Oaxaca), la oposición de izquierda más poderosa de que se tenga memoria y la protesta pacífica de los familiares de las víctimas de la desquiciada guerra contra del narcotráfico que Felipe Calderón Hinojosa emprendió sin ningún cálculo sensato de las consecuencias. Mientras que el retorno del PRI al gobierno federal reavivó al movimiento estudiantil, puso en marcha al magisterio y en pie de guerra a las autodefensas comunitarias.

En un acto de campaña que parecía rutinario, frente a un público habitualmente dócil, el candidato que iba adelante en las encuestas Enrique Peña Nieto salió furtivamente del *campus* de la Universidad Iberoamericana después de ser increpado por los estudiantes a propósito de la represión en San Salvador Atenco, quienes le gritaban “cobarde, la Ibero no te quiere”. Las televisoras editaron los momentos escabrosos del encuentro en Santa Fe, por lo que la indignación cundió entre los estudiantes al contrastar la experiencia matutina con lo que aquéllas transmitieron por la noche, calificando el incidente como un “motín porril”. Y, ante la acusación de la jefatura priísta de que eran individuos ajenos a la institución, 131 estudiantes mostraron en un video sus credenciales, además de decir su número de matrícula y nombre. Para la noche, “el hashtag ‘#131 alumnos de la Ibero’ se había convertido en *trending topic* mundial”⁴. Nació así el movimiento #Yo soy 132.

El movimiento fue efímero, en parte por su horizontalidad, escasa estructuración y autonomía irrestricta de cada una de las asambleas locales, lo que provocó que cada una hablara por sí misma, pero que se interpretara como si lo hiciera a nombre del conjunto (al fin y al cabo todas eran #Yo soy 132), confundiendo a la opinión pública y perdiendo eficacia sus mensajes; también, debido a que redujo su horizonte a la elección constitucional de 2012, quedándose sin propuesta para el día después. No obstante, animó una contienda deslucida en la que se anticipaba la victoria del PRI y, por vez primera, hizo marchar unido al alumnado de las universidades públicas y privadas. De acuerdo con una crónica periodística, en la manifestación del 24 de mayo “la avenida Reforma se llenó de

⁴ Cf. “La Ibero no te quiere”, *Reporte Índigo*, 11 de mayo de 2012; cit. Estrada Saavedra, 2014, p. 93; “No somos porros ni acarreados, responden alumnos de la Ibero que increparon a Peña”, *La Jornada*, 15 de mayo de 2012; De Mauleón, 2012; “La autocomunicación de masas proporciona la plataforma tecnológica para la construcción de la autonomía del actor social...” Castells, 2012, p. 24.

pancartas en las que los alumnos del Tecnológico de Monterrey, la Universidad Autónoma Metropolitana, el Instituto Politécnico Nacional e inclusive de otros estados se pronunciaban en contra del monopolio mediático”. Varias paradas frente a los corporativos rubricaron la convicción de que la televisión manipulaba las noticias surgiendo la consigna de “apaga la tele y prende la verdad”⁵.

La deficiente coordinación del movimiento, el escaso control sobre sus bases y la falta de un núcleo de activistas medianamente profesionalizados (con una representatividad incuestionable) permitió ganar posiciones a los grupos radicales, mejor organizados que el alumnado que por primera vez se manifestaba en el espacio público. El resultado electoral puso en acción a aquellos grupos que se hicieron presentes en la marcha del 7 de julio, la cual, no obstante la numerosa concurrencia, evidenció la fragmentación del movimiento estudiantil. A la vez que el #Yo soy 132 se deslindó con antelación de la convocatoria “por considerar que era un intento de utilizarlos con fines personales y partidistas”, una profusa propaganda con su nombre circuló en redes sociales y se fijó en las estaciones del metro. “Queremos democracia, no telenovelas”, sentenciaba una manta, mientras un joven escaló la Estela de Luz a manera de protesta⁶.

Con la entrada en escena de los radicales, autodefinidos como “anarquistas”, la protesta social dirigida en principio contra la asunción de Peña Nieto abrió una vertiente antiestatal además de confrontada con el poder económico. Sin embargo, el nuevo énfasis se confundió en la maraña de eventos ocurridos el 2 de diciembre y en las múltiples interpretaciones que ofrecieron actores y medios. Abundaron acusaciones, deslindes y evidencias (objetivas o fabricadas), pero de lo que no hay duda es de la impericia y brutalidad policial, además de la presencia “de varios grupos de personas embozadas, con máscaras antigás y paliacates, que intentaban derribar las barricadas instaladas desde hace una semana sobre la avenida Eduardo Molina”. Horas más tarde, “los choques entre policías y anarquistas llegaron a la esquina de Reforma y Bucareli, donde un grupo compacto de personas con el rostro cubierto destrozó cajeros automáticos y los vidrios de un edificio de Bancomer y oficinas alternas de *El Universal*”. Aparte de decenas de heridos y consignaciones arbitrarias, un activista sufrió una herida fatal por un proyectil detonado por las fuerzas del orden⁷.

⁵ Cf. “Marcha Yo soy 132 toma las calles de México”, *El Economista*, 24 de mayo de 2012; “#Yo soy 132 pide ‘apagar la tv y encender la verdad’”, *La Jornada*, 14 de junio de 2012. Cabe señalar que la primera mención de una marcha contraria a Peña Nieto apareció en un tuit el 1 de mayo. De Mauleón, “De la red a las calles”, 2012.

⁶ Cf. “Protestan contra la ‘imposición’”, *El Universal*, 8 de julio de 2012; “Miles de personas protestan contra Peña Nieto en mega marcha”, *El Economista*, 7 de julio de 2012.

⁷ Cf. “Enfrentamientos dejan 121 heridos”, *El Universal*, 2 de diciembre de 2012; “Muere el activista Kuykendall, herido en el operativo policiaco del 1 de diciembre de 2012”, *La Jornada*, 26 de enero de 2014. Para más sobre estos grupos véase Illades, , 2014b.

“Ese puño sí se ve”

Con el paro de 2008, la disidencia magisterial había articulado una poderosa resistencia frente a la Alianza por la Calidad Educativa, intento del presidente Felipe Calderón por regular la carrera docente, para lo cual signó un acuerdo con la maestra Elba Esther Gordillo, aliada estratégica del panismo desde la campaña presidencial de 2006. En Morelos fue donde cobró vigor la movilización de los mentores quienes realizaron una manifestación multitudinaria en Cuernavaca el 23 de agosto. Iniciada días atrás, la suspensión de labores se prolongó un par de meses. En octubre, varias secciones de la Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación (CNTE) realizaron un plantón en el centro de la ciudad de México para obtener la derogación de aquel convenio⁸. No lo consiguieron, pero lograron neutralizarlo.

La reforma educativa de 2012 midió fuerzas entre la nueva administración priísta y la CNTE. Del paquete de reformas estructurales realizadas por el gobierno federal, la que provocó mayor resistencia fue justamente ésta, debido quizá a que el adversario en turno estaba curtido en la lucha y contaba con una fuerte cohesión gremial, mezcla de prácticas autoritarias, prebendas y genuina adhesión de sus bases⁹.

Dirigida a recuperar el control de la gestión educativa por parte de la Secretaría de Educación Pública (SEP), mediante la introducción de mecanismos de evaluación de los profesores, la reforma logró imponerse con la aquiescencia del Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación (SNTE), doblegado por la consignación penal de su presidenta vitalicia, y con una fuerte oposición de la CNTE, especialmente en los estados de Oaxaca, Guerrero, Chiapas y Michoacán. Sumando la participación marginal de otras, las secciones magisteriales de estos estados tuvieron en vilo a la población de la ciudad de México durante cuatro meses y, por tiempo indefinido, a las de sus respectivas entidades.

Tras la aprobación de la reforma por el Congreso local, los enfurecidos mentores destrozaron en Chilpancingo las sedes del Partido Acción Nacional (PAN), Partido de la Revolución Democrática (PRD) y Partido Revolucionario Institucional (PRI) el 24 de abril de 2013. Por la mañana, cerca de dos mil profesores de la Coordinadora Estatal de Trabajadores de la Educación de Guerrero (CETEG) agredieron el local de Acción Nacional con “piedras, tubos y palos” y el de la Revolución Democrática, atacado en una acción anterior, recibió “bombas molotov” y fue parcialmente incendiado. Cerca de las tres de la tarde, en el edificio del

⁸ Cf. “Marchan 20 mil maestros contra la alianza educativa en Morelos”, *La Jornada*, 23 de agosto de 2008; “Deja plantón de maestros pérdidas de mil 500 millones de pesos en Morelos”, *El Universal*, 10 de octubre de 2008; “Bloque plantón tránsito en las inmediaciones de la SEP”, *El Universal*, 9 de octubre de 2008.

⁹ Cf. Para el caso de Michoacán, la mecánica gremial está bien expuesta en Rivera Velázquez, 2013, pp. 47-48.

Revolucionario Institucional, los profesores disidentes “destruyeron todo lo que encontraron a su paso, incluyendo el equipo de cómputo, para después rociar gasolina y quemar el lugar”¹⁰.

Al comenzar el ciclo escolar 2013-2014, alrededor de dos millones de alumnos de educación básica y media se quedaron sin clases por el paro magisterial en las cuatro entidades ya mencionadas. Tan sólo en Oaxaca, la cifra rondó un millón 300 mil. Además de la abrogación de la reforma educativa, la sección 22 de la CNTE reclamaba en el estado sureño hacer lo propio con la reforma laboral y procesar penalmente a Ulises Ruiz por los asesinatos de 2006. A los pocos días, los maestros inconformes bloquearon los accesos al Aeropuerto Internacional de la Ciudad de México y amagaron con permanecer en la plancha del zócalo durante las fiestas patrias, sitio que ocupaban desde el 9 de mayo. Focos rojos se encendieron tanto en el gobierno federal como en el capitalino que, mediante un operativo policial, “limpiaron” la Plaza de la Constitución. Concluida la recuperación de este espacio público – perdido a partir de entonces por los movimientos sociales a consecuencia de la intransigencia de la CNTE – “grupos de embosados, simpatizantes del magisterio y los autodenominados ‘anarquistas’ se confrontaron con elementos de la policía federal”¹¹. De allí, hasta hoy, quedó un campamento en el Monumento a la Revolución como embajada de los mentores en la capital de la república.

El pueblo armado

La tercera pista por la que transitó la acción colectiva fue la seguridad, o la inseguridad, para darle un nombre más adecuado. Si bien ésta se disparó desde 2008, cuando crecieron vertiginosamente las ejecuciones, los daños a la población civil no eran todavía evidentes. Las masacres de Villas de Salvácar (Ciudad Juárez), contra estudiantes de bachillerato, y San Fernando (Tamaulipas), victimando a migrantes centroamericanos, ambas en 2010, permitieron ver a la sociedad que la violencia no era sólo entre criminales, recusando la lógica ingenua según la cual el crimen, como el mercado, se regulan por sí mismos¹².

La policía comunitaria se formó ante el despliegue de las fuerzas armadas para combatir a la guerrilla en la Montaña guerrerense en el gobierno de Ernesto Zedillo, acción que multiplicó la inseguridad y violación a los derechos humanos. En la década siguiente, esta policía se extendió en otros espacios geográficos

¹⁰ Cf. “Incendian Guerrero; destruyen sedes locales de partidos políticos”, *Excélsior*, 24 de abril de 2013.

¹¹ Cf. “Mega paro magisterial: dos millones de niños sin clases en cuatro estados”, *Proceso*, 19 de agosto de 2013; “Maestros bloquean inmediaciones del aeropuerto del DF”, *El Universal*, 23 de agosto de 2013; “Detienen federales a 31 tras el desalojo”, *El Universal*, 14 de septiembre de 2013.

¹² Cf. Hope, 2013, pp. 39-40; Illades & Santiago, 2014, pp. 106 y ss.

para enfrentar a bandas de asaltantes, abigeos, talamontes y al crimen organizado, frecuentemente asociados en una especie de “cadena productiva” en la que unos complementan a otros. El 14 de junio de 2009, el Congreso Nacional Indígena proclamó el derecho de los pueblos originarios a la autodefensa; pero fue el asesinato de dos comuneros a manos de talamontes, en abril de 2011, y la escasa disposición de los gobiernos estatal y federal de enviar a la fuerza pública para proteger a los habitantes de Cherán, en la Meseta Purépecha, lo que provocó que éstos bloquearan con barricadas los accesos a la comunidad. Para febrero del año siguiente, los cheranenses instalaron un concejo municipal en remplazo de la inoperante administración municipal anterior. En tanto que el asesinato de un taxista en octubre de 2012 por parte de una banda de delincuentes motivó a los ciudadanos de Olinalá, y otros poblados guerrerenses próximos al estado de Puebla, a formar más policías comunitarias, colocar retenes, suspender clases y establecer un toque de queda parcial para resguardarse de los criminales. A diferencia de las primeras que se formaron en Guerrero, éstas utilizaban armas de alto poder¹³.

A las policías comunitarias, habilitadas para defender a los pueblos, se agregaron a autodefensas ciudadanas que, además de ese cometido, se dieron a la tarea de batir a los delincuentes fuera de sus comunidades, aumentando la escala de los enfrentamientos armados. La Unión de Pueblos y Organizaciones Sociales del Estado de Guerrero (UPOEG) se constituyó en 2011; demandaba la implantación de una tarifa única preferencial de luz “para los municipios con presencia indígena y afroamericana en las regiones de la Montaña, Costa Chica, Norte y Centro”. Contó con una agenda social más amplia, que incluía planes de desarrollo social y seguridad pública. Concebida como gestora de los asuntos comunitarios ante el gobierno, la organización también buscaba articular “las demandas de los pueblos y comunidades, en materia económica, política, social y cultural desde la perspectiva comunitaria”, sustentando sus acciones “en el diálogo y acuerdo con los diferentes entes públicos en sus tres niveles y con los principales actores sociales” (UPOEG, 2014, pp. 1-2).

El incremento sustancial de la violencia criminal en la entidad movió a la UPOEG a constituirse como autodefensa de manera tal que, contando con la anuencia del empresariado local, en enero de 2014 se trazó el objetivo de recuperar la capital estatal de manos del crimen organizado, dominado en ese momento por el grupo de los Rojos. Un mes antes, el Consejo General de Autodefensas y Comunitarios de Michoacán, con presencia en 22 municipios, había iniciado una ofensiva contra el grupo criminal conocido como los Caballeros Templarios.

¹³ Cf. “Cherán, a la espera de fuerzas federales”, *El Universal*, 13 de mayo de 2011; “Barricadas y toque de queda en Olinalá: toman el ayuntamiento”, *La Jornada*, 1 de noviembre de 2012.

Ya en febrero de ese año, núcleos armados encabezado por Juan Manuel Mireles Valverde, médico general de la Clínica de Salud de Tepalcatepec, e Hipólito Mora, mediano agricultor de Buenavista Tomatlán, lograron expulsar a los Templarios de sus poblaciones¹⁴.

“Vivos se los llevaron, vivos los queremos”

El “estamos hasta la madre” – título de la carta abierta de Javier Sicilia “a los políticos y los criminales” – irrumpió sonoramente en 2011. Con esa elocuente expresión de hartazgo, el Movimiento de la Paz con Justicia y Dignidad (MPJD) señaló los monstruosos costos humanos que la guerra contra el narcotráfico endosaba a la sociedad, en nombre de la cual, paradójicamente, el presidente Calderón Hinojosa tomó la determinación de emprenderla. Pese a la gran expectativa que generó el encuentro de junio en el alcázar del Castillo de Chapultepec, descrito en el *twitter* del michoacano como “experiencia intensa y aleccionadora”¹⁵, en realidad no dejó lección alguna al gobierno federal, a no ser algunos acuerdos que quedaron en letra muerta. La estrategia para enfrentar el crimen organizado no cambió y, al final del sexenio, la administración panista fue incapaz siquiera de dar una cifra confiable con respecto del número de víctimas (muertos, desaparecidos, desplazados, etcétera).

A pesar de que con el retorno del PRI la estrategia contra el crimen ha sido básicamente la misma de la gestión anterior, tanto el énfasis en las reformas estructurales como la emergencia de los movimientos sociales a los que nos hemos referido situaron en un plano secundario del discurso público los problemas de derechos humanos y la penetración del crimen organizado en distintas esferas estatales. Sin embargo, la ejecución extrajudicial de 21 presuntos delincuentes por parte del ejército, el 30 junio de 2014 en San Pedro Limón (Tlatlaya, Estado de México), y el asesinato de 6 personas en Iguala, el 26 de septiembre, más la desaparición forzada de 43 estudiantes de la Escuela Normal Rural Isidro Burgos (Ayotzinapa) hicieron que aquellos asuntos pendientes refrendaran su vigencia, incluso agravados por la inacción gubernamental. Tlatlaya, pero más que nada Ayotzinapa, dieron la vuelta al mundo consternado a la opinión pública internacional. Y, en México, provocaron expresiones de solidaridad e indignación no vistas desde 1968 o 1985.

¹⁴ Cf. Illades & Santiago, 2014, pp. 135 y ss. Con respecto de las autodefensas michoacanas, un experto en seguridad las caracteriza como “un movimiento impulsado por productores agrícolas y empresarios locales que logró encauzar el descontento de otros sectores de la población de Tierra Caliente frente a los abusos de los criminales, en un contexto en que ninguna autoridad le ponía freno”. Guerrero Gutiérrez, 2014, p. 49.

¹⁵ Cf. Sicilia, 2011, p. 159; “Diálogo con Sicilia, ‘intenso y aleccionador’: Calderón”, *Proceso*, 24 de junio de 2011.

Varias razones configuraron la masacre de Iguala como un acontecimiento límite dentro de la conciencia nacional. Para empezar, la evidencia de que la fuerza pública responde a las órdenes del crimen y actúa en contra de la sociedad. En segundo término, porque se trataba de jóvenes pobres de una de las entidades más abandonadas del país. También, debido a la incapacidad (incluso discursiva) del Estado, que no puede proteger a la población y ni siquiera realizar una investigación medianamente certera, profesional y aseada de los hechos sangrientos. Además, como acabamos de señalar, por la intención deliberada de la administración federal de silenciar la violencia en los medios de comunicación, tomando los sucesos de Iguala por sorpresa a una opinión pública “bombardeada” con el relato diario de los éxitos gubernamentales (“Mover a México) y de la concordia de las principales formaciones políticas (el Pacto por México). Por último, gracias a la enorme cohesión grupal y capacidad de movilización de los normalistas de Ayotzinapa, ventaja comparativa en relación con las víctimas de otros crímenes masivos (i.e., San Fernando).

La movilización por Ayotzinapa ha sumado todos los actores de las acciones colectivas de los tres últimos años (estudiantes, maestros y autodefensas), con su componente pacífico y violento. Por tanto, la fuerza de la protesta actual no únicamente reside en el eco de la consigna “Vivos se los llevaron, vivos los queremos” – lema del Comité Eureka, de Rosario Ibarra de Piedra –, sino en el efecto acumulativo de las demás movilizaciones. Esta consigna, creo, provee de contenido a lo que Ernesto Laclau llamó “significante vacío”, espacio en el que se unifican las demandas particulares dentro del campo popular: es una y todas a la vez (Laclau, 2005, pp. 124-125).

Por simple contraste, la dimensión del acontecimiento empequeñeció a la de por sí menguada clase política que, desde las respectivas posiciones, siglas partidarias, corriente o tribu, únicamente atinó a deslindarse de la “barbarie”. Ocurrió una tragedia, en principio no había responsable alguno, sólo víctimas. Mientras aquella mostraba la sagacidad del avestruz, comenzó la movilización social en Chilpancingo, tomando como blancos al gobernador y al munícipe de Iguala. De allí en adelante, la CETEG llevaría la batuta en la capital guerrerense, fungiendo como el basamento organizado en la que se apoyaron las demás fuerzas sociales, entre ellas, los combativos estudiantes y padres de Ayotzinapa. Y, con su repertorio violento, la disidencia magisterial tiñó el conjunto de la movilización en aquella ciudad. El 29 de septiembre, aproximadamente tres mil personas marcharon hasta llegar a la sede del Congreso local “para exigir se aplique juicio político al gobernador Ángel Aguirre Rivero y al presidente municipal de Iguala, José Luis Abarca Velázquez”. Concluido el mitin, jóvenes de la Federación de Estudiantes Campesinos y Socialistas de México (FECSM) “rompieron cristales de la entrada de la biblioteca”. Simultáneamente, hubo una pequeña manifestación en Acapulco. Por la noche, alrededor de mil personas marcharon de nueva

cuenta en Chilpancingo, portando velas “para exigir a los gobiernos federal y estatal que se haga justicia a los normalistas asesinados... además del futbolista David Josue García Evangelista, quien murió ese mismo día, y para las otras dos víctimas de la agresión armada en Iguala”¹⁶.

Mucho mayor fue la manifestación del 2 de octubre en Chilpancingo, en la que el contingente ocupó un tramo superior a los tres kilómetros de la Autopista del Sol. Hicieron acto de presencia los estudiantes del FECSM, los profesores de la CETEG, docentes y alumnos de la Universidad Autónoma de Guerrero y el Colegio de Bachilleres, campesinos, amas de casa, estudiantes y padres de familia de Ayotzinapa. La protesta exigió la presentación con vida de los 43 desaparecidos en Iguala, reiterando la demanda de separar a Aguirre Rivero del cargo y procesar penalmente a Abarca Velázquez y al secretario de seguridad pública municipal Felipe Flores Velázquez, primo del alcalde igualteco. No hubo más que unas pocas pintas en los edificios públicos y, en Morelia, cerca de cinco mil personas que conmemoraron la matanza de la Plaza de las Tres Culturas ofrecieron respaldo a los normalistas guerrerenses. Un día antes, los estudiantes del Instituto Politécnico Nacional (IPN) habían marchado hacia la secretaría de Gobernación exigiendo la derogación del reglamento interno, la cancelación de los nuevos planes de estudio y la renuncia de la directora de la institución¹⁷. Para este momento, Abarca y su jefe de seguridad ya habían escapado (no había orden de aprehensión en su contra), el gobernador guardaba silencio y la administración federal seguía sin responder ni iniciar investigación alguna.

La FECSM ocupó transitoriamente las instalaciones de la Procuraduría General de Justicia del estado, pegando en las paredes las fotografías de los desaparecidos el 7 de octubre. Los agentes de la policía ministerial encargados de resguardar el inmueble huyeron cuando se aproximaban alrededor de 500 estudiantes dispuestos a tomarlo por la fuerza. Posteriormente, en compañía de los padres de familia, se trasladaron a la Autopista del Sol, donde permitieron el paso libre a los automovilistas en la caseta de peaje. Esa tarde, 300 integrantes de la UPOEG – autodefensa guerrerense –, iniciaron la Caravana por el desarrollo y la paz en dirección a Iguala, para después incorporarse a la búsqueda de los desaparecidos iniciada por la administración estatal. Ese mismo día, el presidente nacional del PRD, Carlos Navarrete, ofreció una “sentida” disculpa a los padres de los jóvenes desaparecidos. Para entonces, el gobierno federal había realizado las primeras

¹⁶ Cf. “Miles demandan en Chilpancingo juicio político al gobernador Aguirre Rivero”, *La Jornada*, 30 de septiembre de 2014.

¹⁷ Cf. “Megamarcha en Chilpancingo en demanda de hallar normalistas”, *La Jornada*, 3 de octubre de 2014; “Huélum en completo orden; se organizan para evitar infiltraciones de porros”, *Excélsior*, 1 de octubre de 2014.

detenciones, comenzando por 22 policías municipales, y el Ejército Popular Revolucionario (EPR) hablaba ya de “un crimen de Estado”¹⁸.

El día 8 de ese mes, el movimiento tuvo respuesta fuera de la entidad – en aproximadamente 25 estados –, coreándose la consigna “Vivos se los llevaron, vivos los queremos”. De acuerdo con la prensa, “las movilizaciones tuvieron lugar tanto en pequeños municipios, donde se reunieron 300 personas, hasta en ciudades como en Guadalajara, donde se concentraron alrededor de 7 mil ciudadanos”. En San Cristóbal de las Casas, cerca de 20 mil neozapatistas realizaron una marcha silenciosa a manera de duelo. Guanajuato y León, poco afectados a este tipo de actos, congregaron a más de dos mil estudiantes y ciudadanos portando veladoras y pancartas, indignados también por el asesinato de un estudiante a manos de la policía. Por segundo día consecutivo, una multitud en Chilpancingo tomó la calle reiterando sus exigencias. En Tlapa de Comonfort, media centena de jóvenes atacaron el palacio municipal. Y en la Ciudad de México, miles de personas exigieron la aparición de los normalistas y la salida de Aguirre Rivero. Se sumaron a la protesta intelectuales y dirigentes de la izquierda. Cuauhtémoc Cárdenas fue abucheado y agredido por un pequeño grupo que lo llamó cobarde, traidor y asesino. Únicamente cuando el reclamo traspasó las fronteras guerrerenses, el presidente Peña Nieto aludió el problema al advertir “señales de debilidad institucional en algunas partes del país”¹⁹.

La CETEG inició un paro de labores el 9 de octubre y, al día siguiente, una concentración en Chilpancingo insistió en la destitución de Aguirre Rivero, convocando a una “asamblea popular” para el día 15. Por su parte, el Congreso local comenzó el proceso parlamentario para retirar el fuero constitucional a Abarca Velázquez. Los días 12 y 13 hubo movilizaciones en Chilpancingo y en otros puntos de la entidad. En la segunda, “estudiantes, maestros y padres de familia incendiaron oficinas y destrozaron ventanales en el Palacio de Gobierno estatal y en la sede del ayuntamiento...”. Dos días después, en Ayotzinapa, se formó la Asamblea Nacional Popular (ANP), con la participación de la CETEG y otras organizaciones sociales. Aparte de la presentación con vida de los normalistas, la destitución de Aguirre y la desaparición de poderes en la entidad, el objetivo de la agrupación era la instalación de “una asamblea constituyente del pueblo de Guerrero, creando las mejores condiciones que permita[n] dar propuestas políti-

¹⁸ Cf. “Toman normalistas la Procuraduría General de Justicia de Guerrero; exigen presentar vivos a los desaparecidos”, *La Jornada*, 8 de octubre de 2014; “Vuelve a Iguala el ‘usted disculpe’”, *La Jornada*, 8 de octubre de 2014; “‘Liberen a policías detenidos o aténganse a las consecuencias’, amenaza cártel en Iguala”, *La Jornada*, 7 de octubre de 2014; “EPR: ‘fue un crimen de Estado’”, *La Jornada*, 6 de octubre de 2014.

¹⁹ Cf. “Marcha en 25 estados para pedir justicia por Ayotzinapa”, *La Jornada*, 9 de octubre de 2014; “Miles exigen la aparición de los normalistas y la salida de Aguirre”, *La Jornada*, 9 de octubre de 2014; “Agresión a Cuauhtémoc Cárdenas”, *La Jornada*, 9 de octubre de 2014; “Hay señales de debilidad institucional en el país”, *La Jornada*, 9 de octubre de 2014.

cas, sociales y económicas, culturales, donde la democracia emane de la soberanía de los pueblos, trabajar con el nombramiento de un gobierno honorable”. En pocas palabras, refundar el estado. Ese mismo día, pero en Ciudad Universitaria, una concentración estudiantil de procedencia variada gritó las consignas “Justicia”, “Vivos los queremos” y “Fuera Peña”, dentro del primer paro general universitario de 48 horas²⁰.

El 17 de octubre una imponente manifestación recorrió la costera Miguel Alemán, en Acapulco, coreando la multitud “¡Sicarios y policías son la misma porquería!” y “¡El terror viene del Estado!”. En siete estados hubo también movilizaciones. Cinco días después, una marcha en Iguala, en la que participaron la CETEG y la FECSM, recorrió la ruta de los normalistas desaparecidos insistiendo en la renuncia de Aguirre, el castigo a Abarca y la desaparición de poderes en la entidad, demanda que, recién señalamos, había planteado la ANP. Los mentores incendiaron el palacio municipal y destrozaron la Plaza Tamarindos, propiedad del municipio igualteco. En otros puntos de la entidad también ocurrieron movilizaciones. El día 22 inició el segundo paro general universitario. Finalmente, el 23 Aguirre anunció que solicitaría licencia al Congreso local²¹.

Pero ni el desafuero de Abarca ni la licencia de Aguirre mermaron la movilización. El 5 de noviembre, en el zócalo capitalino, los estudiantes gritaron “Vivos se los llevaron, vivos los queremos”, un insistente “¡Fuera Peña!”, al que se agregó “¡Fue el Estado!”, esto en el marco del tercer paro general universitario, ahora por 72 horas; surgió la propuesta de un paro nacional indefinido a partir del 20 de noviembre. En 22 estados se realizaron actos de protesta por Ayotzinapa. Y, un día después, presuntos neoanarquistas incendiaron un Metrobús y la estación Ciudad Universitaria, mientras en Chilpancingo contingentes del magisterio y de diversas organizaciones sociales tomaron el Palacio de Justicia estatal²².

La presentación de los resultados de la investigación por parte del procurador general de Justicia de la república, el 7 de noviembre, desató aún más la ira social: los normalistas habrían sido ejecutados por la banda criminal de los Gue-

²⁰ Cf. “Maestros, ejidatarios e la iniciativa privada piden la salida de Aguirre”, *La Jornada*, 11 de octubre de 2014; “‘En Guerrero no hay gobierno’, dicen empresarios y estudiantes”, *La Jornada*, 13 de octubre de 2014; “El gobierno ve a la guerrilla detrás de las movilizaciones en Guerrero”, *Proceso*, 19 de octubre de 2014; “Destrozos en el Palacio de Gobierno de Chilpancingo”, *La Jornada*, 14 de octubre de 2014; *Plan de acción de la Escuela Rural de Ayotzinapa y organizaciones sociales estatales en la Asamblea Popular #Ayotzinapa*, 2014; “Miles de universitarios manifestaron rabia e indignación por el caso Iguala”, *La Jornada*, 16 de octubre de 2014. Se citan los tres últimos.

²¹ Cf. “Más indignación por los 43 desaparecidos de Ayotzinapa”, *La Jornada*, 18 de octubre de 2014; “Marcha de 20 mil personas exige en Iguala justicia para los normalistas”, *La Jornada*, 23 de octubre de 2014; “La defenestración de Aguirre, paso a paso”, *Proceso*, 26 de octubre de 2014.

²² Cf. “¡Fuera Peña!, exigen miles en el zócalo”, *La Jornada*, 6 de noviembre de 2014; “En 22 estados, solidaridad con Ayotzinapa”, *La Jornada*, 6 de noviembre de 2014; “Incendian camión y estación del Metrobús Ciudad Universitaria: 2 detenidos”, *El Universal*, 6 de noviembre de 2014; “Toman organizaciones magisteriales y sociales oficinas federales y locales”, *La Jornada*, 7 de noviembre de 2014.

rreros Unidos y ni siquiera sería posible recuperar sus cuerpos cremados porque, de acuerdo con la hipótesis oficial, las cenizas se vertieron en el río Cocula. Ante los medios, lo único que el procurador presentó como evidencia fueron las declaraciones de tres presuntos delincuentes y escasos restos humanos calcinados, nada más que eso²³. Por la noche, jóvenes de distinta procedencia hicieron una parada en el Ángel de la Independencia, portaban veladoras y pancartas donde se leía “No fue el narco, fue el Estado”, “Fuera Peña”, “Vivos se los llevaron, vivos los queremos”, reapareciendo el “estamos hasta la madre” del MPJD²⁴.

Ante la frustración de muchos por los pobres y adversos resultados, el día 8 la violencia arreció en la Ciudad de México y también en Chilpancingo. En la Capital Federal, presumiblemente un pequeño grupo de neoanarquistas intentó quemar la puerta principal de Palacio Nacional²⁵; apareció la consigna “¡Ayotzinapa vive! El Estado ha muerto”. Y, en la ciudad guerrerense, alrededor de 600 estudiantes de la FECSM incendiaron unas camionetas próximas al Palacio de Gobierno, el cual sufrió daños considerables. No obstante que había caído Aguirre Rivero, y ya con un gobernador interino, el Movimiento Popular Guerrerense (MPG), integrante hasta donde entendemos de la ANP, “acordó impulsar la desaparición de poderes en los tres niveles de gobierno y propuso crear comités ciudadanos municipales y concejos populares para gobernar desde las colonias, barrios y comunidades de los 81 municipios de la entidad”²⁶.

La policía comunitaria se manifestó en Chilpancingo el 9 de noviembre, día en que llegó a la ciudad de México la marcha 43 por 43 en caminata desde Iguala. Al siguiente día, normalistas encapuchados bloquearon por cuatro horas el acceso al aeropuerto internacional de Acapulco. El 12 la movilización de la CETEG incluyó quema de la sede del PRI –atacada, como vimos, en múltiples ocasiones – y el edificio del Congreso estatal, así como algunos automóviles. En solidaridad,

²³ Hasta el momento únicamente se han identificado los restos de uno de los estudiantes (Alexander Mora Venancio), pero, como indica el reporte de los peritos argentinos coadyuvantes del caso, “no hay suficiente certidumbre científica o evidencia física de que los restos recuperados en el río San Juan por peritos de la pgr y en parte por el Equipo Argentino de Antropología Forense (EAAF), correspondan a aquellos retirados del basurero de Cocula, como indicaron los inculcados por la pgr. Se recuperaron restos humanos quemados y calcinados tanto en el río San Juan como en el basurero de Cocula. La evidencia que une a ambos sitios por ahora es esencialmente testimonial...” EAAF, “Identificación de uno de los 43 normalistas desaparecidos de Ayotzinapa”, 7 de diciembre de 2014.

²⁴ Cf. “PGR: los 43 habrían sido ejecutados y calcinados”, *La Jornada*, 8 de noviembre de 2014; “Nace en el Ángel propuesta de un paro nacional”, *La Jornada*, 8 de noviembre de 2014.

²⁵ Días después, los estudiantes de la unam desenmascararon a uno de los participantes en la quema, comprobando que se trataba de un infiltrado. “Descubren estudiantes rostro de ‘infiltrado’”, *El Universal*, 17 de noviembre de 2014.

²⁶ Cf. “Vandalizan anarquistas contra Palacio Nacional”, *El Universal*, 9 de noviembre de 2014; “Esto apenas empieza, advierten normalistas”, *La Jornada*, 9 de noviembre de 2014.

al día siguiente, normalistas de Michoacán destrozaron la sede del PRI en Morelia y cerraron el aeropuerto, y los de Oaxaca retuvieron por un rato a los empleados de la Ciudad Judicial. Horas después, comerciantes y hoteleros de Acapulco solicitaron la intervención federal para impedir que la movilización social dañara más a sus negocios ahuyentando al turismo. Y el 15 de noviembre un contingente de la CNTE marchó al zócalo de la ciudad de México, en tanto que el día anterior la FECSM y la CETEG hicieron lo propio en Chilpancingo²⁷.

Mes y medio después de los acontecimientos de Iguala, por voz de uno de sus ministros, la Suprema Corte de Justicia de la Nación aludió a la masacre instando a los nuevos jueces a “hacer saber a los ciudadanos, en cada sentencia, en cada acuerdo, en cada decisión que tomemos, que escuchamos sus reclamos de justicia”. El Legislativo no se quedó atrás y, en el proyecto del presupuesto de egresos de 2015, asignó 400 millones adicionales a las normales rurales, etiquetando 50 millones para Ayotzinapa “con el fin de evitar que los alumnos tengan que salir a botear para sostener las actividades curriculares”²⁸. Después de una gira por China y Australia, en medio de la crisis más severa de su administración (aunque más bien para alejarse de ésta mientras su gabinete trataba de recomponer la situación), regresó Peña Nieto endurecido: en lugar de rendir cuentas²⁹, las pedía. Subiendo el tono, a poco denunció un “‘afán orquestado por desestabilizar al país’ y atentar contra el proyecto que impulsa su gobierno”³⁰.

²⁷ Cf. “Marcha la CRAC-PC para exigir la presentación con vida de 43 normalistas”, *La Jornada*, 10 de noviembre de 2014; “La justicia, otra desaparecida: integrantes de la marcha 43 por 43”, *La Jornada*, 10 de noviembre de 2014; “Manifestantes bloquearon cuatro horas las actividades en el aeropuerto de Acapulco”, *La Jornada*, 11 de noviembre de 2014; “CETEG quema sede del PRI en Chilpancingo”, *El Universal*, 12 de noviembre de 2014; “Maestros incendian pleno del Congreso de Guerrero y autos”, *El Universal*, 12 de noviembre de 2014; “Se expande protesta normalista en Morelia”, *El Universal*, 12 de noviembre de 2014; “Normalistas destrozan sede del PRI en Morelia y cierran aeropuerto”, *La Jornada*, 13 de noviembre de 2014; “Piden en Acapulco intervenga el ejército; ‘no generaremos más violencia’, responde”, *La Jornada*, 14 de noviembre de 2014; “Marcha la CNTE del Monumento a la Revolución al zócalo”, *El Universal*, 15 de noviembre de 2014; “Marchan 8 mil personas en Chilpancingo para exigir que se presente con vida a normalistas”, *La Jornada*, 15 de noviembre de 2014.

²⁸ Cf. “Cimbra a México la violencia desmedida, afirma la Corte”, *El Universal*, 14 de noviembre de 2014; “Asignan a normales rurales \$400 millones adicionales”, *La Jornada*, 14 de noviembre de 2014.

²⁹ El reciente hallazgo periodístico de una costosísima residencia para la familia del presidente, presuntamente propiedad de uno de los contratistas de su gobierno, redujo a cero la credibilidad de la actual administración federal. “Del ‘momento mexicano’ se pasó al ‘desastre mexicano’, dice *The Financial Times*”, *Sin Embargo*, 14 de noviembre de 2014.

³⁰ Cf. “El Estado, facultado a usar la fuerza para restablecer el orden”, *La Jornada*, 16 de noviembre de 2014; cit. “Peña Nieto denuncia ‘afán orquestado para desestabilizar al país’”, *Animal Político*, 19 de noviembre de 2014. Mostrando escasa sensibilidad y menos inteligencia, el jefe de la Oficina de la Presidencia declaró a la prensa extranjera: “No vamos a sustituir las reformas por actos teatrales con gran impacto, no nos interesa crear ciclos mediáticos de éxito de 72 horas. Vamos a tener paciencia en este nuevo ciclo de reformas. No vamos a ceder aunque la plaza pública pida sangre y espectáculo ni saciar el gusto de los articulistas. Serán las instituciones las que nos saquen de la crisis, no las bravuconadas”, *El País*, 7 de diciembre de 2014.

Días antes, el EPR se había adjudicado el atentado explosivo en la tienda Soriana en Valle de Aragón (Ecatepec) en protesta por la desaparición de los 43 jóvenes y llamando a la instalación de una comisión de la verdad “compuesta por representantes de los familiares, la normal rural, de los pueblos y organizaciones independientes para investigar la desaparición de los normalistas”. Mientras tanto, los padres de los estudiantes integraron tres caravanas que recorrerían el país para exigir la presentación con vida de sus hijos. La madrugada del 20 de noviembre estallaron dos petardos en cajeros automáticos de Banamex y Scotiabank, en Naucalpan, y, por la noche, tres manifestaciones concurren en el zócalo de la ciudad de México, demandando la presentación con vida de los estudiantes. En el mitin, los padres de los desaparecidos afirmaron su deseo de cambiar “de una vez por todas este país; estamos dispuestos a mandar a la fregada estas instituciones, porque ya no sirven”. Cuando se había retirado la mayoría de los participantes, aparentemente hubo un enfrentamiento entre policías y un grupo de presuntos infiltrados pero, de acuerdo con los testimonios de los detenidos (liberados 10 días después por falta de pruebas), la policía capitalina arremetió en realidad en contra de los transeúntes³¹.

Después del 20 de noviembre las movilizaciones perdieron intensidad en la ciudad de México, en el estado de Guerrero continuaron en la tónica precedente y los estudiantes del IPN lograron una muy exitosa negociación para levantar el paro en la institución y reiniciar clases en algunas escuelas a partir del 15 de diciembre, y del 7 de enero en el resto. Con su repertorio violento, los miembros de la CETEG (en plantón en el centro de Chilpancingo) atacaron las instalaciones de la procuraduría guerrerense (1 de diciembre), quemaron los bustos de los ex gobernadores de la entidad (3 de diciembre), tomaron las instalaciones del Instituto Nacional Electoral (INE) el 8 de diciembre y humillaron públicamente a dirigentes locales del PRD y Movimiento Ciudadano (MC), obligándolos a marchar por la lateral de la Autopista del Sol con pancartas que decían “somos ratas del PRD” y “fuera Peña Nieto” (9 de diciembre). Como había acordado la ANP cuando se constituyó, los padres de los estudiantes exigieron la desaparición de poderes en Guerrero, mientras los normalistas demandaron la cancelación de las elecciones de 2015, no por la evidente ingobernabilidad de la entidad, sino porque

³¹ Cf. “Se adjudica el EPR explosión en Soriana de Ecatepec”, *El Universal*, 14 de noviembre de 2014; “Salió de Tixtla la primera caravana de padres de alumnos desaparecidos”, *La Jornada*, 14 de noviembre de 2014; “Arrojan explosivos en dos bancos de Naucalpan”, *El Universal*, 20 de noviembre de 2014; cit. “El gobierno sabe dónde están los 43 normalistas”, *La Jornada*, 21 de noviembre de 2014; “Enfrentamiento frente a Palacio Nacional”, *La Jornada*, 21 de noviembre de 2014; “Salen de prisión los 11 detenidos el 20 de noviembre”, *Animal Político*, 30 de noviembre de 2014.

“las elecciones no resuelven los problemas del pueblo”. Un saldo de 25 heridos provocó el enfrentamiento del 14 de diciembre de la policía federal con maestros de la CETEG y estudiantes de Ayotzinapa³².

Conclusión

Como una forma de política popular, los movimientos sociales interpelan al poder, en particular al Estado, presentando un conjunto de demandas estructuradas que consideran deben ser atendidas. Cuando este diálogo es fluido, y las reivindicaciones legítimas, esto es, que no generen privilegios para un segmento de la sociedad sino que extiendan los derechos de todos, fortalecen la vida democrática de las sociedades (Tilly & Wood, 2010, p. 268).

Salvo el del magisterio, donde es discutible si el interés sectorial se antepone al interés general, todos los demás movimientos sociales de los que hablamos atañen no sólo a la construcción de la democracia mexicana sino reclaman el cumplimiento de las obligaciones elementales del Estado como son las de proteger a los ciudadanos o respetar (y hacer que se respeten) los derechos humanos en todo el territorio. El #Yo soy 132 puso en la mesa de discusión la relación entre los medios de comunicación (en particular la televisión) y la política, así como la necesidad de abrirlos al debate público permitiendo que se exprese la pluralidad de opiniones, condición indispensable para la solución racional de los conflictos o su conducción por vías pacíficas. Ni qué decir de las respuestas sociales hacia la inseguridad o en defensa de los derechos elementales de la población, reclamo no sólo genuino sino condición de posibilidad para que la sociedad funcione normalmente.

En estas materias las respuestas del Estado han sido sumamente pobres o inexistentes, ignorando las demandas sociales como hacía el régimen autoritario que suponíamos enterrado³³. Podrá haber avanzado la democracia mexicana en materia electoral, pero sin duda no ha modificado sustancialmente la relación

³² Cf. “Establecen fechas para reiniciar clases en el IPN”, *El Universal*, 11 de diciembre de 2014; “Vandalizan instalaciones de la procuraduría de Guerrero”, *El Universal*, 1 de diciembre de 2014; “Integrantes de la CETEG queman bustos de ex gobernadores de Guerrero y tiran reja”, *La Jornada*, 4 de diciembre de 2014; “CETEG ‘clausura’ instalaciones del INE en Guerrero”, *El Universal*, 8 de diciembre de 2014; “La CETEG retiene a miembros del Sol Azteca y los obliga a expresar ‘somos ratas del PRD’”, *La Jornada*, 10 de diciembre de 2014; “Exigen padres de los normalistas desaparecer poderes en Guerrero”, *La Jornada*, 10 de diciembre de 2014; “Aumenta la presión popular para impedir los comicios en Guerrero”, *La Jornada*, 11 de diciembre de 2014; “Choca la policía federal con maestros y normalistas, hay 25 heridos”, *El Universal*, 15 de diciembre de 2014.

³³ El ejemplo más reciente son los 10 puntos sobre seguridad dados a conocer por el presidente Peña Nieto, en los cuales responde al reclamo de justicia y a la crisis política que provocó con medidas de carácter fundamentalmente policiaco (reiterativos y carentes de una fundamentación sólida, obsecuentemente asumidos por el Legislativo), sin considerar siquiera una reforma judicial profunda y los instrumentos que permitieran llevarla a cabo. “Presenta EPN plan; lo reciben con reservas”, *El Universal*, 28 de noviembre de 2014.

entre gobernantes y gobernados, lo que es altamente preocupante. Más sí cobramos conciencia de la situación de emergencia nacional resultado de la onerosa guerra al crimen organizado, la crisis de la política de seguridad y el colapso estatal en materia de derechos humanos. Asimismo, la crisis moral de la clase política no es para celebrarse, más bien nos debería hacer mirar con incertidumbre el futuro, porque mientras no cambien las reglas del juego político y no acabe la simbiosis entre la política (micro y macro) y los grandes negocios, será muy difícil que las cosas mejoren. Esto, sin embargo, no únicamente supone un cambio institucional que acabe con lo que queda del Estado autoritario, sino trascender el bloque histórico neoliberal surgido en los ochenta de la alianza (y ahora fusión) entre el capital, un segmento (cada vez mayor) de la clase política y el crimen.

Del otro lado, la movilización social puede contribuir tanto a la democratización del régimen como a hacer explícito el inaceptable déficit de justicia que padecen amplias capas de la población. Desigualdad extrema e injusticia encienden la hoguera de la violencia social como reiteradamente hemos visto en la historia contemporánea del estado de Guerrero. Observando la virulencia alcanzada por el conflicto – desatado a partir del inapelable reclamo de la presentación con vida de los estudiantes secuestrados en Iguala –, el acendrado autoritarismo de caciques y gobernantes, la descarada presencia del crimen organizado en prácticamente toda la entidad y la actividad guerrillera desde hace medio siglo, están dadas las condiciones para un nuevo ciclo de violencia por lo que no debemos desatender las señales de advertencia que hemos observado recientemente. La quema de las sedes de los tres poderes y de las oficinas de las principales fuerzas políticas, a la vez que la pretensión de la ANP de refundar el estado desde la base evidencian la naturaleza radical del movimiento y, a juzgar por lo que hemos visto, éste carece de un interlocutor creíble en el gobierno estatal y menos en una clase política desprestigiada por el juego de complicidades que precipitaron los hechos de Iguala³⁴.

Aunque entremezclada e identificada con la misma causa, la lógica de la movilización estudiantil en la ciudad de México, y quizá la de otras partes del país, es distinta (si bien no divorciada) de la protesta guerrerense. Aquélla, pacífica en términos generales, apunta fundamentalmente hacia la matriz autoritaria que conserva el régimen mexicano, el descrédito de la clase política y el respeto a los derechos humanos. Tanto la organización en asambleas locales y la coordinación en una asamblea interuniversitaria, como la demanda de transparencia al poder ligan el nuevo activismo estudiantil con el movimiento #Yo soy 132. Ahora bien, la diferencia básica de la protesta actual con la precedente es que aquélla

³⁴ Raymundo Rivapalacio, “Guerrero: empezó la insurrección iv”, *El Sur*, 14 de noviembre de 2014. Véase Illades, , 2014a.

extendió el rechazo hacia toda la clase política mientras el movimiento de 2012 lo focalizó en el retorno del PRI.

Antes como hoy, el riesgo es que el movimiento estudiantil se disuelva por falta de un basamento que le de coherencia y continuidad cuando sobrevenga el inevitable reflujo, lo cual requeriría también la presencia de liderazgos claros que el discurso antipolítico dominante inhibe; o, también, que grupos mejor integrados y de mayor determinación (los neoanarquistas), aunque más pequeños, impongan su repertorio violento al conjunto, tal y como ocurrió en la movilización del 1 de diciembre de 2012 y con el ataque de noviembre pasado a la puerta de Palacio Nacional.

Tanto en la movilización guerrerense como en la de la ciudad de México emergió un discurso antipolítico que no podemos obviar. El primero, anclado en la tradición de la rebelión rural y en la perspectiva comunalista, asume que la organización social por sí misma generará las estructuras de gobierno, ordenándolo de abajo hacia arriba, dotado de instituciones propias de policía e impartición de justicia. Por eso, una de las reivindicaciones de la ANP es la validación de “la policía comunitaria como la *única* instancia de seguridad y justicia popular en el estado de Guerrero”³⁵. Llegado el momento, el conjunto de pueblos soberanos reunidos en la nación integrarían el Estado. Visto de esta manera, la política sería innecesaria.

El antipoliticismo de los jóvenes, salvo los neonanarquistas que intentan acabar con toda política, es más bien apartidista, en la línea de que los intereses partidarios fragmentan el movimiento social y, parasitariamente, viven a expensas de él. El supuesto, sin duda endeble, es que lo social es bueno en sí mismo y la política (entendida en su forma partidaria) lo contrario. También, todo lo que vaya en dirección de disminuir la horizontalidad de la organización o cualquier tentativa de hacer permanentes los representantes se presume nocivo. Lamentablemente, la ilusión de clausurar la política resta proyección al movimiento y permite que ese espacio lo llenen otros (la Primavera árabe dejó importantes enseñanzas al respecto). Y, peor en la circunstancia presente, arrebató a la sociedad la oportunidad de acabar con la clase política corrupta y de edificar la indispensable política sobre bases nuevas.

Referencias

AGAMBEN, Giorgio. El gobierno de la inseguridad. In: LAVAL et. alli. *Pensar desde la izquierda. Mapa del pensamiento crítico para un tiempo de crisis*. Madrid: Errata Naturae, 2012, pp. 25-35.

³⁵ Cf. *Plan de acción de la Escuela Rural de Ayotzinapa y organizaciones sociales estatales en la Asamblea Popular #Ayotzinapa*, 2014. Énfasis añadido.

- BARTRA, Roger. La abeja, la araña y las moscas. In: *Fractal*, núm. 63, 2011, pp. 101-108.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignación y esperanza*. Madrid: Alianza, 2012.
- DE MAULEÓN, Héctor. De la red a las calles. In: *Nexos en línea*, septiembre 2012.
- ESTRADA SAAVEDRA, Marco. Sistema de protesta: política, medios y el #Yo soy 132. In: *Sociológica*, vol. XXIX, núm. 82, 2014, pp. 83-123.
- GUERRERO GUTIÉRREZ, Eduardo. La dictadura criminal. In: *Nexos*, abril de 2014, pp. 44-52.
- HOPE, Alejandro. Violencia 2007-2011. La tormenta perfecta. In: *Nexos*, noviembre de 2013, pp. 36-41.
- IGLESIAS, Pablo. *Disputar la democracia*. Política para tiempos de crisis. Madrid: Akal, 2014.
- ILLADES, Carlos. Guerrero: La violencia circular. In: *Nexos*, noviembre de 2014a, pp. 32-42.
- _____. El retorno del anarquismo. Violencia y protesta pública en el México actual. In: *Sociología Histórica* (Murcia), núm. 4, 2014b, pp. 411-434. .
- ILLADES & SANTIAGO, Teresa. *Estado de guerra*. De la guerra sucia a la narcoguerra. México: Era, 2014.
- JAMESON, Fredric. *Representar "El capital"*. Una lectura del tomo 1. México: FCE, 2013.
- LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: FCE, 2005.
- LAVAL, Christian y otros, *Pensar desde la izquierda. Mapa del pensamiento crítico para un tiempo de crisis* (Madrid, Errata Naturae, 2012).
- RIVERA VELÁZQUEZ, Jaime, El abismo michoacano. In: *Nexos*, septiembre de 2013, pp. 44-51.
- SICILIA, Javier, *Estamos hasta la madre*. México: Planeta, 2011.
- TARROW, Sidney G. *El poder en movimiento*. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Alianza, 2012, 3ª ed.
- TILLY, Charles & WOOD, Lesley J. *Los movimientos sociales, 1768-2008*. Desde los orígenes hasta Facebook. Barcelona: Crítica, 2010.
- TOURAINÉ, Alain. *Después de la crisis*. México: FCE, 2013.
- ŽIŽEK, Slavoj. *El año que soñamos peligrosamente*. Madrid: Akal, 2013.

Documentos

- Asamblea Nacional Popular, *Plan de acción de la Escuela Rural de Ayotzinapa y organizaciones sociales estatales en la Asamblea Nacional Popular #Ayotzinapa*, 15 de octubre de 2014.
- Equipo Argentino de Antropología Forense (EAAF), Identificación de uno de los 43 normalistas desaparecidos de Ayotzinapa, 7 de diciembre de 2014.
- UPOEG, ¿Quiénes somos?, 2014, 5pp.

Hemerografía

El Economista, México D.F.

El País, Madrid.

EL Sur, Acapulco, Gro.

El Universal, México D.F.

Excélsior, México D.F.

La Jornada, México D.F.

Milenio, México D.F.

Sin Embargo, México D.F.

Recebido em 25 de abril de 2015

Aprovado em 18 de maio de 2015

Neoliberalismo: Uma análise marxista

Neoliberalism: A Marxist Analysis

Alfredo Saad Filho*

Resumo

Este artigo examina criticamente a literatura marxista sobre o neoliberalismo. Ele descreve as quatro principais interpretações do neoliberalismo a partir de uma perspectiva marxista e analisa os pontos fortes e limitações de cada uma delas. Estes incluem as abordagens do neoliberalismo como sendo, principalmente, um conjunto de ideias; um conjunto de políticas, instituições e práticas; um momento da luta de classes, e um sistema de acumulação. Ao examinar essas interpretações do neoliberalismo, o artigo destaca a vitalidade dos aportes marxistas para as ciências sociais, e pondera como eles podem contribuir para as lutas sociais a fim de superar o neoliberalismo como o atual modo de existência do capitalismo.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Financeirização, Globalização.

Abstract

This article surveys and reviews the Marxist literature on neoliberalism. It outlines the four main interpretations of neoliberalism from a marxist perspective and examines their strengths and limitations in each case. These include the views that neoliberalism is primarily a set of ideas; a set of policies, institutions and practices; a moment in the class struggle; and a system of accumulation. In doing this, the article highlights the vitality of the Marxists contributions to the social sciences, and how they can support to the social struggles to overcome neoliberalism as the current mode of existence of capitalism.

Keywords: Neoliberalism, Financialisation, Globalisation.

* Professor do Department of Development Studies, SOAS, University of London. as59@soas.ac.uk

O neoliberalismo (também escrito como neo-liberalismo) desafia uma definição simples. Na literatura marxista, ele tem sido entendido de quatro maneiras distintas, porém intimamente relacionadas: como um conjunto de *ideias* inspiradas nas escolas econômicas austríaca e de Chicago e no ordoliberalismo alemão, e elaboradas sob a égide da Sociedade do Mont Pèlerin; como um conjunto de *políticas, práticas e instituições* inspiradas e/ou validadas por essas ideias; como uma *ofensiva de classe* liderada pelo Estado contra os trabalhadores e os pobres, em nome da burguesia em geral ou das finanças em particular; e como uma *estrutura material de reprodução econômica, social e política*, implicando que o neoliberalismo é o modo de existência do capitalismo contemporâneo ou um sistema de acumulação.

Essas distintas formas de conceptualizar o neoliberalismo são sintomáticas das diferenças de metodologia e de pontos de vista no marxismo contemporâneo, das relações íntimas entre o marxismo e as abordagens não-marxistas nas ciências sociais, e da complexidade do próprio neoliberalismo. Do ponto de vista marxista, essas tensões analíticas são sentidas em três níveis interligados.

Em primeiro lugar, todas as experiências neoliberais compartilham traços importantes. Alguns são relativamente abstratos e universais, como o poder crescente das finanças e as limitações cumulativas da democracia política, enquanto outros são relativamente concretos e específicos a cada país, como as privatizações e a disseminação de organizações não-governamentais em áreas que, anteriormente, pertenciam ao domínio do Estado. Embora essas características comuns impliquem que o neoliberalismo não possa ser adequadamente descrito na esfera meramente conjuntural, elas não são suficientemente gerais ou historicamente distintivas para definir um novo modo de produção. Inevitavelmente, portanto, análises do neoliberalismo perpassam distintos níveis de abstração dentro do capitalismo, incluindo (algum tipo de compreensão de) conceitos básicos da teoria marxista como a mercadoria, o valor e a força de trabalho, até a descrição da conjuntura, passando por entendimentos específicos da exploração, das classes, da concorrência, da formação dos preços, do Estado e do gerenciamento da acumulação, e do comércio internacional.

Em segundo lugar, as análises marxistas são sistêmicas por definição. Elas buscam incorporar, entre outros, os aspectos econômicos, sociológicos, institucionais, políticos, jurídicos, culturais e ideológicos do neoliberalismo. Isso, necessariamente, inclui como, por que e em que medida as “reformas” neoliberais transformaram as estruturas da reprodução econômica e social após a desarticulação do compacto keynesiano-social democrático no âmbito das principais economias capitalistas, a paralisia do desenvolvimentismo, a implosão do bloco soviético, as transformações aceleradas na China e as crises na periferia europeia. Esta abordagem interdisciplinar e historicamente fundamentada é incompatível com as fronteiras que dividem as ciências sociais. No entanto, a influência dessas

divisões continua existindo por trás da análise, o que contribui para conceptualizações bastante distintas das características do neoliberalismo, da articulação entre elas, e as suas relações de determinação mesmo dentro do marxismo. Isso implica que análises marxistas podem chegar, mais ou menos legitimamente, a conclusões bastante distintas sobre a vitalidade do capitalismo contemporâneo, a sua vulnerabilidade às crises, o espaço para a política eleitoral, a viabilidade de alternativas radicais, e assim por diante.

Em terceiro lugar, enquanto a representação esquemática das ideias que sustentam o neoliberalismo pode plausivelmente evitar o domínio “internacional”, as experiências neoliberais são completamente inseparáveis de processos globais de complexidade similar, especialmente o imperialismo e a globalização. Também por esse ângulo o neoliberalismo não pode ser encapsulado em uma frase de efeito: ele não pode nem ser definido de maneira puramente conceptual, nem capturado indutivamente através da simples descrição de experiências históricas.

A identificação destas dificuldades analíticas pode ajudar a contextualizar as quatro interpretações marxistas do neoliberalismo identificadas acima. Ela também pode apoiar a conclusão de que abordagens marxistas tendem a ser superiores frente a explicações rivais do neoliberalismo. Enquanto as primeiras são sistêmicas, baseadas na análise de classe, e fundamentadas numa grande teoria (no sentido de Mills, 1959), as interpretações rivais tendem a ser “*middle range*” ou largamente descritivas, assistemáticas e – por vezes, apesar das aparências em contrário, como no caso de várias interpretações keynesianas – metodologicamente individualistas.

As ideias neoliberais

Como um sistema de ideias, o neoliberalismo se fundamenta em contribuições oriundas de um amplo espectro de escritores com talentos diversos, frequentemente inconsistentes e, por vezes, demonstrando uma rabugice absolutamente espetacular. Esse grupo de autores inclui Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises, Wilhelm Röpke, Ludwig Erhard, Milton Friedman, James Buchanan, Gary Becker e Ayn Rand (Burgin, 2012; Cahill, 2014; Dardot & Laval, 2013; Mirowski & Plehwe, 2009; Stedman Jones, 2012).

Eles argumentam, de formas profundamente dissimilares, que indivíduos diferentemente dotados trocando bens, serviços e (em alguns casos) informações em mercados minimamente regulamentados podem alocar recursos de forma mais eficiente do que processos democráticos ou a orientação Estatal. Seus argumentos buscam legitimar versões extremas do livre-mercado no capitalismo, e eles tendem a promover, de forma mais ou menos aberta ou direta, os interesses geopolíticos dos EUA. Não causa surpresa notar que esses trabalhos foram geral-

mente muito bem recebidos por interesses poderosos. Muitos colaboradores da literatura neoliberal receberam significativo apoio econômico, político e institucional de fontes privadas e públicas, o que, sem dúvida, ampliou a visibilidade e o impacto político das suas intervenções (Birch & Mykhnenko, 2010).

Este ambiente propício alimentou vários tipos de crítica ao socialismo de estilo soviético, ao keynesianismo, ao desenvolvimentismo e aos “excessos de democracia” desde meados do século 20. Essas críticas foram coordenadas de maneira superficial através da Sociedade do Mont Pèlerin e da extensa rede de instituições acadêmicas, grupos de pressão e falsas “associações locais” e “independentes” estabelecidas pelo *lobby* neoliberal (Mirowski, 2009). Algumas dessas abordagens foram precariamente articuladas com o corpo da teoria econômica neoclássica nos 1950s-60s através do monetarismo. Após a desintegração deste último na década de 1980, elas foram atadas, de maneira por vezes inconsistente, a versões mais ou menos sofisticadas da “economia pelo lado da oferta”, da economia novo-clássica, do novo keynesianismo e do novo institucionalismo (Fine, Lapavitsas & Pincus, 2001; Fine & Milonakis, 2009; Milonakis & Fine, 2009). No final dos anos 1990, ideias semelhantes foram recicladas em traje socialdemocrata através da chamada “Terceira Via”, que foi descrita na literatura marxista como o “neoliberalismo com rosto humano”.

Uma análise mais atenta revela tensões consideráveis entre as teorias que sustentam o neoliberalismo. Por exemplo, enquanto a escola austríaca enfatiza a subjetividade criativa e transformadora do indivíduo e o surgimento espontâneo de uma ordem cada vez mais eficiente (e superando as capacidades individuais) através de processos de mercado, a economia neoclássica enfoca as propriedades de eficiência de um equilíbrio estático alcançado inteiramente no domínio lógico com base em preferências, recursos e tecnologias constantes. Nenhuma delas captura a economia política e a filosofia moral associadas com Adam Smith, apesar de seu apelo repetitivo a diferentes interpretações da “mão invisível” (Fine & Saad Filho, 2014). Por sua vez, as inconsistências do monetarismo foram demonstradas à exaustão por economistas marxistas e por seus colegas heterodoxos antes mesmo da primeira geração de *policy makers* neoliberais finalmente ter que admitir a sua incapacidade de identificar ou controlar a oferta de moeda, atingir a estabilidade macroeconômica ou gerir o crescimento econômico durante a década de 1980. Por fim, a Terceira Via se fundava no abandono deliberado da integridade intelectual, e ela se dissolveu na irrelevância mais rápido do que se poderia soletrar a palavra “triangulação” (um símbolo de conveniência política tornado temporariamente famoso pelo presidente dos EUA Bill Clinton e pelo primeiro-ministro britânico Tony Blair) (Callinicos, 2001).

As inconsistências teóricas e as insuficiências políticas associadas com o neoliberalismo teriam condenado rapidamente heterodoxias rivais ao mais absoluto esquecimento. Apesar disso, a literatura neoliberal se expandiu continua-

mente a partir de sua base principal na economia para reivindicar a hegemonia em um número crescente de ciências sociais vizinhas (sociologia, ciências políticas, administração, história, e assim por diante). Essa literatura também gerou uma compreensão populista de “competitividade” e “democracia” que foi usada repetidamente, ainda que de forma incoerente, para validar reformas selecionadas de política econômica e a repressão contra a oposição. Nesse discurso, a concorrência é apresentada no sentido meramente curto-prazista (baseado na tradição de Chicago) e associada com o funcionamento dos mercados financeiros (pretensamente o equivalente mais próximo à “concorrência perfeita” no mundo real), enquanto a democracia se circunscreveu à concepção (hayekiana) da concorrência entre matizes do neoliberalismo nos mercados políticos.

A importância dessas ideias para legitimar o *status quo* e as reformas de política econômica estimulou o surgimento de uma concepção idealista do neoliberalismo dentro e fora do marxismo, na qual a organização social deriva – em última instância – de ideologias pré-existentes, e onde a transformação social e econômica deve ser precedida por mudanças ideacionais (Cahill, 2013).

Mudanças políticas e transformações institucionais

Estudos marxistas mostraram que as políticas neoliberais implementadas através do reaganismo, do thatcherismo e do (pós-)Consenso de Washington são, em grande medida, inspiradas pela Escola de Chicago. Elas se apoiam em cinco plataformas ontológicas (Saad Filho & Johnston, 2005).

Em primeiro lugar, a dicotomia entre o Estado e os mercados, o que implica que estes são instituições rivais e mutuamente exclusivas (é importante notar que essa dicotomia é rejeitada pelo ordoliberalismo). Em segundo lugar, a suposição de que os mercados são eficientes, enquanto a intervenção estatal necessariamente cria desperdícios porque ela distorce os preços e a alocação de recursos, induz o comportamento rentista e promove o atraso tecnológico. Em terceiro lugar, a crença de que o progresso técnico, a liberalização das finanças e dos movimentos de capital, a busca sistemática de “valorização” para os acionistas e as sucessivas transições ao neoliberalismo criaram uma economia mundial caracterizada pela rápida mobilidade do capital dentro de cada país e entre os países, e por um processo mal definido de “globalização”. Onde eles são acolhidos, o crescimento econômico necessariamente segue, e se acelera, através da prosperidade das empresas locais e da atração de capital estrangeiro. Em contraste, a relutância ou a “excessiva” intervenção econômica estatal (como quer que ela seja definida) afugenta o capital, os empregos e o crescimento econômico para outras paragens (Kiely, 2005). Em quarto lugar, a presunção de que eficiência alocativa, a estabilidade macroeconômica e o crescimento do produto estão condicionados à inflação baixa, o que é garantido principalmente pela política monetária à

custa das políticas fiscais, cambiais e industriais. Em quinto lugar, a percepção de que a operação das principais políticas macroeconômicas neoliberais, incluindo a “liberalização” do comércio, dos mercados financeiros e de trabalho, as metas de inflação, a independência do Banco Central, o câmbio flutuante e as regras orçamentais restritivas, está condicionada à oferta de garantias estatais potencialmente ilimitadas para o sistema financeiro, uma vez que este é estruturalmente incapaz de se sustentar apesar de seu controle cada vez mais extenso sobre os recursos da sociedade.

Análises marxistas também têm demonstrado que as reformas neoliberais são geralmente implementadas através de um processo com dois estágios (Fine & Saad Filho, 2014). A primeira fase (de transição ou de choque) do neoliberalismo requer a forte intervenção do Estado para conter os trabalhadores e a esquerda organizada, promover a integração transnacional do capital nacional e impor o novo quadro institucional. A segunda fase (do neoliberalismo maduro) se concentra na estabilização das relações sociais impostas no período anterior, na consolidação do controle do setor financeiro sobre a alocação de recursos, no gerenciamento pelo Estado da nova modalidade de integração internacional da produção, e na introdução de políticas sociais especificamente neoliberais tanto para gerenciar as privações criadas pelo neoliberalismo, como para reconstituir os sujeitos sociais em linhas neoliberais.

Nesse contexto fica claro que, sob o neoliberalismo, a tarefa principal das autoridades econômicas não é estabilizar acumulação e arbitrar as rivalidades entre as frações do capital e as disputas entre elas e outros setores da sociedade, como foi frequentemente o caso nos sistemas de acumulação anteriores. Ao invés disso, a tarefa principal das autoridades, hoje em dia, é assegurar que os sinais emitidos pelos mercados financeiros, enquanto modo de existência do capital em geral, sejam lidos pelos capitais individuais, pelos trabalhadores e pelas instituições estatais com mínima distorção (ver abaixo).

As críticas marxistas dessas políticas e de seu quadro institucional têm iluminado as características fundamentais e o impacto da transição neoliberal em vários países. Isso é importante; entretanto, o neoliberalismo não pode ser reduzido a um conjunto de políticas, o que poderia sugerir que uma multiplicidade de iniciativas políticas discretas poderia ser suficiente para reverter ou transcender o próprio neoliberalismo. Mudanças de política são certamente essenciais, mas o seu alcance pode ser questionado à luz dos meios políticos disponíveis para a esquerda, a força das coalizões comprometidas com tais mudanças, e a possibilidade de conduzir as reformas necessárias, dada a transformação neoliberal do Estado nas últimas décadas. Nada disso pode ser avaliado adequadamente sem um entendimento prévio das características sistêmicas do neoliberalismo e das transformações que ele impôs nas relações de classe, nas instituições, e nos processos de reprodução econômica e social.

As classes e a luta de classes

O marxismo está intimamente comprometido com a análise de classe através de sua estrutura lógica, desenvolvimento histórico e compromisso com a abolição do capitalismo por meio de revoluções comunistas lideradas pela classe trabalhadora. A análise de classes informa as interpretações marxistas do neoliberalismo de duas maneiras.

Por um lado, os estudos marxistas do neoliberalismo são abertamente orientados por uma perspectiva de classe. Isso explica o seu interesse nas modalidades de exploração emergentes através da financeirização, da globalização e das reformas neoliberais, incluindo a “flexibilização” e a intensificação do trabalho, a limitação do crescimento dos salários, a reversão das negociações coletivas e as mudanças no regime de seguridade social, e como esses processos afetaram os trabalhadores, as mulheres, as minorias, os imigrantes, e assim por diante. Análises marxistas e afins também examinaram em detalhe o impacto das privatizações e da apropriação dos “commons” (ou seja, áreas onde os direitos de propriedade estavam ausentes ou eram vertidos no Estado) (Harvey, 2005), e as consequências adversas da financeirização da reprodução social sobre a classe trabalhadora (Krippner, 2011; Montgomerie, 2009). As análises marxistas também iluminaram as implicações desestabilizadoras do neoliberalismo e sua propensão a gerar crises macroeconômicas que penalizam de maneira desproporcional a classe trabalhadora e os pobres (Duménil & Lévy, 2011; McNally, 2014).

Por outro lado, a economia política marxista informa diretamente o ativismo político ao revelar as limitações e as contradições do neoliberalismo, e ao sugerir como as ações de massa podem perturbar a reprodução das sociedades neoliberais. Ao fazer isso, o marxismo apoia a construção de um futuro alternativo em que a grande maioria possa realizar o seu potencial, para além das restrições sistêmicas impostas pela forma atual do capitalismo.

Em ambos os casos, as abordagens marxistas mostram que a análise do neoliberalismo e das condições para a sua transcendência requer a consideração das relações de poder que estão incorporadas na estrutura da sociedade, no Estado, na produção, na tecnologia, no comércio e nas finanças. Isso tudo é correto. No entanto, se forem levadas ao extremo, essas abordagens poderiam sugerir que o neoliberalismo é essencialmente uma “conspiração capitalista” contra os trabalhadores, o que implicaria não haver nada sistêmico ou historicamente específico nele (afinal, o capitalismo sempre envolveu conspirações do Estado e dos privilegiados contra os trabalhadores e os pobres). Alternativamente, elas também poderiam ser lidas como sugerindo que “as coisas eram bem melhores” nos sistemas de acumulação anteriores (keynesiano, desenvolvimentista, e assim por diante) e, portanto, que esses sistemas de acumulação deveriam – ao menos em princípio – ser restaurados.

Estas conclusões seriam ilegítimas. Em primeiro lugar, a literatura marxista

demonstra que as características principais do neoliberalismo são articuladas sistemicamente; elas não foram projetadas de forma arbitrária em partidos direitistas, consultorias oportunistas ou clubes mais ou menos secretos (Mont Pèlerin, Bilderberg, Davos, e assim por diante), e elas não podem ser revertidas uma a uma. Em segundo lugar, mesmo que a superioridade de sistemas de acumulação anteriores em termos de crescimento, emprego ou distribuição pudesse ser demonstrada, isso não implica que eles poderiam ser ressuscitados. Afinal, seu declínio se deveu a razões materiais e não meramente ideais; além disso, se eles fossem tão obviamente superiores para o capital, os capitalistas – atualmente usufruindo um poder muito maior do que antes – já teriam solicitado a reversão da história. Por fim, e mais interessante do ponto de vista marxista, não há nenhuma razão para que as aspirações da classe trabalhadora devam ser circunscritas por aqueles sistemas de acumulação.

O neoliberalismo, a financeirização e a globalização

A maioria das análises marxistas insiste que a financeirização é a característica que define a acumulação sob o neoliberalismo, e que ela tem impulsionado a reestruturação da economia global desde a década de 1970. A financeirização tem sido descrita de maneiras diferentes, mas em essência ela expressa o controle do capital portador de juros (CPJ) sobre a alocação de recursos sociais e a reprodução social de maneira mais geral, através de distintas formas de capital fictício (Fine, 2014). Esses processos têm sido reforçados por extensas transformações institucionais que expandiram e intensificaram a influência das finanças sobre a economia, a ideologia, o Estado e o processo político (Duménil & Lévy, 2004; Panitch & Gindin, 2012).

A proeminência das finanças no neoliberalismo não pode ser atribuída a uma “distorção” do capitalismo (concorrencial, keynesiano ou industrial) pré-existente, ou a um “golpe” do setor financeiro contra o capital produtivo, como se as finanças fossem um setor independente que, no final dos anos 1970, conseguiu se colocar em uma posição dominante sobre capitais que ela necessita imperativamente, em última análise, parasitar. Pois as finanças não são apenas o conjunto de capital líquido controlado pelas instituições financeiras, colocado em oposição ao capital (produtivo) “real” metaforicamente colado ao chão.

Nas economias neoliberais transnacionalmente integradas, as finanças controlam a alocação de recursos, incluindo o volume e a composição do produto e do investimento, a estrutura da demanda, o nível e a estrutura do emprego, o financiamento do Estado, a taxa de câmbio e o padrão de especialização internacional, e elas reestruturam o capital, o trabalho, a sociedade e o Estado em conformidade com sua posição dominante e seus interesses específicos. Como tal, *as finanças tornaram-se o modo de existência do capital em geral no capitalismo*

neoliberal. A sua proeminência expressa a subsunção real dos capitais individuais pelo (interesse do) capital como um todo, que se expressa e – ao mesmo tempo – se impõe através do funcionamento regular das instituições financeiras e dos mercados e regulamentações anexos a elas.

Em termos políticos, a proeminência das finanças implica que a acumulação não é regulada por coligações setoriais contingentes, mas pela *classe capitalista*. Isso também implica que não há “antagonismo” entre produção e finanças sob o neoliberalismo, e não deve haver nenhuma expectativa de que o capital industrial poderá se “rebelar” contra as finanças em favor da restauração dos sistemas de acumulação anteriores. O capital industrial tornou-se estruturalmente embutido no CPJ, e ele apenas se reproduz segundo a lógica financeira do sistema de acumulação (Rude, 2005; Saad Filho, 2008, 2011).

A posição estrutural das finanças sob o neoliberalismo apoiou o surgimento de toda uma gama de instrumentos de capital fictício, a expansão de atividades puramente especulativas e o crescimento explosivo das recompensas para os capitalistas e os gerentes de alto escalão em todos os setores, especialmente no próprio setor financeiro, sustentadas por um aumento significativo da taxa de exploração. A financeirização também impulsionou a reestruturação da produção através da transnacionalização dos circuitos da acumulação, no processo que é comumente chamado de “globalização”.

Estes desenvolvimentos recompuseram os sistemas de provisão “nacionais” anteriores em um nível mais alto de produtividade no âmbito das firmas, criaram novas cadeias produtivas globais conectadas através de padrões transnacionais de propriedade, financiamento, emprego e distribuição do produto, reformularam a integração da economia mundial na esfera dos Estados nacionais, e facilitaram a introdução de novas tecnologias e processos de trabalho, ao mesmo tempo em que contribuíram para a compressão dos salários reais. Por fim, a financeirização também apoiou a reconstituição do imperialismo norte-americano na esteira do colapso do sistema de Bretton Woods, da derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã e da revolução iraniana (Gowan, 1999; Kotz, 2015). Em resumo, a globalização é geralmente apresentada como um processo benevolente de aumento da concorrência, das trocas e da democracia, levando à elevação contínua dos níveis de bem-estar ao redor do mundo. Na realidade, porém, a globalização é a forma do imperialismo e da reprodução global do capital na época neoliberal.

Enquanto a financeirização expressa o controle do CPJ sobre as principais fontes de capital e as alavancas de política econômica na maioria dos países, a globalização reflete a centralização dessas alavancas em instituições financeiras baseadas nos EUA e sua regulação por organizações internacionais, públicas, privadas e multilaterais, controladas a partir dos EUA. Essas relações de determinação mútua estabeleceram a base material do neoliberalismo (Albo, 2008; Saad Filho & Johnston, 2005).

Como resultado dessa forma de reestruturação da acumulação, o poder das corporações aumentou em quase toda parte, um sistema financeiro globalizado adquiriu influência política ímpar, o espectro político se deslocou para a direita, a social democracia implodiu, os partidos de esquerda e as organizações de massa declinaram, e os sindicatos foram amordaçados ou mutilados por mudanças legais, comportamentais e padrões de emprego. O neoliberalismo também criou uma dinâmica concentradora da acumulação que pode ser limitada, mas não revertida, por intervenções (keynesianas) marginais.

As estruturas da acumulação descritas acima implicam que o neoliberalismo não pode ser adequadamente descrito simplesmente como representando a “retirada” do Estado ou a “expansão” dos mercados em geral ou dos mercados financeiros em particular. O neoliberalismo baseia-se no poder do Estado para impor a hegemonia da finança globalizada em cada área da vida social, em particular a própria produção, sob o véu ideológico da não-intervenção; e ele exige que cada Estado nacional dirija, apoie e gerencie a internacionalização da produção e das finanças em seu território. A forma de reprodução social que se segue é tipicamente *neoliberal* – ela é a forma historicamente específica de existência do capitalismo contemporâneo, ou o sistema de acumulação dominante. Ele engloba as formas atualmente normativas de produção e emprego, das trocas internacionais, do Estado, da ideologia e do modo de reprodução da classe trabalhadora.

Por outro lado, o neoliberalismo redefiniu a relação entre a economia, o Estado, a sociedade e os indivíduos, incentivando os últimos a dar a suas vidas uma forma empreendedora e subordinando o intercâmbio social a critérios econômicos. A ideologia da autorresponsabilidade tem sido especialmente importante, ao privar os cidadãos de suas capacidades coletivas, eviscerar a cultura das classes trabalhadoras, colocar o mérito do sucesso e o peso do fracasso sobre os indivíduos isolados, e sugerir que a solução de todos os problemas sociais requer uma nova rodada de individualização e financeirização do intercurso social.

Contradições e limites

A ideologia neoliberal é fragmentada demais para oferecer uma representação coerente da sociedade. Ao invés disso, ela fornece um discurso populista baseado em noções pouco definidas de “liberdade individual”, “concorrência” e “democracia”, que justificam um conjunto de políticas estatais frouxamente articuladas, mas que favorecem sistematicamente o capital em geral e as finanças em particular. Essas características dão ao neoliberalismo uma aparência de propósito no campo das ideias e uma considerável resiliência na prática. Essas políticas não podem ser contestadas facilmente, pois a reestruturação neoliberal da economia e da sociedade anulou as estruturas anteriores de representação polí-

tica e reduziu drasticamente o espaço para os debates sobre a política econômica e social.

Apesar destes pontos fortes, o neoliberalismo é estruturalmente limitado por cinco contradições identificadas por diferentes vertentes da literatura marxista.

Em primeiro lugar, a reestruturação neoliberal da produção introduz políticas que se apoiam mutuamente e que desmantelam cumulativamente os sistemas de produção estabelecidos anteriormente (e que são definidos, muitas vezes *ex post*, como sendo “ineficientes”). Elas também reduzem o grau de coordenação da atividade econômica, criam padrões de emprego e salário socialmente indesejáveis, alimentam a concentração de renda e riqueza, impedem a utilização de instrumentos de política industrial para a implementação das prioridades sociais, e tornam o balanço de pagamentos estruturalmente dependente dos fluxos internacionais de capital. Ao fazer isso, e apesar do seu discurso ideológico contrário, o neoliberalismo alimenta padrões insustentáveis de produção, emprego, distribuição, consumo, finanças públicas e integração global, e aumenta a incerteza econômica, a volatilidade e a vulnerabilidade às crises (financeiras).

Em segundo lugar, o controle financeiro sobre os recursos econômicos e as principais fontes de capital permite às finanças drenar capitais da produção; ao mesmo tempo, o neoliberalismo favorece sistematicamente os grandes capitais em detrimento dos pequenos capitais e dos trabalhadores, desmentindo sua retórica de promover a igualdade de condições e a concorrência. Como resultado, a acumulação nas economias neoliberais tende a assumir a forma de bolhas sucessivas que eventualmente entram em colapso com implicações destrutivas e que exigem resgates espantosamente caros e inevitavelmente patrocinados pelo Estado. Estes ciclos incluem a crise internacional da dívida no início dos anos 1980, a crise das associações de poupança e empréstimo americanas na década de 1980, os colapsos no mercado de ações nos anos 1980 e 1990, a crise japonesa que se arrasta desde o final dos anos 1980, as crises em vários países de renda média no final do século 20, e as bolhas *ponto com*, financeira e imobiliária da década de 2000, culminando com a crise mundial iniciada em 2007.

A recorrência dessas crises sugeriu a analistas reformistas que a instabilidade macroeconômica e as frequentes crises financeiras e do balanço de pagamentos demonstram que o neoliberalismo é fundamentalmente falho. Isso está correto exatamente no mesmo sentido em que, no abstrato, as crises econômicas mostram que o capitalismo é um modo de produção contraditório. No entanto, assim como as crises oferecem a oportunidade de restaurar o equilíbrio da acumulação na sociedade capitalista, as crises desempenham um papel construtivo – e até mesmo *constitutivo* – no neoliberalismo. Elas justificam a transição neoliberal, reforçam a disciplina de política econômica sobre os governos, e obrigam os capitalistas, os trabalhadores e o próprio setor financeiro a se comportarem de maneira condizente com a reprodução intensificada do neoliberalismo. Perver-

samente, as crises econômicas e financeiras resolvem desajustes de várias ordens e sintonizam o funcionamento do sistema econômico. Por fim, é amplamente sabido que a maioria dos governos prometendo introduzir políticas alternativas ao neoliberalismo tem tido sucesso limitado. Esta regularidade demonstra que transcender o neoliberalismo é difícil e caro. Num nível mais profundo, ela mostra que distanciar-se do neoliberalismo não é principalmente um problema subjetivo de selecionar políticas industriais, financeiras ou monetárias “corretas”.

Em terceiro lugar, as políticas neoliberais são justificadas ideologicamente pelos imperativos da “confiança dos mercados” e da “competitividade”. Isso é enganoso, porque a confiança é intangível, autorreferencial e volátil, levando seus advogados a sistematicamente superestimarem o investimento que seguirá a implementação de políticas supostamente gozando da “confiança” do *lobby* neoliberal. Por outro lado, a busca da competitividade equivale à autoimposição dos imperativos do capital (trabalho duro, cumplicidade, baixos salários, e assim por diante), geralmente para gerar lucros para outrem.

Em quarto lugar, as políticas neoliberais não se autocorrigem. Em vez de levar a uma mudança de rumo, a impossibilidade de implementação ou a incapacidade de alcançar os objetivos declarados normalmente leva ao aprofundamento e alargamento das “reformas”, com a desculpa de garantir a implementação e a promessa de sucesso iminente desta vez.

Em quinto lugar, o neoliberalismo é incompatível com a democracia econômica e ele esvazia a democracia política. A hegemonia política neoliberal bloqueia a expressão política mesmo das dissidências mais moderadas e, inevitavelmente, alimenta a apatia, o populismo e a extrema-direita, apesar de suas implicações potencialmente desestabilizadoras para o próprio neoliberalismo (Ayers & Saad Filho, 2013).

As fragilidades econômicas do neoliberalismo, a esclerose das instituições políticas que regulam o seu metabolismo e a corrosão cumulativa das suas bases ideológicas tornam este sistema de acumulação vulnerável a desafios políticos. Isto não implica que as estratégias eleitorais são suficientes, ou que mudanças nas políticas sociais, industriais, financeiras ou monetárias podem satisfazer às expectativas radicais. Muito pelo contrário: o neoliberalismo tem repetidamente demonstrado sua capacidade de resistência. Mas a demanda pela *expansão e radicalização da democracia política e econômica* pode integrar diferentes lutas e apoiar o surgimento de alternativas sistêmicas, potencialmente desestabilizando o neoliberalismo.

Ao sugerir este curso de ação, a análise social deve, em primeiro lugar, reconhecer que cada época histórica e cada sistema de acumulação comportam uma configuração específica de classes e outras relações sociais que correspondem a modos definidos de representação política e formas particulares de luta. Em segundo lugar, o socialismo não está na ordem do dia e, enquanto a esquerda deva

reiterar a sua relevância, esta aspiração não deve obscurecer as mobilizações de massa que podem ter lugar hoje. Em terceiro lugar, a consolidação de novos movimentos de massa exige uma renovação do senso de coletividade que foi sistematicamente desmantelado pelo neoliberalismo. Anteriormente, a coletividade se valia de uma cultura compartilhada da classe trabalhadora que se expressava politicamente através de sindicatos e associações locais, partidos de esquerda, campanhas nacionalistas e, em alguns casos, movimentos populistas. Estes foram largamente contidos. Novas formas de organização terão de ser tentadas, até que algumas delas demonstrem ter tração e conduzam a sucessos consistentes.

Em longo prazo, a transcendência do neoliberalismo envolverá mudanças econômicas e políticas envolvendo a construção de um sistema de acumulação alternativo. Este projeto exigirá o desmonte sistemático da base material do neoliberalismo através de um conjunto de políticas econômicas radicalmente democráticas e redistributivas. Estas políticas devem apoiar uma transição rumo a distribuições menos desiguais da renda, da riqueza e do poder, como condições fundamentais para a democracia. Estas medidas de política não podem simplesmente ser confiadas a iniciativas de governo. Elas devem ser conduzidas por uma classe trabalhadora politicamente rearticulada, como uma das principais alavancas para a sua própria recomposição econômica e social.

Referências

- ALBO, G. Neoliberalism and the Discontented, In: PANITCH, L. Panitch & LEYS, C. (eds.). *Socialist Register*, Londres: Merlin Press, 2008
- AYERS, A. & SAAD Filho, A. Democracy Against Neoliberalism: Paradoxes, Limitations, Transcendence In: *Critical Sociology*, 2013, acesso *online first*.
- BIRCH, K. & MYKHENKO, V. (orgs.) Introduction: A World Turned Right-Way Up In: *The Rise and Fall of Neoliberalism: The Collapse of an Economic Order?* Londres: Zed Books, 2010
- BURGIN, A. *The Great Persuasion: Reinventing Free Markets since the Depression*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012.
- CAHILL, D. Ideas-Centred Explanations of the Rise of Neoliberalism: A Critique In: *Australian Journal of Political Science* 48 (1), pp.71-84, 2013.
- _____. *The End of Laissez-Faire? On the Durability of Embedded Neoliberalism*. Cheltenham: Edward Elgar, 2014.
- CALLINICOS, A. *Against the Third Way*. Londres: Polity Press, 2001
- DARDOT, P. & LAVAL, C. *The New Way of the World: On Neoliberal Society*. Londres: Verso, 2013.
- DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.
- _____. *The Crisis of Neoliberalism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011

- FINE, B. Financialisation from a Marxist Perspective In: *International Journal of Political Economy*, no prelo, 2014
- FINE, B. & MILONAKIS, D. *From Economics Imperialism to Freakonomics: The Shifting Boundaries Between Economics and Other Social Sciences*. Londres: Routledge, 2009.
- FINE, B. & SAAD Filho, A. Politics of Neoliberal Development: Washington Consensus and post-Washington Consensus In: WEBER, H. (org.) *Politics of Neoliberalism*. Londres: Routledge, 2014.
- FINE, B., LAPAVITSAS, C. & PINCUS, J. (orgs.) *Development Policy in the Twenty-first Century: Beyond the post-Washington Consensus*. Londres: Routledge, 2001.
- GOWAN P. *The Global Gamble: America's Faustian Bid for World Dominance*. Londres: Verso, 1999.
- HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- KIELY, R. *The Clash of Globalisations: Neo-Liberalism, the Third Way and Anti-Globalisation*. Leiden: Brill, 2005.
- KOTZ, D. *The Rise and Fall of Neoliberal Capitalism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015.
- KRIPPNER, G. *Capitalizing on Crisis: The Political Origins of the Rise of Finance*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.
- MCNALLY, D. *Global Slump: The Economics and Politics of Crisis and Resistance*. Oakland: PM Press, 2014.
- MILLS, C. W. *The Sociological Imagination*. Oxford: Oxford University Press, 1959.
- MILONAKIS, D. & FINE, B. *From Political Economy to Economics: Method, the Social and the Historical in the Evolution of Economic Theory*. Londres: Routledge, 2009.
- MIROWSKI, P. Postface: Defining Neoliberalism In: In: MIROWSKI, P. & PLEHWE, D. (orgs.) *The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.
- MIROWSKI, P. & PLEHWE, D. (orgs.) *The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.
- MONTGOMERIE, J. The Pursuit of (Past) Happiness? Middle-class Indebtedness and American Financialisation In: *New Political Economy*, 14 (1), pp.1-24, 2009.
- PANITCH, L. & GINDIN, S. *The Making of Global Capitalism: The Political Economy of American Empire*. Londres: Verso, 2012.
- PANITCH, L. & KONINGS, M. (eds.) *American Empire and the Political Economy of Global Finance*. Londres: Palgrave, 2008..
- RUDE, C. The Role of Financial Discipline in Imperial Strategy In: PANITCH, L. & LEYS, C. (orgs.). *Socialist Register*. Londres: Merlin Press, 2005.

SAAD Filho, A. (Marxian and Keynesian Critiques of Neoliberalism' In: PANITCH, L. , LEYS, C. , ALBO, G. & CHIBBER, V. (orgs.) *Socialist Register*, Londres: Merlin Press, 2008.

_____. 'Crisis in Neoliberalism or Crisis of Neoliberalism?' In: PANITCH, L., ALBO, G. & CHIBBER, V. (orgs.) *Socialist Register*. Londres: Merlin Press, 2011.

_____. 'Neoliberalism' In: BRENNAN, D. , KRISTJANSON-GURALD., MULDER, C. & OLSEN, E. (orgs.) *Handbook of Marxian Economics*. London: Routledge, 2015.

SAAD Filho, A. & JOHNSTON, D. Introduction, In: *Neoliberalism: A Critical Reader*. Londres: Pluto Press, 2005.

Stedman Jones, D. (2012) *Masters of the Universe: Hayek, Friedman, and the Birth of Neoliberal Politics*. Princeton: Princeton University Press.

Recebido em 30 de março de 2015

Aprovado em 25 de abril de 2015

Dinâmica capitalista e crises econômicas: Marx como ponto de partida

Capitalist dynamic and economic crisis: Marxian theory as a point of departure

Flávio Miranda*

Resumo

Uma das questões mais controversas na obra de Marx é o tema das crises econômicas. Devemos reconhecer que o próprio Marx não oferece um tratamento acabado do tema em *O Capital* (o que se justifica pelo escopo do estudo), nem em outros textos (encontram-se indicações importantes nos *Grundrisse* e no *Teorias sobre a Mais-valia*). Contudo, acreditamos que a teoria marxiana corresponda à perspectiva teórica mais profícua para tratar o fenômeno. Tal posição justifica-se pelo fato de que, em Marx, a dinâmica capitalista, isto é, o processo cíclico de acumulação de capital, deriva-se do movimento imanente a este modo de produção. O objetivo deste trabalho é apresentar os aspectos fundamentais da dinâmica cíclica de acumulação de capital, tal qual exposto em *O Capital*, além de indicar o que acreditamos serem os passos necessários entre essa análise geral e o ciclo econômico em suas formas concretas de manifestação.

Palavras-chave: Marx; lei do valor; crises econômicas

Abstract

*One of the most controversial themes in Marx's work is economic crisis. It must be recognized that the author has not given in *Capital* (as is justified by its scope) a definitive approach to it, neither in other writings (though there are important indications in *Grundrisse* and in *Theories of Surplus Value*). Nevertheless, we argue that the Marxian theory corresponds to the best theoretical perspective on the phenomenon. Such stand point is justified by the fact that the capitalist dynamic, i.e., the cyclical process of accumulation of capital is derived from the immanent movement of this mode of production. Our aim in this paper is to present the fundamental aspects of capitalist cyclical dynamic, as in *Capital*, and to indicate what we believe to be the necessary steps between this general analysis and the economic cycle in its concrete modes of manifestation.*

Key words: Marx; law of value; economic crisis

* Professor de Economia Política no ITR-UFRRJ e doutorando em economia na UFF. flavioferrei ramiranda@hotmail.com

Uma das questões mais controversas na obra de Marx é o tema das crises econômicas. É muito comum, especialmente entre seus detratores, a ideia de que a *Crítica da Economia Política* concluía pela inevitabilidade da queda do capitalismo (e sua substituição pelo socialismo) a partir de uma crise que resultaria da identificada tendência à queda da taxa de lucro (é essa a caricatura que Thomas Piketty apresenta de Marx em seu *O Capital no Século XXI*). Esse é um determinismo mecânico-economicista absolutamente estranho à obra de Marx. Entre os marxistas, é bastante conhecido o longo debate em torno das causas das crises econômicas¹.

De nossa parte, devemos reconhecer que o próprio Marx não oferece um tratamento acabado do tema em *O Capital* (o que se justifica pelo escopo do estudo), nem em outros textos (encontram-se indicações importantes nos *Grundrisse* e no *Teorias sobre a Mais-valia*). Contudo, acreditamos que a teoria marxiana corresponda à perspectiva teórica mais proffícua para tratar o fenômeno. Tal posição justifica-se pelo fato de que, em Marx, a dinâmica capitalista, isto é, o processo cíclico de acumulação de capital, deriva-se do movimento imanente a este modo de produção.

Ademais, se o tratamento das formas concretas de manifestação das crises econômicas envolve algumas mediações teóricas fundamentais entre as leis gerais identificadas por Marx e o nível fenomênico (como apontaremos ao final), é exatamente o grau de generalidade empregado em *O Capital* que confere vitalidade à teoria marxiana diante das especificidades históricas de cada uma das crises cíclicas do capitalismo. O objetivo deste trabalho é apresentar os aspectos fundamentais da dinâmica cíclica de acumulação de capital (portanto, das crises econômicas), tal qual exposto em *O Capital*, além de indicar o que acreditamos serem os passos necessários entre essa análise geral e o ciclo econômico em suas formas concretas de manifestação.

Nesse sentido, defendemos que a análise marxista das crises econômicas não pode contentar-se com a mera aplicação do que teria sido legado por Marx, como parte considerável dos autores que se inscrevem nesse campo teórico (e político) parecem entender – alguns dos quais citados ao longo do texto que segue. Polemizando contra essas leituras, acreditamos que, apesar de possuir um entendimento sobre o fenômeno, Marx não o tratou sistematicamente tendo em vista as questões de método subjacentes à sua teorização sobre as leis gerais do modo de produção capitalista, que ganha forma mais acabada em *O Capital*. Ou seja, é possível (e até mesmo necessário) recorrer-se a Marx para compreender a dinâmica cíclica de acumulação de capital, mas, neste caso, o desafio que se impõe é o de ir além de Marx.

¹ A esse respeito ver Carcanholo (1996), no qual baseiam-se nossos aportes ao debate marxista sobre a causa das crises, incluindo a análise do fenômeno em diferentes níveis, isto é, formas de manifestação, conteúdo e causa.

Questões preliminares

Para começar devemos retornar ao prefácio escrito por Marx à primeira edição de *O Capital*, no qual o autor estabelece de maneira clara o objetivo de seu livro: elucidar as leis, tendências, que conformam o modo de produção capitalista. A este modo de produção, diz Marx, correspondem relações de produção e circulação (Marx, 2013, p. 78). Uma relação social, como é sabido, define-se apenas em seu movimento de constante reprodução (uma relação que não é reproduzida simplesmente deixa de existir) e o método dialético é forma adequada de conferir-lhe expressão teórica, na medida em que o movimento imanente ao objeto em análise apresenta-se como resolução de sua própria constituição internamente contraditória. Pode-se dizer, portanto, que é a própria dinâmica desse modo de produção, o movimento subsumido ao processo de acumulação de capital (a valorização do valor), o objeto de estudo da obra. A lei do valor de Marx é, portanto, a expressão teórica dessa dinâmica própria ao processo de acumulação de capital.

Ainda no mesmo prefácio, Marx anuncia o método a partir do qual pretende atingir seu objetivo (*Ibidem*). Nas ciências naturais, diz Marx, é possível (pelo menos em certas circunstâncias) isolar em laboratório alguns elementos da realidade concreta a fim de se analisar suas determinações principais. No estudo das sociedades, no entanto, esta tarefa cabe à abstração mental. Ademais, se um corpo não revela de imediato suas partes componentes – de maneira que suas determinações próprias aparecem de forma mistificada – importa analisá-lo a partir das células, elucidando-se, desde as determinações mais simples, as cadeias causais que conformam o seu ser-precisamente-assim. No caso da sociedade capitalista, a determinação mais simples, sua célula, é exatamente a forma-mercadoria. A forma do produto na sociedade burguesa revela, em germe, todas as contradições imanentes a esse modo de produção. Parte daí, portanto, a análise que segue, da forma mais simples e abstrata, o caminho das formas mais complexas e mais próximas à constituição concreta do modo de produção capitalista.

Esse método, descrito inicialmente na famosa *Introdução* de 1857 (mais especificamente no fragmento *Método da Economia Política*), pode ser resumido na expressão concreto mediado – abstrato – concreto pensado (ou mediado por abstrações)². Assim, reconhece-se que se todo conhecimento parte das condições

² “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. [...] [O] método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto” (Marx, 2011a, pp. 54-55).

concretas da existência, a elucidação de suas conexões causais reais só pode ser feita em abstrato, e o caminho da apreensão das complexas determinações que conformam objeto de estudo deve ser o da contínua “reaproximação” àquelas condições concretas de existência que devem ser explicadas. A capacidade explanatória, isto é, de expor o domínio causal por trás da imediatividade dos fenômenos é o critério de cientificidade adotado.

De fato, a escolha do ponto de partida de *O Capital* justifica-se pela constituição própria de uma sociedade na qual a articulação social através do mercado é forma dominante de sociabilidade. A sociedade capitalista é uma sociedade mercantil e, como tal, apresenta-se aos indivíduos como uma sociedade na qual se está irremediavelmente sujeito à dinâmica do mercado. A satisfação das necessidades depende de um ato de compra (D-M) que, por sua vez, deve ser precedido por uma venda (M-D). No entanto, o mero ato de pôr algo para a troca (o “salto mortal da mercadoria”) não garante sua realização.

Para cada indivíduo considerado isoladamente, a articulação social através da troca, o mercado, assume uma feição estranha (ou alienada), portadora de uma dinâmica externa, independente e muitas vezes hostil. Esse caráter estranhado das relações mercantis apresenta-se como uma relação entre coisas que, portanto, parecem dotadas de vida própria. O reflexo no pensamento dessas determinações concretas assume a forma de um fetiche, no qual essa forma historicamente específica de reprodução social apresenta-se como condição eterna e imutável da sociabilidade humana.

Além disso, na própria separação entre as fases que conformam a metamorfose completa de uma mercadoria (M-D e D-M), uma separação na qual uma fase não precisa decorrer imediatamente da outra, contém a possibilidade do estancamento da circulação das mercadorias. Nestas condições está posta, portanto, a possibilidade das crises econômicas. Marx é bastante claro ao afirmar que a conversão dessa possibilidade em realidade envolve passos teóricos que ainda não haviam sido dados até aquele ponto (capítulo 3 de *O Capital*) da análise (*Ibidem*, p. 187).

Assim, a demonstração do caráter necessário das crises econômicas requer a explicitação das tendências subjacentes ao processo de acumulação de capital. Tendências estas que determinam resultados contraditórios entre si, erguendo barreiras à própria acumulação de capital. Convém ressaltar que a dinâmica estranhada do mercado (tratada como fetiche da mercadoria em *O Capital*), e que assume forma (logicamente) mais desenvolvida no movimento do dinheiro (fetiche do dinheiro), é a própria dinâmica da acumulação de capital a que faremos referência a partir de agora: um processo externo, independente e hostil no qual, portanto, o capital aparece como sujeito (fetiche do capital, cuja forma acabada transparece no circuito de acumulação do capital portador de juros, segundo Marx).

Acumulação de capital e crises

É precisamente isso que Marx pretende deixar claro a partir de segunda seção do primeiro livro de *O Capital (A transformação do dinheiro em capital)*. A determinação mercantil do produto, a unidade de valor e valor de uso, é, assim, adequadamente projetada no processo de produção capitalista, como aponta Frederico Mazzucchelli (1985, p. 17). A análise da fórmula geral do capital (D-M-D') revela que a finalidade do processo é a realização da expansão, em si mesma ilimitada, do valor. Deste modo, são as determinações da valorização, da expansão incessante do valor, que regulam o processo produtivo. Pode-se dizer que, neste processo, a lógica do valor domina a do valor de uso, isto é, a da satisfação das necessidades a partir do caráter imediatamente útil da produção. Ademais, o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo é inteiramente forjado à luz das necessidades do processo de acumulação de capital.

O capital, cada vez mais, se patenteia força social: tem o capitalista por agente e não se relaciona mais com o que pode criar o trabalho de cada indivíduo; mas patenteia-se força social alienada, autônoma, que enfrenta a sociedade como coisa e como poder do capitalista por meio dessa coisa (Marx, 2006, V.4, p. 344).

Em uma sociedade na qual produzir é meio apenas indireto para a satisfação das necessidades imediatamente humanas, isto é, na qual a realização do valor de uso do produto está predicada à realização de seu valor (que inclui seu mais-valor), a produção adquire autonomia relativa com relação às condições de sua realização. Essa autonomia relativa se revela em um necessário descompasso entre a produção e a circulação de valor (e mais-valor)³. As crises representam, duplamente, tanto o ponto alto da contradição entre as condições de produção e realização do valor criado, quanto o momento de reposição das condições necessárias para a acumulação de capital e, portanto, a afirmação da unidade entre a produção e a realização do valor.

Esses desenvolvimentos decorrem das próprias tendências imanentes à acumulação de capital. Notemos que ainda no livro primeiro – após a análise da produção do mais-valor (em forma absoluta e relativa), assim como da remuneração da força de trabalho, ao nível de abstração do capital em geral, considerando-se que todo o valor produzido é efetivamente realizado (sendo vendido exatamente pelo seu valor) e que o excedente é apropriado pelo mesmo capitalista que concorreu para a sua produção (identidade entre produção

³ Em *Teorias Sobre a Mais-Valia*, Marx aponta que a possibilidade das crises, que se evidencia na circulação simples de mercadorias, “queda demonstrada una vez más, y más desarrollada, por la discrepancia entre el proceso de producción (directo) y el proceso de circulación” (Marx, 1975, p. 435).

e apropriação)⁴ –, Marx apresenta uma análise do processo de acumulação de capital que fornece chaves importantes para entender o fenômeno das crises econômicas.

O processo de reprodução capitalista é processo de reprodução das condições para a acumulação de capital: o trabalhador produz constantemente riqueza objetiva na forma de capital, em um processo que produz constantemente a força de trabalho desprovida dos objetos necessários para realizar sua potência subjetiva, isto é, reproduz o trabalhador como trabalhador assalariado⁵. Isso ocorre tanto na forma simples quanto na forma ampliada de reprodução capitalista, como veremos em seguida. É fácil perceber que, tendo em vista que o mote de todo esse movimento é a apropriação de mais-valor, um objetivo em si mesmo ilimitado (mais mais-valor é sempre melhor que menos mais-valor), a forma tipicamente capitalista de reprodução é a ampliada, ou seja, a acumulação de capital propriamente dita (aplicação de mais-valor como capital). O argumento torna-se mais vigoroso quando se passa à análise da interação (concorrência) entre diferentes capitais, uma vez que o tamanho do capital (a escala de produção) é relevante para a aquisição de vantagens competitivas – fazê-lo crescer corresponde a um imperativo.

A concorrência pelo mais-valor produzido, ao menos no que diz respeito aos capitais produtores (isto é, deixando-se de lado as formas de acumular de capital apenas através da circulação de mercadorias e dinheiro), corresponde a um passo necessário para a demonstração da *lei geral da acumulação capitalista*. Esse passo significa uma ruptura, momentânea, com o nível de abstração do capital em geral, expediente que já havia sido adotado na seção sobre o mais-valor relativo, na qual se justificava pela necessidade de apresentar o decréscimo no valor de troca da força de trabalho como resultado necessário do processo de acumulação de capital, tendo em vista a possibilidade da apropriação de um mais-valor extraordinário. A forma como Marx apresenta esse expediente diz muito sobre seu método e sobre a forma como a concorrência é por ele entendida:

⁴ Assim Marx justifica esses pressupostos de trabalho: “De resto, na medida em que se realiza a acumulação, o capitalista consegue vender a mercadoria produzida e reconverter em capital o dinheiro com ela obtido. Além disso, o fracionamento do mais-valor em diversas partes não altera em nada sua natureza, nem as condições necessárias sob as quais ela se converte no elemento da acumulação. Seja qual for a proporção de mais-valor que o produtor capitalista retenha para si mesmo ou ceda a outros, ele sempre será o primeiro a se apropriar dela. O que pressupomos em nossa exposição da acumulação é, pois, aquilo que está pressuposto em seu processo efetivo. Por outro lado, o fracionamento do mais-valor e o movimento mediador da circulação obscurecem a forma básica do processo de acumulação. Sua análise pura, por conseguinte, requer que abstraíamos provisoriamente de todos os fenômenos que ocultam o jogo interno de seu mecanismo” (Marx, 2013, p. 640).

⁵ “Em seu próprio desenrolar, portanto, o processo capitalista de produção reproduz a cisão entre força de trabalho e condições de trabalho. Com isso, ele reproduz e eterniza as condições de exploração do trabalhador. Ele força continuamente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita continuamente o capitalista a comprá-la para enriquecer” (*Ibidem*, p. 652).

Não nos ocuparemos, por ora, do modo como as leis imanentes da produção capitalista se manifestam no movimento externo dos capitais, impondo-se como leis compulsórias da concorrência e apresentando-se à mente do capitalista individual como a força motriz de suas ações. Porém, esclareçamos de antemão: só é possível uma análise científica da concorrência depois que se apreende a natureza interna do capital, assim como o movimento aparente dos corpos celestes só pode ser compreendido por quem conhece seu movimento real, apesar de sensorialmente imperceptível. No entanto, para que se compreenda a produção do mais-valor relativo com base apenas nos resultados já obtidos, devemos proceder às seguintes observações (*Ibidem*, p. 391).

O aumento na produtividade apresenta-se, na produção de mercadorias em geral (i.e., não apenas para aquelas que formam o valor de troca da força de trabalho), como meio de obtenção de vantagens na luta pela apropriação do mais-valor socialmente produzido. Ser mais produtivo significa produzir mais no mesmo espaço de tempo, o que para um capitalista individual implica produzir sua mercadoria abaixo do tempo de trabalho socialmente necessário. Esse capital pode vender cada mercadoria acima de seu valor unitário, apropriando-se de um mais-valor que é extraordinário por não ter sido produzido pelos trabalhadores que ele próprio empregou. O que temos aí, na verdade, é a transferência do mais-valor produzido pelos capitais menos produtivos (que produzem acima do tempo de trabalho socialmente necessário) para os capitalistas mais produtivos do mesmo ramo de produção.

No que diz respeito à *lei geral da acumulação capitalista*, Marx observa que o grau da produtividade do trabalho expressa-se na quantidade de meios de produção que um trabalhador, em um dado período, transforma em produto, com o mesmo dispêndio de força de trabalho. Nesse caso, há uma mudança na composição técnica do capital (relação entre os meios de produção e quantidade de trabalho necessária para colocá-los em atividade), que se reflete, em grau tendencialmente menor⁶, na composição em valor do capital (relação entre capital constante e variável). Temos, portanto, uma tendência à elevação da composição orgânica do capital (c/v), ou seja, um decréscimo relativo de sua parte variável. Desta forma, a reprodução ampliada do capital engendra a criação da oferta de força de trabalho necessária para sua própria continuidade, chamada, por Marx, de exército industrial de reserva.

⁶ “A razão disso é simplesmente que, com a crescente produtividade do trabalho, não apenas aumenta o volume dos meios de produção por ele utilizados, mas o valor deles diminui em comparação com seu volume” (*Ibidem*, p. 699).

À teoria do empobrecimento relativo da classe trabalhadora – aos trabalhadores se destina parcela decrescente do produto – acrescenta-se a tendência à centralização do capital (chamada de “concentração” na teoria econômica tradicional), dadas as já mencionadas vantagens de escala, o que aumenta e acelera os efeitos da acumulação. Quanto maior um capital, maiores as possibilidades de se aplicar métodos mais produtivos e, portanto, maior a sua contribuição para o decréscimo relativo da demanda por trabalho. Em suma, o processo de acumulação do capital produz constantemente, na proporção de suas forças, uma população trabalhadora relativamente supérflua, ou seja, supérflua com relação ao processo de acumulação de capital, fornecendo material humano necessário a suas subsequentes expansões, ao mesmo tempo em que a competição entre trabalhadores na “ativa” e na “reserva” tem o efeito de pressionar o nível geral dos salários.

No entanto, enquanto o limite para a produção está dado apenas pela capacidade produtiva do capital, as condições de sua realização dependem da capacidade de consumo da sociedade e das relações de troca entre os diferentes capitais. De fato, pode-se demonstrar que o modo de produção capitalista engloba as tendências, contraditórias entre si, a expandir a produção de mercadorias (para realizar o mesmo *quantum* de mais-valor) e, ao mesmo tempo, deprimir as possibilidades de sua realização, tanto no que diz respeito aos artigos de consumo, quanto aos meios de produção. Diante das relações necessariamente antagônicas de distribuição, um subproduto necessário do/ao processo de produção do capital, importantes teóricos marxistas como Rosa Luxemburgo e Paul Sweezy (cf. Carcanholo, 1996), por diferentes meios, chegaram à conclusão de que a causa geral das crises econômicas residiria na tendência à sobreprodução (ou subconsumo) de mercadorias.

De fato, como já afirmamos, as crises econômicas envolvem a não realização de parcela considerável do mais-valor. Ademais, a análise das metamorfoses do capital, na primeira seção do livro II de *O Capital*, revela que o estancamento de uma das fases do processo de acumulação implica não apenas o retardamento de todo o processo para um capital, como o entrelaçamento entre os ciclos de diferentes capitais tem a potencialidade de espalhar indefinidamente essas perturbações. No entanto, devemos nos perguntar se isso esgota o tema das crises econômicas. Afinal, se de fato as crises econômicas caracterizam-se, entre outras coisas, pela impossibilidade da realização de todo o valor produzido, com o acúmulo em estoque de mercadorias invendáveis, esse fenômeno indica a presença da crise, de maneira que não podem constituir a sua causa.

Seguindo-se adiante no argumento de *O Capital*, vemos que após a análise da rotação do capital, Marx debruça-se sobre o processo de reprodução e circulação de todo o capital social. Neste ponto (terceira seção do livro II), o autor adianta sua famosa versão para os esquemas de reprodução, a fim de analisar as

condições de proporcionalidade entre os diferentes setores (departamentos) da economia para demonstrar, segundo acreditamos, a absoluta impossibilidade da reprodução harmônica no modo de produção capitalista. Com teses equivocadas sobre os objetivos desses esquemas de reprodução, interpretando-os como uma teoria para as condições necessárias à ruptura de um equilíbrio (inexistente para Marx) e, portanto, para a crise, autores influentes, como Rudolf Hilferding e Tugán-Baranovsky (cf. Carcanholo, 1996), defenderam as desproporções entre os departamentos de produção como a causa das crises econômicas. A despeito do que acreditamos serem erros de interpretação, notemos que, de fato, se a proporcionalidade é simplesmente impossível de ser atingida tendo em vista as condições gerais do modo de produção capitalista, os problemas para a acumulação de capital advindos da “anarquia da produção” apresentam-se mais agudamente em momentos de crise. Insistimos, contudo: não pode ser essa sua causa, embora seja certamente uma de suas formas de manifestação.

Chegando ao livro III de *O Capital*, importantes passos lógico-categoriais são dados, como a transmutação do mais-valor em lucro (e da taxa de mais-valor – m/v – em taxa de lucro – $m/(c+v)$) e a tendência à formação da taxa média de lucro através da concorrência entre diferentes ramos de produção, na luta pela apropriação de um lucro extraordinário. Essas passagens possibilitam a melhor compreensão do alcance e das consequências das leis imanentes ao processo de acumulação de capital. Como lembra Reinaldo Carcanholo (2013), é apenas no livro III que Marx abandona o pressuposto da identidade entre produção e apropriação do mais-valor. Portanto, somente a partir daí é possível discutir o papel da oferta e da demanda na formação dos preços de mercado, já que ele está relacionado à “diferencial apropriação de valor por parte dos diferentes setores econômicos e das diferentes empresas dentro desses setores” (Carcanholo, 2013, p. 134).

Podemos acrescentar que a contradição entre produção e apropriação do mais-valor (ou seja, a disrupção como elemento inerente à unidade necessária a esses dois polos) é também condição fundamental para a compreensão das crises econômicas. De fato, é no capítulo 15 do referido volume que Marx mais se ocupa do fenômeno. Contudo, a esse respeito, é importante alertar para o caráter fragmentário e inconclusivo do texto, o que acabou servindo de combustível para intensos debates no âmbito do marxismo. Além disso, como aponta Michael Heinrich (1997), partiu de Engels a decisão de reunir algumas notas pouco trabalhadas por Marx em um capítulo que fecha a seção sobre a lei de tendência à queda da taxa de lucro.

A despeito disso, a seção é indispensável para o nosso estudo. Como reconhece Mazzucchelli (1985, p. 36), a tendência à queda da taxa de lucro confirma todas as tendências imanentes ao processo de acumulação de capital expostas até esse ponto da obra. Resultado lógico categorial da lei do valor de Marx, a lei

de tendência à queda da taxa de lucro demonstra o caráter autocontraditório do sistema capitalista, na medida em que seu movimento determina a progressiva redundância do trabalho vivo, negando as condições de valorização do capital⁷ (Mazzucchelli, p. 32). Em termos muito sintéticos, supondo-se constante a taxa de mais-valor, a tendência ao aumento da produtividade e, portanto, da composição orgânica do capital social, conclui-se pela tendência à redução da taxa geral de lucro, uma vez que, nessas condições, a massa de mais-valor produzida (e que será dividida entre os diversos capitais através da concorrência) depende do número de trabalhadores empregados. É importante ressaltar que Marx considerou que as mesmas causas que concorrem para elevar a produtividade do trabalho atuam no sentido de criar forças contrárias à redução da taxa geral de lucro, como por exemplo, o aumento na taxa de mais-valor, o aumento do exército industrial de reserva e o barateamento dos elementos que compõem o capital constante.

Em se tratando de uma lei de tendência, sua validade não depende da ocorrência empírica da redução da taxa de lucro, apresentando-se como uma força que atua constantemente, mesmo quando seu resultado esperado é inibido por forças que atuam em sentido contrário. Em alguns momentos prevalecem as tendências contrárias à queda, em outros não. Essa interação entre tendência e contratendências, pendendo ora para um lado, ora para o outro, obedece ao movimento cíclico do processo de acumulação de capital enquanto totalidade. Em momentos de crise, a tendência à queda manifesta-se com mais força, trazendo a queda da taxa média de lucro como resultado (o que deve se manifestar em maior ou menor grau em grande parte das diversas taxas efetivas de lucro).

Nesse sentido, alguns autores, como Michael Roberts (2009) e Michel Husson (2009), afirmam ser essa a causa geral das crises econômicas em Marx. Contudo, a efetividade empírica da queda da taxa de lucro é antes a consequência da crise, sendo, portanto, mais uma de suas formas de manifestação. Ademais, na medida em que condensa as contradições até então identificadas por Marx, a lei de tendência à queda da taxa de lucro engloba a tendência à superprodução de mercadorias e, conseqüentemente, a complexificação das necessárias desproporções entre os diferentes departamentos de produção. Tal fato poderia levar a se considerar todas essas tendências como, conjuntamente, a causa das crises econômicas, como, por exemplo, Ernest Mandel (1985). Contudo, insistimos que tal abordagem implicaria tão somente na generalização da confusão entre forma de manifestação e causa.

⁷ Como diz Marx nos *Grundrisse*: “Portanto, de acordo com sua natureza, o capital põe um *obstáculo* para o trabalho e a criação de valor que está em contradição com sua tendência de expandi-los contínua e ilimitadamente. E uma vez que tanto põe um obstáculo que lhe é *específico* quanto, por outro lado, avança para além de *todo* obstáculo, o capital é a contradição viva”. (Marx, 2011, p. 345 [grifos no original])

Conteúdo e causa das crises

Carcanholo (1996) aponta para a necessidade de se delimitar precisamente o conteúdo de um fenômeno – não apenas suas possíveis formas de manifestação – para que sua causa possa ser compreendida. Com o que foi visto até aqui é possível afirmar, em alto grau de generalidade, que as contradições imanentes ao processo de acumulação de capital sintetizadas na lei de tendência à queda da taxa de lucro externalizam-se como incapacidade de valorização de parte do capital social. As crises econômicas definem-se como momentos em que essa incapacidade atinge níveis dramáticos, do ponto de vista de seus resultados sociais. Temos, portanto, uma situação de sobreacumulação (ou superprodução) de capital: um excesso de capital com relação às possibilidades de valorização, que se manifesta, necessariamente, na queda da taxa média de lucro e na superprodução de mercadorias, com o conseqüente acúmulo de estoques invendáveis, explicitando pronunciadamente a chamada “anarquia dos mercados”, isto é, as “desproporções” entre os departamentos produtivos. É importante ressaltar que este estado de coisas, na medida em que implica a paralisação e, portanto, a destruição de capital, põe as condições para um novo momento progressivo para a acumulação de capital, com elevação da taxa média de lucro e redução nos estoques dos produtores capitalistas. Essa retomada, por sua vez, engendra as condições para uma nova crise, uma vez que o progresso da acumulação é a afirmação de seu movimento autocontraditório, como vimos.

Essa análise em alto nível de abstração, isto é, prescindindo de vários elementos da realidade material que modificam a manifestação concreta dos fenômenos (a concorrência entre diferentes frações da burguesia, as relações de transferência internacional de mais-valor, o Estado etc.), é capaz, contudo, de demonstrar o caráter cíclico do processo de acumulação de capital como um todo e, portanto, as crises econômicas como um de seus momentos necessários. Para compreender o indutor desse movimento, sua causa, também em alto grau de generalidade, devemos retomar as considerações preliminares que tecemos sobre a concorrência.

Esperamos ter deixado claro, quando tratamos da tendência ao aumento da produtividade, que é através da concorrência que o movimento autocontraditório do processo de acumulação de capital afirma-se como resultado das ações dos diversos capitalistas individualmente considerados. Para cada um destes, o aumento da produtividade, a reprodução ampliada do capital, a tentativa de reduzir os gastos com salários pagando sempre o mínimo possível etc., apresentam-se como necessidades impostas externamente. Nos *Grundrisse*, diz Marx:

(Na *concorrência*, essa tendência interna do capital aparece como uma coerção que lhe é imposta por capital alheio e que o impele para

além da proporção correta com um contínuo “Marche, marche!” [...] Conceitualmente, a *concorrência* nada mais é do que a *natureza interna do capital*, sua determinação essencial, que se manifesta e se realiza como ação recíproca dos vários capitais uns sobre os outros, a tendência interna como necessidade externa.) (O capital existe e só pode existir como muitos capitais e, conseqüentemente, a sua autodeterminação aparece como ação recíproca desses capitais uns sobre os outros) (Marx, 2011, p. 338 [grifos no original]).

A participação ativa na luta pela apropriação da maior parcela possível do mais-valor socialmente produzido é condição necessária, embora não suficiente, para a existência do capitalista enquanto tal. Como visto, a impossibilidade de se acompanhar o progresso na produtividade social do trabalho, a partir de certo ponto (isto é, a partir do momento em que a transferência de mais-valor para os concorrentes mais produtivos leva à impossibilidade de reprodução desse capital), redundando na expropriação do capitalista, com a perda da propriedade sobre seu capital, ou sua completa obsolescência (destruição).

Assim, a busca privada pela sobrevivência do capitalista enquanto tal, ou melhor, pela apropriação da maior parcela do mais-valor produzido (pela maior taxa de lucro, na consciência do capitalista), choca-se com as condições sociais para a valorização do capital. Uma contradição, portanto, entre a ação teleológica do capitalista individual e a síntese social não teleológica desses diversos agires. A lei da tendência à queda da taxa de lucro nos ajuda a entender esse tipo de contradição, já que a busca privada pela maior taxa de lucro (individual) possível acaba levando ao resultado contrário da queda da taxa média de lucro (que se expressa, embora de maneira imperfeita, nas taxas de lucro individuais). Há, portanto, uma contradição entre o ímpeto privado à apropriação do mais-valor e as condições sociais de sua produção e circulação, isto é, entre a ação individual e seu resultado social. Acreditamos que seja precisamente esta contradição a causa para as crises econômicas em geral.

Notemos que a contradição entre a ação individual, que tem em vista a apropriação do mais-valor, e as resultantes condições sociais de sua realização, tem um caráter fundamental, estando contida, em germe, na contradição entre valor e valor de uso. Como vimos acima, a realização das necessidades individuais, quer provenham “do estômago ou da fantasia”, está, por via de regra, indissociavelmente subordinada ao mercado, isto é, à articulação social através da qual todos os indivíduos inseridos na dinâmica mercantil satisfazem suas necessidades. Na separação entre os dois polos constituintes da mercadoria, que implica a separação entre os dois atos antitéticos de sua metamorfose completa, está dada a possibilidade das crises. Estas, portanto, apresentam-se, ao mesmo tempo, como ruptura violenta e reafirmação da unidade entre valor e

valor de uso e, em outro nível analítico, entre produção e apropriação de mais-valor.

Notas conclusivas

Por fim, é muito importante ter absoluta clareza das limitações da análise acima exposta, o que de forma alguma a desqualifica, pelo contrário, reafirma a sua importância. Ao comentar a lei de tendência à queda da taxa de lucro como momento de síntese das contradições imanente ao processo de acumulação de capital em geral, Mazzucchelli adverte:

[...] não se deve supor – por um instante sequer! – que estejamos aqui diante das crises em seu caráter determinado ou “complexamente determinado”. Trata-se apenas de apreender – a nível do “capital em geral” ou do “capital enquanto tal” – o modo pelo qual as contradições imanentes da produção capitalista se exteriorizam e se “resolvem” nas crises. Trata-se, portanto, de uma consideração abstrata das crises, que se opõe a qualquer tentativa de estabelecer uma relação imediata – logo, sem mediações – entre as variações da taxa de mais-valia e da composição orgânica e as “crises reais” (Mazzucchelli, 1985, pp. 40-41).

Já defendemos, ainda que brevemente, ser imprescindível o recurso às abstrações (ancoradas na realidade concreta) para a análise científica que pretende ir além da imagem necessariamente mistificada que os objetos imediatamente projetam de si mesmos. Reafirmamos aqui, contudo, que essas abstrações devem ser avaliadas, segundo a capacidade explanatória, diante dos fenômenos que se propõem a explicar, de maneira que a paulatina aproximação à forma complexa como os fenômenos se manifestam é o caminho lógico-categorial adequado à exposição teórica. Esse é o sentido das seções que seguem à da tendência à queda da taxa de lucro no livro III de *O Capital*. Apesar do seu caráter extremamente fragmentário, desses capítulos podem ser extraídas algumas conclusões extremamente importantes sobre o nosso tema.

Chamamos atenção para a análise das formas de acumulação de capital que não passam pela produção do mais-valor (embora dele se apropriem). No sentido lógico-categorial da obra, trata-se de capitais dialeticamente derivados das formas funcionais que o capital em geral tem de assumir na esfera da circulação, a saber: capital-mercadoria e capital-dinheiro. Desdobram-se daí (insistimos: em termos lógicos), respectivamente, o capital comercial e o capital bancário (síntese dialética do capital de comércio de dinheiro e do capital portador de juros) e fictício (cuja lógica de acumulação tem papel fundamental no capitalismo contemporâneo e em sua crise). O ponto a se considerar é que esse nível da

análise corresponde ao aprofundamento de todas as tendências acima descritas e, portanto, do movimento cíclico do processo de acumulação de capital como um todo. Esses efeitos assumem o caráter de uma maior pujança à acumulação de capital global nos momentos de ascenso cíclico (devido à redução no tempo de rotação do capital e elevação na taxa de lucro). No entanto, a complexificação da contradição entre produção e apropriação do mais-valor (uma vez que esses capitais são remunerados com um mais-valor que eles próprios não podem produzir) implica o aprofundamento também da fase descendente dos ciclos e do potencial destrutivo das crises econômicas.

Contudo, se, ao menos preliminarmente, Marx analisou a concorrência entre diferentes frações da classe capitalista pela apropriação do mais-valor socialmente produzido, não se pode inferir daí que tenha sido esgotada a questão. Michael Heinrich (1997), ao analisar as intervenções diretas de Engels nas notas que foram utilizadas na edição do livro III de *O Capital*, argumenta que Marx estava plenamente consciente disso, como comprova a passagem que segue (transcrição literal do manuscrito deixado por Marx):

O fenômeno analisado neste § requer para seu pleno desenvolvimento o sistema de crédito e a competição no mercado mundial... Essas formas mais definitivas da produção capitalista podem 1) apenas serem apresentadas, contudo, após ter-se entendido a natureza geral do capital, e 2) elas não estão contidas no escopo deste trabalho e pertencem à sua eventual continuação⁸ (Marx, *MEGA II* 4.2, p. 178, apud Heinrich, 1997, p. 462).

Acreditamos que seja esse também o caso do processo cíclico de acumulação de capital. Todos os aspectos determinantes da dinâmica capitalista devem ser considerados na análise, o que inclui não apenas os diversos níveis nos quais se dá a competição pela apropriação do mais-valor, como o papel do Estado nessas disputas. Assim, o tratamento completo de nossa questão requer, entre outras coisas, considerações sobre “a competição no mercado mundial”, isto é, a forma, necessariamente desigual, de atuação da lei do valor na disputa internacional pelo excedente econômico. Como Marx mesmo chamou a atenção, a transferência internacional do mais-valor corresponde a um importante fator contrário à queda da taxa de lucro nos países de maior desenvolvimento da produtividade do trabalho, tendo, portanto, papel fundamental na explicação dos ciclos econômicos. Ademais, a análise completa do “sistema de crédito” deve, entre outras

⁸ Tradução livre de: “The phenomena analysed in this § require for their full development the credit system and competition on the world-market... These more definitive forms of capitalist production can 1) only be presented, however, after the general nature of capital is understood, and 2) they do not come within the scope of this work and belong to its eventual continuation”.

coisas, jogar luz sobre as possíveis formas concretas dessa transferência de mais-valor da periferia para o centro de uma maneira geral e, portanto, para o modo como essas formas se configuram nas diferentes etapas históricas do capitalismo.

Pode-se encontrar nos inúmeros escritos de Marx, a maior parte dos quais manuscritos não publicados durante a vida do autor, importantes indicações sobre a “eventual continuação” de sua teoria sobre o modo de produção capitalista. À guisa de conclusão, queremos apenas ressaltar este aspecto inacabado da obra. Desta forma, a posição marxista diante de cada uma das manifestações históricas das crises econômicas não pode ser nunca a da mera aplicação da teoria legada por Marx. Importa, antes, a análise criteriosa de seu método e a assimilação de suas conquistas teóricas, isto é, apropriar-se da teoria marxiana, para com ela seguir adiante.

Referência

- CARCANHOLO, R. *Capital: essência e aparência*, Volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CARCANHOLO, M. D. *Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1996.
- HEINRICH, M. *Engels' Edition of the Third Volume of Capital and Marx's Manuscripts*. *Science & Society*, vol. 60, n. 4, pp. 452-456, 1997.
- HUSSON, M. *Crisis de la finanza o crisis del capitalismo?* 2009. [Disponível em: <<http://hussonet.free.fr/denknesp.pdf>>].
- MANDEL, E. *El Capital: cien años de controversia en torno de la obra de Marx*. México D. F.: Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- MARX, K., *Teorias Sobre la Plusvalía*, Volume 2. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1975.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*, 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*, Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MAZZUCHELLI, F. *A contradição em processo: O capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ROBERTS, M. *The Great Recession: profit cycles, economic crisis. A Marxist view*. 2009. [Disponível em: <<http://libcom.org/files/The%20Great%20Recession%20-%20Profit%20cycles,%20economic%20crisis.pdf>>].

Recebido em 04 de novembro de 2014

Aprovado em 07 de janeiro de 2015

(Des)Caminhos da Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: contradições na trajetória histórica

(Mis)Directions of the Professional, Scientific and Technological Federal Educational Network's Expansion Politics: contradictions of historical trajectory

Jailson Alves dos Santos*

José Rodrigues**

Resumo

O presente texto pretende contribuir para a análise da política educacional sob o governo do Partido dos Trabalhadores, em particular, a política de expansão territorial, interiorizada e em larga escala da educação profissional no Brasil, concebida a partir de 2005, mas iniciada em 2008, com a introdução dos institutos federais de educação profissional, científica e tecnológica (IFs). Para tal, o texto é composto de duas partes, nas quais se discute a noção de “(con)formação do cidadão produtivo”, enquanto perspectiva burguesa de educação; e apresenta uma análise crítica dos dados quantitativos sobre política de expansão. O texto aponta os limites, as inconsistências e as contradições da expansão da educação profissional implementada pelo governo petista.

Palavras-chave: Educação profissional; (Con)formação do cidadão produtivo; Política Educacional.

Abstract

This paper aims to contribute to the analysis of education politics under the administrations of Partido dos Trabalhadores (PT – Brazilian Labor Party), in particular, the territorial expansion policy, inward migration and wide scale vocational education in Brazil, conceived in 2005, but initiated in 2008, with the introduction of the federal institutes of vocational, scientific and technological education. For this purpose, the text is composed of two parts, in which the notion of “(con) formation of productive citizen”, while bourgeois perspective of education, is discussed; and presents a critical analysis of quantitative data on expansion policy. The text points out the limits, inconsistencies and contradictions of the expansion of education implemented by the PT administrations.

Keywords: Vocational education; (Con)formation of the productive citizen; Educational politics.

* Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutor em Educação (UFF, 2006). jailson.pesquisaufrj@gmail.com.

** Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Doutor em Educação (Unicamp, 1997), membro do NiepMarx-UFF e pesquisador do CNPq.

“Para o futuro, eis-nos constrangidos a olhar os fatos frontalmente; o milagre que esperaríamos no íntimo do nosso coração: a escola como universo preservado, ilha de pureza – à porta da qual se deteriam as disparidades e as lutas sociais – esse milagre não existe, a escola faz parte do mundo”.

George Snyders

Desde a eleição e, principalmente, da posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003, debate-se a natureza do governo e das políticas públicas sob o governo do Partido dos Trabalhadores. Passados mais de 10 anos, talvez já seja possível uma análise mais clara e precisa sobre a política educacional dos governos petistas, em que pese a permanência da circulação das paixões em torno do atual mandato presidencial de Dilma Rousseff.

O presente texto¹ pretende, portanto, contribuir para a análise da política educacional sob o governo do Partido dos Trabalhadores, em particular, a política de expansão territorial, interiorizada e em larga escala da educação profissional no Brasil, concebida a partir de 2005, mas iniciada em 2008, com a introdução dos institutos federais de educação profissional, científica e tecnológica (IFs).

O texto encontra-se dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na seção 1, *Sobre a função social da escola na sociedade capitalista*, apresenta-se a origem da escola classista, com ênfase na escola sob o modo de produção capitalista. Sobre essa, o texto trabalha o que considera suas principais contradições, as quais podem ser sintetizadas na formulação (*con*)*formação do cidadão produtivo*. A seção 2, *(Des)caminhos da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*, enfoca precisamente o processo de expansão territorial interiorizada da mencionada Rede, destacando as contradições de sua trajetória histórica, confrontando o discurso governamental com a realidade que se expressa nos IFs.

1. Sobre a função social da escola na sociedade capitalista

O fenômeno educativo sempre existiu, sempre existirá. Pelo menos, enquanto houver humanidade. Muito antes de florescerem as sociedades divididas

¹ Este texto é uma reelaboração e atualização da intervenção dos autores, em 28 de março de 2014, no 28º Congresso Nacional do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (28º CONSINASEFE), Brasília, e também no I Fórum Sindical – SINASEFE – Seção Salinas, MG, em 20 de setembro de 2014. Uma versão preliminar foi apresentada ao *Marx e o Marxismo 2015: Colóquio Internacional: Insurreições, passado e presente*, realizado na UFF, campus do Gragoatá, entre 24 e 28 de agosto de 2015.

em classes sociais, havia homens educando homens². A educação está presente mesmo antes da invenção da escrita, nas chamadas sociedades primevas ou originais³, que viviam e ainda vivem em comunismo primitivo.

Coletivamente atuando sobre a natureza, (re)conhecendo-a, testando-a, adaptando-a às próprias necessidades, interesses e desejos, cada ser humano, assim como toda a humanidade, simultaneamente transforma-se, humaniza-se. O homem é o próprio trabalho.

Como não há, na espécie humana, nada parecido com o que se convencionou chamar de *instinto* nos outros animais, o saber sobre a produção da vida precisa – e sempre precisará – ser transmitido àqueles que ainda não o sabem. Ou seja, o saber sobre esta ação coletiva – chamada *trabalho* – e seus resultados não são automaticamente transmissíveis. É, portanto, imperioso que mais ou menos se organize um modo de realizar a transmissão dos saberes sobre a vida, sobre o trabalho.

As sociedades em comunismo primitivo, embora comportassem algum grau de diferenciação no trabalho, notadamente aquela a qual se convencionou designar de *divisão sexual do trabalho*,⁴ de fato, não possuíam *divisão social do trabalho*. Em outras palavras, o trabalho não era dividido entre as classes (ou grupos) sociais a partir da posse dos meios e instrumentos de produção. Todos trabalhavam e o produto coletivo do trabalho era dividido igualmente entre todos. De forma análoga, a educação era igualmente de responsabilidade coletiva, sem a materialização de um espaço específico no qual aconteceria a educação. Em outras palavras, as sociedades primevas não precisavam da escola.

Até o surgimento de um novo modo de produção, esse ideal pedagógico de adaptar a criança aos interesses, necessidades e fantasias da comunidade respondeu sem maiores problemas à realidade das sociedades sem classes, cujos fins derivam da estrutura mais ou menos homogênea do ambiente social, portanto, identificando-se aos interesses comuns do grupo e, assim, se realizavam igualmente em todos os seus membros de forma espontânea e integral (Miranda, 2011, p. 314; Ponce, 1996, p.21)

É com a mudança no modo de produção e, portanto, na análoga alteração da forma de apropriação do excedente social (agora significativo), que a educação passa a ser controlada por uma determinada classe (ou grupo) social (Miran-

² Talvez desnecessário registrar que tomamos aqui homem e homens por sinônimo de humanidade, portanto, englobando os sexos feminino e masculino, além de toda a ampla gama de variedade de gêneros que hoje vêm à luz, com maior ou menor dificuldade de se expressar socialmente.

³ Embora com populações numericamente diminutas, de fato, tais sociedades ainda existem em pleno século XXI (Gonçalves, 2001).

⁴ Sobre a divisão sexual do trabalho, ainda vale a leitura de Engels (1982). Sobre a discussão marxista contemporânea sobre gênero, ver Carrasco & Petit (2012), Goldman (2014), Nogueira (2004) e Toledo (2001).

da, 2011, p.315). Uma parte, diminuta é verdade, da sociedade passa a ter tempo disponível para dedicar-se ao pensar, a sistematizar os saberes que emergiram da prática coletiva do trabalho e da cultura e a controlar quem efetivamente produz a riqueza social. A ampla maioria da população, portanto, continua utilizando boa parte de seu tempo não só para produzir a sua subsistência, mas também a existência de seus opressores.

Nesse sentido, como já apontaram Marx e Engels (2007, p.47), aquela classe que detém os meios de produção material também detém os meios de produção espiritual e, por consequência, os meios com os quais se transmite o saber social sobre a produção da vida. Com isso, a educação divide-se. A educação passa a ser orientada, então, por duas vertentes distintas. De um lado, a educação comunitária e não formalizada segue existindo, transmitindo, entre outros saberes, o *saber fazer* sobre a produção material da existência, além de, obviamente, dos costumes comunitários, também chamados de *cultura* (ou ainda *cultura-ideologia*). É no trabalho concreto que se educa para ele. Por outro lado, surge a escola, instituição responsável por ministrar a educação formal, que, de certa forma, era muito parecida como as existentes nos dias atuais.

De tudo o que foi dito até agora, deve-se concluir que há uma íntima e inextrincável relação entre trabalho-humanidade-educação, ou mais sinteticamente, trabalho-educação. E, portanto, *o trabalho é o princípio educativo*⁵.

Nesta nova instituição social – a escola – um certo tipo de saber, mais ou menos elaborado teoricamente, assume o seu centro. Nesta historicamente nova forma de educar, mesmo que o saber preserve sua finalidade prática, em última instância, este é elaborado e transmitido através de meio altamente simbólico: a escrita.

Assim, nas sociedades de classe pré-capitalistas, a educação escolar/formal/escrita emerge como privilégio das classes dominantes. A escola passa a cultivar e transmitir, agora, um *saber-privilégio*, que diz respeito imediatamente às classes que detêm a posse sobre os meios e instrumentos de produção. Em outras palavras, a educação de atividade comunitária converte-se em uma educação distintiva de classe social, isto é, uma *educação de classe*. Sinteticamente, tem-se, de um lado, a *escola* e, de outro lado, a *escola da vida e do trabalho*. Aquela destinada aos filhos (geralmente do gênero masculino) da classe dominante, enquanto a última voltada para o restante amplamente majoritário da população dominada, que produz diariamente o sustento de todos. Enfim, desde a sua origem, a educação escolar sempre foi atravessada por um *corte* de classe⁶.

⁵ As vezes, alguns educadores afirmam que, na concepção marxista, o trabalho *deve ser* o princípio educativo. Ora, para Marx, o trabalho é o princípio educativo por excelência, mesmo sob o modo de produção capitalista. Cf. Saviani (2003).

⁶ Sobre a educação grega clássica, ver Jaeger (1994). Sobre a história da educação desde a Antiguidade, ver Manacorda (1989).

A transição da manufatura à grande indústria trouxe consigo a necessidade da ampliação da educação escolar⁷, como um dos pilares de sustentação para o desenvolvimento das forças produtivas, e, em decorrência, a sustentação do modo de produção capitalista. Marx (2013, cap. 13) mostra claramente a mudança operada no pensamento ocidental. Se a ciência grega clássica era fundamentalmente contemplativa, a Revolução Industrial inglesa (iniciada em torno de 1750⁸ representou a transformação dos saberes sistematizados (mais ou menos integrados no que então se chamava de Filosofia) em *Ciência Moderna*⁹. A partir deste momento histórico, operou-se uma transformação no saber, que de *potência espiritual* converteu-se em *ato material*, ou seja, a Ciência Moderna emergiu como força produtiva, no e para o modo de produção capitalista.

Então, diante do papel central da ciência moderna, no desenvolvimento das forças produtivas, passou a ser imprescindível a sua ampla socialização. Ora, como realizar a socialização deste saber altamente sistematizado, que vai paulatinamente sendo extraído da prática social coletiva e se autonomizando? A escola foi a resposta à questão, posto que já era o lugar social da transmissão do saber sistematizado (formalizado) (Saviani, 2008). Contudo, essa necessidade de expansão, intrínseca ao desenvolvimento das forças produtivas, sob o modo de produção capitalista, não é isenta de contradição.

Com efeito, Saviani, abordando aquele momento de profunda e rápida transformação histórica, explicita a contradição fundamental da educação, sob o modo de produção capitalista:

Na sociedade capitalista, a ciência é incorporada ao trabalho produtivo, convertendo-se em potência material. O conhecimento se converte em força produtiva e, portanto, em meio de produção. Assim, a contradição do capitalismo atravessa também a questão relativa ao conhecimento: se essa sociedade é baseada na propriedade privada dos meios de produção e se a ciência, como conhecimento, é um meio de produção, deveria ser propriedade privada da classe dominante. No entanto, os trabalhadores não podem ser expropriados de forma absoluta dos conhecimentos, porque, sem conhecimento, eles não podem produzir e, se eles não trabalham, não acrescentam valor ao capital. Desse modo, a sociedade capitalista desenvolveu mecanis-

⁷ Marx, sempre atento aos sinais das transformações das forças produtivas e das relações sociais de produção, articulará este momento histórico à sua reflexão sobre educação. Cf. Marx (2013).

⁸ Foi provavelmente Engels (2008) o primeiro a denominar este rápido processo de transformação social de Revolução Industrial.

⁹ Cabe dar destaque à física e à química, que tiveram na sua base empírica a utilização sistemática dos conceitos da matemática com o objetivo de lhes propiciarem a aplicação prática e, principalmente, técnica e tecnológica.

mos através dos quais procura expropriar o conhecimento dos trabalhadores e sistematizar, elaborar esses conhecimentos, e devolvê-los na forma parcelada (Saviani, 2003, p.137).

Manacorda (1989), ao analisar a educação, ao longo de toda a história da humanidade, esta vem sendo atravessada pela *dualidade estrutural*, sustentada pelos sistemas educativos. Utilizando a linguagem de Gramsci (2000) podemos afirmar que, nas sociedades fundadas no modo de produção capitalista, a escola apresenta-se bifurcada em duas instituições: uma para formar *dirigentes* e a outra para os *dirigidos*¹⁰.

Grosso modo, pode-se afirmar que, do ponto de vista da burguesia, caberia ao sistema escolar¹¹ duas funções simultâneas. De um lado, a escola buscaria a *conformação política, cultural e ideológica* (i. e., *espiritual*, como diria Marx) dos educandos, segundo a norma vigente a qual podemos denominar de *Cidadania*.¹² De outro lado, à escola caberia simultaneamente a *formação para o trabalho* sob a forma dominante, isto é, capitalista, portanto, *produtor* (mediato ou imediato) de *mais-valor*. Em uma formulação sintética, portanto, sob o modo de produção capitalista, caberia ao sistema educacional a *(con)formação do cidadão produtivo*¹³.

Nesse sentido, a burguesia, desde sua chegada ao poder político, vem lutando para efetivamente reduzi-la à perspectiva da *(con)formação do cidadão produtivo* – e, apenas sob esta forma, potencialmente estendida à toda população, não por beneplácito do Estado ou de filantropos, bem ou mal intencionados, mas por necessidade intrínseca ao modo de produção capitalista.

Com Marx (2013), entendemos que, sinteticamente, o modo de produção capitalista se estabelece a partir da chamada *Lei do Valor*, que pode resumidamente ser definida através da fórmula $D \rightarrow M \rightarrow M' \rightarrow D'$. Ou seja, dinheiro (D, ou capital, para ser mais preciso) é convertido em mercadorias (M), que por sua vez são transformadas, através do trabalho, em novas mercadorias (M') que, então, são

¹⁰ Embora se faça necessária a rediscussão da noção de estrutura dual ou dualidade estrutural, no presente texto a mesma ainda será utilizada. Contudo, cabe registrar que, em sendo cada respectiva classe social fundamental em si mesma diferenciada, também não haverá unicidade escolar, sejam aquelas destinadas aos dirigentes, sejam aquelas voltadas para os dirigidos. Tal diferenciação interna responde, de maneira desigual, mas de forma combinada, à própria divisão técnica e social do trabalho, seja o intelectual (elaboração), seja o manual (execução). Enfim, a configuração formal da educação (sistema educacional) é desigual e combinada.

¹¹ A utilização do termo sistema escolar não é fortuita nem isenta de riscos. Contudo, apesar da análise crítica de Saviani (1996, 2007a, 2014), optou-se por utilizar tal expressão.

¹² “Condição de pessoa que, como membro de um Estado, se acha no gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política.” (Cidadania [verbetes] In: Dicionário Eletrônico de Língua Portuguesa Houaiss, 2009). Para uma discussão teórica, ver Bobbio (2004), Bottomore (1996), Foley (1988) Marshall (1967), Rodrigues (2006) e Welmowicki (1998).

¹³ Cf. Frigotto & Ciavatta (2006, p. 62), a expressão “formação do cidadão produtivo” teria sido consagrada no Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), no final dos anos 1990.

reconvertidas, no mercado, em mais dinheiro (D'). Ou seja, a sociedade capitalista é aquela que se estrutura a partir do valor que se autovaloriza expansivamente (capital), através da apropriação privada de trabalho não-pago (mais-valor) extraído da classe trabalhadora.

Portanto, o modo de produção capitalista é, necessariamente, um processo autoexpansivo, inclusive espacial, social etc. Ou o capital está em permanente expansão ou está em crise. Para fugir da crise que lhe é inerente, o capitalismo precisa diuturnamente alcançar e subordinar espaços que ainda não estão formal ou realmente sob o seu domínio. Com efeito, para Miranda (2011), sob o neoliberalismo, a educação escolar é o único direito social que efetivamente se expande, mas obviamente sob o signo da contradição¹⁴.

Também a classe trabalhadora vem efetivamente lutando pelo acesso ao saber socialmente produzido e distribuído pela escola, em todos os seus níveis, contribuindo para a expansão da escolarização¹⁵.

Embora a escola não produza mercadorias, as relações sociais capitalistas, e sua lógica organizativa, estenderam-se a essa instituição, de uma forma peculiar (Miranda, 2011, p.317). Há um permanente movimento do capital em buscar transformar a educação em mercadoria¹⁶, *(con)formar trabalhadores em cidadãos produtivos*, de expropriar o conhecimento daqueles que conduzem o processo educativo, os professores, de distribuir de forma parcelada e pragmática o saber produzido pela humanidade.

2. (Des)caminhos da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Poder-se-ia escrever a história da educação brasileira, principalmente, a partir da chamada Era Vargas, iniciada em 1930, através da compreensão da necessidade intrínseca do modo de produção capitalista, na especificidade da formação social brasileira, de expansão da escola, tendo em vista o reordenamento e o crescimento do próprio capitalismo entre nós.

Nos últimos 80 anos, a escola brasileira expandiu-se verticalmente e horizontalmente, além de ter-se diversificado internamente. Com efeito, a legislação em vigor aponta para a universalização da educação escolar, desde a educação

¹⁴ “O direito à educação, considerado universal, tem se apresentado no neoliberalismo através de um duplo movimento, de um lado, de expansão quantitativa de vagas e, por outro lado, a precarização das condições de trabalho escolar” (Miranda, 2011, p. 316).

¹⁵ Infelizmente, este texto não comporta a análise da luta da classe trabalhadora por acesso ao saber sistematizado transmitido pela instituição escolar. Se tivéssemos condição de registrar as inúmeras lutas políticas pelo direito à educação empreendidas pela classe trabalhadora, não haveria como ignorar os movimentos grevistas que os profissionais da educação vêm conduzindo no Brasil, desde a década de 1980. Sobre esta relevante discussão, ver Miranda (2011).

¹⁶ Sobre as noções de *educação-mercadoria* e *mercadoria-educação*, ver Rodrigues (2007).

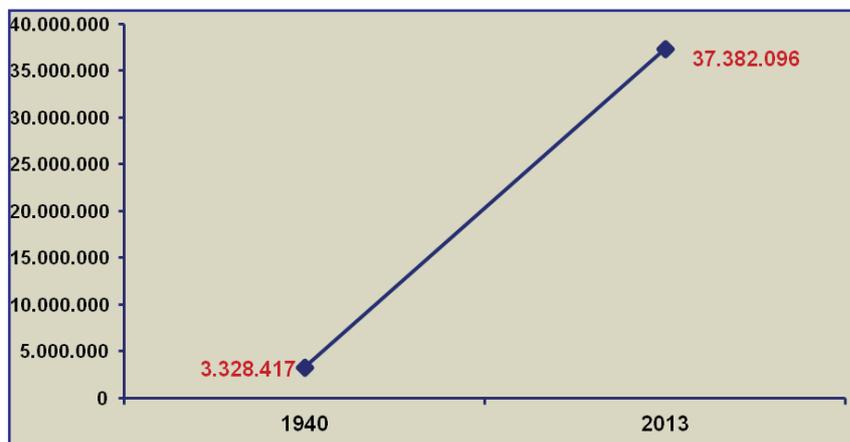
infantil até o ensino médio. As estatísticas oficiais atestam o crescimento da população escolarizada e da elevação da escolaridade média.

Fiori (1995, p. 64) utiliza o trabalho de Roman Rosdolsky (2001) para afirmar que considera

[...] as relações de luta e dominação política como co-constitutivas do próprio capital, o qual se valoriza e se expande de forma contraditória, produzindo e reproduzindo, econômica e politicamente, suas relações constitutivas, em um só processo histórico-concreto. As formas institucionais do próprio Estado seriam explicadas pela luta entre as classes e suas frações, e *pela competição entre vários capitais individuais, implícitas, ambas, no mesmo processo de valorização.* (Os grifos são nossos)

É neste processo de valorização e de expansão do capital que o Estado brasileiro, em cada momento do desenvolvimento das forças de produtivas e das relações sociais de produção, ampliou as possibilidades de acesso da população à escola em larga escala. Conforme mostra o gráfico 1, abaixo, o qual sinaliza que se considerarmos o número de matrículas nos atuais níveis fundamental e médio, estes experimentaram um crescimento de 3.328.417 alunos em 1940 para 37.382.096 em 2013.

Gráfico 1 – Evolução das matrículas nos níveis fundamental e médio no período 1940 a 2013



Fonte: Elaborado por **Autor 1** a partir de Romanelli (1989) e Sinopse estatística da educação básica MEC/INEP, 2013.

O número de modalidades de cursos de educação profissional também vem se expandindo. Atualmente, nesta modalidade educacional, a legislação¹⁷

¹⁷ Cf. Lei 11.741, de 16 de julho de 2008, que alterou dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996. Para uma crítica a esta reforma instituída originalmente, em 2004, através do Decreto 5.154/04, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ver Rodrigues (2005).

prevê as seguintes possibilidades, em se tratando de cursos regulares: Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional; Educação Profissional Técnica de Nível Médio; e a Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação. A legislação prevê ainda cursos especiais, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

A expansão e a diversificação da educação brasileira também podem ser verificadas pela oferta variada de habilitações profissionais, seja em cursos de educação profissional técnica de nível médio, como em cursos de graduação (tradicional ou tecnológica).

Os “arranjos” institucionais também vêm se expandindo diversificadamente. A recente criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), assim como a instituição, em 2011, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)¹⁸, demonstram cabalmente a expansão da educação, no contexto neoliberal, como pode ser claramente observada pela simples leitura da apresentação do documento *Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes* (Brasil, 2010, p. 3. Grifos nossos):

O Ministério da Educação criou um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Estruturado a partir do potencial instalado nos atuais Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Vinculadas às Universidades Federais, os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia permitirão que o Brasil atinja *condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico*.

O foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a *competitividade econômica* e a geração de novas tecnologias. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais¹⁹.

Os novos Institutos Federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do *cidadão trabalhador*; e articularão, em experiência institucional inovadora, todos os princípios formuladores do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

¹⁸ Cf. Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Pronatec.

¹⁹ Segundo Costa (2010, pp. 127-128), o termo APL passou a ser utilizado com frequência no Brasil ao final da década de 1990, e o seu conceito foi definido como sendo um espaço social, econômico que se formou historicamente por uma aglomeração de empresas ou por produtores, que formam um conjunto de instituições similares, podem funcionar fortemente relacionadas entre si ou atuam de forma interdependentes, interagindo num determinado espaço geográfico local, limitado através dos fluxos de bens e de serviços.

Este *novo arranjo educacional* abrirá novas perspectivas para o ensino médio, por meio de uma combinação do ensino de ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica.

Portanto, a educação, em particular, a educação profissional e tecnológica, mas não exclusivamente – articula-se explicitamente às demandas do modo de produção capitalista também no aspecto da permanente expansão e consequente diversificação. Contudo, como não poderia deixar de ser, tal expansão é marcada por contradições que serão apresentadas mais especificamente a seguir.

Ao analisar a política de expansão territorial, interiorizada e em larga escala da educação profissional no Brasil, concebida a partir de 2005, e, na prática, iniciada em 2008, com a aprovação da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, podemos afirmar que o percurso da construção e da consolidação deste projeto educacional é marcado pelas contradições entre as intenções expressas nos discursos e nos documentos do Ministério da Educação (MEC) e aquilo que realmente vem ocorrendo nestes cinco anos de existência da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, adiante representada pela sigla RFEPCT, ou simplesmente denominada de Rede.

Os (des)caminhos da política de expansão, que, do nosso ponto de vista, vem sendo atravessada por um conjunto de contradições, revelam limites claros para o desenvolvimento de projetos educacionais dessa natureza. Os entraves para a sua plena realização podem ser organizados em dois grandes grupos.

Em primeiro lugar, a origem e a função social da escola na sociedade capitalista, que, nesse sentido, coloca limites estruturais, isto é, históricos à política aqui analisada²⁰.

Em segundo lugar, os limites da educação brasileira, em si, se levarmos em conta o panorama que expressa a sua totalidade, ou seja, em todas as suas etapas do ensino, notadamente o ensino fundamental. Com efeito, na prática, esta etapa da educação básica apresenta problemas estruturais que já deveriam ter sido solucionados, ou, pelo menos, enfrentados mais consistentemente pelos responsáveis pela formulação da política educacional, assim como pelos gestores do chamado sistema nacional de educação.

O que temos assistido nesta nova política de expansão da RFEPCT é a ampliação interiorizada dos institutos federais, em todo o país, com o objetivo declarado de proporcionar à população, como um todo, a oportunidade de frequentar escolas de educação profissional mantidas pelo governo federal, em diferentes modalidades e níveis. Tal objetivo, contudo, é formulado sem levar em conta a necessidade de estabelecer uma política pública no sentido de solucionar os graves problemas de ordem socioeconômica, presentes na sociedade brasileira, e que contribuem decisivamente no fraco desempenho da educação básica no País.

²⁰ Cf. seção 1 deste artigo.

A presente seção está subdividida em duas partes: na primeira, com base nos dados empíricos, vamos traçar um panorama daquilo que foi a política de expansão da RFEPCT, a partir de 2005, e, na segunda, mostraremos contradições que marcam esta expansão.

2.1 A Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica: aspectos da sua construção histórica

A expansão da RFEPCT na primeira década do século XXI pode ser considerada um dos marcos históricos das políticas do Estado brasileiro para a educação profissional no período republicano. Esta Rede, ao longo da sua existência²¹, apesar de sofrer mudanças nas suas estruturas político-pedagógicas, não havia experimentado uma reformulação tão profunda, como a que ocorreu a partir de 2005, principalmente no que tange ao seu aspecto quantitativo.

As transformações que se operaram na Rede, na atual conjuntura, modificaram radicalmente todo o processo de organização das suas estruturas administrativa e pedagógica, sendo que a grande inovação foi a ampliação, em larga escala, do número de unidades escolares, de forma interiorizada e com abrangência nas grandes regiões do País, principalmente no Nordeste.

Com efeito, através da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, fruto da criação de 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os quais se constituíram a partir da fusão dos centros federais de educação tecnológica (Cefets), das escolas agrotécnicas federais e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais. A partir daí, tais novas instituições passaram a funcionar de modo semelhante ao das universidades federais, pelo menos no que tange à estrutura administrativa.

Dessa forma, cada instituto federal passou a ter a sua gestão político-administrativa organizada a partir de uma Reitoria e cinco Pró-Reitorias, numa estrutura *multicampi* e pluricurricular, passando a oferecer cursos que vão desde a educação de jovens e adultos (conhecida como PROEJA) até os que ofertam cursos no nível de pós-graduação, principalmente cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*)²².

²¹ A atual Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem sua origem no Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, durante a gestão do então Presidente da República Nilo Peçanha, que criou as Escolas de Aprendizes Artífices, subordinadas ao então Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

²² Consultados os sites dos Institutos Federais do Rio de Janeiro, de São Paulo, Baiano, Norte de Minas Gerais, o de Santa Catarina, do Paraná e o do Rio Grande do Sul, em 20/10/14, constatou-se que tanto o IFRJ quanto o IFSP oferecem dois cursos de mestrado profissional e um de mestrado acadêmico, cada um. Os demais sites não registram cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Com relação ao CEFET-RJ, verificou-se a oferta de cinco cursos de mestrado acadêmico, um de mestrado profissional, além de dois doutorados acadêmicos. Ou seja, nessa pequena amostra, constatou-se que apenas o CEFET-RJ tem uma oferta relativamente consolidada de cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Podemos considerar que a política expansionista da RFEPCT obedeceu basicamente a três fases, conforme ilustra o gráfico 2, a saber: as duas primeiras se deram durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, sendo que a fase I compreendeu o período 2005 a 2006; a fase II teve início no segundo mandato do governo Lula e foi lançada em 24 abril de 2007²³; a fase III teve início em 2011 e encerrou-se em 2014, compreendendo dessa forma o período da gestão (do primeiro mandato) da Presidenta Dilma Rousseff.

Gráfico 2 – Fases da Expansão da RFEPCT e a Quantidade de Escolas inauguradas em cada uma das gestões governamentais. 2005 a 2014



Fonte: Elaborado por **Autor 1** a partir dos dados de Institutos Federais: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em expansão. s/d.

* Previsão do número de escolas que deveriam ser inauguradas até dezembro de 2014.

As duas primeiras etapas, portanto, tinham por objetivo a construção de 214 institutos federais, sendo 64 na fase I e 150 na fase II²⁴, fechando o ciclo da gestão de Lula, deixando para o quadriênio 2011-2014 a previsão de implantar mais 208 novas unidades.

Assim sendo, nos três períodos previstos para a expansão da Rede, a intenção era de que, ao final de 2014, o país atingisse 562 *campi*²⁵ vinculados aos institutos federais, com uma distribuição territorial que vai abranger 515 municípios, localizados nas 27 unidades da federação.

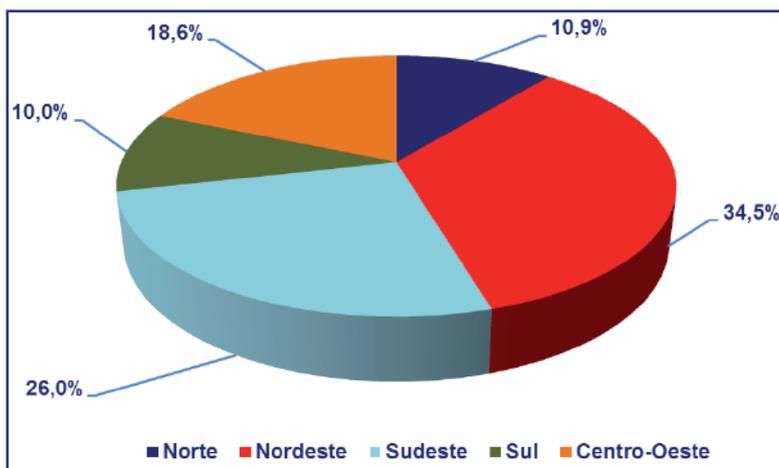
²³ Tal lançamento se deu quando do anúncio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Decreto 6.095/07, dispositivo que estabeleceu as diretrizes para a integração das instituições federais de educação tecnológica, com o objetivo de constituir os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs).

²⁴ Esta fase foi denominada “uma escola técnica em cada cidade-polo do país”. As cidades que foram definidas para a construção das novas escolas abrangiam as 27 unidades da federação, sendo que os *campi* previstos para serem construídos estavam assim distribuídos: Região Norte – 19 cidades; Região Nordeste – 51 cidades; Região Sudeste – 36 cidades; Região Sul – 23 cidades; Região Centro-Oeste – 21 cidades. (Ver, Chamada Pública MEC/SETEC nº 001/2007).

²⁵ Até o momento de redação deste artigo, alguns *campi* ainda encontravam-se em construção.

Conforme sinalizado anteriormente, a concretização da previsão de criação de novos *campi* levou a região Nordeste a ser contemplada com o maior número de instituições, conforme mostra o gráfico 3, a seguir. Neste espaço geográfico estão concentradas 34,5% do total das unidades da RFEPCT, o que corresponde a 194 escolas, seguido da região Sudeste que terá 26,0% das unidades que irão compor a Rede, o equivalente a 146 instituições de educação profissional.

Gráfico 3 – Proporção dos campi previstos para funcionar por região até o final de 2014



Fonte: Elaborado por **Autor 1** a partir dos dados de Institutos Federais: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em expansão. s/d.

Gráfico 4 – Despesas Realizadas pelo Ministério da Educação com a RFEPCT. Brasil. 2003 a 2013. (Em R\$ bilhões)*



Fonte: Elaborado por **Autor 1**, a partir das prestações de contas da Presidência da República, referentes aos anos de 2003 até 2013.

* Nos valores do gráfico estão agregados o Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social, e os mesmos foram deflacionados pelo IGP-DI/FGV a preços de fevereiro de 2015.

Cabe ressaltar que a expansão no Nordeste talvez seja, em termos quantitativos, a mais significativa ao longo da história da região, fato que, efetivamente, demanda uma pesquisa com o objetivo de investigar quais foram as razões pelas quais se ampliou neste espaço geográfico as oportunidades para a formação de força de trabalho em instituições mantidas pelo governo federal.

Verifica-se que o aumento da dotação orçamentária da Rede passou a ser mais acentuado a partir de 2009, ano que pode ser considerado como marco histórico da RFEPCT, na medida em que é neste ano que se consolida a sua reestruturação, a qual se processou a partir da fusão dos centros federais de educação profissional e tecnológica (CEFETs), com as escolas técnicas federais (ETFs), com as escolas agrotécnicas federais (EAFs) e algumas das escolas técnicas que estavam vinculadas às universidades federais, para dar lugar aos institutos federais instituídos pela Lei 11.892/2008.

Além dos gastos com a reestruturação da Rede, outro aspecto que contribuiu decisivamente para o aumento vertiginoso da sua dotação orçamentária foi a inauguração, em larga escala, dos novos *campi* construídos nas mais diversas regiões do País, nas fases I e II da expansão da RFEPCT, conforme vimos anteriormente.

Constata-se, portanto, que no decênio analisado, as despesas com a Rede saltaram de R\$ 2,2 bilhões, em 2003, para R\$ 9 bilhões, em 2013, o que representa um crescimento da ordem de 309%.

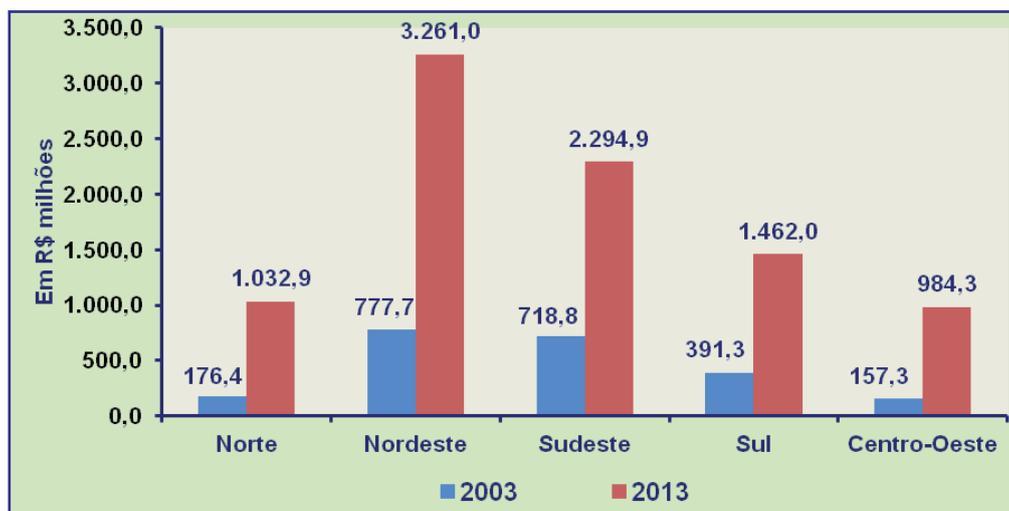
Tal fato nos permite afirmar que, num confronto entre a dotação orçamentária da Rede e a que foi destinada ao MEC, neste mesmo decênio, é irrefutável a afirmação de que no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e no da sua sucessora Dilma Rousseff a formação de força de trabalho com financiamento público foi o carro-chefe da gestão do Partido dos Trabalhadores, em termos de política pública para a educação.

Se levarmos em conta o que representou a política de expansão da RFEPCT nas cinco grandes regiões do País, vamos constatar que o Nordeste se constituiu no espaço geográfico que mais recebeu recursos do MEC para ampliar, em larga escala, a rede de escolas de formação profissional administradas pelo governo federal.

Tomando por base os dados expressos no gráfico 5, a seguir, nos chama atenção que a região Nordeste atingiu o ano de 2013 como aquela que continuou recebendo maior dotação orçamentária para desenvolver a formação da força de trabalho, nas instituições federais de educação profissional, na medida em que no ano considerado o aporte de recursos foi da ordem de R\$ 3.261 milhões, aparecendo logo abaixo a região Sudeste, economicamente a mais rica do país, que recebeu R\$ 2.294,9 milhões em 2013.

Cabe ressaltar ainda que, segundo dados da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), a região Nordeste chegou ao final de 2014 com 194 *campi* em funcionamento nos nove estados que compõem a região.

Gráfico 5 – Dotação orçamentária da RFEPCT, por região e em anos selecionados. Brasil. 2003-2013*. (Em R\$ milhões)



Fonte: Elaborado por **Autor 1** a partir das prestações de contas da Presidência da República, referentes aos anos de 2003 e 2013.

* Nos valores do gráfico estão agregados o Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social, e os mesmos foram deflacionados pelo IGP-DI/FGV a preços de fevereiro de 2015.

O foco da expansão da RFEPCT na região Nordeste não foi mero acaso, já que a tese do Governo Lula, a partir de 2003, foi a de redução das desigualdades regionais, a partir da desconcentração das atividades econômicas e da população dos grandes centros dinâmicos do território nacional, conforme expressa o Plano Plurianual 2004-2007 (p. 57).

Na verdade, todo gasto na referida região deu-se em função do pensamento no qual defendia a tese de que o capital migraria das regiões mais ricas do país para o Nordeste, fazendo com que o governo envidasse todos os esforços, do ponto de vista orçamentário, para prover a região de infraestrutura necessária para dar suporte ao crescimento do capital neste espaço geográfico.

Resta saber se no atual momento de crise do Estado brasileiro, atravessado por um forte ajuste fiscal promovido pelo governo central, a evolução dos investimentos para sustentar a ampliação em larga escala da RFEPCT²⁶, bem como a

²⁶ Segundo o ANDES-SN, “O Orçamento Federal proposto pelo Executivo para 2015 reserva R\$1,3 trilhão para os gastos com a dívida pública, o que corresponde a 47% de tudo que o país arrecadará com tributos, privatizações e emissão de novos títulos, entre outras rendas. [...] Além da reserva para pagamento da dívida pública e das medidas que alteram as regras para a concessão de benefícios, como pensões por morte e seguro-desemprego, o governo Dilma Rousseff, por meio do decreto publicado nesta quinta-feira (8) [Decreto 8.389, de 07 de janeiro de 2015], bloqueou R\$ 22,7 bilhões para os ministérios e secretarias especiais. O ministério da Educação responde pela maior parte do montante afetado, com o equivalente a R\$ 7 bilhões anuais, o que corresponde a 31% do total de cortes.” (Cf. CORTES no orçamento e pagamento da dívida atingem trabalhadores. *Notícias*. Andes-SN <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7236>>, acesso em 16/02/15). Com efeito, Sidney Mello, recém-empossado reitor da Universidade Federal Fluminense, declarou ao *O Globo*, que estima em cerca de 25% o corte orçamentário sofrido pela UFF em decorrência do ajuste fiscal promovido pelo governo Rousseff. Curiosamente, o mesmo afirmou que o processo de expansão seguirá seu curso. (Cf. REITOR estima que corte do MEC afetará orçamento da UFF em 25%. *O Globo*. Niterói (suplemento). 13 de fevereiro de 2015, p. 03).

expansão do capital naquela região, poderão tornar-se realidade, conforme explicita o Plano Plurianual 2004-2007.

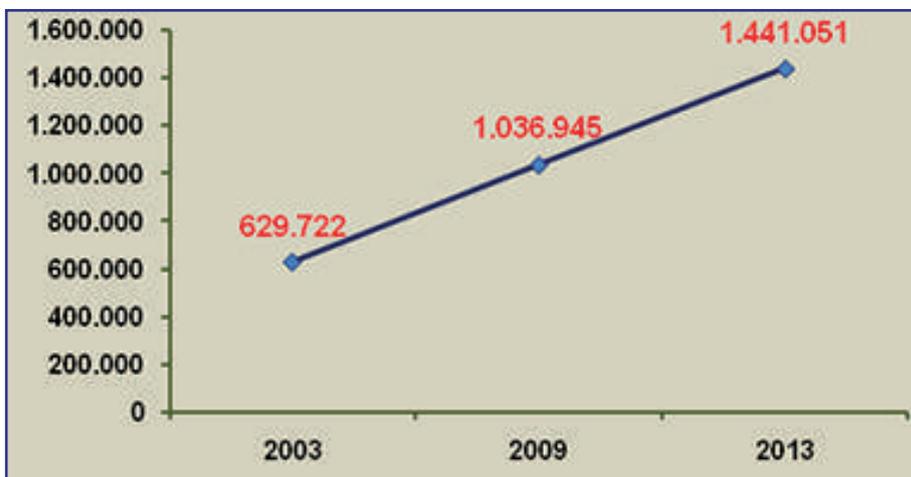
2.2 As contradições da política de expansão da RFEPCT

Antes de sinalizar as contradições que marcaram os (des)caminhos da construção histórica da política de expansão da Rede, cuja trajetória teve início na metade da primeira década deste século XXI, vamos abordar mais alguns aspectos de natureza quantitativa, a fim de que se tenha um panorama de como a RFEPCT foi evoluindo historicamente ao longo desse processo.

É importante ressaltar que, o aumento expressivo das matrículas se constituiu num dos principais focos do discurso das autoridades do MEC ao se referir aos êxitos da política de expansão da Rede.

Ao analisar os dados produzidos pelo INEP, através do Censo Educacional 2013, constata-se que no decênio 2003-2013 o número de alunos matriculados nas instituições federais de educação profissional aumentou mais do que o dobro, ao passar de 629.722, em 2003, para 1.441.051 discentes, em 2013, conforme expressa o gráfico 6, a seguir.

Gráfico 6 – Evolução da matrícula total na educação profissional. Brasil. 2003 a 2013



Fonte: Elaborado por **Autor 1** a partir dos dados do INEP/MEC, extraídos do Censo Escolar, vários anos.

Fica claro que a ampliação em larga escala do atendimento nessa modalidade de ensino tem relação direta, em primeiro lugar, com a construção dos novos *campi* que, neste mesmo período de dez anos, provocou um aumento de 154% no número de unidades instaladas; e, em segundo lugar, a disponibilidade de recursos orçamentários provenientes do Ministério da Educação, cuja evolução já foi mencionada anteriormente.

Conforme os documentos oficiais, são três as dimensões que serviram de

base para fundamentar a política de expansão da RFEPCT²⁷, dentre as quais destacamos aquela que trata da *perspectiva social*, a qual estabelece como prioridade a universalização do atendimento nos municípios do interior do País, elegendo as cidades com elevado percentual de extrema pobreza, com o objetivo de proporcionar à população de baixa renda a possibilidade de frequentar os institutos federais de educação.

Essa orientação articula-se a uma das finalidades estabelecida no documento *Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes* (Brasil, 2010), o qual foi apresentado quando do lançamento da política de expansão pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), cujo conteúdo contém os pressupostos teórico-metodológicos do projeto político pedagógico a ser desenvolvido nos *campi*.

A SETEC, ao definir a chamada dimensão social com um dos pilares de sustentação para o novo projeto educacional da Rede, pelo menos do ponto de vista do objetivo proclamado, procurou caminhar em direção diametralmente oposta ao que vinha sendo praticado até então, em termos de proposta pedagógica nas instituições federais de educação profissional.

Com efeito, o novo projeto do MEC tenta refazer a visão ideológica que presidia a Rede até então, ao propor o deslocamento da sua base filosófica, centrada exclusivamente no desenvolvimento econômico, para dar lugar a uma instituição que, no seu *fazer pedagógico*, dirigisse o seu foco para a *qualidade social*. Tal perspectiva estabeleceria, dessa forma, uma política no âmbito da educação profissional e tecnológica integrada ao conjunto da agenda pública com a finalidade de oferecer à população as possibilidades de escolarização e de profissionalização, a partir do ideário que se basearia no

[...] projeto societário que corrobore a inclusão social e emancipatória [com a finalidade de] se ocupar, de forma substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, *apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas*. (Brasil, 2008, p. 9, os grifos são nossos).

Ou seja, a partir daí, as autoridades vinculadas aos órgãos oficiais do governo federal passaram a sustentar, nos seus discursos, o argumento de que estas instituições foram criadas para se constituírem no *locus* da superação dos matizes da exclusão social, que por longo tempo acompanhou a história da Rede.

²⁷ As três dimensões definidas para fundamentar a política de expansão da Rede encontram-se no documento intitulado *Expansão da Educação Superior, Profissional e Tecnológica: Mais formação e oportunidades para os brasileiros* (Brasil, s/d). Tais dimensões estão estabelecidas, segundo os seguintes componentes: Social, Geográfica e Desenvolvimento.

Ora, de um lado, a rigor, o raciocínio, agora com o verniz da *inclusão social*, é o comum pensamento burguês para a educação: a (con)formação do cidadão produtivo²⁸. Ou seja, para a concepção presente no documento oficial, o que cabe à educação escolar é incluir produtivamente o cidadão na economia de mercado, tomado como o único meio capaz de proporcionar a “melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas”. A proposição, aliás, está perfeitamente adequada às políticas sociais focalizadas e ao seu léxico característico, prenhe de atual regime de acumulação flexível²⁹.

De outro lado, mesmo que se desconsiderasse a interpretação apresentada no parágrafo anterior, a convicção proclamada no documento oficial se enfraquece se levarmos em consideração que esse esforço – centrado apenas na educação profissional – pode ser uma condição necessária, mas não é suficiente para promover a melhoria das condições de vida daqueles que habitam as regiões mais pobres do País. Dentre os diversos aspectos gerais limitantes, cabe destacar o papel específico da educação básica, particularmente em suas etapas iniciais, na medida em que o governo da União não tem dispensado a mesma energia para a solução dos problemas existentes na totalidade³⁰ da educação brasileira.

Dessa forma, partiremos da premissa de que os problemas que afetam a educação brasileira, nos seus diversos níveis, etapas e modalidades, estarão longe de serem solucionados, se não levarmos em conta que a educação é um todo e que os graves problemas localizados em um dos seus níveis ou etapas acabam por repercutir negativamente nos demais.

Para sustentar essa tese, tomamos como ponto de partida os gastos com a reconfiguração da RFEPCT, entre 2003 a 2013, na relação com os graves problemas que, historicamente, são peculiares aos demais níveis ou etapas de ensino, os quais abrangem basicamente as camadas mais pobres da população, que frequentam as redes públicas de ensino do País.

Fica muito clara a prioridade do governo federal nesses dez anos analisados, quando constatamos, com base nas prestações de contas anuais do Presi-

²⁸ Ver p. 7 deste artigo.

²⁹ Cf. Harvey (1992).

³⁰ Totalidade aqui está sendo tratada como uma categoria metodológica, dentro da perspectiva marxiana, e que foi desenvolvida por Konder (1981, p. 39), o qual define que “a modificação do todo só se realiza, de fato, após acúmulo de mudança nas partes que o compõem”. Para o referido autor, um determinado fenômeno, na sua totalidade, embora possa ser analisado em diferentes aspectos, na prática, tais aspectos, que nele se apresentam, estão intimamente articulados entre si. Nesse sentido, é permitido afirmar que tais aspectos não podem ser separados inteiramente, na medida em que fazem parte de uma mesma realidade global.

dente da República³¹, que o orçamento da RFEPCT cresceu 640,7%, representando, dessa forma, praticamente a mesma proporção da evolução dos gastos orçamentários do MEC, neste mesmo período, que foi da ordem de 642,8%.

Cabe aqui ressaltar que, no âmbito da educação, a Constituição Federal de 1988 prevê no seu artigo 211, parágrafo 1º que

A União [...] exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao distrito Federal e aos municípios. (Grifos nossos.)

Santos (2004, pp. 182-185) mostrou que no período 1995 a 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a União exerceu fortemente a ação supletiva sobre os estados e os municípios com o objetivo de universalizar o ensino fundamental. Porém tal universalização ocorreu de forma perversa, ao não criar mecanismos de receitas suplementares para desenvolver tal política pública, resultando com isso que a dotação orçamentária para o custeio da RFEPCT representasse 44% do que era destinado às transferências a estados e municípios para atender às demandas da política de universalização, o que o autor denominou de *política do cobertor curto*.

A partir do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a situação inverteu-se, mas conservou a mesma lógica. Isto é, manteve a limitação do orçamento da educação a 18% da arrecadação de impostos, conforme prevê a Constituição, sem criar formas dentro do próprio orçamento da União no sentido de aumentar os recursos da educação para além do referido percentual, que seriam necessários à sustentação dessa política pública.

É nesta perspectiva que, a partir de 2005, o MEC passou a restringir a sua ação supletiva e redistributiva. O MEC não estimou recursos orçamentários para as demais etapas da educação básica com a mesma intensidade dos gastos que realizou com a política de expansão da RFEPCT, principalmente, nos municípios e regiões mais pobres, considerados prioritários para desenvolver a educação profissional, e onde se concentra a grande parte das escolas públicas que se encontra em precárias condições de funcionamento, em termos de infraestrutura³².

³¹ Cf. BRASIL. Controladoria Geral da União. *Prestação de contas do Presidente da República*. s/d. <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/avaliacao-da-gestao-dos-administradores/prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica>>, acesso em março de 2015.

³² De acordo com os dados produzidos pelo INEP (2014, pp. 33-35), os itens que definem uma instituição de ensino como sendo dotada de infraestrutura adequada são os seguintes: água tratada, esgoto sanitário de rede pública, energia elétrica, internet com banda larga, biblioteca ou sala de leitura, quadra de esportes e laboratório de ciências.

Tomando por base os dados da tabela 1, a seguir, observa-se que apenas 4,2% das escolas de educação básica no Brasil possuem infraestrutura adequada. No caso da região Nordeste, que recebeu maior dotação de recursos para a expansão da RFEPCT, apenas 1,3% das escolas está dentro do padrão de infraestrutura considerado aceitável. Dentro desta mesma linha de análise, a tabela mostra que a situação da região Norte é ainda mais caótica, pois, somente 0,5% das instituições de ensino que ministram a educação básica possui condições plenas (na perspectiva do INEP, lembre-se) para o funcionamento.

No caso da região Sudeste, a mais desenvolvida do País, os problemas dos estabelecimentos de ensino de educação básica são alarmantes, na medida em que somente 8,4% do total possui infraestrutura adequada.

Tabela 1 – Escolas públicas de Educação Básica com acesso a alguns itens de infraestrutura. Em porcentagem e em valor absoluto. Brasil e Regiões. 2013

Regiões	Laboratório de Ciências		Água Tratada Rede Pública		Biblioteca ou Sala de Leitura		Esgoto Sanitário Rede Pública		Infraestrutura Adequada	
	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto
Brasil	8,2	12.436	92,1	139.893	41,4	62.848	35,8	54.351	4,2	6.359
Norte	3,8	842	71,1	15.578	25,6	5.614	5,1	1.115	0,5	99
Nordeste	4,1	2.562	95,6	59.240	27,6	17.077	18,2	11.308	1,3	808
Sudeste	11,6	4.696	99,5	40.167	58,1	23.474	76,3	30.810	8,4	3.390
Sul	18,6	3.706	87,6	17.498	63,0	12.593	43,8	8.754	8,8	1.763
Centro-Oeste	8,3	630	97,2	7.410	53,7	4.090	31,0	2.364	3,9	299

Fonte: Elaborada por **Autor 1** a partir dos dados do INEP, expressos no Censo Escolar Educação Básica 2013.

Tal constatação nos permite afirmar que toda a energia consumida, em termos de gastos públicos por parte do Governo Federal, para custear a ampliação em larga escala da educação profissional não correspondeu, na mesma dimensão, aos gastos com as redes municipais e estaduais, principalmente, com aquelas que estão localizadas nas cidades mais pobres do País, isto é, de baixa renda *per capita*, nas quais habitam as populações que frequentam escolas em precárias condições de funcionamento em termos de infraestrutura.

Considerações finais

Ingressando como estamos no quarto sucessivo mandato presidencial do Partido dos Trabalhadores, com seus múltiplos e variados aliados, do PMDB e PCdoB ao MST, passando pela CUT, UNE e CNTE³³, talvez já seja possível uma

³³ Respectivamente, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Central Única dos Trabalhadores, União Nacional dos Estudantes e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

avaliação mais precisa sobre a política educacional petista, em pleno “ajuste fiscal” comandado pelo economista neoliberal Joaquim Levy³⁴, isto em um governo cujo *slogan* é **Brasil, Pátria Educadora**³⁵.

Em primeiro lugar, é mister reconhecer que a educação escolar, embora não seja uma atividade central à reprodução ampliada do valor, desempenha uma dupla função de grande relevância. De um lado, preponderantemente contribui para conformação política, cultural e ideológica da classe trabalhadora, produzindo com sua ação a argamassa da hegemonia burguesa. Obviamente, existem experiências contra-hegemônicas, mas, com tais, não conseguem ser efetivas, considerada a totalidade do trabalho pedagógico social. De outro lado, atua decisivamente na formação para o trabalho sob a organização capitalista, na medida em que fornece os saberes necessários à inserção no trabalhador coletivo que, em seu conjunto, produz as mercadorias (materiais ou não), as quais permitirão a reprodução da vida e de um determinado modo de vida.

Em síntese, sob o modo de produção capitalista, não por beneplácito do Estado ou dos filantropos, mas por necessidade intrínseca do modo de produção capitalista, além das lutas históricas da classe trabalhadora pela socialização do acesso à própria escola, caberia ao sistema educacional estender potencialmente à toda a população a *(con)formação do cidadão produtivo*.

Assim, faz sentido verificarmos a efetiva expansão, inclusive de recursos orçamentários, da educação realizada nos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e de todos os níveis e modalidades de ensino. Tal expansão, a rigor, é uma necessidade de uma economia capitalista em processo de expansão, em um País dotado de grande população ainda parcamente instruída, vítima de gigantesca concentração de renda, que só agora, em pleno regime de acumulação flexível, começa a ingressar no padrão de consumo fordista³⁶.

Da mesma forma, também faz sentido a previsão de que se está chegando ao limite desta expansão, não apenas por força conjuntural do chamado “ajuste

³⁴ Levy, até as vésperas da eleição presidencial, era assessor da campanha de Aécio Neves (PSDB) e até a posse como ministro de estado era diretor do Bradesco. Antes disso, teve cargos no Fundo Monetário Internacional (FMI), além do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No governo de Fernando Henrique Cardoso, exerceu importantes funções no Ministério da Fazenda e no do Planejamento. Cabe ainda destacar que o intelectual deve sua formação acadêmica em economia a dois baluartes do pensamento burguês, de corte neoliberal: a Universidade de Chicago, *bunker* de Milton Friedman, e a Fundação Getúlio Vargas. Enfim, Levy era duramente criticado pelos petistas até a sua posse no governo Rouseff. Ou melhor, continua sendo criticado, o que não impede, de fato, o apoio do PT às suas medidas, obviamente.

³⁵ Para uma crítica, ver Miranda (2015). Curiosamente, a elaboração de um plano que procure transformar o *slogan* em alguma ação governamental não foi entregue ao MEC, nem tampouco a qualquer de seus ministros (o meteórico Cid Gomes, que perdurou por pouco mais de três meses, nem ao recém empossado Renato Janine Ribeiro), mas à Secretaria de Assuntos Estratégicos, cujo titular é o professor da Universidade de Harvard Roberto Mangabeira Unger. Cf. “TEMOS que socorrer redes defeituosas”. Entrevista Roberto Mangabeira Unger. *O Globo*. 17/04/2015, p.23.

³⁶ Cf. Pochmann (2014).

fiscal” de Levy, mas por que seria necessário uma completa reversão da política brasileira no que tange à hegemonia do capital, particularmente da sua fração financeira, para que novos e vultosos recursos econômicos fossem direcionados às chamadas políticas sociais, em particular a educação pública (em todas as níveis, etapas e modalidades) de um lado, além de uma revirada na brutal concentração de renda, de outro lado.

Ou seja, na sociedade das mercadorias, a educação – além daquela dupla função supramencionada – tende à mercantilização e, portanto, participa, de uma maneira geral, dos ciclos de expansão e contração do capital³⁷.

Nesse sentido, na medida em que a economia brasileira ingressa em mais um novo ciclo de contração, é forçoso reconhecer que chega também ao fim o relativo longo processo de expansão da educação (privada e pública, com privilégio para a primeira) – sob a perspectiva da (con)formação do cidadão produtivo – conduzida pelos sucessivos governo do Partido dos Trabalhadores, sem, de fato, ter enfrentado as contradições e inconsistências que marcam historicamente a educação brasileira.

Referências

- BOBBIO, Norberto. Democracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política*. 5ª ed. Brasília: EdUnB; São Paulo: Imprensa Oficial, v. 1, 2004, pp.319-29
- BRASIL. Controladoria Geral da União. *Prestação de contas do Presidente da República*. s/d. <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/avaliacao-da-gestao-dos-administradores/prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica>>. Acesso em de abril de 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Censo da Educação Básica 2013*. <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2014/apresentacao_coletiva_censo_edu_basica_022014.pdf>. Acesso em 23 de julho de 2014.
- _____. *Institutos Federais: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em expansão*. Brasília/DF: SETEC/MEC, 2014.
- _____. *Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes*. Brasília (DF): MEC, 2010.
- _____. *Expansão da Educação Superior, Profissional e Tecnológica: Mais formação e oportunidades para os brasileiros*. Brasília (DF): MEC, s/d. Disponível em

³⁷ A título de ilustração, *O Globo*, em 06/04/15, p.17, relata que 61,02% das receitas da maior empresa financeiro-educacional do mundo, a Kroton, são provenientes do FIES, enquanto o grupo Estácio depende 42,0% do FIES. Considerando que tais grupos empresariais também se utilizam do financiamento público via ProUni, tais percentuais se elevariam muito mais. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/economia/licao-amarga-do-fies-ainda-pesa-sobre-aco-es-do-setor-educacional-15789168>>. Acesso em 08/04/15.

<http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf>, acesso em setembro de 2014.

BRASIL. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf>. Acesso na Internet em 18 de março de 2015.

BOTTOMORE, Tom. Cidadania. OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom (orgs.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

CARRASCO, Carmen & PETIT, Mercedes. *Mulheres trabalhadoras e marxismo: um debate sobre a opressão*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. *Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional*. Brasília/DF: Mais Gráfica Editora, 2010.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

FURTADO, Celso. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. 8ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

FIORI, José Luís. *O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

FOLEY, David. Mercadoria. In: BOTTOMORE, T. (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 3ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio & CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? In: Idem. (orgs.). *A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*. Brasília: Inep-MEC, 2006.

GONÇALVES, Marco Antonio. *O mundo inacabado: ação e criação em uma cosmologia amazônica*. Etnografia piranhã. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2001.

GOLDMAN, Wendy Z. *Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo, Iskra, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v. 2. Caderno 12. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

_____. *Cadernos do Cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KUENZER, Acácia. *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. Cortez, 1998.

- MACHADO, Lucília. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stinner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MIRANDA, Kênia. *As lutas dos trabalhadores da educação: do Novo Sindicalismo à ruptura com a CUT*. Tese de Doutorado – UFF Niterói, 2011.
- _____. Pátria educadora para quem? O governo Dilma Rousseff e o empresariamento da educação. In: *Capitalismo em desencanto*. (blog). Disponível em: <<https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2015/03/02/patria-educadora-para-quem-o-governo-dilma-rousseff-e-o-empresariamento-da-educacao/#more-2503>>, acesso em 12/03/15. 2015.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- POCHMANN, Marcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. (15ª ed.). São Paulo: Cortez, 1996.
- RODRIGUES, José. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- _____. Ainda a educação politécnica: o novo decreto da educação profissional e a permanência da dualidade estrutural. In: *Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, v.3, n. 3, 2005a.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. (11ª ed.). Petrópolis: Vozes, 1989.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EdUERJ e Contraponto, 2001.
- SANTOS, Jailson A. Orçamento dos CEFETs e das ETFs: Praticando a política do cobertor curto. In: *Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV-FIOCRUZ, v. 2, n.1, março 2014, pp. 179-188.
- SAVIANI, Dermeval. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. (7ª ed.). Campinas: Autores Associados, 1996.
- _____. O choque teórico da politecnia. In: *Trabalho, Educação e Saúde*. v.1, n.1, 2003.
- _____. *Da nova LDB ao Fundeb: por uma outra política educacional*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- _____. *Escola e democracia*. (ed. comemorativa). Campinas: Autores Associados, 2008.
- _____. *Sistema nacional de educação e plano nacional de educação*. Campinas: Autores Associados, 2014.

SNYDERS, Georges. *Escola, classe e luta de classe*. São Paulo: Centauro, 2005.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. São Paulo: Sundermann, 2001. (Cadernos Marxistas).

WELMOWICKI, José. *O movimento operário da década de 80: construção da cidadania ou afirmação de classe?*. Dissertação de Mestrado – UNICAMP. Campinas, 1998.

Recebido em 25 de abril de 2015

Aprovado em 03 de junho de 2015

10 anos do Decreto nº 5.154/04 e o Programa Dupla Escola

Ten years of Decree nº 5.154/04 and the Dupla Escola Program

Marlon da Costa Guimarães*

Resumo

Este artigo analisa o Decreto nº 5.154/04, que regulamentou a educação profissional no Brasil, orientando-se pela discussão marxista e marxiana acerca da educação politécnica a fim de contextualizar os 10 anos de vigência da atual legislação. Para isso, observamos como o Ensino Médio integrado vem sendo organizado pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro dentro do Programa Dupla Escola.

Palavras-chave: dualidade estrutural; educação profissional; Ensino Médio integrado; politecnia.

Abstract

This article analyzes the Decree nº 5154/04, which regulates the professional education in Brazil, guided by Marxist and Marxian discussion of polytechnic education in order to contextualize the 10 years of the current legislation. For this, we observed how the integrated Secondary Education is being organized by the State Department of Education of Rio de Janeiro inside the Dupla Escola Program.

Keywords: structural duality; professional education; integrated Secondary Education; polytechnic.

* Professor de Sociologia da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ. karmahero2000@yahoo.com.br

Introdução

Em 23 de julho de 2014, o Decreto nº 5.154/04 completou 10 anos. Da sua publicação aos dias atuais, este decreto deu origem a alterações importantes na regulamentação da educação profissional no Brasil, reorganizando, principalmente, os currículos e cursos do ensino médio e do ensino técnico. Assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Decreto nº 5.154/04 revogou a legislação anterior, instituída por Fernando Henrique Cardoso¹, e, em 2008, teve o seu conteúdo transferido para o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)².

A edição do Decreto nº 5.154/04 resultou de uma disputa política iniciada na década de 1980, quando, em meio à luta pela universalização do sistema público e gratuito de educação, ganhou força a proposta de unificação do ensino propedêutico e do ensino profissional dentro do currículo da educação básica. No entanto – assim como muitas outras pautas identificadas com as mobilizações populares – essa proposta encontrou dificuldades para ser aprovada no parlamento.

A preocupação com o papel da educação profissional na organização do ensino no Brasil está relacionada ao caráter dualista do nosso sistema educacional, que, como reflexo da divisão social do trabalho e da luta de classes, separa a formação de intelectuais (ensino propedêutico) da formação de trabalhadores manuais (ensino profissional), reproduzindo na escola a forma de organização do processo de trabalho na sociedade capitalista. O marco histórico desse dualismo foi estabelecido em 1942, pela Reforma Capanema. Desde então, todas as reformas e contrarreformas na legislação que regulamenta o sistema educacional brasileiro mantiveram a dualidade estrutural.

Em 1996, quando o Congresso Nacional aprovou o texto da LDB – Lei nº 9.394/96 –, a educação profissional foi mantida como uma modalidade de ensino separada da educação básica, o que representou uma dura derrota à mobilização popular. No ano seguinte, mais um revés: o presidente Fernando Henrique Cardoso fez publicar o Decreto nº 2.208/97, regulamentando o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da LDB. Esse decreto aprofundou as distorções ensejadas pela LDB naquilo que diz respeito ao caráter dualista do sistema educacional.

Uma extensa literatura acadêmica produzida por pesquisadores marxistas acompanhou o impacto desses atos do executivo e do legislativo federal para a formação humana, apontando para a necessidade de superar a dualidade estrutural no sistema educacional. Contudo, nem todos aqueles que criticaram o de-

¹ Trata-se do Decreto nº 2.208/97.

² Por meio da Lei nº 11.741/08, que alterou os dispositivos da LDB referentes à educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

creto de 1997 pelo seu caráter autoritário e dualista mantiveram a mesma posição em relação ao decreto de 2004.

Essa divergência está diretamente relacionada aos dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva – entre 2003 e 2010 –, que contaram com o apoio de parte desses pesquisadores. Nesse grupo, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos ocupam lugar de destaque por terem contribuído na elaboração do texto que resultou no Decreto nº 5.154/04 e na revogação do Decreto nº 2.208/97.

Em 2006, os referidos autores afirmaram que “é possível trabalhar dentro das contradições do Governo, que possam impulsionar um avanço no sentido de mudanças estruturais que apontem, no mínimo, mais realisticamente, o efetivo compromisso com um projeto nacional popular de massa” (Frigotto *et alli*, 2006, p. 32). Além disso, acrescentaram que com essa

postura, sem negar nossas posições teóricas e compreendendo que estávamos num governo que se move no âmbito de uma democracia restrita, que as sucessivas versões da minuta de decreto que recebeu o número 5.154/2004 foram geradas, com uma complexa acumulação de forças, com a participação de entidades da sociedade civil e de intelectuais (Frigotto *et alli*, 2006, p. 32).

Os autores ainda reconheceram que há fragilidades e contradições no decreto, mas entendem que, ou o interpretamos “como um ganho político e, também, como sinalização de mudanças pelos que não querem se identificar com o *status quo*, ou será apropriado pelo conservadorismo, pelos interesses definidos pelo mercado” (p. 32).

Ao comparar as estruturas pedagógicas dos dois decretos, Gabriel Grabowski, defende que ao instituir a modalidade de Ensino Médio integrado, o texto de 2004 contempla uma formação adequada à *proposta de totalidade*. Ainda segundo o autor,

Ao contrário do que previa e fomentava o decreto de 1997, ou seja, cursos e currículos de Ensino Médio separados e independentes de cursos e currículos de Educação Profissional (ensino técnico), o atual decreto recoloca a possibilidade da oferta de educação profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio de forma integrada, num mesmo curso, com currículo próprio, articulado organicamente e estruturado enquanto uma proposta de totalidade de proposta de formação (Grabowski, 2006, p. 5).

Grabowski também se refere à importância dessa proposta de formação no que diz respeito ao projeto de nação. Para o pesquisador, a base do atual decreto

é “a articulação da educação com o projeto de desenvolvimento da nação brasileira” (p. 5).

Por parte do governo, a então diretora de políticas de ensino médio do MEC, Lucia Helena Lodi³, também restringiu suas críticas apenas ao decreto publicado pelo governo FHC, afirmando que

com a edição do Decreto nº 2.208/97, estabelecendo que a educação profissional contaria com uma organização curricular própria e independente do Ensino Médio, a busca de uma concepção unitária em termos de formação a ser alcançada por meio do Ensino Médio sofreu um grave retrocesso (Lodi, 2006, p. 3).

Para a representante do governo, a modalidade de Ensino Médio integrado, possibilitada pelo decreto assinado por Lula, seria uma forma de superar a dualidade estrutural na educação brasileira. Tendo em vista que

A institucionalização dessa nova modalidade educacional implica romper com a dualidade estrutural que historicamente separou o ensino propedêutico da formação profissional no Brasil. Almeja-se com isso, a partir de uma profunda revisão de paradigmas e conceitos que envolvem a questão, eliminar a indesejável oposição entre conhecimento geral e conhecimento específico (Lodi, 2006, p. 3).

Entretanto, nem todos os pesquisadores marxistas identificaram aspectos progressistas no decreto de 2004. José Rodrigues (2005), por exemplo, entende que Lula manteve o viés autoritário de FHC, ao recorrer a um decreto presidencial. E, além disso, destaca que o texto representa avanços, mas apenas no que diz respeito às atuais necessidades do capital, pois garante uma formação humana fragmentada com vistas à flexibilização da força de trabalho.

Sendo assim, para compreender melhor a questão que envolve essa formação e sua relação com o trabalho de acordo com a perspectiva marxista e marxiana, precisamos voltar nossas atenções para a discussão que envolve a educação politécnica.

Politecnia

Mário Alighiero Manacorda (2010) apresenta a pedagogia de Karl Marx destacando que ela está fundamentada na “perspectiva da emancipação política do homem e da sociedade” (p. 39). Tendo em vista que a divisão do trabalho resulta

³ Ocupou o referido cargo no ano de 2006.

na sociedade de classes e na divisão do próprio homem, Manacorda demonstra que a pedagogia marxiana tem o objetivo de criar condições para que os homens superem a unilateralidade. Em Marx, a formação de *homens plenamente desenvolvidos* depende de um sistema educacional em que o ensino e o trabalho estejam vinculados. No entanto, ao dizer isso, o autor não se refere ao ensino industrial, por considerá-lo limitado a formar indivíduos adaptados às necessidades do trabalho (polivalentes), pois entende que o desenvolvimento onilateral do homem passa pela articulação entre trabalho produtivo e ensino intelectual, educação física e ensino tecnológico (politécnico).

A partir dos princípios marxianos, Lênin formulou a escola politécnica, dando continuidade à perspectiva de totalidade na tradição marxista.

No entanto, Paolo Nosella (2007) considera ser necessário discutir o uso do termo *politecnicia* por parte do próprio Marx e pela tradição marxista. Orientando-se em Manacorda, Nosella argumenta que

os textos de Marx constituem um divisor de águas. Podem ser lidos à luz do passado ou à luz das filosofias do começo do século XX. O que Manacorda diz é que, embora nos textos de Marx as expressões “politecnicia” e “tecnologia” se intercalem, só a expressão “tecnologia” evidencia o germe do futuro, enquanto “politecnicia” reflete a tradição cultural anterior a Marx, que o socialismo real de Lenin impôs à terminologia pedagógica de sua política educacional (Nosella, 2007, p. 145).

Nosella também questiona a inclinação do movimento marxista no Brasil em se ater ao termo *politecnicia* em detrimento da aproximação com a linguagem moderna, defendendo que a sua conceituação está ultrapassada e é de difícil compreensão – até para educadores identificados com o marxismo. Em sua avaliação, a presença dessa contradição no movimento socialista representa um erro, principalmente porque

Na luta político-ideológica pela hegemonia as propostas devem ser apresentadas numa linguagem moderna e acessível basicamente a todos. Nem todo mundo é obrigado a realizar estudos de caráter histórico-filológicos para entender o termo politecnicia. Os bons dicionários são suficientes para os nossos interlocutores entenderem o que estamos dizendo. A não ser que consideremos a luta política um exercício de comunicação entre um restrito grupo de pesquisadores (Nosella, 2007, p. 147).

Ao contrário de Nosella, Rodrigues (2005) defende a importância de se orientar pela concepção de educação politécnica, não apenas pela validade política e atualidade pedagógica, mas também pela complexidade teórica que a en-

volve. Ou seja, a politecnia vai além de uma “mera repetição vazia de um slogan” (p. 271).

Educação Profissional e dualidade estrutural

Como mencionado anteriormente, no Brasil, a dualidade estrutural não foi inaugurada pela LDB de 1996 ou pelos decretos presidenciais de FHC e de Lula. Historicamente, a referência mais importante da dualidade em nosso sistema de ensino é a Reforma Capanema, de 1942, que dividiu o ensino médio entre formação propedêutica e formação profissional. Esse modelo atendia às necessidades da “divisão entre capital e trabalho, traduzida no taylorismo-fordismo” (Grabowski, 2006, p. 7).

Atualmente, a presença de diversas modalidades de ensino dentro da educação básica mantém o dualismo. Esse problema, afirma Grabowski, não é de fácil solução, tendo em vista o contexto da disputa política que envolve a educação no Brasil. Para o autor,

O primeiro passo é reconhecer que este é um problema, um problema complexo de nossa história educacional e, por se tratar de um problema da sociedade brasileira, é um problema que precisa ser enfrentado politicamente. Pensa-se, inclusive, que os intelectuais brasileiros, pedagogos e, mesmo a sociedade civil, já produziram diversas alternativas para muitos problemas como este, mas a resistência e a trincheira instaladas no Estado brasileiro e no antagonismo de classe impedem, política e deliberadamente, a superação de muitos problemas (Grabowski, 2006, pp. 6-7).

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2006) partilham dessa interpretação ao se valem do conceito de *democracia restrita* para justificar as contradições políticas e pedagógicas que permeiam o Decreto nº 5.154/04. Eles argumentam que a opção por elaborar um texto conciliatório foi tomada diante da necessidade de garantir “a (re)construção de princípios e fundamentos da formação dos trabalhadores para uma concepção emancipatória dessa classe” (p. 34), e, ao mesmo tempo, restringir o avanço das forças do capital na educação.

Assim, o que se buscava no projeto de LDB aprovado na Comissão da Câmara e que se tenta resgatar com o Decreto nº 5.154/04, com todas as contradições já assinaladas, é a consolidação da base unitária do Ensino Médio, que comporte a diversidade própria da realidade brasileira, inclusive possibilitando a ampliação de seus objetivos, como a formação específica para o exercício de profissões técnicas. Em termos ainda somente formais, o Decreto nº 5.154/04 tenta restabelecer

as condições jurídicas, políticas e institucionais que se queria assegurar na disputa da LDB na década de 1980. Daqui por diante, dependendo do sentido em que se desenvolva a disputa política e teórica, o “desempate” entre as forças progressistas e conservadoras poderá conduzir para a superação do dualismo na educação brasileira ou consolidá-la definitivamente (Frigotto *et alli*, 2006, p. 38).

A possibilidade de consolidação da dualidade estrutural, exposta acima, deixa claro que os autores estão cientes do perigo representado pelo decreto. Dessa forma, ao fundamentar um texto assentado na conciliação de classe, Frigotto, Ciavatta e Ramos viabilizam a apropriação política tanto pelas *forças progressistas* quanto pelas *forças do capital*. Talvez por isso, o professor Francisco Cordão – apontado como “o grande e eterno representante no Conselho Nacional de Educação [das] forças do capital” (Frigotto *et alli*, 2006, p. 17) – tenha dado voto favorável ao decreto, sendo acompanhado unanimemente pelo restante do conselho⁴.

Rodrigues (2005) critica a proposta elaborada por Frigotto, Ciavatta e Ramos, ressaltando que “em nome do ‘possível’, do ‘viável’, o termo e o conceito de politecnia foram expurgados das normas legais que ordenam a educação brasileira. Resta saber se permanecerão, novamente, à margem do debate político-pedagógico” (p. 276).

Por outro lado, os três autores dizem que o decreto engloba um processo de transição, ou melhor, de *travessia* para a politecnia, assinalando que

Se a preparação profissional no Ensino Médio é uma imposição da realidade, admitir legalmente essa necessidade é um problema ético. Não obstante, se o que se persegue não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições em que ela se constitui, é também uma obrigação ética e política garantir que o Ensino Médio se desenvolva sobre uma base unitária para todos. Portanto, o Ensino Médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade (Frigotto *et alli*, 2006, p. 42).

Passada uma década desde a publicação do Decreto nº 5.154/04, faz-se relevante analisar se a *travessia* está realmente sendo feita. Para isso, consideramos válido observar a modalidade de ensino em que esses autores depositam suas esperanças: o Ensino Médio integrado.

⁴ Parecer CNE/CEB nº 39/2004.

O Ensino Médio integrado na rede pública estadual fluminense

Os dados de 2003 referentes ao ensino médio, apresentados por Lodi (2006), demonstram que a grande evasão escolar e o expressivo desemprego entre os jovens preocupavam o governo Lula na época da publicação do Decreto nº 5.154/04. A partir desse cenário, a autora defende a importância da modalidade de Ensino Médio integrado à educação profissional, ao sinalizar que

os dados existentes indicam a urgência de revisão da política de educação básica em nosso país. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001, a população entre 15 e 24 anos totaliza 34 milhões de pessoas sendo que, desse universo, 55% estão fora da escola e 45% estão à margem do mercado de trabalho. Diante desse quadro, a estruturação de uma nova modalidade de Ensino Médio integrado à educação profissional deve ser vista como uma prioridade social e uma questão de cidadania. O desafio é assegurar melhores condições de inserção profissional para os milhares de jovens egressos do Ensino Fundamental (Lodi, 2006, p. 3).

Sendo assim, essa modalidade de ensino deveria promover uma formação privilegiada para os jovens, articulando conhecimentos técnicos e de nível médio. Isto é, aplicaria aquilo que é previsto no Artigo 35, inciso IV da LDB: a reunião entre teoria e prática. Em referência a isso, o texto do Decreto nº 5.154/04 institui em seu Artigo 4º, parágrafo 1º:

A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno (BRASIL, 2004).

É por conta dessa articulação entre teoria e prática, que Frigotto *et alli* (2014) mantêm a posição de que o Ensino Médio integrado é orientado pelo *horizonte* da educação politécnica. De acordo com os autores,

Na educação técnico-profissional integrada ao ensino médio na sua concepção integral e, portanto, na perspectiva da politécnica, o eixo central é a articulação entre a construção do conhecimento (ciência e tecnologia), cultura e trabalho como princípio educativo, manifestação de vida, direito e dever. Portanto, bem diverso da formação profissional fragmentária, restrita, adestradora e subordinada à lógica do trabalho abstrato, trabalho alienado, trabalho como emprego, ainda que jovens e adultos a ele estejam submetidos (Frigotto *et alli*, 2014, p. 15).

Até aqui, o debate em torno dessa modalidade de ensino ficou restrito às propostas e às críticas que acompanharam a sua formulação. Doravante, analisaremos um caso concreto de aplicação do Ensino Médio integrado para ilustrar qual é o tipo de contribuição que esta concepção de educação vem apresentando para a formação humana em sua curta história.

De acordo com o decreto de 2004, os sistemas de ensino são responsáveis pela oferta dos cursos e pelos planos de curso – que devem ter carga horária entre 3.000 e 3.200 horas. Na rede pública estadual fluminense, a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) possui 11 escolas que ofertam cursos de Ensino Médio integrado por meio do Programa Dupla Escola.

Segundo a SEEDUC, o Programa Dupla Escola “tem como objetivo transformar a unidade escolar convencional em um espaço de oportunidade para o aluno, onde ele entenda que o investimento nos estudos é importante para o seu futuro” (RIO DE JANEIRO, 2013). E, para *investir nos estudos*, os estudantes egressos do ensino fundamental precisam ser aprovados num processo seletivo anual (prova objetiva e redação).

Os cursos oferecidos são totalmente coordenados pela SEEDUC⁵, ou fazem parte de parcerias entre a Secretaria e empresas privadas⁶.

Para trabalhar nessas escolas, os professores da rede estadual têm de passar por uma seleção chamada *mobilidade interna*, que prevê avaliação do currículo e entrevista. Os aprovados cumprem carga horária de 30h semanais⁷ e recebem uma gratificação mensal de R\$ 1.800,00 – não contabilizada no plano de carreira e para fins previdenciários.

O edital de seleção de 2013 anunciava aos candidatos que uma “das habilidades e atitudes institucionais necessárias” para trabalhar nessas escolas é a *tolerância à pressão* (RIO DE JANEIRO, 2013). Com relação ao Ensino Médio integrado, a única exigência apresentada por este edital está no item *Requisitos*, no qual se pede que os candidatos conheçam o “documento Base do MEC sobre Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica”, sem esclarecer de que documento se trata, podendo ser a LDB, o Decreto nº 5.154/04, a Lei nº 11.741/08, ou até mesmo o parecer CNE/CEB nº 39/2004 – que são facilmente encontrados na *internet*. Assim, não parece que a afinidade dos professores com a proposta

⁵ Um exemplo é o Ensino Médio integrado em Agropecuária, no Centro de Ensino Integrado Agroecológico Barão de Langsdorff.

⁶ Há o Ensino Médio integrado em Multimídia, Roteiro para Mídias Digitais e Programação de Jogos Digitais, no Colégio Estadual Jose Leite Lopes (NAVE), em parceria com a OI/Telemar; o Ensino Médio integrado em Panificação e Leite e Derivados, no Colégio Estadual Comendador Valentim dos Santos Diniz (NATA), em parceria com o Grupo Pão de Açúcar; entre outros.

⁷ A maioria dos professores da rede estadual trabalha em regime de 16h semanais, divididas em 12h de regência e 4h de planejamento – que, em geral, são cumpridas fora das escolas. No Programa Dupla Escola, esses professores têm sua carga horária estendida para 30h, divididas em 12h de regência e 18h de planejamento – cumpridas integralmente na escola.

político-pedagógica dessa modalidade de ensino seja a principal preocupação da SEEDUC.

No item *Descrição Sumária da Área de Atuação*, o mesmo edital apresenta outra contradição ao informar que o professor deverá

Atuar como mediador do processo ensino-aprendizagem, planejar suas atividades em conformidade com o Currículo Mínimo proposto na Rede Estadual de Ensino para sua disciplina e adequar o planejamento dos conteúdos à realidade e à proposta pedagógica da unidade escolar (SEEDUC, 2013).

Tendo em vista que os únicos modelos de *Currículo Mínimo* da rede estadual foram elaborados apenas para as modalidades Educação de Jovens e Adultos, Curso Normal, Ensino Fundamental regular e Ensino Médio regular, resta aos professores do Ensino Médio integrado recorrer ao Currículo Mínimo do Ensino Médio regular. Dessa maneira, antes mesmo do profissional iniciar seu trabalho, a possibilidade de atuar dentro de uma proposta pedagógica condizente com a realidade de sua prática já está desfeita.

Essas escolas também participam dos *sistemas de avaliação SAERJ/SAERJINHO*, compostos por avaliações externas padronizadas aplicadas em toda a rede estadual e que servem de base para a formação do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado do Rio de Janeiro (IDERJ), cujo resultado gera uma premiação anual para os estudantes⁸ e define o pagamento de uma gratificação anual para professores, funcionários e diretores⁹.

Sendo assim, o engessamento imposto pelo Currículo Mínimo e a participação nas avaliações externas não parecem conduzir este modelo de Ensino Médio integrado à *travessia* para a politecnia. Talvez, no máximo, enquadre-o em uma perspectiva interdisciplinar.

Além do problema da universalização do ensino, já que o ingresso de estudantes nas escolas vinculadas ao Programa Dupla Escola se faz mediante processos seletivos, há ainda o fato de que os cursos oferecidos em parceria com empresas privadas tendem a restringir os seus propósitos às necessidades de formação de

⁸ Os dez melhores colocados de cada escola recebem *tablets*.

⁹ Os servidores das escolas que alcançaram as metas estipuladas com base no IDERJ recebem um abono que varia de 0,5 a 3 vezes o salário base. Fazem jus à bonificação apenas aqueles que, no ano anterior, frequentaram mais de 70% dos dias de trabalho, lançaram notas na plataforma virtual (Conexão Educação) e aplicaram as avaliações externas. Ficam excluídos, portanto, (1) os servidores estatutários que estiveram afastados por licença médica ou licença maternidade durante mais de 60 dias, (2) os servidores estatutários que, por orientação sindical, boicotaram o lançamento de notas e as avaliações externas, e (3) todos os trabalhadores terceirizados, contratados ou bolsistas.

mão-de-obra para as próprias empresas¹⁰. Ou seja, distante de projetar um novo papel à educação profissional, essas parcerias público-privadas se caracterizam por promover uma formação unilateral baseada na polivalência, preservando o mesmo modelo de instrução profissional historicamente oferecido aos trabalhadores brasileiros.

Em certa medida, os princípios desta concepção de educação se assemelham ao *ensino profissional universal* criticado por Marx, em 1847, ao considerá-lo uma maneira de “adestrar o operário em tantos ramos do trabalho quanto possível, para fazer frente à introdução de novas máquinas ou a mudanças na divisão do trabalho” (Manacorda, 2010, p. 106).

Trabalho e educação nos tempos do toyotismo

A dinâmica da divisão internacional do trabalho na atualidade tem se caracterizado pelo progressivo esgotamento do rígido modelo de produção taylorista-fordista, que vem sendo superado em diversos setores da economia capitalista pelo padrão de acumulação flexível, também conhecido como *toyotismo*. Esse contexto vem ensejando profundas transformações na relação entre capital e trabalho.

No *Boletim 07 do Salto Para o Futuro/TV Escola do MEC*, Grabowski (2006) argumenta que em função das mudanças no mundo do trabalho e nas relações sociais

exigem-se patamares mais elevados de educação para os trabalhadores, até porque a concepção de competência enunciada privilegia a capacidade potencial para resolver situações-problema decorrentes de processos de trabalho flexíveis, em substituição às competências e habilidades específicas exigidas para o exercício das tarefas rígidas nas organizações tayloristas/fordistas (p. 13).

É para adequar o sistema de ensino a essa nova demanda que a educação profissional foi reorganizada no Decreto nº 5.154/04, que instituiu o Ensino Mé-

¹⁰ Cabe acrescentar que o Programa Dupla Escola também coordena outras modalidades de ensino médio, como o Ensino Médio intercultural e o Ensino Médio inovador, que, embora não sejam regulamentadas pelo Decreto nº 5.154/04, são igualmente importantes para situar o aprofundamento do dualismo no sistema educacional brasileiro. Nesse sentido, as parcerias com representações diplomáticas estrangeiras e com instituições privadas são reveladoras. No primeiro caso, há os exemplos do Ensino Médio intercultural Brasil-Estados Unidos, no CIEP 117 Carlos Drummond de Andrade, em parceria com o Consulado estadunidense, e o Ensino Médio intercultural Brasil-França, no CIEP 449 Leonel de Moura Brizola, em parceria com o Consulado francês. No segundo caso, destaca-se o C. E. Chico Anysio, onde, o Instituto Ayrton Senna e o Instituto Brasileiro de Mercados e Capitais (IBMEC) implementam o curso de Ensino Médio experimental, fundamentado na pedagogia das competências.

dio integrado e atualizou a proposta de formação humana às condições de empregabilidade. De acordo com Rodrigues (2004), esse decreto

mostra-se bastante adequado à característica mais importante do atual padrão de acumulação: a flexibilidade. De fato, o decreto flexibiliza ainda mais a possibilidades de “articulação” entre o ensino médio e a educação profissional de nível técnico, já que prevê a possibilidade de uma formação “integrada”, além daquelas já arroladas no decreto 2.208/97, a saber, formação subsequente e formação concomitante. Eis aí o cerne da flexibilidade que busca conciliar alguns dos interesses em conflito desde a decretação do 2.208 em 1997 (pp. 6-7).

Dessa maneira, se o Governo Federal assentou base jurídica e político-pedagógica para atender às exigências do padrão de acumulação flexível, o Ensino Médio integrado oferecido pelo Programa Dupla Escola pode até não estar trilhando o caminho da politécnica, mas, com certeza, está em consonância com as expectativas da burguesia.

Conclusões

Após doze anos de sucessivos governos petistas, a dualidade estrutural não só continua presente no sistema educacional brasileiro, como a regulamentação da educação profissional imposta pelo decreto presidencial de 23 de julho de 2004 aprofundou suas distorções históricas. Na prática, a premissa de que a classe trabalhadora poderia avançar em direção à sua emancipação mediada por uma modalidade de ensino contraditória e instituída de maneira autoritária revelou-se equivocada. Afinal, a libertação do homem não se faz por decreto.

O caso do Programa Dupla Escola demonstra a permanência da formação unilateral que faz da formação profissional uma formação parcial, distante da pretensa *travessia* para a educação politécnica, agravando o cenário no qual a autoridade burguesa se impõe sobre a proposta político-pedagógica e sobre a legislação que regem a escola pública brasileira.

Dessa forma, o recuo político que Frigotto, Ciavatta e Ramos disseram ser necessário para que as *forças progressistas* pudessem conquistar vitórias, muniaram as *forças do capital* e obscureceram ainda mais o *horizonte* para a classe trabalhadora.

É certo que, como lembra Nosella (2007), os estudantes e os professores envolvidos nos cursos de Ensino Médio integrado, ou de qualquer outro curso profissional, podem construir trajetórias e experiências que os conduzam à liberdade. Porém, o Decreto nº 5.154/04 criou empecilhos para que alguns estudantes possam, ao menos, se formar.

Recentemente, no decorrer do ano letivo, um jovem apareceu para assistir à aula em uma turma de 1º ano do Ensino Médio regular noturno em que leciono Sociologia. Quando lhe perguntei de qual escola havia se transferido, ele relatou que vinha da Escola Técnica Estadual Henrique Lage, onde, por não ter se adaptado ao curso de Ensino Médio integrado em Edificações, havia sido reprovado e teve de pedir transferência, pois não seria possível receber o certificado do nível médio cursando apenas as disciplinas da base nacional comum.

Esse impedimento se dá porque, diferente do Decreto nº 2.208/97, o Decreto nº 5.154/04 não permite que a escola emita qualquer tipo de documentação que comprove a conclusão do curso técnico ou do curso de nível médio sem que o/a estudante obtenha aprovação em todas as disciplinas da grade curricular¹¹.

Analisando essa problemática *legal e pedagógica*, Rodrigues (2005) faz a seguinte indagação: “se o educando foi capaz de acompanhar satisfatoriamente o curso de educação profissional de nível técnico sem a conclusão (simultânea) do ensino médio, como lhe retirar o direito legal à diplomação?” (p. 268).

Naquela mesma noite, após o recreio, vi o mesmo jovem em outra sala, assistindo a uma aula junto com a turma de aceleração de estudos (Programa Autonomia¹²). Ele ainda não sabia qual caminho tomar para seguir em frente.

Por coincidência, em 2001, ainda sob a vigência do decreto de 1997, eu me formei na mesma escola técnica da qual ele havia se transferido, e saí de lá com o certificado de nível médio sem ter concluindo o curso técnico. Um detalhe na legislação faz toda a diferença.

Referências

- BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os Artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- _____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os Artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.
- _____. Parecer CNE/CEB nº 39/2004. In: *Educação Profissional e Tecnológica*. Legislação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação profissional e Tecnológica, 2005.
- _____. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de

¹¹ No Artigo 7 parágrafo único, lê-se: “Para a obtenção do diploma de técnico de nível médio, o aluno deverá concluir seus estudos de educação profissional técnica de nível médio e de ensino médio” (BRASIL, 2004).

¹² De acordo com a SEEDUC-RJ, trata-se de “um programa de aceleração de estudos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a Fundação Roberto Marinho. O projeto atende alunos com idades entre 13 e 17 anos que queiram concluir o Ensino Fundamental, e entre 17 e 20 anos que queiram fazer o Ensino Médio em menos tempo [22 meses]”. Em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=1218602>>. Acessado em 02/03/2015>.

20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

_____. Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os Artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: *Boletim 07 do Salto Para o Futuro/TV Escola* (maio/junho). Brasília, 2006, pp. 29-51.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise; GOMES, Cláudio. Produção de conhecimentos sobre Ensino Médio Integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas. In: *Anais do Colóquio Produção de conhecimentos de ensino médio integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. Edital Mobilidade Interna, 2013. Em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=1817684>>. Acessado em: 06/03/2014.

GRABOWSKI, Gabriel. Proposta Pedagógica Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. In: *Boletim 07 do Salto Para o Futuro/TV Escola* (maio/junho). Brasília, 2006, pp. 4-15.

LODI, Lúcia Helena. Apresentação: Ensino Médio e Educação Profissional. In: *Boletim 07 do Salto Para o Futuro/TV Escola* (maio/junho). Brasília, 2006, pp. 2-4.

MANARCORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. Campinas: Alínea Editora, 2010.

MARX, Karl. *O Capital*, livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, pp. 411-574 (capítulos 12 e 13).

NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. In: *Revista Brasileira de Educação*, 2007.

RODRIGUES, José. *Quarenta anos adiante*: breves anotações a respeito do novo decreto de Educação Profissional. Niterói: UFE, 03 de agosto de 2004, mimeo.

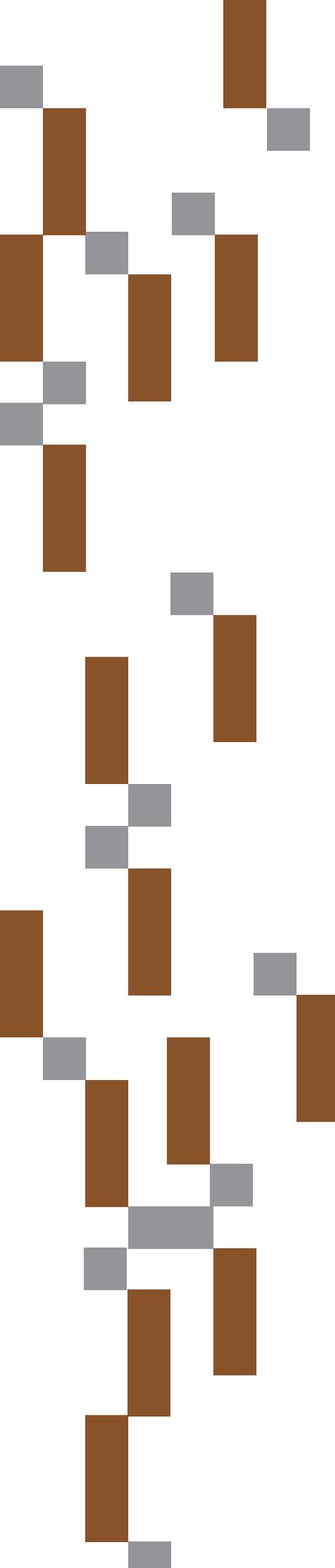
_____. Ainda a Educação Politécnica: o Novo Decreto da Educação Profissional e a Permanência da Dualidade Estrutural. In: *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 3 n. 2, 2005, pp. 259-282.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: *Revista Brasileira de Educação*, vol. 12, n. 34. jan./abr. 2007, pp. 152-165.

_____. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2011.

Recebido em 16 de novembro de 2014

Aprovado em 17 de junho de 2015



NOTAS CRÍTICAS

Karel Kosik e a superação da pseudoconcreticidade

Everton Werneck*

1 Introdução

O presente escrito que por ora iniciamos trata-se de uma breve reflexão em torno do conceito de “pseudoconcreticidade”, pertinente à obra *A dialética do concreto*, de autoria do filósofo tcheco Karel Kosik (1926-2003). Publicado pela primeira vez no ano de 1963, *A dialética do concreto* foi uma das principais obras do filósofo marxista, tornando-se um marco no campo marxista. Busca-se aqui realizar uma breve apreciação crítica do conceito de “pseudoconcreticidade”, sem, contudo, intentar o alcance de conclusões definitivas, mas sim contribuir para o estímulo do debate no âmbito da sociologia do conhecimento de inspiração marxista.

Ao longo deste trabalho, procurou-se correlacionar ou fazer “dialogarem” tal conceito em análise com outros tradicionais conceitos também de cariz marxista, a exemplo de “hegemonia”, “luta de classes”, “modo de produção” e “ideologia”. Desta forma, a “pseudoconcreticidade” foi (re) pensada nos limites da luta de classes e no seu papel perante a luta político-ideológica inerente à conflitiva e antagônica estrutura social capitalista.

Portanto, na primeira seção, como não poderia deixar de ser, tem lugar uma sucinta apresentação do conceito de “pseudoconcreticidade”; Na segunda seção, realiza-se uma reflexão acerca do hipotético lugar ocupado pela pseudoconcreticidade na luta político-ideológica travada em uma sociedade cindida em classes sociais antagônicas, como a capitalista; Já na terceira parte, o que se faz é levantar a questão sobre as consequências teórico-práticas da superação de uma determinada “pseudoconcreticidade” pelos conhecimentos científico ou filosófico; Por fim, nas considerações finais, após relembrar o papel da “pseudoconcreticidade” para a luta político-ideológica, pensa-se numa hipotética transição a um novo modo de produção, comunista, nos moldes pensados por K. Marx, qual seria o destino da pseudoconcreticidade: estaria fadada a perecer, assim como os antagonismos de classe e a estrutura social alienante próprios do capitalismo?

* Bacharel e licenciado pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); professor de Sociologia na rede estadual de educação do Rio de Janeiro. evertonwerneck@ig.com.br

2 O conceito de pseudoconcreticidade

No livro *A Dialética do concreto*, Karel Kosik (1976) se debruça sobre a tarefa de uma reflexão filosófica acerca da realidade e das tentativas empreendidas pelos seres humanos de concebê-las. De roldão, Kosik consegue tocar diversos outros temas e assuntos, a um só tempo, polêmicos e interessantes, tais como: o lugar ocupado pela ciência e pelo cientista no mundo, ou seja, nessa suposta realidade; o que seria o senso comum, seu fundamento; as implicações práticas de cada maneira de conceber o real; o papel do conhecimento no processo de transformação social.

Logo a partir das primeiras linhas percebe-se a vinculação do autor ao materialismo histórico, corrente filosófica que tem em Karl Marx a sua principal referência. Com efeito, a obra intitulada *A Ideologia Alemã* (Marx, 1982), um dos clássicos marxianos, parece ser aquela que aborda de forma mais detida a questão do conhecimento sobre a realidade, ideologias e maneiras de pensar e conceber o mundo, presentes e dominantes em cada momento histórico.

Para Marx, cada ideologia, cada teoria, cada forma de pensamento que se fez hegemônica nesta ou naquela época vivida pelos homens estaria em acordo ou intimamente ligada às condições materiais de então, ou (para sermos mais específicos e fiéis às teorizações marxianas) antes às relações de produção dominantes e concomitantes estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Isto porque, para Marx, o homem necessita, antes de qualquer outra coisa, forjar a sua sobrevivência cotidiana através da práxis do dia-a-dia, por isto restando à atividade especulativa da produção de ideias um lugar relativamente secundário e derivado, na medida em que tal atividade reflexiva traz consigo toda uma carga de condicionantes oriunda das necessidades e experiências do mundo da práxis cotidiana.

Destarte, é exatamente neste mundo da práxis, do cotidiano, da vida material, que Kosik localiza o seu conceito de “pseudoconcreticidade”. Nesse mundo da práxis, da vida cotidiana, os homens necessitam (e assim o fazem) de representações e ideias de coisas e fatos que os circundam, sempre que assim se faça necessário em decorrência de contingenciamentos da vida prática. Quanto a isto, o próprio Kosik escreve o seguinte:

Os homens usam o dinheiro e com ele fazem as transações mais complicadas, sem ao menos saber, nem ser obrigados a saber, o que é o dinheiro. Por isso, a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade (p.10).

Diferente do que se poderia imaginar à primeira vista, o autor em análise não vê de forma negativa tais “representações comuns”, considerando-as tão so-

mente um dos momentos secundários à compreensão do fenômeno como um todo. Para Kosik (1976), essas referidas representações cotidianas refletiriam (nem sempre claramente), aspectos da aparência do fenômeno, porém não a sua essência. Segundo a concepção materialista, todo fenômeno constituiria uma unidade indivisível de aparência e essência, sendo que esta última, segundo Kosik (1976), requisitaria um “détour” para ser alcançada e compreendida pelos homens.

Seriam as ciências e a filosofia “caminhos” para o alcance de tal essência? Tudo indica que sim¹. Se ocorrer algo diferente, seja no sentido de tomar a aparência dos fenômenos como sua própria essência, seja no sentido de desprezar as chamadas “representações comuns”, considerando-as totalmente falsas e imprestáveis para a compreensão do fenômeno em sua plenitude, o conhecimento não se completa e a realidade não é alcançada; na primeira possibilidade tem lugar um processo de reificação e fetichização da realidade, subsumindo a essência dos fenômenos às representações de sua aparência que dela fazem os homens, eis o que Kosik (1976) chamou de “pseudoconcreticidade” (que, em outras palavras, poderíamos chamar “falso concreto” ou “falsa realidade”); em contrapartida, desqualificar a aparência dos fenômenos, considerando “verdadeira” apenas uma suposta essência dos mesmos, incorreria em um conhecimento incompleto e, portanto, não condizente com a realidade.” Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível” (Kosik, 1976. p.18).

3 Pseudoconcreticidade, hegemonia, luta de classes e conhecimento científico

Logo nas primeiras páginas de *A Dialética do concreto*, encontramos listada uma série de situações que, no entendimento do autor, seriam partes constituintes de um hipotético “mundo da pseudoconcreticidade”. Dentre elas, três chamavam-nos a atenção. Vejamos:

O mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da prática fetichizada dos homens (a qual não coincide com a práxis crítica revolucionária da humanidade); o mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos da consciência dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas de um movimento; o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de serem condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens (p.11).

¹ Kosik (1976) trata disso na seção intitulada “Revolução espiritual e racional da realidade”. Nela, afirma ser toda a forma de pensamento místico uma espécie de “caminho mais rápido”, criado pelo homem, para o alcance da compreensão total dos fenômenos.

A leitura da obra em questão aguça nossa curiosidade intelectual em direção à possível articulação entre pseudoconcreticidade e política, para o que muito contribuiu os trechos acima destacados. Com efeito, a partir de tais leituras, emergem com força indagações acerca da manipulação dessa pseudoconcreticidade com fins político-ideológicos e culturais. Dito de outra forma, essa pseudoconcreticidade é, quase sempre, manipulada com a intenção de obter a hegemonia e a legitimidade necessárias à dominação desta ou daquela classe ou fração de classe, deste ou daquele grupo político².

O ponto de vista por ora sustentado aqui acredita que, em uma sociedade como a do tipo capitalista, desigual, injusta e autoritária por natureza, além de ser ela estruturalmente alienante, conforme demonstrou Mészáros (2006), e, portanto, produtora dessa pseudoconcreticidade, a atitude de reduzir a realidade à sua aparência e, ao mesmo tempo, tomá-la como algo natural e imutável, independente da ação humana, acaba sendo cada vez mais incentivada por aqueles que detêm o poder, sobretudo em épocas “pós-modernas” como a que vivemos hoje, sociedades marcadas pela crise estrutural do modo de produção capitalista e todas as suas inevitáveis mazelas³. Por outro lado, o aprofundamento da crise do “sociometabolismo do capital” torna-se terreno fértil para outra forma de fetichização e manipulação, qual seja, dar às posições e interesses da classe dominante um “verniz” científico, objetivando legitimar as práticas e discursos dominantes. Isto já no século XIX foi percebido por Karl Marx, quando procedeu à crítica da economia política clássica, seus principais autores e obras. Quando de sua análise, Marx classificou aqueles economistas em dois tipos: uns, embora partidários da livre-iniciativa e do livre-mercado, ainda assim conseguiam produzir importantes contribuições ao conhecimento científico da realidade. Seriam os chamados “economistas clássicos”⁴, tais como Adam Smith e David Ricardo. Os outros seriam os ditos “economistas vulgares”, cientistas sem o menor compromisso com o desvelamento da essência dos fatos, capazes tão somente de (retomando Kosik) criar mais pseudoconcretidades ao atribuir ares “cientificistas” aos interesses e desejos das classes dominantes.

Esta rápida digressão sobre as concepções marxianas se justifica, repito, pela disseminação acentuada dessa “ciência vulgar” em uma época de crise social tal qual vivenciamos. Sob a égide da reestruturação capitalista (Alves, 2000),

2 A importância das ideologias e de todos os outros tipos de representações para a dominação de uma classe sobre outra classe social foi cabalmente demonstrada pelo filósofo italiano Antonio Gramsci. Vale a pena conferir em Coutinho (1985).

3 Netto (2007), dentre outros autores, afirma a crise estrutural que se abate sobre o mundo capitalista a partir da famosa crise da década de 1970. Para ele, não foi apenas o chamado socialismo real que entrou em crise nas últimas décadas do século XX, mas também o próprio capitalismo, constituindo o neoliberalismo uma tentativa (reacionária) de recuperação do último.

4 A respeito, ver Löwy (1994).

ganha espaço uma verdadeira contrarreforma (Behring, 2003) levada a cabo pelas classes dirigentes, estas últimas compelidas à retirar direitos duramente conquistados em séculos de lutas e mobilizações das classes subalternas frente à crise estrutural do sistema do capital⁵. Todavia, este processo de desconstrução de direitos precisa, inevitavelmente, de ser justificado e, com isto, ganhar a aquiescência dos próprios sujeitos desses direitos (as classes subalternas, vale lembrar). Eis aqui a entrada em ação da “ciência vulgar” e de sua própria pseudoconcreticidade, explicando e fazendo “racionais” e “neutras” medidas eminentemente políticas.

Entretanto, muitos, seja pelo compromisso com o conhecimento científico, seja por algum comprometimento ético, moral ou político com a transformação social, dedicam-se à tarefa da superação da pseudoconcreticidade, enxergando atrás da aparência dos fenômenos a sua essência. Seguindo a linha de raciocínio de Kosik (1976), isto significaria a superação ou destruição de uma pseudoconcreticidade, o entendimento ou captação da essência do fenômeno, compreendida em sua conexão com a aparência e das representações que dela comumente se faz.

Sem embargo, toda esta argumentação faz lembrar o célebre trabalho de Michel Löwy, intitulado “As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen” (já citado aqui alguns parágrafos acima). Nesse livro, o autor aborda a seguinte problematização: por que o conhecimento produzido a partir da ótica das classes dominadas poderia ser considerado como superior, melhor ou, para sermos fiéis ao que está sendo tratado aqui, em melhores condições para alcançar a essência dos fenômenos, ao passo que, pelas lentes da burguesia, a compreensão do fato como um todo estaria dificultado? Existiria uma hierarquização entre os distintos conhecimentos, cabendo a “verdade” em sua plenitude apenas a um deles?

A resposta contida em Löwy (1994) é afirmativa: a perspectiva de análise ancorada na no proletariado, em razão dos interesses desta classe encontrar-se em franca contradição com o modo de produção capitalista (a esta não interessando, pois, de forma alguma o mascaramento de suas contradições), permitiria um maior comprometimento com a busca pela verdade. Entretanto, ressalva Löwy (1994), à perspectiva proletária não estaria reservado “o monopólio da verdade”, sendo possível que, a partir de outras perspectivas de classe, também se produzam conhecimentos válidos acerca da realidade social, conforme atesta a existência dos chamados “economistas clássicos”.

5 A própria Behring (2003) aborda detidamente todo o trabalho ideológico e “pseudocientífico” de justificação teórica das contrarreformas levadas a cabo no governo FHC, uma ação de propaganda destinada a obter a aquiescência das massas, com especial papel desempenhado pela grande mídia.

Neste ponto iria mais além nas problematizações colocadas acima, pondo a seguinte questão: descrita e superada uma determinada pseudoconcreticidade, o que vem depois? O concreto, pronto e acabado, ou uma nova pseudoconcreticidade?

4 O momento pós-superação da pseudoconcreticidade

O presente subtítulo se propõe muito mais a levantar ideias para uma discussão profícua do que, simplesmente, expor e defender ideias e argumentos. Viu-se, ao final da parte anterior, que o marxismo considerou o ponto de vista “burguês” como sendo menos apto a alcançar a compreensão dos fatos como um todo, aparência, essência e as interconexões entre ambas, uma vez que tal condição de classe ofuscava a visão de determinados aspectos. Ainda referenciado na obra de Löwy (1994), o ponto de vista operário seria aquele que, em um modo de produção capitalista, estaria numa situação “privilegiada” para uma observação objetiva da realidade social capitalista. As demais perspectivas de classe estariam capacitadas a produzirem também conhecimentos científicos, mas não no grau possibilitado pela posição proletária, cujos interesses e aspirações estão em franca contradição com o status quo.

Ademais, continuando nesta linha de raciocínio, colocamos outra questão: descrita e superada certa pseudoconcreticidade, o que aconteceria depois? Neste ponto vale a pena citar o próprio Löwy (1994), quando escreve:

O proletariado, pelo contrário, não pode tomar o poder, transformar a sociedade e construir o socialismo senão por uma série de ações deliberadas e conscientes. O conhecimento objetivo da realidade, da estrutura econômica e social, da relação de forças e da conjuntura política é, portanto, uma condição necessária de sua prática revolucionária (p.208).

Nesse mesmo sentido parece caminhar Lênin quando afirma que “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”⁶ e, contemporaneamente, Howtart (2003)⁷. Ao que tudo indica, e as passagens acima reforçam tal opinião, assim como o conhecimento tem suas raízes sociais, esse mesmo co-

6 Esta ideia perpassa todo o trabalho de Lênin intitulado “Que fazer?” Em sua obra, o revolucionário russo afirma e reafirma a necessidade da teoria para que o movimento “espontâneo” da classe trabalhadora (a natural luta por melhores salários e condições de trabalho ou, parafraseando, a luta “trade unionista”) alcance o patamar de um movimento consciente e com objetivos políticos e revolucionários definidos.

7 “As alternativas existem. Que sejam críveis não resta nenhuma dúvida. No fim das contas, sua realização está ligada à vontade de colocar em prática (...) existem forças sociais capazes de carregar projetos alternativos a curto e médio prazo?” (Howtart, 2003; p.398).

nhecimento também se mostra capaz de reagir sobre essa mesma realidade social, transformando-a.

De tudo isto inferimos que num processo intelectual de descrição e superação de uma determinada pseudoconcreticidade há a possibilidade de significativas alterações no mundo material da práxis- desde que haja condições políticas, ideológicas e culturais favoráveis a esta ou aquela mudança- a partir da revelação da essência de um fenômeno. Com efeito, outra conclusão proporcionada pelas reflexões acima dão conta de que a descrição e superação de certa pseudoconcreticidade levaria à constituição de uma nova pseudoconcreticidade.

Corroborando esta parcial conclusão, ainda que não diretamente, o próprio Kosik (1976), ao escrever que: “A destruição da pseudoconcreticidade significa que a verdade não é nem inatingível, nem alcançável de uma vez para sempre, mas que ela se faz; logo, se desenvolve e se realiza”. (p.19). Nesta e em outras passagens, Kosik (1976) busca reforçar a ideia de que a realidade está e estará sempre em constante mutação, pois é fruto da *práxis* humana. Por isto, a pseudoconcreticidade nunca encontrará uma realidade pronta e acabada, o que significaria a reificação da realidade social, justamente o aspecto que se busca superar na pseudoconcreticidade.

5 Considerações finais: modo de produção, ideologia dominante e pseudoconcreticidade

Para começar esta secção, partimos da análise da seguinte passagem contida em “A dialética do concreto”:

A consciência comum se apropria dos resultados da filosofia e os considera como coisa sua. Mas, por não haver percorrido o caminho da filosofia e ter chegado às suas conclusões sem esforço, não as leva muito a sério e as trata como coisas óbvias [...] nessa obviedade, tudo aquilo que a filosofia tornara visível, claro e perceptível, volta a decair no anonimato e na obscuridade” (p.198).

Esse trecho do livro acima citado saltou-nos aos olhos e veio a se tornar uma espécie de chave para que pudéssemos compreender melhor as relações que se estabelecem entre o conhecimento filosófico ou científico e o senso comum, compartilhado pela grande maioria. Para ser breve, eis a hipótese aventada aqui: as revoluções burguesas (onde quer que elas tenham ocorrido), logicamente, conduziriam a burguesia ao posto de classe politicamente hegemônica e, lembrando Marx (1982), “as classes detentoras dos meios de produção terminam sendo, também, a detentora de um quase monopólio da produção de idéias”. Com efeito, e isto pensando na realidade social, a burguesia disseminou conhe-

cimentos científicos e filosóficos embebidos no liberalismo⁸, ação dada através de diferentes tipos de instituições sociais ou, melhor dizendo, através dos famosos “aparelhos ideológicos” tão bem estudados por Althusser (1992).

A importância de tudo o que foi escrito acima para a dominação política e econômica das classes dominantes já foi abordada numa parte anterior do presente trabalho. Não obstante, é, sem dúvida, indispensável voltar à questão da pseudoconcreticidade propriamente dita. Neste momento, se está argumentando que, a certa altura da história, a burguesia (então classe dominante) necessitou lidar com uma pseudoconcreticidade própria de uma realidade hierarquizada e autoritária como era o mundo absolutista, uma pseudoconcreticidade igualmente importante para a manutenção do *status quo* e da dominação de reis, nobres e clero. O que se está tentando afirmar é que as ciências e filosofias da época, sob a influência do liberalismo, também precisaram superar pseudoconcreticidades, isto sob o calor da luta de classes que, de acordo com Marx (1982b) constituiria o “motor da história”.

O próprio Löwy (1994) também aborda esse momento de ascensão da burguesia em luta contra as resistências do antigo modo de produção; de acordo com este autor, a burguesia necessitava bem menos de uma crítica objetiva da realidade social de então para alcançar seus objetivos revolucionários do que o proletariado necessita para obter a sua emancipação. Ainda segundo Löwy (1994), a burguesia, em seu processo de luta e superação do antigo mundo feudal, possuía interesses e aspirações particulares que, conscientemente ou não, precisava ocultar das massas populares. Assim, essa burguesia prescindia do alcance de uma verdade objetiva em absoluto, contando com um quê ideológico em suas proposições. Já o proletariado revolucionário, este sim teria no conhecimento o mais objetivo possível da realidade social uma de suas “armas mais afiadas” na luta de classes. Löwy (1994) explica que, por ser uma classe portadora de um projeto cujo fim maior residiria na supressão de todas as formas de dominação, o desaparecimento das classes sociais, nada teria a ocultar em seus propósitos revolucionários.

Praticamente tudo o que foi escrito nos parágrafos anteriores nos leva de volta às problematizações postas por Löwy (1994) e abordada neste trabalho algumas páginas atrás. Seguindo a linha de raciocínio proposta pelo marxismo, as contradições e antagonismos inerentes à sociedade dividida em classes sociais engendrariam conflitos de todo tipo e, em especial, à luta entre as duas principais classes antagônicas no modo de produção capitalista, qual seja, burguesia versus proletariado, dominantes versus dominados, respectivamente. O que te-

8 Exemplifica bem essa situação a crença de que cada um é o maior responsável pelos destinos de suas próprias vidas, seja pela “sorte” da riqueza, seja pelo “azar” da miséria. O cotidiano do senso comum, ao que tudo indica, absorveu, à sua maneira, tal pressuposto.

ria enquanto desdobramento provável a tomada do poder político pelo proletariado e a consequente socialização dos meios de produção, desaguando no soerguimento de uma nova sociedade, a sociedade comunista⁹.

Para aquele que foi reconhecido como autentico fundador do chamado “socialismo científico”, Karl Marx, apenas essa sociedade comunista seria capaz de superar a estrutura social altamente alienante produzida sob a hegemonia do capital, bem como por termo a todos os conflitos e antagonismos de classe. Dito isso, se impõe, a todos aqueles interessados na compreensão da realidade social, a questão a seguir: seria a pseudoconcreticidade fruto das condições sociais alienantes? Alcançada a pretensa sociedade comunista, livre destes “incômodos condicionantes”, desapareceria a pseudoconcreticidade junto com a citada “estrutura social altamente alienante” (ou alienada) ou ainda haveria lugar para a formação de uma nova pseudoconcreticidade?

Desde o inicio acreditamos no caráter permanentemente inacabado do processo de superação de uma pseudoconcreticidade, visto que a citada superação pode engendrar transformações significativas no mundo da práxis e este, a partir de uma sociedade cindida em classes sociais antagônicas, onde predomina a alienação nos mais distintos aspectos da realidade social (política, economia, cultura, etc.)¹⁰, originar novos fenômenos com suas respectivas pseudoconcreticidades.

Entretanto, a pergunta que vem a mente é a seguinte: de acordo com o pensamento marxiano, a substituição revolucionária de uma sociedade capitalista por outro tipo de formação social, comunista, significaria o fim das condições alienantes da vida social, isto a partir da superação da propriedade privada pela coletiva, o fim das classes e seus conflitos, etc. Assim sendo, fica a seguinte pergunta: em termos de análise da realidade social, o estabelecimento do modo de produção comunista significaria também o fim das pseudoconcreticidades?

5 Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 6ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1992.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.
- BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma**. Desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez, 2003.

9 Ver Marx (1982b).

10 Sobre os mais distintos aspectos da alienação (política, econômica, estética, etc.) ver Meszáros (2006).

- COUTINHO, Carlos N. **A dualidade de poderes**. Introdução à teoria do Estado e revolução. São Paulo. Brasiliense, 1985.
- HOWTART, François. “Os projetos e os níveis de alternativas”. In: **Mundialização das resistências**. O estado das lutas em 2003. Orgs.: Amin, S. e Howtart, F. Cortez editora, 2003.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 5ª ed. revista. São Paulo. Cortez editora, 1994.
- MARX, Karl. A ideologia alemã. In: **Obras escolhidas**. Tomo I. Lisboa, edições Avante, 1982.
- _____. O manifesto comunista. In: **Obras escolhidas**. Tomo I. Lisboa, edições Avante, 1982b.
- _____. Teses sobre Feurbach. In: **Obras escolhidas**. Tomo I. Lisboa, edições Avante, 1982c.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo, editora Boitempo, 2006.
- NETTO, José P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 4ª ed. São Paulo, Cortez editora, 2007.
- _____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7ª ed. São Paulo, Cortez editora, 2009.

Recebido em 22 de setembro de 2014

Aprovado em 06 de maio de 2015

O distanciamento é uma ilusão: notas sobre a atualidade da questão agrária

Rafael Rossi*

Malditas sejam
Todas as cercas!
Maldita todas as
propriedades privadas
que nos privam
de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis,
amanhadas por poucas mãos
para ampararem cercas e bois
e fazer da terra, escrava
e escravos os humanos!

Dom Pedro Casaldáliga

Não são poucos os teóricos que abordaram de modo contundente e enfático o mito da neutralidade, explicando-o em suas raízes políticas, culturais e sociológicas, em especial, no tocante às discussões inerentes à questão agrária brasileira na atualidade. É justamente mito, pois não passa de uma vontade, um querer ser imparcial, porém que não encontra respaldo em qualquer atitude e relação social nas condições materiais e concretas. Mesmo que jornais, programas televisivos, debates na internet, enfim, mesmo que qualquer meio de comunicação ou indivíduo almeje com todas as suas forças um posicionamento neutro, na melhor das hipóteses estará dando visibilidade ao discurso ou prática de menor interesse às classes dominantes, por exemplo. É nesse sentido que o presente texto se insere, na explicitação da potencialidade analítica e de intervenção do materialismo histórico e dialético na questão agrária, pelas categorias de que se utiliza e instiga a reflexão e mobilização.

A arte de duvidar, questionar, problematizar é de extrema importância e relevância social/política neste aspecto. Contudo, duvidar de uma situação global de desigualdades e exploração é, no mínimo, ingenuidade sem consciência histórica. A grande “sacada” da ideologia capitalista é inverter a lógica de pro-

* Docente do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS em Campo Grande – MS. r.rossi@ufms.br

dução da riqueza socialmente produzida, isto é, colocar os louros dos avanços técnicos, científicos, artísticos, tecnológicos e culturais apenas na lógica de expansão mercadológica e não do trabalho de uma classe social específica: a classe trabalhadora.

A ingenuidade do pensamento idealista, que não percebe nas diversas realizações a atuação intencional de homens e mulheres, não possui consciência histórica, pois está presa no imediatismo reformista do *ter*, ou melhor, do *ser* em função do *ter*. A especulação e privatização dos diversos e múltiplos setores da vida acabam por produzir uma consciência que não possui as bases para se encarar como sujeito histórico, apenas sujeito determinado (e determinado aqui está no sentido mecanicista!).

Na sociedade capitalista as desigualdades sociais são marcas relacionadas à estrutura desse modo de produção, em face, dentre outros elementos, da contradição entre capital e trabalho e da produção de mercadorias com base na apropriação privada de trabalho excedente, pois:

A teoria da mais-valia de Marx implica o fato de que o antagonismo das classes é o conteúdo da própria lógica do regime capitalista de produção e que a superação de suas contradições só pode ser alcançada com a sua destruição, com a radical transformação da maneira em que a sociedade está organizada (carcanholo, 2011, p. 79).

Exemplo da desigualdade em prol da especulação e do lucro é o fato de que das 130,5 mil grandes propriedades rurais no Brasil, 69,2 mil são improdutivas, o que corresponde a 53%. Estas, por sua vez, detêm 228,5 milhões de hectares, sendo, dessa forma, duas vezes maior do que todo conjunto de áreas indígenas do país, que gira em torno de 112 milhões de hectares. Assim sendo, se considerarmos o total da população indígena, teremos 818 mil indivíduos que, em vários episódios, foram acusados de “invasores de terras”; contudo, eles ocupam 137 hectares *per capita*, enquanto cada latifundiário que possui sua propriedade improdutiva ocupa 3.300 hectares¹.

Precisamos lembrar que, como nos esclarece Stedile (2012), o termo “questão agrária” é utilizado como elemento nos estudos e investigações que se pre dispõem a compreender a origem dos problemas das sociedades relacionados ao uso, posse e propriedade da terra, dependendo da ênfase aos diversos e múltiplos aspectos da realidade agrária. Na Literatura Política, a ênfase se deu nas desigualdades de concentração da propriedade da terra e nas forças produtivas na relação com o poder econômico e político dominante. Já na Sociologia, a questão

¹ Para dados, ver Gerson Teixeira. Das 130,5 mil grandes propriedades rurais 69,2 mil são improdutivas. 2014. MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/16664>>. Acessado em outubro de 2014

agrária foca nas relações sociais de produção, sendo que, na Geografia, a maneira como as pessoas e os grupos se territorializam e se apropriam da organização agrícola é a temática em discussão numa reflexão entre as diferentes escalas que interferem nesse movimento. A História ajuda a explicar a evolução da luta política e de classes sobre o controle dos territórios agrícolas (Stedile, 2005). Na área da Educação defendemos uma perspectiva que consiga associar e vincular a questão pedagógica que surge do movimento dos trabalhadores camponeses em suas lutas populares e a histórica desigualdade no contexto agrário, em um posicionamento que entende a liberdade e o respeito como elementos chave para a emancipação de populações camponesas excluídas e, em vários episódios, expropriadas da própria vida.

Nossa discussão também se aproxima do entendimento de Thomaz (2011), pois este autor compreende que a questão da terra, no caso brasileiro, se conforma em elemento estrutural da estrutura de poder. É no interior desse processo que é possível serem explicitadas as lutas de classes e os conteúdos estratégicos para o campo, no tocante ao poder, produção, distribuição, circulação e consumo de toda a base produtiva agrária. O amplo estudo de Felício (2011) ajuda a compreender como a questão agrária guarda novos e velhos elementos oriundos do entrosamento de conflitos e subalternidade entre capital e campesinato. Entre os elementos velhos estão os processos de subalternidade, integração, resistência e destruição do campesinato. Já entre os elementos novos estão presentes as interpretações e as recriações do camponês, seja se metamorfoseando em agricultor familiar seja pela sua recampesinização. Assim, é sobre a relação com os exploradores, com os dominantes, que precisamos refletir, justamente para perceber o papel da mobilização e da luta de classes em nossos dias de ampla territorialização do capital nos espaços cotidianos do movimento de recriação do camponês e, inclusive, com fortes repercussões sobre suas práticas educativas.

E o avanço do capitalismo com sua desigualdade e lógica expansionista também vem introduzindo sensíveis mudanças no espaço agrário. Uma delas é a intensificação do uso de agrotóxicos e transgênicos e esse é um mercado monopolizado pelas empresas Basf, Monsanto, Bayer, Syngenta, Dow e Dupont que, em 2010, obtiveram 67% de participação no mercado mundial de agrotóxicos. Ainda em 2010 o lucro dessas multinacionais foi de 7,3 bilhões de dólares, alcançando em 2011 o patamar de 8,2 bilhões de dólares. As empresas se apropriam do lucro e o Brasil fica com o custo social, ambiental e a contaminação (Folgado, 2014). Não é por acaso que, a cada ano, três milhões de pessoas são intoxicadas por agrotóxicos e mais de 220 mil vêm a óbito, o que corresponde a 660 mortes por dia, 25 mortes por hora (Gómez, 2012).

É neste panorama que a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), o INCA (Instituto Nacional de Câncer) e a ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva)

publicaram em 2013² uma nota intitulada: “Uma verdade cientificamente comprovada: Os agrotóxicos fazem mal à saúde das pessoas e ao meio ambiente”. Na nota, as instituições lembram as várias pesquisas já realizadas sobre o assunto, e negam se render às pressões de “setores interessados na venda de agrotóxicos”, convidando toda sociedade brasileira a se mobilizar frente à grave situação do país em face do uso massivo de agrotóxicos.

É sempre válido lembrar que existe outra maneira de se produzir, e que contraria o agronegócio da lógica capitalista. Essa alternativa é a agroecologia, que possui potencial para ser trabalhada em qualquer escala, com menor custo econômico, social, ambiental e humano, sendo um modelo de desenvolvimento agrário realmente sustentável e capaz de combater frontalmente o agronegócio, como defendem emblematicamente Machado e Machado Filho (2014), destacando as várias e múltiplas experiências práticas agroecológicas.

Os fertilizantes solúveis e agrotóxicos promovem uma iatrogenia – espécie de doença causada pelo remédio – e, por sua vez, desenvolvem uma ruptura da planta na sua relação com o predador natural, estimulando, assim, a presença de parasitas. É por isso que a agroecologia, respaldada teórica e praticamente em bases científicas, se baseia em três pilares fundamentais: a trofobiose, o ciclo gás etileno no solo e a transmutação dos elementos com baixa energia. Esses procedimentos irão favorecer a ação de micro-organismos no solo, fazendo com que plantas e animais sejam saudáveis e limpos, não necessitando o uso de agrotóxicos e fertilizantes de síntese química, como nos explicam Machado e Machado Filho (2014). É preciso lembrar que povos pré-históricos se alimentavam com mais de 1.500 espécies de plantas. Já há 150 anos, a humanidade passou a se alimentar com produtos de 3.000 espécies vegetais e, hoje, apenas 15 espécies correspondem a 90% dos alimentos vegetais, a saber: milho, trigo, soja e arroz, respondendo a 70% do consumo e da produção. Os desdobramentos da “revolução verde” e do atual “desenvolvimento sustentável” já apontam suas consequências e perversidades nos últimos 30 anos: aumento de 75% das emissões de carbono; desperdício de 1,3 bilhões de toneladas de alimentos; mais de um bilhão de pessoas desnutridas e mais de um bilhão de obesos; e uso de 70% da água consumida pela agricultura (Machado e Machado Filho, 2014).

É pela análise dessas contradições e perversidades que o método materialista histórico e dialético, desenvolvido por Marx e Engels, ainda se constitui em referencial de extrema importância para compreendermos a atual fase do capitalismo em seu processo de globalização, já que nos ajuda a entender a contradição primária entre capital e trabalho. O fetiche da mercadoria pode ser estendido

² Esta nota encontra-se disponível em: <<http://planetaorganico.com.br/site/index.php/nota-conjunta-contr-os-agrotoxicos/>> Acessado em setembro de 2014.

a partir da alienação do trabalho humano na sociedade capitalista, já que os próprios trabalhadores não se realizam no processo produtivo, veem diminuída a possibilidade de se humanizarem, pois na realidade, se desumanizam no trabalho sob o jugo do capital.

Em decorrência de toda perversidade e desigualdade estrutural do capitalismo, a ideologia dominante se torna imprescindível para obscurecer e “abafar” a exploração oriunda do trabalho alienado. Tal ideologia intenta convencer que é o capital que gera a riqueza material e imaterial socialmente produzida, e não o trabalho. O Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira já nos explicou essa inversão, de modo bem claro, em seu clássico *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. É neste contexto socialmente construído que se torna mais atual a máxima marxiana: “os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes”, posto que “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”.

Ocorre que, na contemporaneidade, o discurso do “respeito às diferenças” e da “diversidade” vem se destacando cada vez mais, em amplos e variados espaços, porém sem ser politizado a partir dos interesses da classe trabalhadora. É, sim, de fundamental importância, primar pela democracia e pela igualdade de manifestação de qualquer ordem. Contudo, numa sociedade marcada basicamente por uma desigual distribuição da riqueza produzida entre as classes sociais e uma desigual oportunidade de manifestar as diferenças, essas mesmas diferenças não serão capazes de serem expressas em pé de igualdade, isto é: numa sociedade de desiguais, a igualdade não passa de falácia! Numa sociedade da indiferença perante os diferentes, não passa de discurso a defesa das diferenças!

Lutar por uma sociedade em que as diversidades possam ser expressas sem retaliação de qualquer tipo é lutar por uma sociedade para além do capital. O desafio dos Sem Terra, Sem Teto, do Movimento dos Indígenas, do Movimento Negro e de todos aqueles comprometidos com a transformação, a partir da classe trabalhadora, na questão agrária é colocar suas pautas de reivindicação e embate no âmbito das lutas de classe... O capitalismo é irreformável e suas contradições entre as classes sociais são inconciliáveis, como o pensamento marxista há muito nos ensina. Dessa forma, precisamos entender a perspectiva idealista e a linha de orientação reformista no discurso das diversidades que não politiza essa temática em seu vínculo com o modo de produção capitalista e, assim, assumir uma postura revolucionária, que encara o desafio histórico de reflexão e atuação concreta na explicitação das contradições e na construção real de outra sociedade, pois é preciso lembrar com Lênin: “A teoria sem a prática de nada vale, a prática sem a teoria é cega”.

Referências

- CARCANHOLO, Reinaldo A. (org.). *Capital: essência e aparência – vol II*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- FELÍCIO, Munir Jorge. *Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário*. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista – UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – SP. 214 f. 2011.
- FOLGADO, Cleber A. R. *Agrotóxicos: Um problema invisibilizado*. Movimento dos Pequenos Agricultores –MPA, CLOC/VIA CAMPESINA, Brasília – DF: 2014.
- GÓMEZ Graciela C. Los agrotóxicos: el nuevo holocausto invisible. 2012. Disponível em: <<http://www.surysur.net/2012/12/los-agrotoxicos-el-nuevo-holocausto-invisible/>> Último acesso: Set. 2014.
- MACHADO, Luiz C. P. & MACHADO FILHO, Luiz, C.P. *Dialética da Agroecologia*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- STEDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- STEDILE, João Pedro. **Questão Agrária**. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **As Correntes Teóricas na Geografia Agrária Brasileira. (Uma contribuição à crítica teórica, sem a prioris)**. Terra Livre, v. 34, p. 35-52, 2011.

Recebido em 29 de outubro de 2014
Aprovado em 16 de novembro de 2014

Política em Marx: notas de um debate contemporâneo entre marxistas brasileiros

Bruno G. Paixão*

No campo do pensamento marxista, a única assertiva unânime sem sombras de dúvidas é de que não existe unanimidade em seus vários intérpretes. A maior evidência é o número de escolas ou pseudoescolas que reivindicam a verdadeira interpretação da obra de Marx. A consequência disso é um enorme desencontro interpretativo-prático da teoria desse pensador alemão. Nesse sentido, a temática aqui estudada está longe de passar ilesa por essas variedades de análises, muitas vezes parecidas, outras nem tanto, e em sua grande maioria, totalmente díspares. O estudo em questão aborda a política na obra marxiana, procurando entender, a partir da letra de Marx, o real significado de tal dimensão para este autor, assim como a sua validade histórica. Para isso, tentaremos primeiramente mostrar como a temática é abordada por três grandes comentadores marxistas que se debruçaram ou ainda se debruçam sobre o mote da política e sua manifestação material: o Estado. Foram escolhidos três artigos, um de cada comentador. O esforço aqui se dará para apresentar as principais ideias que norteiam a discussão de cada artigo – intervindo nesse primeiro momento apenas pontualmente –, para depois concluirmos de forma breve com o que também pensamos sobre a política em Marx. O primeiro texto é de José Chasin, que vê a política enquanto dimensão essencialmente negativa, seguido pelo artigo de Ivo Tonet, que a entende como elemento negativo na sociedade de classes e que atingiria um status de positividade numa sociabilidade emancipada, e por fim, o artigo de Carlos Nelson Coutinho, que encara a política como sendo essencialmente positiva.

No texto *A determinação ontonegativa da politicidade* o filósofo José Chasin vai propor um trajeto de leitura em algumas obras de Marx que fundamenta sua tese: a de que a política é entendida pelo pensador alemão enquanto uma dimensão essencialmente negativa, ou seja, que ela não emerge enquanto elemento plasmado ao ser social.

* Mestrando em Filosofia Moderna e Contemporânea, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); bolsista Capes. brpja@hotmail.com

Tratando-se de uma configuração de natureza ontológica, o propósito essencial dessa teoria é identificar o caráter da política, esclarecer sua origem e configurar sua peculiaridade na constelação dos predicados do ser social. [...] É ontonegativa, precisamente, porque exclui o atributo da política da essência do ser social, só o admitindo como extrínseco e contingente ao mesmo, isto é, na condição de historicamente circunstancial; numa expressão mais enfática [...] apenas e justamente na particularidade do longo curso de sua pré-história (Chasin, 2009, pp. 367-368).

Esse entendimento rompe com uma longa tradição filosófica ocidental que enxerga a política como essencialmente humana, e que todo e qualquer desenvolvimento do homem em sociedade acontece *pari passu* às formações graduais de perfectibilidades políticas. Chasin usa, como textos centrais, dois artigos de Marx publicados nos anais franco-alemães (*Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução e Para Uma Questão Judaica*), outro publicado num jornal chamado *Avante!*, *Glosas críticas marginais ao artigo: “O rei da Prússia e a reforma social”*. *De um prussiano*, e o material preparatório para o que viria a ser publicado pelo título de *Guerra Civil em França*. Os três primeiros foram publicados em 1844 e o terceiro data de 1871. Esse corte temporal operado por Chasin tem como fito demonstrar que já nos primeiros textos marxianos o sentido da política possui um caráter negativo, e esse entendimento nunca seria abandonado pelo Marx da maturidade.

Toda a trama central nos quatro textos trazidos à baila por Chasin tem sua unidade complexar nos conceitos de “emancipação ou revolução política x emancipação humana ou revolução de alma social” e a necessidade da extinção do Estado. No artigo em questão, o autor, sempre a partir de Marx, vai mostrar a atualidade dos conceitos elencados acima e demonstrar que sem essas chaves interpretativas qualquer esforço comunista revolucionário estaria fadado ao fracasso. Mas por que tanta convicção em dizer que o não entendimento das diferenças entre emancipação humana e emancipação política, assim como da necessidade de extinção do Estado, destinaria sempre ao movimento operário o fracasso? Porque no caso da emancipação ou revolução política, a transformação na sociabilidade é parcial. Uma classe ou grupo social pode destronar a outra via revolução política e chegar ao poder, mas essa nova dominação não avançaria para a superação das classes sociais, ao contrário, perpetuaria uma nova forma de dominação que favoreceria um grupo ou classe específicos.

[...] revolução parcial, *meramente* política, a revolução que deixa de pé os pilares do edifício. Em que se baseia uma revolução parcial, *meramente* política? No fato de que uma *parte da sociedade civil* se eman-

cipa e alcança o domínio *universal*; que uma determinada classe, a partir da sua *situação particular*, realiza a emancipação universal da sociedade. Tal classe liberta a sociedade inteira, mas apenas sob o pressuposto de que toda a sociedade se encontre na situação de sua classe [...] (Marx, 2010, p. 154 [grifos do autor]).

Todo e qualquer revolucionamento no campo político possui uma limitação ontológica, pois a essência da política é a de manutenção da dominação de uma classe sobre a outra. “O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política. Quanto mais agudo ele é, quanto mais vivo, tanto menos é capaz de compreender os males sociais.” (Marx, 1995, p. 13). Isso vale também para qualquer forma de mudança no campo do parlamentarismo, ou seja, das disputas eleitorais, com participação direta ou indireta, com conselhos populares ou não, com siglas trabalhistas ou do capital. Todos esses matizes ou formas políticas são limitados, pois não rompem com a histórica dominação do homem pelo homem. No caso da emancipação humana, ou revolução de alma social, o momento político é somente mediador para uma tomada de poder. Neste caso, a chegada ao poder via revolução é só o primeiro ato, e este deve ser seguido à destruição do Estado e não à formação de qualquer espécie de Estado operário, por exemplo. No longo percurso histórico que seria a fase de transição (socialismo), a partir do trabalho associado e de organizações sociais estruturadas em comunas, a política perderia sua primazia perante a altura humana social. E é somente nesse momento que se poderia falar de comunismo, ou de emancipação humana.

No artigo *Trabalho associado e extinção do Estado*, um dos principais estudos marxistas do Estado, Ivo Tonet, aborda a questão da dimensão política em Marx numa perspectiva que leva a entender que a categoria aludida acima teria uma sobrevida numa sociedade emancipada, ou seja, mesmo não explicitado com tais palavras, para ele a política não possui um caráter ontonegativo¹. Segundo Tonet, pode-se falar apenas de um caráter negativo da política, historicamente determinado, e não que a sua essência carregue consigo esse sentido, pois numa sociedade onde a base seja o trabalho associado, a política cumpriria um papel fundamental, enquanto força social comunal, possuindo assim um caráter nitidamente positivo.

No artigo em questão, porém, em toda a sua construção argumentativa levada até pressuposições da fase de transição (socialismo), o autor segue o mesmo caminho daqueles que entendem a política enquanto categoria essencialmente

1 Em conversas pessoais e por e-mail, Tonet nos falou que está trabalhando num texto que mostrará sua crítica à posição do Chasin referente à política em Marx. Adiantou-nos que o artigo estudado nesse momento já traz elementos de sua futura crítica e que, para ele, a política não seria ontonegativa.

negativa. Primeiro, ele coloca de forma exata, na nossa interpretação, que tal dimensão é uma objetivação fundada, em última análise, pelo trabalho, que surge em consequência da sociedade de classes, enquanto força usurpadora das potencialidades sociais, e se instrumentaliza no aparato ósseo que toma as rédeas das atividades que outrora eram sociais, o Estado. Nesse sentido, Tonet também entende a política enquanto elemento necessário para a exploração do homem pelo homem.

Esta é a essência do Estado: forças sociais apropriadas privadamente, vale dizer, separadas da comunidade, objetivadas e postas a serviço das classes dominantes. O Estado é o instrumento fundamental para a manutenção da exploração do homem pelo homem, para a existência da propriedade privada. Deste modo, a função essencial do Estado concentra-se na defesa da propriedade privada (Tonet, 2014, p. 12).

Mas ao mesmo tempo em que a política cumpre esse papel, ela é de extrema importância para a superação de tal estado de dominação. Esse aparente paradoxo é facilmente resolvido quando entra em cena o conceito de revolução (sempre a partir de Marx), que possuiria dois momentos, um social e um político. No segundo caso, que é a principal questão aqui, é afirmado, ao nosso entendimento de forma correta, que o ato político revolucionário do operariado é imprescindível para destronar uma classe, assim como destruir o Estado (nesse caso, o burguês), reabsorvendo as forças usurpadas por este instrumento da política no conjunto dos revolucionários. Assim, a política é entendida somente enquanto mediação para o ato revolucionário, e esse movimento tem como consequência a tomada do poder político pelo sujeito central da revolução, o operariado, criando assim uma nova classe no poder.

O que gostaríamos de chamar a atenção, apoiados em Marx (*A guerra civil na França*) é que o momento político – no caso da França, a *Comuna* –, embora seja absolutamente fundamental, é apenas uma mediação; ele está subordinado ao fim que deve ser atingido, que é a mudança na forma do trabalho. *Se esta, por impossibilidade histórica ou por erros, não for efetivada, a própria continuidade da reabsorção do poder político pelo conjunto dos revolucionários se verá travada e deformada* (Tonet, 2014, p. 13 [grifos nossos]).

É exatamente no desdobramento dessa última sentença, destacada em itálico que a nossa interpretação diverge da de Tonet. Concordamos com toda sua construção interpretativa posta no artigo, porém, o desfecho nos parece limitado e ilógico. Se a política tem sua origem na sociedade de classes e funciona enquanto garantidora desta, e o pressuposto para uma sociedade comunista é a

superação das classes sociais, como poderia existir essa força estranha (política) numa sociedade sem classes (comunista)? Nesse sentido, não se deve reabsorver poder político numa acepção classista após a reorganização produtiva possibilitada pelo trabalho associado, mas sim, deve haver uma reabsorção do poder social usurpado sob a forma de poder político. A diferença é crucial para o entendimento da questão. Vejamos como Marx coloca esse ponto:

Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada [...] quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, *não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política* (Marx, 2004, p. 54 [grifos nossos]).

No socialismo a política é perfeitamente compreensível, pois nesse período ainda existirá a subordinação de uma classe à outra, mas numa sociedade emancipada (comunista), onde um dos pressupostos é a inexistência da dominação do homem pelo homem, ela perderia completamente seu sentido.

Para concluir, Tonet deixa uma aparente esperança ao falar de que o poder político revolucionário deixará de existir, porém, o fato de ele dar nome a esse poder político, esconde sua crítica à interpretação chasiniana. Quando Tonet fala que o poder político da classe revolucionária no socialismo deverá se extinguir, ele está se referindo apenas ao poder político de uma classe, ou seja, que o caráter negativo da política deixará de existir, já que o comunismo pressupõe a não existência das classes sociais, e entrará em cena uma política positiva, de caráter social, que estaria a serviço de uma nova organização societal como fundamento para o livre desenvolvimento humano. Tonet, assim como grande parte da tradição filosófica não marxista, no desfecho de seu pensamento cai no “canto da sereia” de uma mudança qualitativa do sentido da política numa sociedade emancipada.

Num outro ponto totalmente oposto em relação aos dois autores anteriores, aparece o pensamento de um dos maiores estudiosos do marxismo no Brasil, Carlos Nelson Coutinho, falecido em 2013. Em seu artigo intitulado *Democracia como valor universal*, publicado em 1979, lançou as bases que norteariam toda a esquerda brasileira reformista, que viria a partir daí a assimilar socialismo com democracia verdadeira, e, com isso, jogar os últimos palmos de terra à perspectiva revolucionária de transformação social. Esse texto, que sofre de um grande filtro interpretativo do marxista italiano Antonio Gramsci, tem seu cerne argumentativo no fato de que deve se colocar na ordem do dia uma “nova forma” que possibilite chegar ao socialismo, e nele se consolidar enquanto sociabilidade política de todos. Para C. N. Coutinho, o caminho não é mais a revolução proletária, nem política, e muito menos social – como aponta Marx, segundo os artigos an-

teriores – e sim uma reorganização das massas subalternas e dos seus respectivos organismos de “combate” (Partidos, Sindicatos, OAB, CEBs, CNNBB etc.), através das chamadas “guerras de posição” em todos os espaços políticos possíveis.

É nossa convicção que a democracia de massas (a expressão é de Ingrao) que deve servir de superestrutura à transição para, e à construção de, uma sociedade socialista tem de surgir dessa articulação entre as formas de representação tradicionais e os organismos de democracia direta; essa articulação, como dissemos, deve promover a síntese dos vários sujeitos políticos empenhados na transformação social (sic) uma síntese que – respeitada a autonomia e o pluralismo dos movimentos de base – seja a portadora da hegemonia dos trabalhadores sobre o governo da sociedade como um todo. (Coutinho, 1979, p. 39).

Esse ensaio para o que ele chama de futura “socialização da política” seria uma estratégia a ser adotada com vistas a experimentar e educar toda a massa não patronal no trato do poder. A guerra de posições abriria espaço para a dominação hegemônica da classe subalterna, e essa, por sua vez, enquanto classe que representaria todo grupo social aliado do poder, instauraria uma democracia verdadeira, ou universal. Para Coutinho, a proposição de Marx sobre ditadura do proletariado já não teria mais validade nessa quadra histórica. O caminho e a consolidação do socialismo estariam pautados na luta democrática das massas pela refundação de uma democracia de bases novas, opostas às que se erigiram até o momento. A isso, talvez a resposta do pensador alemão a Lassale sirva para exemplificar o que ele pensava sobre democracia:

Apesar de toda sua estridência democrática, o programa está totalmente infestado da credulidade servil no Estado [...] ou, o que não é melhor, da superstição democrática, ou, antes, consiste num arranjo entre esses dois tipos de superstição, ambos igualmente distantes do socialismo (Marx, 2012, p. 46).

A nova sociabilidade proposta por Coutinho estaria na “socialização da política”, e não no fim da mesma. A democracia universal seria possível por um prolongamento da política no seio da sociedade, que teria como consequência uma lenta e gradual extinção do Estado. Para Coutinho, é no aperfeiçoamento da forma política, materializada no conceito de democracia universal ou verdadeira, que uma sociedade poderia postular seu *status* emancipatório. Tal interpretação parte do pressuposto de que primeiro deve se conquistar o Estado pela junção entre as massas sociais e o corpo progressista do parlamento, e a partir daí prolongar o campo de participação política de todas as classes sociais até que o Estado e as classes se dissolvam. Como seria possível acabar com o Estado uti-

lizando uma forma (democracia) nova de Estado? Como extinguir as classes sociais alargando os poderes políticos, se esses mesmos são reconhecidos pelo próprio autor como “poderes sociais usurpados”, ou seja, sempre estarão a serviço de uns ou de outros? Como colocar a socialização da política enquanto pressuposto da supressão da propriedade privada, se ontologicamente a política surge exatamente para garantir essa forma de exploração de muitos por poucos? Coutinho, em seu revisionismo reformista, aparentemente sofisticado, de Marx, entra num histórico beco sem saída: o de tentar romper com velhas formas políticas, através da utilização da mesma dimensão sob a ilusão do novo, sem perceber que o problema não está na apresentação material que essa possa ter, e sim na sua própria essência, que é a manutenção da sociedade de classes. Sobre essa forma de luta proposta por C. N. Coutinho, Marx é categórico: “[...] todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., etc., não são mais do que as formas ilusórias [...]”. (Marx & Engels, 2007, p.37).

A discussão sobre o caráter da política em Marx está longe de ser esgotado, ao mesmo tempo, distante está também de ser assunto secundário dentro do marxismo. Essa temática se torna tão importante hoje como nunca, pois em nenhum momento da história as contradições do capital se elevaram a níveis tão agudos e a barbárie da qual nos lembra Mészáros (2002) não está num futuro longínquo, ela já nos avizinha. Nesse sentido, entender qual a essencialidade da política em Marx, submetê-la ao juízo da realidade concreta e histórica, é de extrema importância para a luta da humanidade contra um sistema incontrolável e inumano. Sem um entendimento do real sentido da política, toda e qualquer luta dar-se-á nos limites do Estado capitulado à lógica do capital.

É a partir dessa necessidade histórica que o presente esboço lança-se à crítica sobre a ideia do homem político por natureza, entendimento dominante na tradição filosófica ocidental, na qual essa dimensão aparece enquanto elemento inerente ao ser social, e o desenvolvimento da humanidade estaria atrelado ao aperfeiçoamento das formas políticas. Mostramos nossa adesão, em parte, à interpretação de José Chasin, inclusive aceitando a categoria da “ontonegatividade da politicidade” como correta para a definição do sentido ontológico da política, mas criticamos o mesmo ao retirar do operariado a primazia (não por questões morais, mas sim pela sua função social) frente à luta revolucionária. Seguimos, até um ponto, na trilha argumentativa proposta por Tonet, porém, desviamos desta porque discordamos completamente com a possibilidade de uma mudança de estado qualitativo da política, passando do negativo para o positivo. E no que diz respeito à interpretação de C.N. Coutinho, nos opomos categoricamente do início ao fim. Ela, que é hoje majoritariamente aceita pela pseudoesquerda socialista, é totalmente oposta ao pensamento marxiano; dela não se pode imputar uma só categoria a Marx.

Entendemos a política enquanto elemento desefetivador do desenvolvimento das potencialidades humanas, isto é, como uma categoria negativa, pois sua função social é regular, ou normatizar a sociedade de classes. Ela surge a partir do aparecimento da propriedade privada, funcionando como poder usurpado da sociedade, garantidor da nascente relação de domínio do homem pelo homem. Neste caso, toda tentativa de melhoramento da forma política, sem tocar nos seus fundamentos com o objetivo de suprimi-los, só levaria a uma nova forma de dominação. Segundo Marx

O Estado jamais encontrará no “Estado e na organização da sociedade” o fundamento dos males sociais, como o “prussiano” exige do seu rei. Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado (Marx, 1995, p. 11).

Esse raciocínio serve também para o operariado, caso este tome o poder político via revolução de alma política com o objetivo de criar um Estado proletário, pois ele valer-se-ia de um instrumento de exploração de classe para efetivar suas aspirações, e, nesse sentido, só se aplicaria uma inversão de classe. Partimos da ideia de que para Marx, o objetivo principal e último não é a tomada do poder político e sua subsequente socialização; esses são apenas um meio primário e negativo com vista à emancipação humana. Primário, pois a revolução “política de alma social” deverá destronar a outra classe; e negativa, porque nesse processo, a dimensão da política ainda predomina exatamente no sentido de que o revolucionamento pressupõe uma luta sangrenta de homens contra homens. Existe aí uma anulação total da humanidade.

Revolução política com uma alma social. A revolução em geral – a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações – é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político (Idem, *ibidem*, p. 21).

O avanço dessa fase de transição (socialismo) rumo a uma sociedade emancipada só será possível com a supressão da propriedade privada, transformando as relações de produção em forças de trabalho associado, formação basi-

lar para que os estranhamentos (no caso específico aqui da política) desapareçam. Se a política é um subproduto da propriedade privada, e a supressão da última é pressuposto para o comunismo, o seu substrato (a política) não teria mais solo para se conservar. É uma impossibilidade ontológica a vigência da política numa sociabilidade sem propriedade privada, ou seja, onde a lógica da produção estaria totalmente voltada às reais vontades humanas. Ao responder sua própria indagação sobre a existência de poder político numa sociabilidade emancipada, Marx é categórico:

Isso significa que, após a ruína da velha sociedade, haverá uma nova dominação de classe, resumindo-se em um novo poder político? Não. A condição da libertação da classe operária é a abolição de toda classe [...]. A classe laboriosa substituirá, no curso do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil. [...] Somente numa ordem de coisas em que não existam mais classes e antagonismos entre classes as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas. (Marx, 1946, p. 98).

Na passagem supracitada, a clareza típica do pensador alemão mostra que a vigência da política numa sociedade comunista seria um absurdo sem tamanhos, já que, se estamos falando de uma sociedade sem classes, sem o estigma da dominação do homem pelo homem, e a política é exatamente a dimensão relacional sob forma usurpada do poder social, que sintetiza e possibilita, sob várias e complexas maneiras essa característica da sociedade classista, como pensar a continuidade de uma categoria que é pressuposto para uma determinada relação histórica de dominação se essa relação já não mais existe? O fato, aparentemente simples, de Marx falar em “evoluções” numa sociedade sem classes, ao invés de “revoluções”, revela um conteúdo extremamente coerente na argumentação da passagem, pois, se revoluções políticas só teriam fundamento enquanto meio para destronar uma classe ou grupo social do poder, pressupondo uma sociedade classista, qual seria a validade dela numa sociedade sem classes? Aqui entra em jogo a categoria da evolução social, elemento dinamizador do desenvolvimento omnilateral de uma sociabilidade emancipada. Nesse sentido, revolução e política perderiam – seguindo Marx – sua função social numa possível sociedade comunista.

Não obstante ao que identificamos enquanto posição clara e não titubeante de Marx frente à temática dessas notas, sabemos quão complexa ela é, e o objetivo, ao dialogarmos com os autores e delimitarmos nossa posição durante o texto de forma categórica, está longe de pretensamente dar um ponto final ao debate ou mesmo imprimir uma interpretação que reivindique a verdade abso-

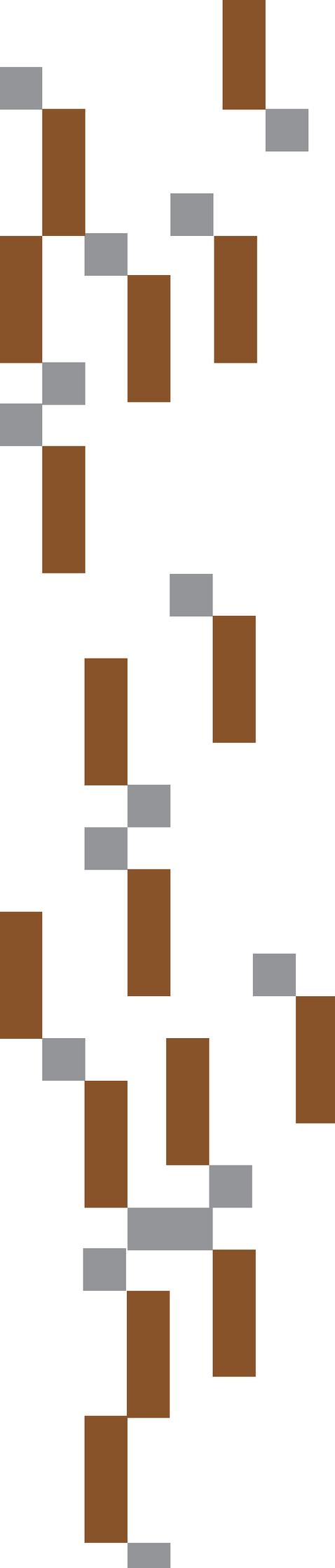
luta, mas apenas trazer o próprio Marx à discussão, e com isso quem sabe, criar no leitor um interesse que há muito se perdeu, de ler diretamente o autor, e a partir daí poder construir sua própria visão sobre as várias querelas que perpassam o marxismo.

Referências

- CHASIN, José. Marx: A Determinação Ontopositiva da Política. In: *Ensaio Ad Hominem*. N.1, Tomo III – Política. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem. 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia como valor universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Crítica Ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”. De um prussiano. In: *Revista Práxis*, n. 5, Belo Horizonte: 1995.
- _____. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Flama. 1946.
- _____. *Sobre a Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- TONET, Ivo. Trabalho associado e extinção do Estado. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/TRABALHO_ASSOCIADO_E_EXTINCAO_DO_ESTADO.pdf>. Acesso em 04 de agosto de 2014.

Recebido em 10 de outubro de 2014

Aprovado em 07 de janeiro de 2015



LUTA e MEMÓRIA

Apresentação à entrevista de Edmundo Dias

Gilberto Calil e Antonio de Pádua Bosi*

Edmundo Fernandes Dias foi um intelectual que, como poucos, manteve ao longo de toda sua vida uma sistemática e orgânica unidade entre reflexão intelectual e prática política militante. A intransigência nos princípios e o rigor na análise sempre foram acompanhados do combate permanente ao sectarismo e do compromisso cotidiano com as lutas da classe trabalhadora. O intelectual que ao longo de inúmeras obras polemizou com a interpretação majoritária que associa simploriamente o conceito gramsciano de hegemonia à noção de consenso e que esvazia a perspectiva revolucionária constitutiva do pensamento gramsciano é o mesmo que atuou por longos anos como militante e dirigente sindical no ANDES-Sindicato Nacional Docente e na Adunicamp (Seção Sindical da Unicamp).

A entrevista aqui publicada foi produzida em maio de 1999, no contexto de uma visita de Edmundo Fernandes Dias ao *campus* de Marechal Cândido Rondon da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Naquela visita, além da produção da entrevista, Edmundo ministrou um seminário

sobre Autonomia Universitária e um curso sobre a teoria de Antonio Gramsci e participou de reuniões que discutiram as perspectivas da organização sindical docentes nas universidades estaduais paranaenses.

Esta entrevista permanece como documento extremamente atual. Apesar de algumas passagens mais conjunturais, em seus elementos centrais reflete sobre questões e desafios que se manteriam dramaticamente presentes na atualidade e identifica tendências que efetivamente se afirmaram nos dezesseis anos que nos separam de sua realização.

Na entrevista, Edmundo realiza um balanço da trajetória das universidades públicas brasileiras antes e depois do Golpe de 1964 e da relação entre universidade pública, suas lutas e o conjunto da sociedade. Discute em particular a questão da autonomia e a forma como foi se afirmando como referência na construção das lutas em defesa da universidade pública brasileira. Ao mesmo tempo, reflete sobre a trajetória do ANDES-SN, da qual foi destacado protagonista em seus diversos momentos – da sua constitui-

* Professores do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE. gilbertocalil@uol.com.br ; antonio_bosi@hotmail.com

ção como sindicato à ruptura com a Central Única dos Trabalhadores e filiação da Conlutas (posteriormente CSP-Conlutas), eventos que se deram posteriormente à realização da entrevista.

Naquele momento, o ANDES-SN estava sob gestão do grupo político que Edmundo chama de “pretos” (pela cor da tinta do mimeógrafo em que escreviam seus manifestos), constituído por aqueles que pensam as lutas sindicais sob uma perspectiva corporativista (em oposição aos “azuis”, que defendiam articular a luta sindical na universidade com as lutas mais amplas da sociedade brasileira). Esta gestão foi a única em toda a trajetória do ANDES-SN conduzida por este grupo que posteriormente constituiria um sindicato chapa-branca (PROIFES – Federação dos Sindicatos dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior). A aguçada crítica à perspectiva que sustenta a ação política deste grupo é uma constante na entrevista, mas, além disto, o próprio contexto específico em que a entrevista ocorreu também tem relação com o combate a esta posição: a vinda de Edmundo à UNIOESTE foi motivada pela sua intenção em estimular e contribuir para a criação de uma seção sindical do ANDES-SN na UNIOESTE e, com isto, colaborar para a afirmação de uma concepção sindical autônoma e combativa no interior do ANDES-SN.

Em maio de 1999, as universidades estaduais paranaenses viviam uma experiência piloto de um projeto de desmonte das universidades públicas,

através da imposição de um termo de gestão financeira que estabelecia um “orçamento global”, ou seja, um montante pré-estabelecido de recursos que, no limite, possibilitaria exclusivamente o pagamento dos salários, tendo como contrapartida uma “autonomia financeira” por meio da qual o universidade ficaria “livre” para buscar os recursos necessários ao custeio e investimentos junto ao “mercado”. Naquele momento, a UNIOESTE estava mobilizada na luta contra esta perspectiva e, não por acaso, a entrevista de Edmundo ocupa as páginas centrais de uma edição especial sobre Autonomia Universitária do Jornal *Fronteiras* (publicado pelo CEPEDAL, atualmente designado como Núcleo Pesquisa e Documentação do Oeste do Paraná). Como Edmundo demonstra na entrevista, a despeito do jogo de palavras através do qual os governos tentam confundir a população, os pressupostos e fundamentos desta “autonomia financeira” são antagônicos aos da verdadeira autonomia universitária, além de trazer para o interior das universidades contradições que terminariam por minar sua capacidade de resistência: “*Com o orçamento global, a campanha salarial não se faz mais contra o governo do Estado. Agora é o seguinte: vai ter mais salário para professor ou para funcionário? Vai ter mais salário ou vai ter mais laboratório?*”. A defesa da autonomia universitária e a luta contra o modelo instituído através do termo de gestão e do orçamento global foram elementos constituintes das greves das universidades paranaenses

em 2000 e, sobretudo, na greve de 169 dias de 2001-2002 – até hoje a mais longa greve da história do sindicalismo brasileiro.

Mas não é apenas por ajudar a desvendar a esfinge da “autonomia financeira” que Edmundo contribuiu para a defesa das universidades públicas paranaenses. No momento em que ocorreu sua entrevista, existia no Paraná apenas uma seção sindical vinculada ao ANDES-SN, na Universidade Estadual de Londrina, persistindo nas demais universidades sindicatos locais, sem articulação nacional nem vinculação ao ANDES-SN. A discussão proposta por Edmundo, e acolhida por um grupo de professores, colocou como desafio a construção de uma seção sindical na UNIOESTE e, a partir dela, também nas demais universidades estaduais paranaenses. Quando foi deflagrada a greve dos 169 dias (2001-2002), o sindicato docente da UNIOESTE (Adunioeste) já estava constituído e teve papel relevante em garantir a sustentação política e jurídica da greve, em conjunto com a Secretaria Regional do ANDES-SN. Encerrada a greve, foram constituídas seções sindicais também nas duas universidades que não tinham participado da greve – UNICENTRO (Adunicentro) e UEPG (Sinduepg), e posteriormente também

na UEM (Sesduem) e na UNESPAR (Sindunespar), criada em 2013¹. A existência deste conjunto de instrumentos de luta articulados e combativos, cuja constituição inicial foi inspirada e apoiada por Edmundo, permanece como fator relevante atualmente, dois anos depois de seu falecimento, no contexto de mais uma forte greve contra um governo que ataca os direitos dos trabalhadores, e que teve como um de seus eixos principais uma nova tentativa de imposição de uma “autonomia financeira” claramente direcionada à desresponsabilização do governo com a manutenção das universidades.

Em um momento em que os sindicatos docentes das universidades do Paraná sustentam uma dura greve contra um governo que se tornou mundialmente conhecido pelo Massacre de 29 de abril de 2015, e ao mesmo tempo explicitam na prática e denunciam as condutas nefastas de um sindicalismo burocrático e antidemocrático que cria enormes obstáculos às lutas de diversas outras categorias dos servidores públicos paranaenses, lembrar a contribuição de Edmundo Fernandes Dias na criação de condições para a estruturação desta luta é ao mesmo tempo uma homenagem e um reconhecimento justo e necessário.

Recebido em 05 de junho de 2015

Aprovado em 27 de junho de 2015

¹ Em contrapartida, em 2009, a seção sindical do ANDES-SN na UEL unificou-se com um sindicato de âmbito regional (Sindiprol) e deixou de estar vinculada ao ANDES-SN.

Entrevista Coletiva*

Professor Edmundo Fernandes Dias

O Dossiê Autonomia traz também uma entrevista de Edmundo Fernandes Dias, concedida no dia 20 de Maio de 1999. Sociólogo e professor da UNICAMP, Edmundo Dias falou das Universidades Brasileiras apoiado numa trajetória militante que acompanhou a história da educação pública nos últimos 40 anos. Questões polêmicas são retomadas, como a relação entre movimentos sociais e Universidades, e sindicalismo e independência de classe. Com uma fala radical, sem perder a ternura e o horizonte do diálogo com os pares, seu olhar capta a pluralidade de agentes sociais que disputam a Universidade, fazendo uma clara opção pelos trabalhadores e alertando, a partir de sua experiência, para a necessidade da mobilização popular como estratégia principal no combate ao neoliberalismo. Centrado na questão da Autonomia Universitária, seu depoimento é ao mesmo tempo uma crítica mordaz ao capitalismo e um chamado urgente à constituição de uma resistência popular que barre a privatização das Universidades Públicas.

Fronteiras: *Como primeira questão, eu pediria que você nos contasse um pouco da história da Universidade Pública brasileira, na medida em que ela coincide também com boa parte da história de sua vida.*

Edmundo: A universidade brasileira é criada em 1922, de uma maneira muito interessante. Ela é criada para dar o título de doutor *Honoris Causa* ao Rei da Bélgica, que visitava o Brasil na época do Centenário da Independência. Ela não nasceu de um movimento orgânico das faculdades para se transformarem em universidades. Eu queria, primeiramente, marcar a idéia de que a Universidade de São Paulo foi criada na perspectiva de dar às oligarquias paulistas uma nova direção; criar um conjunto de intelectuais, técnicos e administradores para fazer frente à derrota que sofreram com o movimento de 1930. Ela surge nesse momento e com um alto investimento, com a presença de professores franceses (vários deles são famosos até hoje no Brasil): Lévi-Strauss, Roger Bastide e, também, com a presença de alguns americanos. Mas, na realidade, essa Universidade, tal como nós a conhecemos, só vai se generalizar nos anos 50. Eu quero marcar também seu primeiro grande momento, que foi a luta da UNE pela reforma universitária, nos anos 60. Qual era a universidade que nós tínhamos naquele

* Entrevista realizada em 20 de maio de 1999, no *Campus* de Marechal Cândido Rondon. Participaram da entrevista os Professores: Antônio de Pádua Bosi, Carla Luciana Silva, Dilma Andrade de Paula, Gilberto Grassi Calil, Paulo José Koling, Robson Laverdi, Valdemir José Sonda e Vilma Mota Quintela, todos da UNIOESTE, e o Professor José Mário Angelli, da UEL. A entrevista coletiva pode ser consultada em sua íntegra, tanto transcrita como em áudio, no acervo do CEPEDAL.

momento? Nos tínhamos uma universidade que era primeiro uma articulação de escolas soladas. As universidades não fluem como um movimento autônomo, mas surgem como um ajuntamento de escolas isoladas. Nós temos faculdades isoladas desde o século passado, como a Escola de Direito no Recife e a Escola de Medicina no Rio e, a partir dos anos 30, elas vão se juntando. A carreira universitária, nesse momento, era assim: tinha um dono da cátedra, e ele nomeava seus assistentes. Nesse momento predominava uma universidade basicamente bacharelesca e sem maiores incentivos à pesquisa. Ela predominou até os anos 60. Nos anos 60, então, nós nos defrontamos com as lutas da UNE pela reforma universitária. O modelito que a UNE propunha, naquela época, era um modelito americano: com o fim da cátedra; com o estabelecimento da estrutura departamental; com o concurso público, não mais dependendo da vontade do catedrático; e, fundamentalmente, com a idéia de uma paridade em seus órgãos e na forma de eleições de seus dirigentes. E a universidade se torna um centro de agitação política, porque coincidentemente com esse período, e principalmente entre 1956 e 1964, ganha corpo uma ideologia no Brasil que é a ideologia desenvolvimentista, que está associada ao nome de Juscelino. Tinha um organismo especial do Estado para desenvolver essa ideologia desenvolvimentista, que era o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). O movimento estudantil se torna muito forte. Os professores ainda não se manifestavam politicamente, com as raras e honrosas exceções daqueles que já tinham uma posição política, que atuavam nesse sentido, mas não eram corpo orgânico. O outro grande agente da luta social naquele tempo era o movimento sindical, seja na forma institucionalizada pela ditadura do Vargas (o sindicato único, com estatuto padrão único), seja aqueles movimentos mais ligados à Igreja Católica. No final desse período também surge um movimento rural, que eram as famosas Ligas Camponesas. A legislação trabalhista, a legislação social, não atingiu o campo, e esse é o caldo de cultura que vai levar ao golpe de 1964. Objetivamente nós nos defrontamos com o fim do que se chamou de “modelo de substituição das importações”. A agudização da luta social toma a universidade de uma maneira muito tensa, os movimentos estudantis nesse momento capitalizam a luta pela democratização da universidade. Enfim, as diversas formas de resistência dos sindicatos, saindo da órbita do Ministério do Trabalho, o movimento das Ligas Camponesas. Quando em 1964 a universidade é reprimida, há uma série de cassações de professores universitários. E essa onda de cassações teve uma contrapartida que foi a seguinte: o conjunto de pessoas que ainda não aparecia socialmente como grandes intelectuais na universidade se divide em duas partes: uma que mantém a luta como uma forma de resistência e outra que adere formalmente ao regime. A luta em defesa da escola pública é muito anterior a isso, é dos anos 30, primeiro com o Manifesto dos Educadores, depois com o movimento capitaneado inclusive pelo Florestan Fernandes, entre outros, no sentido de estabelecer uma modifica-

ção da Lei de Diretrizes e Bases, que foi modificada pelo então deputado Carlos Lacerda. E a universidade está vivendo intensamente essa luta. Nesse momento, a universidade pública correspondia a 75% do alunado, enquanto que a universidade particular era basicamente 25% do alunado. O governo evidentemente era responsável pelo financiamento, mas o controle era exercido através dos governos estaduais e membros dos órgãos de segurança. A partir de 1964, se estabelece com mais força uma coisa chamada ASI (Assessoria de Segurança Interna). A partir de 1964, as pessoas que vão dar aula na universidade têm que ter o atestado ideológico, têm que comprovar que não são comunistas; comunista era “incompatível com a democracia” e, portanto, não podia dar aula na universidade, senão iria “corromper a juventude”.

Fronteiras: *A partir de 1964, houve alguma perda de Autonomia conquistada pelo movimento, que pudesse estar presente na universidade?*

Edmundo: A Autonomia Universitária era um preceito legal, mas não tinha base constitucional; era muito mais uma declaração do que uma realidade. Naquele tempo, não havia formalmente a autonomia; ela era uma bandeira de agitação política, mas não estava cristalizada. E em 1964, evidentemente, se perdeu tudo. A repressão dos órgãos de segurança foi brutal. De 1964 a 1968, para além das lutas de organização e da resistência interna, ainda, basicamente, com os estudantes, o que aconteceu de importante? Aconteceu de importante que, progressivamente, o governo foi fechando a possibilidade de expansão da rede pública, ou seja, de abertura de novos cursos e, ao mesmo tempo em que não abria novos cursos, aumentava-se o arrocho salarial e começava a se incentivar o que eu chamo de uma “burguesia universitária”, ou seja, um empresariamento particular privado da universidade. Nesse sentido, a universidade privada começa a se expandir e adquire uma série de benefícios, como a isenção dos encargos sociais (que agora está sendo rediscutida), uma série de tributos que deixam de pagar, crédito educativo, enfim, começa-se a reverter a predominância histórica da maioria das universidades públicas sobre a universidade privada. Em 1968, acoplada à política da ditadura, tipo “Brasil: grande potência”, é estabelecida uma reforma universitária, com uma lei de magistério superior onde se começa formalmente a dar um grande peso à pesquisa e à pós-graduação. Os militares tinham uma clara política de Estado Nacional (ainda que dependente dos Estados Unidos, ainda que da área de influência dos Estados Unidos na Guerra Fria); eles tinham a idéia de que se poderia, no mínimo, criar uma espécie de “sub-imperialismo” na América Latina e, ao mesmo tempo, criar uma espécie de potência tipo média. Eles falavam “grande potência”, depois foram reduzindo suas expectativas. Em 1968, então, isso é colocado, e isso traz uma novidade interessante: a partir daí, a área de ciências humanas começa também a ter apoio. Com

a implantação da pós-graduação, os professores universitários tinham que ter mestrado, tinham que ter doutorado. Isto, que era mais ou menos o já estabelecido nas universidades paulistas, passava agora a valer nacionalmente. E, evidentemente, isso, na área de ciências humanas, foi de extrema importância. Se vocês fizerem um balanço do que se conhece sobre a questão agrária hoje e compararem com o que se conhecia em 1964, se compararem o que se conhece hoje sobre movimento operário com o que se conhecia antes e o que se conhece hoje sobre universidade com o que se conhecia antes, vão notar que há uma diferença brutal. Eu costumo dizer que a derrota ensina muito. Não é que eu goste de perder, eu gosto de ganhar, mas, às vezes, a derrota ensina mais que a vitória. Porque, de alguma maneira, nós entendemos coletivamente porque perdemos. Ainda que não fosse uma pergunta consciente, quando o sujeito começa a reexaminar as teses do feudalismo no campo brasileiro e começa a descobrir que não tinha droga nenhuma de feudalismo, e começa a discutir a estrutura do Estado brasileiro, e começa a descobrir que falar em Estado patrimonialista tudo muito bem, mas era um Estado capitalista. Então, esse troço foi acontecendo e, paralelamente a esse processo de desenvolvimento na área de pesquisa, na área de titulação, foi ocorrendo um fato muito curioso, desesperador no plano individual, mas, historicamente, muito forte, que espelha uma tendência até hoje existente, que é a tendência à proletarianização do professor universitário. Ou seja, o professor universitário era um membro da elite, e, de repente, era um cara que ganhava uma merreca. Então, esse processo de proletarianização do professorado vai levando, progressivamente, a que se desperte nele uma tentativa de lutar por melhores condições salariais. Então, confluem em relação ao professorado três grandes linhas que, eu acho, são relevantes: a primeira era uma linha geral, a democratização do país; a segunda era uma linha de desenvolvimento das condições de trabalho e qualificação; e, a partir daí, a idéia da democratização da universidade, fazendo junção da democratização mais geral do país, agora vista sob outro ponto de vista, com a defesa dos salários. A experiência do que hoje se chama Sindicato Nacional dos Docentes em Estabelecimentos de Ensino Superior, conhecido pela sigla ANDES – Sindicato Nacional, é a experiência da junção desses três elementos. Na SBPC, de São Paulo, foi colocado um cartaz: que aqueles que estão interessados em desenvolver as associações docentes, por favor se reunissem em sala tal. E a pergunta era a seguinte: como fazer para resistir, enquanto professores, ao arbítrio? Tinha havido o assassinato de dois grandes nomes – eles, individualmente, não eram grandes, mas se tornaram grandes como símbolo da violência exercida pela repressão – Vladimir Herzog, que era militante do Partido Comunista Brasileiro, jornalista que era responsável pelo jornal da TV Cultura de São Paulo; e o Manoel Fiel Filho, que era militante e operário da Igreja. A morte desses dois companheiros de luta apressou a definição de que a democratização do país passava pela necessidade de uma organização específica dos trabalha-

dores do Ensino Superior. Um ano e pouco antes disso, a UNE se constituía enquanto movimento nacional, em um congresso universitário, e começava a surgir timidamente um processo de transformação das associações de técnicos administrativos, que começavam a deixar de serem “clubes recreativos” e também a se expressarem sindicalmente. Isso significava uma modificação. Veja só, a universidade foi palco de vários movimentos: primeiro, um movimento de profunda transformação institucional, que era a consolidação do modelo dos departamentos. O catedrático não desaparece da noite para o dia, a cultura autoritária e reacionária da universidade do interior permanece, mas, ao mesmo tempo, pela qualificação e pelo trabalho desenvolvido começa-se a quebrar essa estrutura e começa-se a ter uma carreira em esboço, em projetos, e a universidade vai começar a viver todas as tensões inerentes à questão de que 1968 e 1969 já começavam a marcar uma inflexão da ditadura. Bom, a universidade, então, vai ficar mais ou menos amortecida, mas há uma coisa que é extremamente importante lembrar: que em 1968 há um movimento dos estudantes, chamado “movimento dos excedentes”. Antigamente o vestibular era classificatório. Tinha uma nota mínima, e então você podia passar, podia ter 70 vagas, e tiravam a nota mínima 90 pessoas. Então 20, embora classificados, iriam ficar fora...

Fronteiras: *A sociedade, naquele momento, defendia a escola pública?*

Edmundo: A sociedade estava amortecida. A sociedade, nessa época, ainda estava respirando profundamente a questão da ditadura.

Fronteiras: *A universidade é a representação da sociedade?*

Ela reflete o que está colocado na sociedade, ou ela é um corpo que está distante da sociedade, que projeta luz para que os agentes da sociedade possam atuar na transformação?

Edmundo: Naquela época? A universidade estava longe da sociedade, não representava a sociedade, sem dúvida alguma. Mas não tão separada assim; ela refletia algumas possibilidades conscritas na conjuntura. Mas ela atuou como elemento de catalização. É possível lembrar que, nesse momento, o movimento sindical estava inteiramente controlado. Mas eu queria voltar à questão da autonomia. Ela não estava colocada como bandeira de luta pelo movimento, a não ser por um breve período entre 1960 e 1964, e depois desaparece. Com a retomada do movimento estudantil e com o aparecimento do movimento dos professores, mais tarde essa história retoma. Acontece que de 1964 até setenta e pouco, toda a sociedade brasileira foi imensamente privatizada. Se destruiu o Sistema de Saúde Pública, se destruiu a Escola Pública, etc. Você tem a destruição cons-

ciente, embora formalmente se mantenha ainda a estrutura da Escola Pública, através de arrocho salarial, através da perseguição política, através da eliminação física, quando não apenas da cassação. Então você retira um certo tipo de vanguarda, e você vai empobrecendo a escola pública, e vai permitindo a expansão da escola privada. Tem dois tipos de escola privada: a da elite, que continua formando seus quadros; e a escola privada dos pobres. Naquele tempo ainda dava para ser pobre e pagar escola privada. Toda a década de 60 foi uma década de destruição consciente disso para o estabelecimento de alguma coisa que hoje nos chama muito a atenção, declamada em prosas e em versos, que é a generalização da idéia do mercado. O Estado se retirava ostensivamente disso, principalmente, em relação à educação, em que a idéia deixa de ser criar socialmente pessoas com capacidade de interpretação da vida real. Acho que esse é o movimento, porque a escola pública surge com a pretensão de “formar o cidadão”. Que, aliás, é um mito de toda a burguesia latino-americana do século passado. Até os anos 70 deste século, esses traços são muito fortes; a escola pública se baseava na idéia da formação do homem e da mulher integral, com capacidade de raciocinar, etc. Isso, estou falando em grandes centros, no interior, até hoje, há prefeituras que pagam menos de um salário mínimo ao professor e, evidentemente, mantêm uma educação absolutamente complicada. Então, a universidade vai tendo essa possibilidade, porque ela tem uma característica diferente. Apesar de ela ser muito vigiada, apesar de ela ser muito controlada, o trabalho universitário ainda é um trabalho relativamente livre, é um trabalho entre você e o seu aluno, salvo num momento mais duro em que tinha um espião em cada sala. Eu dei muita aula com espiões. Eu lembro de uma vez em que, dando aula, um carinha que eu sabia que estava no esquema de luta armada, só que ainda não tinha passado para a clandestinidade, fazia as perguntas mais malucas. E eu, a partir de um subterfúgio, usando a explicação da teoria da ação social do Weber, mostrei que tinha um cara que era da Escola Naval na sala. Eu usei a técnica de passar um aviso a ele: eu perguntei ao cara, indiretamente, se não é verdade que o comandante do navio, por ser tecnicamente o maior conhecedor da situação, não deveria ser o último a se retirar e comandar a evacuação do navio. Aí os alunos olharam para minha cara e descobriram que tinha alguém ali. Mas a gente conviveu, eu dava aula de Marx convivendo com essas coisas. A partir dos anos 70, você vai ter essa proletarização dos professores, e os estudantes que chegam à universidade também não são mais os mesmos, eu acho que a partir de 1964, você tem progressivamente um predomínio de alunos que já vinham da escola privada. E esses movimentos vão levando a que você tenha duas grandes questões da escola pública: o movimento da Escola Pública como um todo, do qual não necessariamente a universidade participou (só muito recentemente ela está participando dessa luta) e o movimento em defesa da universidade pública.

Fronteiras: *Da criação dos cursos de pós-graduação a partir da década de 60, principalmente na área das Ciências Humanas, há alguma influência com relação a esse movimento que você está apontando? O que isso influencia em termos de geração de verbas, de novas pesquisas?*

Edmundo: Em termos de verbas, a gente pega sempre o que sobrou. No início do movimento das associações de docentes, eles tinham uma presença muito maior de pessoal da área de ciências humanas do que hoje. Parece ser estranho, mas talvez a área onde as ilusões do pensamento único são maiores, onde “acabou a história”, são muito maiores é na área das ciências humanas que nas outras áreas, o que teoricamente pode parecer um absurdo. Mas não é. É a lógica. Então, a partir da década de 80, nós temos a junção do movimento dos docentes, do movimento estudantil, progressivamente, o movimento dos trabalhadores técnico-administrativos se emancipa das reitorias, é a década de luta pela reforma universitária, é a década de luta contra o esquema geral de privatização das universidades. Há alguns grandes momentos dessa história que valeria a pena a gente centralizar. Um deles foi a criação do GERES (Grupo Especial para Reforma do Ensino Superior). O governo pretendia a transformação da universidade, para que deixasse de ser um órgão ligado ao governo para ser uma entidade separada, apontava para universidade de excelência, apontava para a privatização da universidade, e esses movimentos foram sendo combatidos pelos movimentos da universidade, e essa tendência do governo foi sendo combatida. Outro momento particular de grande resistência das universidades federais foi quando o governo instituiu a GRIPE – Gratificação... não me lembro a tradução formal, mas era uma gratificação a quem desse uma horinha de aula, e, com isso, se criava dois tipos de professores, os que davam aulas e os demais. Então, é um conjunto de lutas que vêm se desenvolvendo na década passada, que são as lutas em defesa da universidade. Houve uma outra luta muito importante que foi contra a tentativa de transformar todas as universidades autárquicas em universidades fundacionais. Por que universidades fundacionais? Por que aí o controle era exercido pelo conselho diretor, acima do conselho universitário. A Universidade de São Paulo, por exemplo, chegou a ter um conselho diretor que era todo composto pelas nulidades locais, ou melhor, pelas “autoridades” locais: o “representante da indústria”, o “representante do comércio”. Eles que ordenariam, que dariam sentido à universidade. Até muito recentemente, a questão da autonomia não estava colocada claramente, ela começa a ser colocada, com mais vigor, a partir do momento em que ela se transforma em preceito constitucional, no artigo 207. O artigo 207 é auto-aplicável, ou seja, juridicamente ele não necessita de regulamentação.

Fronteiras: *A preocupação de ligar a universidade não ao conjunto da sociedade, mas àqueles setores que sofrem particularmente com o capitalismo, sempre foi uma estratégia fundamental de preservação da universidade pública, enquanto educação para essa própria classe trabalhadora, do movimento estudantil, do movimento docente. Numa conjuntura dessas, em que a universidade estava distante da sociedade, quem na realidade procurou estreitar esses laços não foi a ANDES? Quando nasceu, eu imagino que a Associação Nacional dos Docentes tinha inclusive as mesmas perspectivas que a CUT no seu início, de compor um movimento mais amplo que buscasse estabelecer espaço para o debate e para a constituição dessa sociedade civil que, há pouco você disse, estava meio amortecida. Então, eu gostaria que, através de sua experiência nas universidades públicas, você procurasse recuperar esse período.*

Edmundo: Desde o início da constituição do movimento docente a nível nacional, com a criação da então Associação Nacional, estava absolutamente claro para nós que era absolutamente necessário sair do gueto da universidade para fazer a luta social como um todo. No início da ANDES como Associação Nacional, havia dois grupos, chamados “pretos” e “azuis”, de acordo com a cor da tinta do mimeógrafo que imprimiu sua Carta-Programa. Os “azuis” defendiam a tese de que, efetivamente, não havia possibilidade da universidade travar essa luta se ela não estivesse em um contexto mais amplo. E os “pretos” defendiam a tese de que a ANDES deveria ser uma associação muito mais voltada para o aprofundamento das questões da categoria. Os “azuis” eram “sindicalistas” e os “pretos” eram os “competentes”. Essa divisão é uma divisão que está marcada desde o início; até hoje, eu tenho orgulho de ter sido “sindicalista” sempre. O que não quer dizer que eu tenha sido coordenador de mestrado, tenha participado da coordenação do doutorado, feito a tese e tal. Então esse é um debate muito rico. Foi a ANDES que produziu o primeiro documento político contra o Plano Cruzado. O Plano Cruzado foi editado e no dia seguinte a gente fez uma reunião de emergência e elaborou o documento. Nós fizemos isso seguidamente, nós tivemos um peso interessante na formação da CUT, embora não apareça isso na história da CUT. Nós estivemos em todas as atividades preparatórias da formação da CUT. Nós tentávamos dizer para o conjunto dos trabalhadores que tinha uma questão, que era a escola pública, porque a questão da saúde era mais fácil visualizar. A questão da escola era mais difícil. A saúde não é uma coisa mais divulgada; a questão agrária é uma coisa mais divulgada. Então, desde o início, o movimento docente teve esse embate ideológico em seu interior: vamos defender a categoria dos professores ou vamos nos articular como um movimento social mais amplo? Bom, nesse sentido, essa luta está marcada o tempo todo. Dentro dessa luta nós tínhamos que nos defrontar com a questão de que os militares tinham uma posição de atrelamento à política dos Estados Unidos. Nós es-

távamos atravessando um momento cheio de contradições, em que o Estado, apesar de ser um Estado Liberal, era um Estado que fazia muito mais do que os liberais gostariam que ele fizesse, criando as condições para o capitalismo existir. Quando se fazia pesquisa em termos de física, não era só a universidade que estava em questão, era como esse sujeito era aproveitado pelas indústrias. Qualquer tipo de questão estava diretamente vinculada aos interesses da indústria, e o Estado assumia a função de “gerente das necessidades” e “articulador das soluções”. O que há de diferente entre isso e hoje é basicamente o seguinte: nesse processo, como um todo, tem duas crises de que é importante falar: a crise do capitalismo dos anos 70, que é crise permanente; e a crise do modelo dito socialista. Com a crise do modelo dito socialista ocorre o seguinte fato: uma boa parte da esquerda, cuja formação teórica e ideológica era um pouco mais que panfletária, capitula. A resposta que se dá à crise do capitalismo passa por duas coisas: primeiro, por uma necessidade de redimensionar o peso do trabalho, ou seja, desregular, ou seja, precarizar, ou seja, retirar do âmbito constitucional, tirá-lo do campo legal. Há uma proposta de empresários uruguaios que diz que a melhor lei trabalhista é a não existência da lei trabalhista. Falam com a sinceridade do poder. Por outro lado, é fazer com que Estado deixasse de fazer tudo aquilo que vinha fazendo. E, uma coisa curiosa, para responder à crise dos anos 30, o Estado assumiu uma série de questões, como saúde, educação, etc. O Estado criava as condições de reprodução das forças de trabalho, o que normalmente seria tarefa da própria burguesia. O Estado fez isso, só que o Estado, fazendo isso, e os trabalhadores conseguindo definir uma ordem trabalhista mais forte, com salários mais elevados, com direitos sociais garantidos, o que ocorre? Para os neoliberais, o preço do trabalho estaria sobre-valorizado. Então é o seguinte: quebrar o preço do trabalho e, ao mesmo tempo, fazer ver que todas aquelas atividades que o Estado vinha desenvolvendo para reproduzir a força do trabalho foram feitas privadamente. Então é necessário quebrar a Previdência Social, que é um campo absolutamente fabuloso. O dinheiro que é gerado no Chile pela seguridade privada é quase tão grande quanto o orçamento do Estado chileno. É uma brutalidade. A escola também tem que ser mercantilizada, então o governo, ao invés de financiar a escola pública, dava dinheiro aos pais para que eles pusessem os filhos na escola que achassem melhor, o “direito do consumidor”, a “liberdade de consumo”. Então o que acontece? O professor não vai reprovar ninguém, pois, se ele reprovar, os pais tiram o filho da escola e a escola desaparece. E por aí vai...

Então, todas as relações sociais chegaram a sua forma máxima de mercantilização. Para isso, é necessário modificar a forma do Estado. É necessário fazer com que, não só o Estado abandone as funções “empresariais” como, por outro lado, o Estado se restrinja àquelas funções técnicas que deveriam ser feitas por um Estado liberal. Isso não quer dizer que ele deixa de financiar o setor finan-

ceiro, como nós estamos vendo, mas, aparentemente, ele não iria fazer mais isso. Por outro lado, há uma profunda alteração do chamado equilíbrio dos poderes. Quer dizer, se estabelece a chamada ditadura das medidas provisórias. Isso é comum nos Estados da América Latina. O Fernandinho emite três medidas provisórias por dia, já chegou a mais de três mil. Com isso, se dissolve a função histórica do Parlamento; também atrela-se a Magistratura. Tem uma coisa fantástica chamada “Ação Declaratória de Inconstitucionalidade”. Por exemplo, os aposentados são descontados em 25%, e aí um juiz assina uma liminar. Aí o Presidente da República pede uma “Ação Declaratória de Inconstitucionalidade” ao Supremo, e se o Supremo der, morreu. Quer dizer, não tem mais Magistratura de 1ª e 2ª instância, é só Magistratura de 3ª instância, toda nomeada pelo governo.

No plano da educação, se colocam duas questões que são fundamentais: a primeira é a despolitização geral da educação, e esse é um movimento absolutamente claro. E, por outro lado, começa-se a aplicar também à educação o planejamento do Banco Mundial. É importante ler o documento do Banco Mundial para a educação superior. Chama-se *“A Experiência do Ensino Superior”*. A técnica é o seguinte: se nós somos um país que não tem como competir em termos de produção de tecnologia, nós não precisamos de universidade. Então, por um lado, nós vamos passar a aplicar a tecnologia externa e por isso a universidade precisa formar elementos de nível médio, dar cursos seqüenciais, Instituto Superior da Educação, etc. A Lei de Diretrizes e Bases foi montada no sentido do Banco Mundial. Isso aí não é esquerdismo, está mais que documentado. Aliás, o Paulo Renato foi ativo militante do Banco Mundial. A LDB vai reconstruindo, ela vai redesenhando a universidade, e ela vai pegando projetos anteriores, PRONEFE, Laboratórios Associados, etc. Mas tem um problema: a universidade é autônoma, então, é preciso quebrar a autonomia da universidade. Por que é preciso quebrar a autonomia da universidade? Porque se ela é autônoma, pegando o Sistema Federal de Ensino, que, aliás, não está definido ainda hoje, mas é uma prática, a universidade tem uma estrutura de carreira, tinha os chamados “currículos mínimos”, ou seja, você tem uma série de elementos que dão uma estrutura nacional, vertical, e que permitia, inclusive, a possibilidade de você transitar nessa rede. Qual é o projeto? O projeto, fundamentalmente, é acabar com a autonomia, fazer com que se estabeleça o chamado “orçamento global” – vocês no Paraná têm outro nomezinho, que é o “termo de autonomia”, mas que, no fundamental, é isso. Então, o que o governo faz é o seguinte: dá uma parte dos recursos, no caso do governo federal, na média dos três últimos anos. Supondo que seja executado, o que acontece? Isso vai estabelecer no interior das universidades vários padrões, quer dizer, a universidade de excelência e as outras universidades. Dentro da universidade de excelência vão ter os centros de excelência e os outros centros. Dentro do centro de excelência vai ter os departamentos de excelência e os outros departamentos. Ou seja, você vai “quebrando” a universidade por dentro.

Você pode criar também carreiras diferentes, você pode permitir, portanto, níveis salariais diferentes, na forma que foi estabelecido em cada universidade. O próprio “termo de autonomia” de vocês tem isso aí. Então, por exemplo, se a Universidade de Minas Gerais puder pagar dez mil ao professor do Rio Grande do Sul ou de Campina Grande que interessa a ela, ela vai pagar dez mil. E aí, aonde vai esse professor? Além disso, como você tem o orçamento global, você tem outra questão que é fundamental, que é a mudança do mecanismo de poder dentro da universidade, através de uma lei que é infra-constitucional e regulada também por ela, que é a composição dos órgãos superiores, os 70/15/15 (*percentual de participação de docentes, discentes e técnico-administrativos, nos órgãos de representação e nas “consultas eleitorais”*). Com o “orçamento global” na mão, com uma estrutura habituada à obediência, com o controle total do orçamento e com essa estrutura de poder, só falta reinventar a escravidão. Então, o chamado processo de “autonomia” da universidade não é um processo da autonomia da universidade, mas acaba sendo um processo de autonomia de reitores, por um lado, e, por outro, o governo se desobriga. Portanto o processo é de transformação da universidade em organizações sociais. E aí, evidentemente, cada um vai tentar sobreviver na medida do possível.

Fronteiras: *Qual a sua avaliação da mobilização da ANDES no ano passado, da greve das federais, em relação ao enfrentamento das medidas da reforma da educação do MEC?*

Edmundo: Antes eu quero lembrar que o governo está promovendo a desregulamentação dos cursos técnicos, a reforma do ensino técnico. É a destruição de uma figura muito interessante que existe no Brasil, que são os CEFETS. Os CEFETS, as escolas técnicas e as outras escolas que estavam colocadas aí dentro, deixam de ser membros do MEC e passam para a Secretaria do Ensino Médio e Técnico. Então, veja, todo o processo é de desorganização do modelo atual de universidade. Face a isso, no ano passado nós fizemos, respondendo basicamente à questão salarial, mas não só à questão salarial, nós fizemos uma greve extremamente importante. Acho que foi a greve mais importante em termos de movimento dos docentes dessa década. E é preciso lembrar que essa greve tem uma outra circunstância que é importante marcar. Fora a dos petroleiros, foi a única greve de categoria em nível nacional contra o governo Fernando Henrique Cardoso. A universidade, apesar de estar isolada, ela contou com um grande apoio popular, dentro do possível. A imprensa praticamente não deu notícias da greve. Mesmo assim, ela conseguiu atingir um nível de divulgação bastante bom, enquanto os petroleiros ficaram isolados. Mesmo a Central Única dos Trabalhadores não apoiou a greve dos petroleiros como deveria. Na universidade, a greve começou relativamente forte, posteriormente a FASUBRA também apoiou a gre-

ve, e, em muitos lugares, o movimento estudantil também apoiou a greve. Ela era uma greve extremamente forte, que batia de frente com a impossibilidade de negociar. O Paulo Renato dizia que não ia negociar, que ia cortar ponto, etc. Não conseguiu contar o ponto, até porque a universidade é autônoma e ele não poderia, porque é apropriação indébita de dinheiro que não é do governo, que apenas está na mão do governo. E nós tivemos um momento particularmente grave, que foi a greve de fome dos professores. Nesse momento o governo estava extremamente acuado, o governo estava na absoluta defensiva, e aí o candidato da oposição ao ANDES, que se elegeu depois presidente do Sindicato, foi lá e negociou com Antônio Carlos Magalhães em torno de 10%, a GED, que é a “Gratificação de Estímulo aos Docentes”. O pessoal da Fluminense tem uma frase muito interessante: “10% eu dou de gorjeta para o garçom”. Não resolvia nada e a forma da GED estabeleceu um mecanismo de avaliação perverso da universidade. Não só um molde produtivista, mas um molde produtivista extremamente grosseiro, permitido às falcatruas mais asquerosas.

Fronteiras: *E concorrencial, pois não sobrou aula para todo mundo.*

Edmundo: Ah, não tinha! Tinha um número de pontos que a universidade podia distribuir. O resto é resto. Agora é assim: quem é reitor, quem é chefe de departamento, tem pontuação máxima, embora “estímulo à docência”. O pessoal que está fazendo pós-graduação, se estiver fora da universidade, tem também gratificação integral. Em todo caso é absolutamente ridículo. Com isso, e com o provão, que é outra manobra extremamente capciosa, é que se faz a chamada “avaliação da universidade”. Na cidade de Ji-Paraná, por exemplo, tinha um curso vinculado à universidade em que os alunos de matemática fizeram uma avaliação e tiraram a mesma nota da USP e da UNICAMP. O detalhe é que não tem nenhum professor de matemática lá. Os alunos devem ser absolutamente geniais. Então vejam: essas medidas são medidas administrativas para poder fazer o “ranqueamento” das universidades, para estabelecer salários diferenciais. Tem gente que ganha GED, que não ganha GED, enfim, além da estrutura de desigualdade existente, se criou outra. E, com isso, se força a quebra do movimento. Talvez tivesse sido um momento extremamente importante, pois se discutiu muita coisa sobre a reforma da universidade, a questão da autonomia. Agora, de todo modo, se você pegar as teses do Banco Mundial e as implementações, tanto no nível da escola básico-fundamental quanto no da universidade, você vê que este programa está sendo implementado ponto a ponto. O que significa isso em termos de universidade? Significa a descaracterização da universidade. A institucionalização da chamada universidade reprodutora. Enfim, a autonomia universitária em última instância leva também a uma outra circunstância muito curiosa e muito interessante: se cada universidade tiver sua carreira e seu nível salarial,

estão criadas as condições da destruição do Sindicato Nacional. Outra questão é que, no processo de autonomia das universidades, progressivamente, os hospitais universitários, que são a única fonte de Saúde Pública existente nesse país que ainda tem alguma sustentação, vão se transformar em organizações sociais. Tem também a questão previdenciária. Em princípio, no Paraná, o termo de autonomia diz que o governo vai tomar conta dos aposentados, mas eu não sei qual é o texto da lei.

Fronteiras: *No Paraná, os aposentados das instituições estaduais farão parte do Paraná Previdência.*

Edmundo: Claro, claro, é isso, esse é o modelo paulista de autonomia da universidade: eles botaram todos os aposentados dentro dos gastos das universidades.

Fronteiras: *Eu queria entender um pouco melhor esse “orçamento global”. Porque me parece que por aí poderá haver uma ruptura entre os diretores das escolas isoladas e das universidades aqui do Paraná, porque na partilha do bolo certamente alguém vai ficar descontentado.*

Edmundo: Então, é o seguinte, a autonomia só vai para as universidades, as escolas isoladas dançam. Elas não têm autonomia e vão continuar centralizadas no governo do estado mais do que nunca, porque agora não tem nem a fantasia de autonomia. E mesmo entre as universidades estaduais vai haver diferença. Por exemplo, em São Paulo nós temos 9,57% de ICMS. A USP fica com 5,1 mais ou menos, a UNESP, 2,3 e a UNICAMP, 2,1, isso em termo de orçamento em relação ao estado. Em termos de orçamento interno vai haver a seguinte questão: com o orçamento global, a campanha salarial não se faz mais contra o governo do estado, agora é o seguinte, vai ter mais salário para professor ou para funcionário? Vai ter mais salário ou vai ter mais laboratório? Porque a gente defendia o seguinte: o governo se responsabiliza pelo pagamento dos trabalhadores das universidades e o orçamento vai para o chamado OCC (Órgão de Custeio Capital), aí evidentemente que não seria 9,57, mas, de qualquer jeito, seria um orçamento. Hoje, nas universidades paulistas você tem assim: a UNICAMP está gastando 97% com o pagamento do pessoal, a USP neste mês pagou mais do que recebeu, está comprometendo recursos do 13º salário. Na UNICAMP, quando o professor se aposenta ou se demite a vaga é extinta. Ou seja, é a reforma do Estado, feita pela universidade, é o enxugamento, é a morte a conta-gotas. Assim, o professor pode ser obrigado a dar quatro cursos por semestre. Então você vai ter um esvaziamento do chamado “Regime de Dedicção Exclusiva”, vai virar uma grande farsa, você vai estar aqui para dar aula e pronto. E vai procurar arranjar outro emprego,

administrar cinema, boate ou qualquer outra coisa, fazer um serviço de transporte, contrabando do Paraguai para cá (que é pertinho), você vai se virar de qualquer outro forma. Então, o que está acontecendo é, progressivamente, a destruição da nossa universidade. No Tocantins eles já chegaram a privatizar a universidade. O governo do estado transformou em Organização Social e a filha do governador Siqueira Campos ficou com a universidade, o governo deu e ela ficou só recebendo o lucro.

Fronteiras: *Eu gostaria de saber que formas teríamos de reagir a esse processo de desintegração da universidade através da autonomia que eles estão impondo.*

Edmundo: Acho que nós temos duas maneiras: a maneira mais tradicional e uma maneira um pouquinho mais avançada. Acho que tem que haver uma grande articulação entre os segmentos universitários para fazer frente a esse projeto. Isso é possível, vai demandar um esforço enorme, vai demandar uma grande articulação, tanto institucional quanto social, mas é possível fazer. Vai ter que se travar uma luta interna dentro da universidade, porque, na realidade, se nós examinarmos com cuidado, a autonomia universitária não é garantida pela universidade, em grande parte, pela omissão dos setores dirigentes da universidade. Tem a Constituição, tem a LDB, que é uma Lei Complementar e, portanto, está acima das leis normais, e diversas leis. Depois têm as portarias. No final, tem um negócio chamado “Comunica”. São atos normativos que vêm pelo computador e as pessoas obedecem, “sabem” que a máquina manda e o homem obedece. Então, quer dizer, basta a universidade não aceitar e questionar legalmente a validade disso. Nós já teríamos aí um belíssimo processo de enfrentamento. Eu tenho minhas dúvidas quanto à eficácia de uma ação puramente institucional-jurídica. Mas acho que também aí tem que ser travada a luta. A universidade tem se demitido da sua função de guardião da autonomia universitária. A segunda coisa que eu acho fundamental nessa história toda, eu costumo usar a expressão de que se a universidade não for uma parceira apetitosa para o movimento social, não há como defendê-la. Eu acho que a universidade tem que ter um projeto para a sociedade, discutindo com o movimento social e trabalhando com eles na construção de um projeto de educação, um projeto de saúde, para a questão agrária. Existem exemplos: em Pelotas, os Sem-Terra estão acampados dentro da universidade, e os companheiros da associação dos professores de lá têm feito um trabalho junto com eles, e há vários planos – plano de educação, plano de saúde, etc. Acho que está na hora da gente dizer que, para além dos empresários, existem outros elementos que têm que ser contemplados em nome da “sociedade”. Acho que tem muita coisa a fazer com os sindicatos urbanos também, enfim, eu acho que os movimentos das associações de moradores de bairro, os movimento de Luta pela Moradia, dos Sem-Teto, dos Sem Terra, etc. Em um

primeiro momento, está na hora da gente, como movimento social – o movimento sindical da universidade é um movimento social – travar contato num primeiro momento com as direções desses movimentos, com as lideranças mais expressivas desses movimentos, e tentar, em conjunto com elas, fazer uma agenda para essa sociedade. Se nós conseguirmos fazer, nós damos um salto de qualidade no nosso papel como universidade, e, se nós formos necessários para alguma coisa para essa sociedade, vai ser mais difícil excluir a gente. Se nós ficarmos isolados, contentes com nosso próprio umbigo, arrogantes como, muitas vezes, os trabalhadores estatais são, aí, evidentemente, nós não vamos poder esperar nada deles. Esse é o nosso desafio: ou nós enxergamos essa situação com nossa ação junto com a sociedade ou então podemos esperar que um dia o governo baixe um decreto e publique no Diário Oficial e comunique a gente que a universidade acabou. Porque, se a universidade resistiu esse tempo todo, é porque, em algum momento, ela serviu a alguém. Ela já serviu aos grandes empresários, já serviu aos grandes grupos políticos. Hoje em dia, ela está atravessando um momento de crise de projeto. Ela serve a quem? Acho que, para a burguesia brasileira, ela já não serve; o Estado brasileiro está se demitindo da condição de ente articulador da nação.

Marx e o Marxismo v.3, n.4, jan/jun 2015